

CEM N.º 13
CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

CEM N.º 13

CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

Edição: CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço & Memória
Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto
www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

Diretora: Amélia Polónia

Editores do dossier temático:

Maria Norberta Amorim, Jorge Fernandes Alves,
Antero Ferreira

Capa: Danie Franco por Unsplash

Disponível em https://unsplash.com/@dani_franco?utm_source=unsplash&utm_medium=referral&utm_content=creditCopyText Danie Franco

Design gráfico: www.hldesign.pt

Composição, impressão e acabamento:

Rainho & Neves, Lda.

Distribuição: Companhia das Artes

N.º de edição: 2102

Tiragem: 500 exemplares

Depósito Legal: 321463

ISSN: 2182-1097

DOI: <https://doi.org/10.21747/2182-1097/13>

Periodicidade: Anual

Revista sujeita a *peer review* e indexada em:
CAPES Periódicos, Latindex, Open Science Directory,
Ulrichsweb, Worldcat (registo da revista); BASE, DOAJ,
RCAAP, EBSCO e PROQUEST (indexação por artigos)

A edição *online* respeita os critérios do OA (*open access*)

Dezembro 2021

Trabalho financiado por Fundos Nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020.

EDITORIAL *pág. 5*

APRESENTAÇÃO

«DINÂMICAS DA POPULAÇÃO E DA FAMÍLIA»

■ Jorge Fernandes Alves

Antero Ferreira *pág. 7*

DINÂMICAS DA POPULAÇÃO E DA FAMÍLIA

TRAJETÓRIAS DE VIDA. NASCER NOS AÇORES NO SÉCULO XVIII.
ABORDAGEM DEMOGRÁFICA

■ Maria Norberta Amorim *pág. 13*

A CONSOLIDAÇÃO DAS FRONTEIRAS NA AMÉRICA PORTUGUESA:
ASSENTAMENTO DOS LAVRADORES DE CANA NA EXPANSÃO PARA O
OESTE (CAMPINAS, SP, 1790-1810)

■ Carlos Eduardo Nicolette *pág. 43*

O MORRER E O GERMINAR: ÓBITOS NUMA VILA EM FORMAÇÃO NO
SERTÃO DA BAHIA, 1891-1913

■ Fernando Donato Vasconcelos *pág. 57*

PADRÕES DE CASAMENTO SEMANAL. A RELAÇÃO ENTRE OS DIAS DE
TRABALHO E OS CASAMENTOS NO CONCELHO DE FAFE, 1650-1905

■ Milene dos Anjos Fernandes *pág. 73*

OS REGISTOS PAROQUIAIS COMO FONTE PARA O ESTUDO DA
INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO EM VALBOM, GONDOMAR (1860-1911)

★ Cecília dos Santos Cardoso *pág. 97*

A PELAGRA EM PORTUGAL: ENTRE CARÊNCIA NUTRITIVA E
INTOXICAÇÃO ALIMENTAR

★ Tânia Ferreira *pág. 111*

A PANDEMIA DE INFLUENZA DE 1889-1890 NA REGIÃO DO MINHO:
O CASO DE GUIMARÃES

■ Antero Ferreira

Célia Oliveira

Fátima Silva

Tânia Ferreira *pág. 125*

EFEITO DA TEMPERATURA NA MORTALIDADE POR DOENÇAS
CARDIOVASCULARES NA PROVÍNCIA DE SARAGOÇA (ESPAÑA),
1920-1950

■ Milene dos Anjos Fernandes

Francisco J. Marco-Gracia *pág. 143*

AS AFRO-REPARAÇÕES E O IMPACTO DA COVID-19 NA
POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE NAS AMÉRICAS (EUA E BRASIL):
DESIGUALDADES DE ONTEM NAS DESIGUALDADES DE HOJE

■ Marta Fernandes da Silva *pág. 157*

VÁRIA

«ENCENAR A NAÇÃO» — A DIPLOMACIA CULTURAL DO ESTADO
NOVO PORTUGUÊS ATRAVÉS DOS CENTROS DE INFORMAÇÕES
DE GENEBRA E ROMA

■ Carla Ribeiro *pág. 177*

A CRISE DO ABASTECIMENTO PORTUGUÊS (1914-1918)

— OS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÓMICOS DA GUERRA

SUBMARINA ALEMÃ

■ Miguel Castro Brandão *pág. 191*

O JOGO DO PAU EM BUCOS ATRAVÉS DE NARRATIVAS ORAIS:
A FAMÍLIA DE MESTRE ORIDES

■ Lídia Aguiar *pág. 215*

O DOURO SUPERIOR, DA PRODUÇÃO CEREALÍFERA
À VINHATEIRA: A AFIRMAÇÃO DO VINHO DO PORTO

■ Carla Sequeira

Otilia Lage *pág. 229*

LA RECUPERACIÓN DEL PATRIMONIO ARQUEOLÓGICO DEL
SAHARA OCCIDENTAL Y LA EMERGENCIA DE LAS BASES DEL
CONOCIMIENTO CIENTÍFICO DEL PASADO

■ Andoni Sáenz de Buruaga *pág. 249*

A ORGANIZAÇÃO DO FUNDO GAVETAS DA TORRE DO TOMBO:
PONTO DE SITUAÇÃO BIBLIOGRÁFICO

■ Joana Lencart *pág. 283*

NOTÍCIAS E RECENSÕES

CAGLE, HUGH (2018). *ASSEMBLING THE TROPICS: SCIENCE
AND MEDICINE IN PORTUGAL'S EMPIRE, 1450-1700*. NEW YORK;
CAMBRIDGE: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS

■ Rita Királyfy *pág. 303*

BRITES, JOANA; CORREIA, LUÍS MIGUEL, *COORD.* (2020).
OBRAS PÚBLICAS NO ESTADO NOVO. COIMBRA: IMPRENSA
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. 426 P., IL.
ISBN DIGITAL 978-989-26-1894-4.

■ Paulo Almeida *pág. 306*

«A EDUCAÇÃO NÃO É NEM ORIENTAL NEM OCIDENTAL.
A EDUCAÇÃO É A EDUCAÇÃO E É O DIREITO DE CADA SER
HUMANO». ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, JULHO DE 2013.
MALALA YOUSAFZAI

■ Daniele S. Lizier *pág. 309*

CONSELHO EDITORIAL

Amélia Polónia
Alice Lucas Semedo
Conceição Meireles Pereira
John Thomas Greenfield
Lúcia Rosas
Luís Borges Gouveia
Maria João de Oliveira e Silva
Maria Norberta Amorim
Mário Jorge Barroca
Ana Paula Soares
Isabel Pereira Leite
Mariana Selas

CONSELHO CONSULTIVO

Bernardo Vasconcelos e Sousa (Universidade NOVA de Lisboa)
David Reher (Universidade Complutense de Madrid)
Fernando Rosas (Universidade NOVA de Lisboa)
Francisco Bettencourt (King's College)
Hilario Casado Alonso (Universidade de Valladolid)
Ingrid Kasten (Universidade de Berlim)
Joaquim Ramos Carvalho (Universidade de Coimbra)
Jochen Vogt (Universidade de Essen)
Jorge Alves Osório (Universidade do Porto)
José Augusto Cardoso Bernardes (Universidade de Coimbra)
José Pedro Paiva (Universidade de Coimbra)
José Portela (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)
Maria Helena Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)
Maria Manuela Gouveia Delille (Universidade de Coimbra)
Mathieu Poux (Universidade Lumière Lyon II)
Mona Haggag (Universidade de Alexandria)
Nuno Gonçalo Monteiro (Universidade NOVA de Lisboa)
Octávio de Medeiros (Universidade dos Açores)

APOIO À EDIÇÃO

Vasco Sistelo
Marta Sofia Costa

O número 13 da «CEM» inclui um dossier temático subordinado ao tema «Dinâmicas da População e da Família». Cada número desta revista, publicada pelo CITCEM, privilegia e está aberto a contribuições externas, nacionais e internacionais, e a novas perspectivas teóricas e metodológicas emergentes nas áreas disciplinares consideradas em cada dossier temático. A sua organização reflete, porém, e emerge de dinâmicas internas impulsionadas pelos diferentes Grupos e Linhas de Investigação do CITCEM. A iniciativa coube, no presente número, ao Grupo de Investigação «Populações e Saúde».

Este Grupo de Investigação propõe-se aprofundar, no quadro do Plano Estratégico do CITCEM 2020-2023, o estudo de processos de evolução demográfica sob a perspectiva da demografia histórica e da história social. Integra investigadores com percursos de formação distintos, incluindo a História, a Demografia Histórica, a Biodemografia, a Sociologia, a Antropologia, a Medicina e a Ciência da Computação.

Cruzando as suas investigações com as de outros Grupos e Linhas, o Grupo procura oferecer novas perspectivas acerca da história da família e da história social, contribuindo para a renovação do conhecimento e para a compreensão, na longa duração, de dinâmicas sociais e demográficas. Índices de mortalidade e morbidade em articulação com surtos epidémicos e as grandes transições, nomeadamente as reveladas pelo aumento significativo da esperança média de vida e correspondente envelhecimento da população em algumas partes do globo, são também alvo de investigação.

A ação deste Grupo inclui, para além do estudo de fluxos populacionais e de comportamentos demográficos, abordagens biodemográficas, bem como a análise da diversidade populacional e das transições demográficas em diferentes períodos históricos e em diferentes territórios, ainda que com particular destaque para Portugal e a Europa. Os fenómenos migratórios constituem outra das suas prioridades, acompanhando tendências de investigação que discutem fenómenos de mobilidade e de permeabilidades (temas-âncora do Plano Estratégico do CITCEM 2020-2023).

O XII Congresso da Associação de Demografia Histórica, realizado em 2019 no Porto, e coorganizado pelo CITCEM, introduziu debates candentes sobre estas

matérias e contribuiu para alicerçar dinâmicas de colaboração ibéricas e ibero-americanas que importa prosseguir, mas que foram, se não coartadas, pelo menos parcialmente adiadas pelo contexto pandémico instalado a uma escala global desde 2020, a que o mundo (os diversos mundos de que é feito o mundo global em que se assume que vivemos) está ainda a tentar responder e adaptar-se. Porque de riscos e adaptações é feita a mudança histórica, da qual resultam novos paradigmas (também populacionais e demográficos), que só o tempo e o distanciamento analítico tornarão visíveis, e de que também a História se ocupará de analisar e interpretar. Como o fazem os numerosos autores dos artigos deste número da «CEM» em relação a outras dinâmicas do passado.

Nesta conjuntura, todas as ciências — as ditas exatas, as aplicadas e as sociais e humanas — pontuaram com contributos (os possíveis, os necessários, os imprescindíveis) que provam a sua utilidade e mesmo imprescindibilidade. A organização deste dossier temático da «CEM» pontua com um desses contributos, a que se deverão somar a organização do encontro anual do Grupo, em novembro de 2020, a sua colaboração na publicação, em 2020, da obra *A Gripe Espanhola de 1918* e a participação dos seus investigadores na iniciativa do CITCEM *Pandemias e História na Era da COVID-19*.

Mas não só de pandemias trata este número temático, como se torna claro na sua Apresentação. Aos específicos contributos deste dossier somam-se aqueles aduzidos por outros estudos, insertos na secção *Vária* desta «CEM» 13.

Uma palavra de agradecimento é devida a todos os que tornaram possível a sua edição, incluindo os coordenadores do presente volume — Maria Norberta Amorim, Jorge Fernandes Alves e Antero Ferreira —, os autores que generosamente para ela contribuíram, os membros do seu Conselho Consultivo, os especialistas que viabilizaram as tarefas de avaliação científica de cada artigo, a Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e os Bolseiros de Investigação e colaboradores do Secretariado do CITCEM envolvidos no trabalho exigente de produção deste permanente contributo do CITCEM para a comunidade académica e científica, mas também para a sociedade em geral.

Amélia Polónia

(Coordenadora Científica do CITCEM)

APRESENTAÇÃO

«DINÂMICAS DA POPULAÇÃO E DA FAMÍLIA»

Vivemos hoje num mundo radicalmente transformado pelas conquistas da saúde, com especial destaque para a extraordinária diminuição da mortalidade infantil e da fecundidade, e para os significativos ganhos ao nível da esperança de vida. Ao mesmo tempo, somos confrontados com riscos globais, como é o caso da pandemia que se abateu sobre o mundo em 2019-2020, ou dos fenómenos do envelhecimento da população e das migrações.

Neste enquadramento, que, aliás, foi amplamente debatido no *XII Congresso da Associação de Demografia Histórica*, realizado em 2019 na FLUP, com a colaboração do CITCEM, ou no mais recente *Encontro do Grupo de Populações e Saúde*, que se realizou em novembro de 2020, promovemos neste número da revista CEM uma reflexão sobre as dinâmicas da população e da família ao longo do tempo, privilegiando a abordagem da demografia histórica e da história social, com abertura a outras perspetivas que visem o aprofundamento desta problemática.

Esta abordagem está refletida no conjunto de artigos que integram o dossiê temático «Dinâmicas da População e da Família» que evidencia as principais áreas de estudo deste grupo de investigação.

Um primeiro grupo de artigos tem em comum o recurso aos registos paroquiais para o estudo de comunidades, em perspetivas que cruzam a demografia com a história social. Nesta linha, o dossiê abre com um texto de fundo de Maria Norberta Amorim que analisa de forma comparativa as dinâmicas demográficas de quatro comunidades em quatro ilhas açorianas durante o século XVIII, estudando o fenómeno da mobilidade através do acompanhamento de trajetórias de vida e o modo como este se articula com as restantes variáveis demográficas, determinando o movimento da população.

Recorrendo à exploração de listas nominativas, Carlos Eduardo Nicolette analisa o processo migratório dos lavradores de cana no interior de São Paulo, concluindo que num contexto favorável à produção de açúcar a expansão açucareira de Campinas foi realizada, principalmente, por indivíduos originários de

vilas vizinhas, que potencializaram a sua experiência e os seus cabedais a fim de viabilizar a edificação de engenhos, aproveitando as oportunidades geradas pelo extraordinário aumento do valor do açúcar.

Fernando Donato Vasconcelos explora os registos de óbito do distrito de Beija-Flor, que deu origem à vila de Guanambi, no sertão da Bahia, traçando um perfil da mortalidade e uma imagem das condições sanitárias da região no período de 1891 a 1913, ao mesmo tempo que analisa as particularidades das fontes brasileiras daquele período.

Recorrendo ao mesmo tipo de fontes, Milene dos Anjos analisa a relação entre padrões de casamento semanal e o calendário do trabalho, no concelho de Fafe, de 1650 a 1905, observando a associação entre a escolha do dia para casar e os tempos livres, mas também o papel da superstição determinando dias desfavoráveis ao casamento.

Numa vertente mais social, Cecília Cardoso estuda a indústria do mobiliário em Valbom (Gondomar) a partir dos registos paroquiais, identificando os diversos ofícios, a origem dos trabalhadores, a sua distribuição no território e a transmissão da profissão de pais para filhos.

Um segundo grupo de artigos centra-se em temáticas que cruzam a demografia e a história da saúde. É o caso de Tânia Ferreira, que apresenta um estudo sobre a pelagra em Portugal, efetuando um enquadramento histórico e endemiológico desta doença, analisando ainda como o conhecimento sobre a etiologia veio a determinar as respostas de combate à doença.

No mesmo sentido, temos o artigo sobre a pandemia de *influenza* de 1889-1890 na região do Minho, com particular incidência sobre a cidade de Guimarães. Neste trabalho apresenta-se o impacto nesta região da pandemia que ficou conhecida como «gripe russa», estabelecendo uma comparação com a «gripe espanhola», que ocorre cerca de trinta anos mais tarde.

Milene dos Anjos e Francisco Marco-Gracia estudam os efeitos da temperatura na mortalidade, entre 1920 e 1950, através dos registos paroquiais de óbitos de 15 paróquias da província espanhola de Saragoça, destacando a associação entre as temperaturas extremas e a mortalidade por doenças cardiovasculares.

Numa perspetiva diferente, Marta Fernandes da Silva parte do conceito de afro-reparações, fundamentado no entendimento que o pós-abolição não promoveu a integração dos ex-escravos, o que se reflete na disparidade entre população afrodescendente e branca. O elevado impacto da covid-19 nas populações afrodescendentes dos EUA e do Brasil poderá assim ser explicado pela relação entre as desigualdades atuais e o contexto histórico que as explica.

Para além do dossiê temático, este número conta ainda com um conjunto de artigos de temática variada, que reflete a diversidade das áreas de investigação do CITCEM. Carla Ribeiro analisa a atuação dos Centros de Informação Portugueses

criados por António Ferro, em Genebra e Roma, no contexto do pós-guerra, como estratégia para seduzir uma Europa democratizada, face ao regime ditatorial do Estado Novo. Miguel Castro Brandão analisa o impacto da guerra submarina alemã nas dificuldades de abastecimento sentidas em Portugal, durante a I Guerra Mundial. Recuperando memórias individuais e familiares, Lúcia Aguiar debruça-se sobre o jogo do pau praticado na freguesia de Bucos, do concelho de Cabeceiras de Basto, concluindo pela necessidade de patrimonializar esta maestria, para garantir a sua preservação e identidade comunitária. Incidindo sobre a evolução da paisagem agrária do Douro Superior entre os séculos XVIII e XXI, Carla Sequeira e Otília Lage traçam-nos um panorama esquemático das sucessivas mudanças deste importante território em que a vitivinicultura acabou por suplantam a produção cerealífera. Por sua vez, Andoni Sáenz de Buruaga apresenta-nos um estudo sobre o património arqueológico do Sara Ocidental, destacando a importância que pode ter para a História da Humanidade o estudo do património ignorado e oculto dos territórios socialmente «desfavorecidos». Finalmente, Joana Lencart apresenta-nos as principais características e a produção bibliográfica sobre uma das mais amplas coleções do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o fundo *Gavetas*, composto por milhares de documentos desde o século XII até à atualidade.

Jorge Fernandes Alves
Antero Ferreira

DINÂMICAS
DA POPULAÇÃO
E DA FAMÍLIA

TRAJETÓRIAS DE VIDA. NASCER NOS AÇORES NO SÉCULO XVIII

ABORDAGEM DEMOGRÁFICA

MARIA NORBERTA AMORIM*

Resumo: *A investigação demográfica sobre o século XVIII reveste-se em Portugal de grandes dificuldades, principalmente pelo sub-registo de óbitos de menores de 7 anos. No caso de registo sistemático dos eventos paroquiais, o acompanhamento de trajetórias de vida em espaços e períodos definidos permite-nos a aproximação mais conseguida ao jogo das variáveis demográficas e compreensão dos seus efeitos no crescimento das populações. Os Açores, pela diversidade de comportamentos, mesmo entre ilhas próximas, constituem um extraordinário laboratório de análise para o historiador demógrafo. Num quadro de fecundidade próxima da natural, importantes comportamentos compensatórios a uma esperança de vida elevada, como a emigração e idades elevadas ao primeiro casamento, ou mesmo gravosas mortalidades de crise, podem não ser suficientes entraves ao crescimento.*

Palavras-chave: *Trajetórias de vida; Dinâmicas demográficas comparadas; Mobilidade; Açores.*

Abstract: *Demographic research on the 18th century is very difficult in Portugal, mainly due to the under-recording of deaths of children under seven years of age. In the case of systematic recording of parish events, the monitoring of life paths in defined spaces and periods allows us the most successful approach to the balance of demographic variables and understanding of their effects on population growth. The Azores, due to the diversity of behaviours, even between neighbouring islands, is an extraordinary laboratory of analysis for the demographic historian. In a context of near-natural fertility, important compensatory behaviours to a high life expectancy, such as emigration and high ages at first marriage, or even mortality crises, may not be sufficient barriers to growth.*

Keywords: *Life paths; Comparative demographic dynamics; Mobility; Azores.*

INTRODUÇÃO

A investigação histórica sobre comportamentos demográficos, baseada nos registos paroquiais, desenvolve-se e complexifica-se. Para os últimos quatro séculos, vão-se ultrapassando os limites paroquiais, acompanhando crises de mortalidade, contrastando curvas de nascimentos com curvas de óbitos, calculando a evolução da idade ao casamento, o ritmo de nascimentos dentro e fora de famílias legalmente constituídas, avançando com cálculos de esperança de vida. No entanto, mesmo no domínio estritamente paroquial, há elos mais fracos.

A evolução de uma população ou de uma curva de nascimentos plurissecular não reflete apenas fenómenos de Nupcialidade, Fecundidade ou Mortalidade

* Grupo de Populações e Saúde, CITCEM. Email: mnsbamorim@gmail.com.

e a sua interação. Embora de difícil acompanhamento, o fenómeno da Mobilidade terá tido influência e uma influência muito mais imediata nessa evolução. O caminho que nos propomos, o acompanhamento sistemático das trajetórias de vida de todos os nascidos num determinado espaço para um determinado período, persegue todas as variáveis, mas encontra, à partida, frequentes barreiras.

Um estudo demográfico sobre os nascidos no século XVIII reveste-se de muitos problemas, que não se cingem somente às dificuldades de leitura dos registos, pela impreparação de muitos redatores paroquiais ou pelas letras apagadas pelo tempo em ambientes particularmente húmidos. Antes da efetivação em cada uma das paróquias do país do decreto de 19 de agosto de 1859, que, na ausência de registo civil, criava uma estrutura uniforme para os registos paroquiais, podemos ser sempre surpreendidos pela diversidade nos formulários e no conteúdo dos diferentes registos, ao passar de diocese para diocese, de paróquia para paróquia e, dentro de cada paróquia, de pároco para pároco, mesmo considerando espaços de tempo próximos.

Na generalidade, se não enfrentamos lacunas nos registos, provocadas pela danificação de folhas de livros ou desaparecimento dos mesmos, o que mais penaliza a investigação, além da eventual não referência à data de nascimento, registando-se apenas a data de batismo, é o não registo ou sub-registo da mortalidade dos menores de 7 anos de idade, *anjos* que não necessitariam de sufrágios para obter a *Salvação*, o que levava os párocos a eximirem-se de registar os seus óbitos.

No caso vertente, o da Diocese de Angra, foi com a vigência do zeloso bispo D. António Vieira Leitão (1694-1714) que a informação dos registos paroquiais açorianos mais se enriquece, o que teoricamente beneficiaria os estudos sobre o século XVIII. Logo nos primeiros anos do seu exercício, em visitas pastorais às paróquias do Grupo Central dos Açores, o prelado faz apontar nos livros de registo paroquial formulários precisos para cada tipo de atos, contemplando a obrigatoriedade de registo de menores de 7 anos. No entanto, antes do último quartel daquele século, em observação preliminar, apenas nas ilhas do Faial, do Pico, de São Jorge e da Terceira encontramos períodos mais ou menos alargados a beneficiar de registo sistemático de todos os falecidos.

Mesmo quando se nos afigura que todos os nascidos ou defuntos são registados, só o cruzamento entre os diferentes atos nos pode permitir concluir, paróquia a paróquia, sobre essa sistematicidade. Dado o hábito generalizado de, à morte de uma criança, ser atribuído o seu nome ao irmão do mesmo sexo que se segue na ordem dos nascimentos, a reconstituição das famílias permite-nos deduzir, com relativa segurança, sobre a regularidade desses registos. Omissões eventuais, tanto de batizados como de óbitos, podem acontecer, e as correções podem ser indicadas.

No primeiro caso, de omissão de registo de batizados, a idade ao óbito pode permitir colmatar a lacuna, tanto mais que o ritmo regular dos nascimentos faz-nos encaixar com relativa facilidade o nascimento omissivo no intervalo entre o casamento e o nascimento seguinte, num espaço intergenésico ou na fase final do processo reprodutivo. Quando se trata de um indivíduo que sobreviveu à infância, na altura de eventual casamento, desencadeia-se naturalmente a justificação de batismo; no registo de óbito pode ser indicada a idade a que faleceu. No caso do sub-registo de óbitos de menores, a omissão é irreversível. Podemos tentar uma correção por defeito, para casos esporádicos, considerando como falecidas à nascença as crianças cujo irmão do mesmo sexo recebeu a seguir o mesmo nome. A frequência das omissões leva naturalmente a uma renúncia à possibilidade do acompanhamento das trajetórias de vida de todos os nascidos. Quando contamos com um registo sistemático de mortalidade de menores de 7 anos, que se vê interrompido numa data definida, teremos naturalmente de considerar apenas as gerações nascidas 7 anos antes do início do sub-registo, idade a partir da qual o indivíduo é considerado responsável e a Igreja intervém, com sufrágios, na sua salvação.

Para acompanhamento comparado de trajetórias de vida de *todos os nascidos*, do nascimento ao óbito ou mobilidade para o exterior do espaço geográfico reconstituído, depois de um moroso processo de pesquisa que teve em conta a sistematicidade dos registos e a dimensão das paróquias, acabámos por incidir sobre o acompanhamento do percurso dos nascidos em São Mateus do Pico, entre 1733 e 1799, na Ribeira Seca de São Jorge, entre 1734 e 1799, em Pedro Miguel do Faial, entre 1703 e 1783, e em Agualva da Terceira, em dois períodos, de 1700 a 1729 e de 1767 a 1799, dado o não registo de menores, nesta paróquia, entre 1736 e 1767.

Comportamentos de Nupcialidade ou Fecundidade das freguesias faialenses, Praia do Almoxarife, Ribeirinha e Pedro Miguel, e das terceirenses de Quatro Ribeiras, Vila Nova e Agualva, robustecem as análises comparativas com as duas populosas freguesias do Pico e São Jorge.

No desenvolvimento deste trabalho, começamos por acompanhar o movimento anual de nascimentos e óbitos nas quatro comunidades ao longo do século XVIII, numa perspetiva de deteção de crises de mortalidade e avaliação do crescimento relativo. Passando à análise das variáveis demográficas, incidimos fundamentalmente no fenómeno mais complexo, o da Mobilidade, fazendo sobressair, nos campos da Nupcialidade, Fecundidade ou Mortalidade, os comportamentos que poderão ter sido mais decisivos na evolução encontrada.

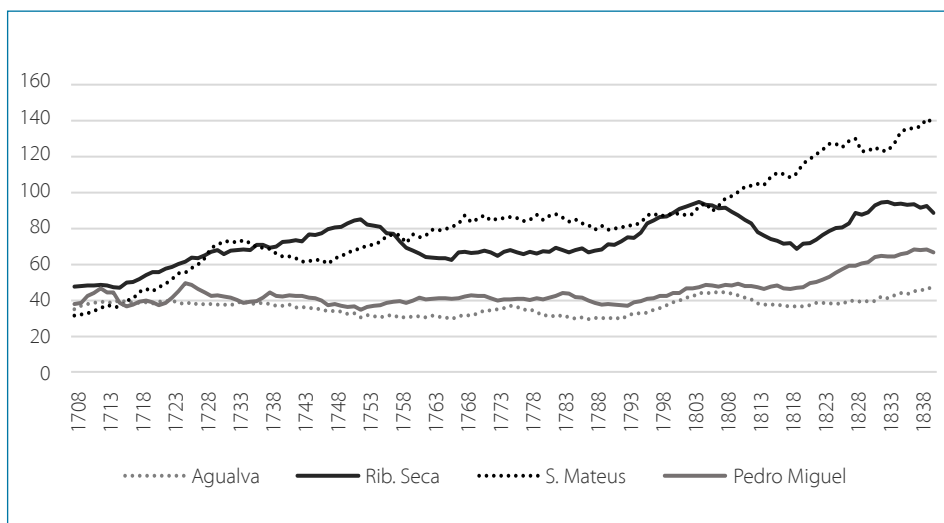
1. DESENVOLVIMENTO

1.1. MOVIMENTOS COMPARADOS DA POPULAÇÃO DAS QUATRO PARÓQUIAS

Na vigência da Capitania Geral, criada em 1766, passamos, a partir de 1776, a dispor de estatísticas sobre a população açoriana a nível de freguesia, embora a discrepância de valores em anos seguidos, mesmo já entrado o século XIX, nos possa alertar para problemas de rigor nesses dados¹.

Na ausência de estatísticas, ou com estatísticas de menor rigor, a acompanhar a evolução da população, o movimento anual de nascimentos, em período em que a Fecundidade é tendencialmente natural, será a forma mais aproximada de avaliarmos sobre o respetivo crescimento. Havendo, para todo o século XVIII, registo sistemático de batizados nas quatro comunidades que escolhemos, comparamos no Gráfico 1 as curvas respetivas, usando médias móveis de nove anos. Embora a nossa análise se cinja ao século XVIII, visualizamos, em cada paróquia, o crescimento nos 40 anos seguintes.

Gráfico 1. Movimento anual comparado de nascimentos — médias móveis de 9 anos (1700-1840)



Fonte: Elaboração própria a partir dos registos de nascimento (1700-1840)

Partindo as quatro paróquias de um volume de nascimentos anuais entre 30 e 50, com São Mateus mais próximo dos 30 e Ribeira Seca mais próximo dos 50,

¹ AMORIM, 2016: 37-38.

colocando-se Pedro Miguel e Agualva à volta dos 40, assistimos depois, até finais do século XVIII, a um crescimento acentuado nas duas primeiras paróquias e a uma estagnação, ou mesmo retrocesso, nas outras duas.

Acompanhando o movimento de São Mateus, encontramos uma primeira fase de crescimento intenso, partindo dos cerca de 30 nascimentos anuais, para ultrapassar os 70 nascimentos na década de 30 do século XVIII. Segue-se um decréscimo nas duas décadas seguintes, baixando aos 60 nascimentos, para retomar posteriormente o crescimento, com valores entre 80 e 90 nascimentos em toda a segunda metade do século XVIII.

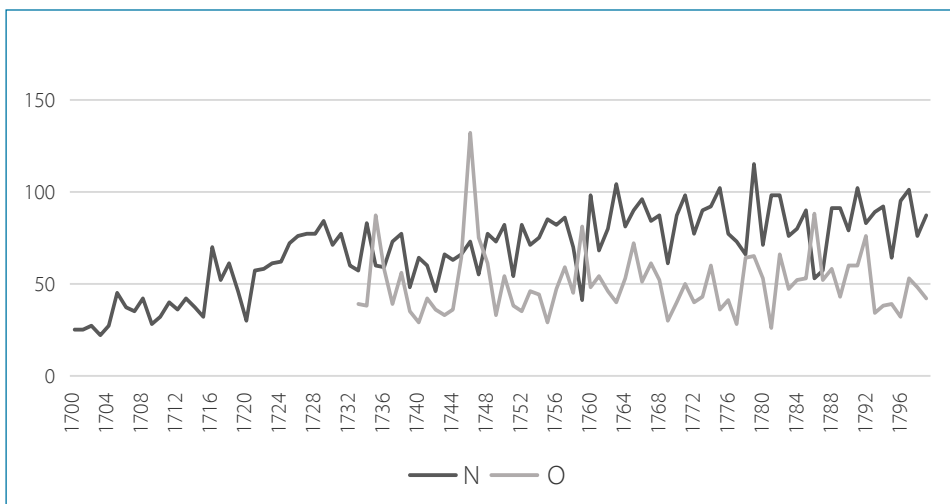
No caso da Ribeira Seca, partindo de 50 nascimentos anuais, valores bem mais favoráveis do que São Mateus, o crescimento prolonga-se até meados do século, com valores à volta de 85 nascimentos. Decresce depois para valores entre 60 e 70 nascimentos, só se aproximando dos valores de São Mateus na década de 90 do século XVIII.

Em Pedro Miguel as oscilações acima dos 40 nascimentos por ano são mais pronunciadas nas três primeiras décadas do século, estabilizando depois à volta daquele valor.

No caso de Agualva, também as primeiras três décadas do século XVIII parecem ter sido as mais favoráveis, com valores à volta dos 40 nascimentos por ano, baixando depois para valores mais próximos dos 30 nascimentos por ano durante o período seguinte.

De notar que a última década do século XVIII foi de crescimento em todos os casos.

Gráfico 2. Movimento anual comparado de nascimentos e óbitos São Mateus (1700-1799)



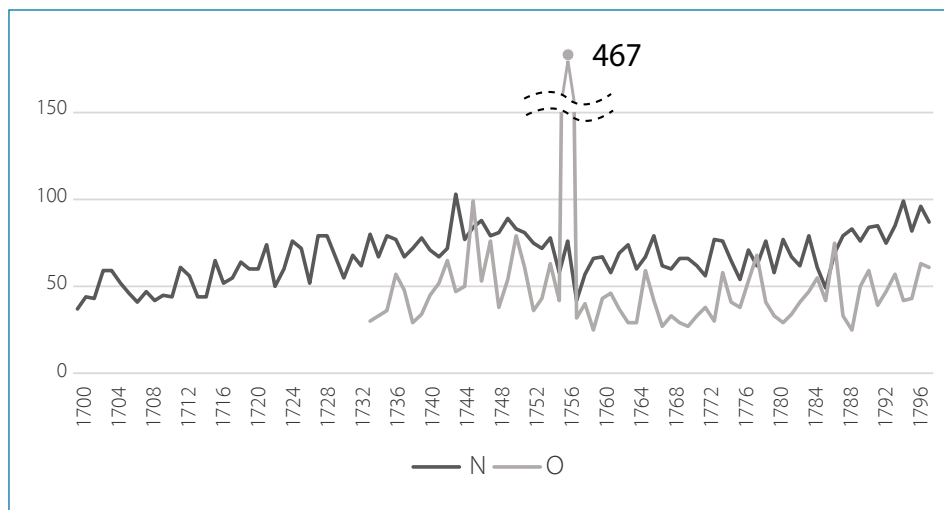
Fonte: Elaboração própria a partir dos registos de nascimento e de óbito (1700-1799)

Uma primeira explicação para a evolução diferenciada nas quatro paróquias pode ser procurada no peso da mortalidade. Essa influência torna-se clara ao contrastar as curvas de batizados e óbitos para os períodos para os quais dispomos de registo sistemático de todos os falecidos, crianças e adultos.

Começamos por observar mais de perto o caso de São Mateus, onde encontramos um crescimento no volume de nascidos particularmente favorável.

Pela observação do gráfico de movimentos anuais de nascimentos e óbitos, notamos que, para o período para o qual dispomos de dados sistemáticos, apenas em quatro dos 67 anos observados, a curva de óbitos se sobrepõe aos nascimentos: 1735, 1746, 1759 e 1786, mas só com marcada relevância no ano de 1746. Os saldos fisiológicos persistentemente positivos serão uma primeira explicação para o expressivo crescimento da curva de nascimentos.

Gráfico 3. Movimento anual comparado de nascimentos e óbitos Ribeira Seca (1700-1799)

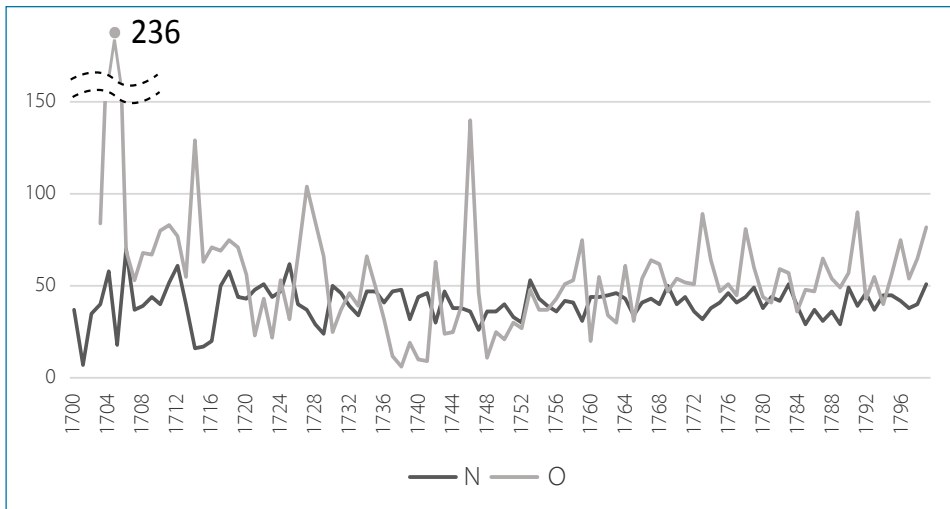


Fonte: Elaboração própria a partir dos registos de nascimento e de óbito (1700-1799)

Passando agora à observação do gráfico para a Ribeira Seca, é explícita a causa do retrocesso dos nascimentos entre 1757 e a última década do século — o *mandado de Deus*, o terramoto que abalou São Jorge a 9 de julho desse ano em que terão perecido na paróquia 467 pessoas. Reparamos depois que, num quadro de grande estabilidade, o ano de 1746 foi também um ano de alguma sobremortalidade, mas sem atingir a dimensão encontrada em São Mateus.

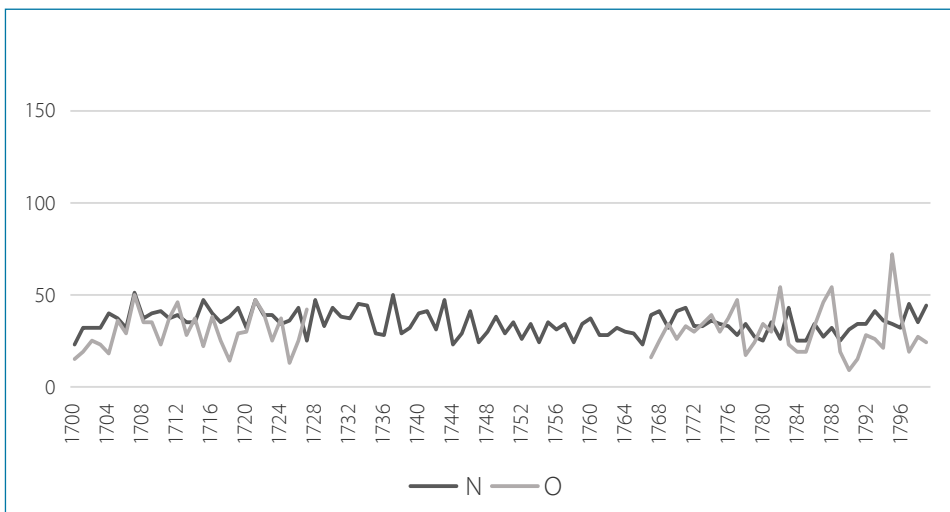
No caso de Pedro Miguel, ao contrário das freguesias do Pico e de São Jorge, os saldos fisiológicos anuais são frequentemente negativos, o que terá dificultado o crescimento. Sobressaem seis crises de mortalidade, as mais agudas em 1705 e 1746, mas ainda com relevância as de 1714, 1727, 1773 e 1791.

Gráfico 4. Movimento anual comparado de nascimentos e óbitos Pedro Miguel (1700-1799)



Fonte: Elaboração própria a partir dos registos de nascimento e de óbito (1700-1799)

Gráfico 5. Movimento anual comparado de nascimentos e óbitos Agualva (1700-1799)



Fonte: Elaboração própria a partir dos registos de nascimento e de óbito (1700-1799)

No caso de Agualva, não dispomos de curvas de óbitos a acompanhar todos os nascimentos, mas para os anos em que isso se torna possível, verificamos que, tal como em Pedro Miguel, o volume *normal* de óbitos terá constituído claro entrave ao crescimento. O ano em que a curva de óbitos mais se sobrepõe aos nascimentos foi o de 1795, em que faleceram 72 indivíduos, tendo nascido 34,

embora esse não fosse um ano de crise nas paróquias em estudo das outras ilhas, nem mesmo nas contíguas de Quatro Ribeiras e Vila Nova.

Embora o registo de mortalidade até aos 7 anos só se torne sistemático em São Mateus e Ribeira Seca na década de 30 do século XVIII e os quarenta anos centrais do século em Aqualva também não disponham desse registo, podemos sempre verificar se as maiores crises epidémicas encontradas, as de 1704/1705 e de 1746, que se verificaram em Pedro Miguel, correspondem a um aumento do volume de óbitos em todos os casos.

Entre 1 de setembro de 1704 e 31 de agosto de 1705, morreram em Pedro Miguel 189 pessoas para um total de 37 nascimentos. Embora não se disponha de informação sobre o volume de óbitos a cobrir os primeiros cinco anos do século, nos cinco anos posteriores à crise, entre 1706 e 1710, morreram em Pedro Miguel, em média, 15 pessoas em cada ano, apontando em 1704/1705 para a classificação de grande crise, se seguirmos Del Panta e Livi-Bacci².

A violência da crise é melhor retratada pelo pároco de outra freguesia faialense, Castelo Branco, que informa ter deixado de dar a extrema-unção aos moribundos a partir do início de junho de 1705 por não haver óleos sagrados na freguesia nem em toda a ilha. As covas abriram-se no adro da igreja e num dos casos, numa mesma cova, foram enterrados cinco cadáveres, um homem, duas mulheres e duas crianças, sendo corrente, no auge da crise, o enterramento numa mesma cova de dois defuntos.

A outra paróquia de referência para a qual dispomos de registos sistemáticos de óbitos para a primeira década do século XVIII é Aqualva, apresentando-se o ano de 1705 como um ano corrente, em que nasceram 37 indivíduos e faleceram 36.

Em São Mateus, numa média de 21 óbitos de maiores de 7 anos na primeira década do século, o número de falecidos em 1705 foi de 27, sendo o número de batizados 45, o que, embora não estejam incluídos os inocentes, não parece apontar para a existência de crise. Na Ribeira Seca em 1705 nasceram 52 indivíduos e faleceram 22 maiores de 7 anos.

A mortalidade em 1746 teve outros contornos. Segundo António Lourenço da Silveira Macedo na sua *História das Quatro Ilhas Que Formam o Distrito da Horta*, publicada em 1871, as inundações de 1744 desolaram estas ilhas ocasionando uma esterilidade geral nos campos, resultando daí a fome que em 1746 em todas elas se sentiu, mas em maior grau na ilha do Pico, onde «o povo recorreu a socas e raízes para manter a vida e faltando-lhe esse mesmo mísero alimento emigrou para as mais ilhas, e com preferência para o Faial, agravando a crise que já aqui se sofria, valendo contudo de muitos uma porção de tremoço que ainda havia que o povo curtiu para se alimentar e ultimamente recorreu a

² DEL PANTA, LIVI-BACCI, 1977: 401-405.

socas e raízes, resultando desse alimento nocivo mortíferas doenças que dizimaram a população»³.

Em São Mateus do Pico, como verificámos, foi em 1746 que se centrou a maior crise de mortalidade de todo o século XVIII, embora sem atingir o nível de grande crise. Nesse ano faleceram em São Mateus 133 pessoas, tendo nascido 73. No caso da Ribeira Seca, uma freguesia de melhores recursos naturais, embora tenha sido esse o ano de maior mortalidade não provocada pelo terramoto, a relação foi de apenas 99 óbitos para 85 nascimentos. Em Agualva, a sobremortalidade de 1746 terá sido moderada, morrendo 18 maiores de 7 anos, numa média, para os outros nove anos da década, de 13 óbitos.

A importância da crise de 1746 condicionou que se publicasse nesse ano «um alvará régio convidando os casais que quisessem emigrar para o Brasil franqueando-lhes o governo navios e dando-lhes lá terrenos para cultivarem»⁴. Assim, o decréscimo do volume de nascimentos no período seguinte, mais sentido em São Mateus, não terá sido, neste caso, só o reflexo da epidemia, mas também das saídas para o Faial, no período agudo da fome, e mais tarde para o Brasil.

Contudo, a maior crise de mortalidade do século XVIII nas freguesias observadas não se deveu a epidemias, em que ilhas como Pico e São Jorge foram particularmente poupadas, mas sim ao maior terramoto de que há memória nos Açores, o terramoto que às 23 horas e 45 minutos de 9 de julho de 1757 abalou a ilha de São Jorge, a *Ponta da Ilha do Pico*, e foi sentido em todo o Grupo Central, com epicentro precisamente na freguesia da Ribeira Seca⁵.

Os assentos de óbitos relativos à catástrofe iniciam-se com o nome do próprio vigário, prosseguem com as famílias das figuras mais prestigiadas, estendendo-se depois a todas as famílias. Num mesmo assento, referem-se avós, pais, filhos, irmãos, ou criados, com uma indicação, feita *a posteriori*, no fim de cada folha, escrita a lápis, do número sucessivamente acrescentado de óbitos. O valor anotado para o *mandado de Deus*, como foi conhecido, foi, no final, de 453 mortos.

Da análise dos principais relatos, Avelino Meneses aponta para uma cifra à volta de 1000 óbitos para os que pereceram na catástrofe nas ilhas de São Jorge e no Pico⁶. Não podemos comprovar essa cifra, na medida em que para as duas freguesias, Topo e Calheta, contíguas à Ribeira Seca, que terão sido, depois desta, teoricamente, as mais afetadas da ilha, o livro correspondente de óbitos do Topo não chegou até nós e as pessoas que faleceram na Calheta foram 135, um número bem mais moderado, apesar do desmoronamento de todas as casas, a soterrar os

3 MACEDO, 1981: 225.

4 MACEDO, 1981: 225.

5 MENESES, 1998: 597-602.

6 MENESES, 1998: 597-602.

moradores, conforme informação do pároco. Também não dispomos dos livros de óbitos correspondentes da freguesia da Piedade, *Ponta da Ilha do Pico*.

2. MOBILIDADE COMPARADA

Como temos vindo a insistir, a mobilidade poderá ocupar, em certos espaços e em certos momentos, o papel de *variável demográfica influente*, na regulação do binómio população e recursos, nos equilíbrios de subsistência familiar e estratégias matrimoniais e herança, a partir de alterações profundas nos percursos individuais ou familiares⁷.

Consideramos, para o período pré-censitário, o acompanhamento sistemático das trajetórias de vida, para os nascidos num determinado espaço, como o caminho a seguir para uma aproximação e um sucessivo aprofundamento de um fenómeno de tão difícil domínio, como é a mobilidade.

No caso vertente, de acompanhamento de trajetórias de vida para os nascidos no século XVIII em quatro comunidades de quatro ilhas açorianas, apenas para uma delas, São Mateus, temos, de momento, reunidas as condições para ir mais longe na categorização desse fenómeno. Na medida em que acompanhamos os percursos residenciais dos nascidos em São Mateus no século XVIII nas outras freguesias da ilha do Pico e na zona urbana mais atrativa, a Horta, na ilha do Faial, e ainda nas freguesias rurais dessa ilha com maior ligação ao Pico, podemos conseguir uma aproximação válida às saídas decorrentes do mercado matrimonial e do mercado de trabalho de curta distância. As outras saídas aproximam-nos do que terá sido a emigração para o Novo Mundo.

No caso de Pedro Miguel, em cruzamento sistemático com as freguesias contíguas de Praia do Almoxarife e Ribeirinha e as três freguesias urbanas da Horta, mas deixando de fora as outras freguesias rurais da ilha, não se reúnem as mesmas condições de avaliação dos contornos geográficos do mercado matrimonial e mercado de trabalho de curta distância. No caso da Ribeira Seca, com nenhuma outra freguesia da ilha reconstituída, apenas esporadicamente encontramos nas outras freguesias em estudo indivíduos daí originários. No caso de Agualva, a movimentação interparoquial no concelho da Praia da Vitória e a atração pela cidade de Angra, apesar de a nossa base de dados envolver Agualva, Quatro Ribeiras e Vila Nova, também só nos permitem, de momento, uma aproximação à mobilidade geral, sem distinção de motivo.

O prosseguimento da construção do Repositório Genealógico Nacional e o cruzamento com fontes de países de acolhimento, nomeadamente o Brasil e os Estados Unidos da América, poderão vir a permitir resultados mais precisos.

⁷ AMORIM, 1991a: 147-160.

Só para as gerações abrangidas pelo registo sistemático de todos os falecidos podemos fazer uma estimativa sobre as saídas. Desses, que não chegaram a falecer na sua terra de origem, uns terão saído integrados em ambiente familiar, outros terão saído isolados. O acompanhamento das trajetórias de vida de famílias e de indivíduos permite marcar um fim de observação, indivíduo a indivíduo, em aproximação por defeito, no caso de saídas familiares e no caso de saídas isoladas. No primeiro caso, o último registo paroquial conhecido de uma família jovem será a data de fim de observação para todos os indivíduos das duas gerações, pais e filhos, ou, eventualmente, pai/mãe e filho/filhos. A data de casamento para uma família sem filhos será a data de fim de observação para cada um dos cônjuges, enquanto a data de casamento de um indivíduo cujo noivo ou noiva pertencia a outra comunidade é a data de fim de observação para o indivíduo natural. Mortes na situação de viuvez, sem que se saiba a data de óbito do cônjuge, levam à marcação de um fim de observação para o cônjuge falecido, correspondente à data familiar em que o sabemos residente. Para as saídas isoladas de indivíduos solteiros cuja residência foi documentada na comunidade por um ou mais eventos, é marcado um fim de observação pelo último evento conhecido. Para as saídas isoladas de indivíduos integrados em famílias estáveis, dos quais só sabemos a data de nascimento, foi marcado o fim de observação no dia em que o indivíduo faria 20 anos.

A saída marcada aos 20 anos tanto pode relacionar-se com o mercado de trabalho como com o mercado matrimonial. Sendo mais corrente, quando os noivos não são da mesma comunidade, o casamento se realizar na terra da noiva, podemos marcar, em circunstâncias semelhantes, para as mulheres, mais frequentemente um fim de observação diferente dos 20 anos exatos. Só o cruzamento interparoquial, como o desenvolvido para São Mateus, nos permite uma avaliação adequada das saídas decorrentes do mercado matrimonial.

Só sendo possível distinguir na Ribeira Seca ou, em parte, em Pedro Miguel e Agualva, as saídas familiares e as saídas isoladas, para uma análise comparativa, considerámos primeiro, em todas as paróquias, essas condições básicas de observação. Tanto em São Mateus como em Pedro Miguel e Agualva, independentemente de situarmos a residência e/ou a morte de um indivíduo fora daquelas comunidades, se esse indivíduo só tem registado na comunidade de origem a data de nascimento, considerámos como fim de observação os 20 anos, mesmo existindo algum ato posterior em que o indivíduo tenha participado na situação de solteiro. Mesmo que uma família registre atos vitais na área geográfica em que foi cruzada a informação, consideramos como fim de observação para cada um dos seus membros a última data familiar conhecida na comunidade de origem.

2.1. MOBILIDADE GERAL COMPARADA

Podemos assim comparar, nas mesmas condições de observação, as quatro comunidades, no que respeita à mobilidade geral, embora o desfaseamento entre elas no que respeita ao registo sistemático de mortalidade infantil traga limitações. Não integrámos as crianças expostas em cada uma das freguesias, dada a aleatoriedade do fenómeno, sem correspondência necessária com o local de nascimento.

Começamos pela observação disponível para o século XVIII, sexos reunidos, para as quatro comunidades.

Com vimos, para Pedro Miguel, só podemos observar o comportamento das gerações nascidas entre 1703 e 1783, dado que os párocos no final do século XVIII deixam de ser rigorosos no registo de óbito dos menores. No caso de São Mateus e Ribeira Seca, só a partir de 1733 e 1734, respetivamente, passamos a ter registo sistemático de todas as crianças. No caso de Agualva, consideramos as gerações nascidas entre 1700 e 1729 e depois entre 14 de julho de 1767 e 1799. Considerámos, por isso, quatro períodos: o primeiro período, de 1700 a 1729, apenas com Pedro Miguel e Agualva; o segundo, de 1730 a 1754, com Pedro Miguel, São Mateus e Ribeira Seca, período que engloba as saídas de *casais* para o Brasil com apoio régio; o terceiro, de 1755 a 1774, já com informação sobre as quatro comunidades, embora informação ainda escassa sobre Agualva; e o último, de 1775 a 1799, com as quatro comunidades, mas com valores mais reduzidos para Pedro Miguel. Depois de considerar o número de indivíduos dessas gerações nascidos em cada período e que não chegaram a falecer na sua freguesia de origem, distribuímos as saídas em duas categorias: *saídas isoladas*, correspondentes aos indivíduos para os quais foi marcado o fim de observação aos 20 anos exatos, e *saídas em família*, correspondentes ao somatório dos que saíram na situação de dependência, com menos de 20 anos, e os que saíram com mais de 20 anos, na situação de chefes de família ou cônjuges.

Tabela 1. Movimento comparado de saídas definitivas (gerações nascidas entre 1700 e 1799)

	N.º Ind.	N.º Saída Isol.	N.º Saída em Fam.	% Saídas	% Saída Isol.	% Saída em Fam.
Pedro Miguel	3112	713	596	42	23	19
São Mateus	4331	666	862	35	15	20
Ribeira Seca	4365	659	784	33	15	18
Agualva	2163	279	305	27	13	14

Fonte: Elaboração própria

Pese embora algum enviesamento dos resultados decorrente de uma cobertura não paralela para grupos importantes de gerações, parece deduzir-se que foi

para os nascidos em Pedro Miguel que uma maior percentagem de indivíduos não chegou a falecer na sua terra de nascimento, 42%, para o que não será estranho a atração das freguesias urbanas da Horta, que lhe ficavam próximas. Em São Mateus e Ribeira Seca, os valores não se apresentam muito diferenciados, respetivamente 35% e 33% de saídas definitivas. A maior estabilidade parece ter pertencido a Aigualva, com apenas 27% de indivíduos que se ausentaram definitivamente, embora não seja confortável o volume de informação para esta paróquia.

O desdobramento por sexos e por períodos pode permitir outras reflexões.

Tabela 2. Movimento comparado de saídas definitivas por sexos e períodos (gerações nascidas entre 1700 e 1799)

	Sexo masculino						Sexo feminino					
	N.º Ind.	N.º Saída Isol.	N.º Saída em Fam.	% Saídas	% Saída Isol.	% Saída em Fam.	N.º Ind.	N.º Saída Isol.	N.º Saída em Fam.	% Saídas	% Saída Isol.	% Saída em Fam.
1700-1729												
Pedro Miguel	563	187	108	52	33	19	477	79	83	34	17	17
Aigualva	577	117	97	37	20	17	528	49	98	28	9	19
1730-1754												
Pedro Miguel	483	136	121	53	28	25	440	95	91	42	21	21
São Mateus	565	95	130	40	17	23	532	73	139	40	14	26
Ribeira Seca	832	93	201	35	11	24	737	58	194	34	8	26
1755-1774												
Pedro Miguel	388	104	56	41	27	14	359	46	49	27	13	14
São Mateus	799	184	126	39	23	16	639	72	117	29	11	18
Ribeira Seca	562	138	74	38	25	13	543	42	80	23	8	15
Aigualva	141	22	12	24	15	9	126	5	16	17	4	13
1775-1799												
Pedro Miguel	208	39	46	41	19	22	194	27	42	36	14	22
São Mateus	979	185	198	39	19	20	817	57	152	26	7	19
Ribeira Seca	861	194	125	37	23	14	830	134	110	29	16	13
Aigualva	382	58	36	25	15	10	409	28	46	18	7	11
1700-1799												
Pedro Miguel	1642	466	331	48	28	20	1470	247	265	35	17	18
São Mateus	2343	464	454	39	20	19	1988	202	408	31	10	21
Ribeira Seca	2255	425	400	37	19	18	2110	234	384	29	11	18
Aigualva	1100	197	145	31	18	13	1063	82	160	23	8	15

Fonte: Elaboração própria

Observando primeiro o resultado global (1700-1799), mas com distinção de sexos, é clara a supremacia, em todas as paróquias, da mobilidade definitiva masculina, embora a mobilidade definitiva feminina, em nenhum caso, seja depreciável. Considere-se ainda a maior frequência de casamentos na terra da noiva quando os noivos são de comunidades diferentes e, conseqüentemente,

uma idade diferente de 20 anos exatos no sexo feminino para saídas definitivas consideradas isoladas.

Enquanto, em Pedro Miguel, a percentagem de homens que não chegaram a falecer na sua paróquia de origem se aproxima dos 50%, no caso das mulheres a percentagem coloca-se nos 35%. Em São Mateus, a relação correspondente é de 39% e 31%; na Ribeira Seca, de 37% e 29%; na Agualva, de 31% e 23%.

Se considerarmos depois a mobilidade *isolada e em família*, por períodos, ressalta claramente o fenómeno da saída dos *casais* para o Brasil, a afetar as gerações nascidas entre 1730 e 1754, em São Mateus e na Ribeira Seca, embora nos períodos seguintes continue a ter importância a saída de famílias nestas duas paróquias. De notar que nesse período de 1730 a 1754, o peso das saídas dos indivíduos em família superioriza-se ao peso das saídas isoladas e afeta igualmente os dois sexos. A percentagem total de saídas em São Mateus, nesse período, é de 40%, tanto no sexo masculino como no feminino, e na Ribeira Seca é de 35% e 34%, respetivamente num e noutro sexo. Se considerarmos as saídas de indivíduos em família, para um e outro sexo, os valores colocam-se em São Mateus nos 23% e 26% e na Ribeira Seca nos 24% e 26%. Paralelamente, as saídas isoladas colocam-se nos 17% e nos 14%, respetivamente no sexo masculino e no feminino, em São Mateus, e nos 11% e nos 8% na Ribeira Seca, a sugerir uma maior movimentação de *casais* na paróquia jorgense.

2.2. MOVIMENTAÇÃO DE CASAIS PARA O BRASIL ENTRE 1747 E 1753

Embora desde o século XVI se documente a saída de açorianos à procura de um destino mais favorável, no século XVII ter-se-á assistido a uma movimentação intensa, quase sempre organizada pelo Estado, para a salvaguarda dos interesses portugueses no Brasil. Na primeira metade do século XVIII, o fluxo migratório foi mais contido, contribuindo para tal a lei de 20 de março de 1720, a exigir uma justificação documental para as saídas. No entanto, na ilha do Pico, na sequência das erupções vulcânicas de 1718 e 1720, encetaram-se diligências, a partir de 1722, para o transporte de 265 casais daquela ilha, num total de 1432 pessoas com destino à colónia de Sacramento, surgindo também pedidos de alistamento de casais de outras ilhas do Grupo Central dos Açores⁸.

A grande movimentação de *casais* açorianos na direção de zonas fronteiriças brasileiras, Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro, mas também Grão-Pará e Maranhão, deu-se, no entanto, após a grande crise frumentária de 1746 e os pedidos dirigidos ao monarca para as deslocações para o Brasil. Embora não se saiba

⁸ CORDEIRO, MADEIRA, 2003: 107-108.

o número dos que efetivamente emigraram, em 1747 encontravam-se inscritos 7971 indivíduos, sendo 2850 de São Jorge, 1816 da ilha do Pico, 1287 da ilha do Faial, 919 da Terceira, 771 da Graciosa e 328 de São Miguel, mas contando com os *arrepêndidos*, Avelino Meneses admite que terão partido dos Açores para o Brasil entre outubro de 1747 e novembro de 1753 cerca de 6000 indivíduos⁹.

As saídas para o Brasil terão continuado nos anos seguintes, com iniciativas individuais, mas a lei de 4 de julho de 1758, com aplicação restrita aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, travou essas saídas, embora nem sempre com resultado conseguido¹⁰.

Tendo-se conhecimento da movimentação de casais na direção do Brasil entre 1747 e 1753, podemos admitir que uma família jovem que nesse período de tempo deixou de registrar qualquer evento familiar terá seguido esse destino.

A confirmação virá, em alguns casos, por cruzamento com as fontes paroquiais brasileiras de que dispomos.

A partir de fontes paroquiais, batizados, casamentos e óbitos, de comunidades do Brasil meridional, hoje no estado do Rio Grande do Sul, que nos foram cedidas pelos nossos colegas brasileiros, Dário e Ana Sílvia Scott, foi-nos já possível identificar alguns indivíduos das freguesias objeto de maior aproximação, que aí se instalaram na segunda metade do século XVIII. Nem todos esses indivíduos terão saído usando o transporte régio, mas não deixa de ser interessante observar as suas condições de partida, socorrendo-nos das informações de que dispomos, para o período, de ausência ou posse de bens por parte das suas famílias de origem.

No caso de Pedro Miguel contabilizámos 21 casais, envolvendo 132 indivíduos, que terão embarcado de Pedro Miguel para o Brasil em meados do século XVIII, com uma média de mais de seis indivíduos por família nuclear deslocada. A idade média desses casais tenderia para os 38 anos, pesem embora os casos de idade não conhecida. Sete desses casais têm documentada a sua fixação na paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre. A grande maioria dessas famílias seria pobre.

Admitimos que 23 *casais*, envolvendo 98 pessoas, terão saído de São Mateus para o Brasil entre 1747 e 1753, seis desses casais com residência comprovada no atual estado do Rio Grande do Sul, destino de uma família já antes deslocada. Seriam casais predominantemente jovens, com uma idade a tender para os 33 anos, com uma dimensão de família modesta, com pouco mais de quatro indivíduos por família. Uma parte importante desses casais pertencia aos estratos médios da sociedade.

Foram identificadas antes de 1747 duas famílias naturais da Ribeira Seca na paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre. Entre 1747 e 1753 calculamos que terão saído da paróquia jorgense em direção ao Brasil 74 casais, envolvendo 372

⁹ MENESES, 2014: 129-141.

¹⁰ CORDEIRO, MADEIRA, 2003: 110.

indivíduos, sendo que 23 desses casais se dirigiram comprovadamente para o atual estado do Rio Grande do Sul. A idade média dos casais tenderia para os 34 anos, com cinco pessoas por família.

A abertura régia para apoiar a deslocação para o Brasil de casais ilhéus não teve na paróquia terceirense o mesmo impacto que teve nas paróquias das outras três ilhas. Supomos que 10 casais se terão ausentado, envolvendo, no máximo, 54 pessoas (recorde-se que, no período, não há registo sistemático em Agualva de mortalidade de menores de 7 anos). A idade média desses casais poderia ser superior a 40 anos e possivelmente seriam, na sua maioria, pobres.

2.3. APROFUNDAMENTO DO MOVIMENTO DE SAÍDAS — O CASO DE SÃO MATEUS DO PICO

Como vimos, o cruzamento da paróquia de São Mateus com as outras paróquias da ilha do Pico e com as três freguesias urbanas da Horta e grande parte das rurais da mesma ilha do Faial permite o acompanhamento tendencialmente sistemático dos percursos de curta e média distância, considerando como média distância a deslocação para o Faial, apontando nos outros casos para deslocações de maior distância.

Tínhamos calculado que 1528 indivíduos, dos 4331 nascidos em São Mateus entre 1733 e 1799, tinham falecido fora da sua terra de origem, representando 35% do total de nascidos, mas com diferenças entre sexos. Dos indivíduos do sexo masculino nascidos na comunidade, 39% afastaram-se definitivamente, sendo de 31% o valor correspondente para o sexo feminino.

Acompanhando os percursos na ilha do Pico e no Faial, podemos estimar o número dos que terão seguido outros destinos, tendencialmente destinos transatlânticos, sem excluir eventuais idas para outras ilhas e, caso menos frequente, para o continente português.

Começamos por observar as saídas definitivas para outras freguesias da ilha do Pico e as saídas para a vizinha ilha do Faial, as primeiras, decorrentes, na sua maioria, do mercado matrimonial e as segundas do mercado de trabalho. Considerando apenas esse conjunto, reparamos que as freguesias enquadrantes, Candelária e São João, atraíram definitivamente 36% e 33%, respetivamente dos homens e das mulheres de São Mateus dos quais conhecemos a data de óbito fora da sua terra de origem. No total, considerando as outras freguesias da ilha, 50% dos homens desse conjunto terão sido afetados pelo mercado matrimonial, sendo a percentagem correspondente para as mulheres de 51%.

Tal significa que cerca de metade dos indivíduos nascidos em São Mateus que se ausentaram para curta ou média distância foi falecer à ilha do Faial, particularmente à zona urbana da Horta, mas também a freguesias rurais, sobressaindo, de todas, a freguesia da Feteira, celeiro privilegiado das duas ilhas.

Tabela 3. Saídas definitivas para destinos próximos (gerações nascidas em São Mateus entre 1700 e 1799)

Destinos próximos	Sexo masculino		Sexo feminino		Sexos reunidos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Candelária	23	16	24	20	47	18
São João	28	20	16	13	44	17
Outras/Pico	20	14	22	18	42	16
Horta/Faial	42	30	41	34	83	31
Outras/Faial	29	20	19	16	48	18
Total de saídas nas duas ilhas	142	100	122	101	264	100

Fonte: Elaboração própria

Aqueles que se afastaram de São Mateus e faleceram em alguma das outras freguesias das duas ilhas do Pico e Faial foram apenas 17% do total de ausentes definitivos. Dos restantes 83% que se ausentaram definitivamente para além do horizonte das duas ilhas, 85% eram do sexo masculino e 80% do sexo feminino.

Tabela 4. Saídas definitivas para outros destinos (gerações nascidas em São Mateus entre 1733 e 1799)

	Sexo masculino		Sexo feminino		Sexos reunidos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Destinos próximos	142	15	122	20	264	17
Outros destinos	776	85	488	80	1264	83
Total	918	100	610	100	1528	100

Fonte: Elaboração própria

Admitimos que esses 1264 indivíduos, dos 4331 nascidos em São Mateus entre 1733 e 1799, que não identificamos no Pico ou no Faial terão perseguido, na sua maioria, destinos transatlânticos, o que os posiciona entre um quarto e um terço de todos os nascidos.

Prosseguir os cruzamentos interparoquiais será o caminho para determinar a importância de comunidades açorianas concretas na afirmação da cultura portuguesa nos novos mundos que então se povoavam. O cruzamento esporádico com apenas uma, embora importante paróquia do Brasil meridional, dá ânimo nesse sentido.

2.4. MOVIMENTOS DE ENTRADA

Podemos também estimar o peso das entradas de indivíduos não naturais que faleceram em cada uma das quatro comunidades de referência, a corresponder, em cada caso, ao mesmo grupo de gerações para as quais existe registo sistemático de mortalidade infantil. A idade indicada ao óbito permite, na maior parte dos casos, inserir esses *indivíduos de fora* no grupo de gerações em análise e, nos casos omissos, a data de casamento, nascimento de filhos ou óbito do cônjuge permitem uma aproximação válida.

Tabela 5. Entradas definitivas de indivíduos não naturais em Pedro Miguel (gerações correspondentes a nascidos na comunidade entre 1700 e 1783)

Naturalidade	Sexo masculino		Sexo feminino		Sexos reunidos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Praia do Almojarife	16	15	20	18	36	16
Ribeirinha	15	14	10	9	25	11
Horta	5	5	7	6	12	5
Outras/Faial	24	23	29	26	53	23
Ilha do Pico	44	42	45	40	99	43
Ilha de São Jorge	1	1	1	1	2	1
Ilha das Flores			1	1	1	1
Total	105	100	113	101	228	100

Fonte: Elaboração própria

Como seria de esperar, a atração por Pedro Miguel foi maior por parte de indivíduos naturais das freguesias limítrofes, Praia do Almojarife e Ribeirinha, sendo relativamente escassa por parte dos naturais das três freguesias da Horta, assim como das restantes sete freguesias da ilha do Faial, sendo de supor, nestes casos, a ação dominante do mercado matrimonial. Mais importante do que das freguesias faialenses não limítrofes foi a entrada definitiva de indivíduos da carente vizinha ilha do Pico, mesmo no caso do sexo feminino, a apontar para a procura de uma situação mais confortável numa freguesia que dispunha de bons terrenos agrícolas.

Considerando depois que estimámos em 1309 o número de saídas definitivas para os indivíduos dessas gerações, encontramos um saldo migratório negativo de 1081 indivíduos, sendo 692 do sexo masculino e 399 do feminino.

Tabela 6. Entradas definitivas de indivíduos não naturais em São Mateus (gerações correspondentes a nascidos na comunidade entre 1733 e 1799)

Naturalidade	Sexo masculino		Sexo feminino		Sexos reunidos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Candelária	24	43	21	32	45	37
São João	6	11	25	39	31	25
Outras/Pico	16	29	15	23	31	25
Horta/Faial	7	12	2	3	9	7
Outras/Faial	3	5	1	1	4	3
São Jorge			2	3	2	2
Total de entradas	56	100	66	101	122	99

Fonte: Elaboração própria

De forma diferenciada entre sexos, as maiores entradas definitivas em São Mateus foram das freguesias limítrofes de Candelária e São João e depois das outras freguesias da ilha, com contribuição escassa da ilha do Faial e residual de São Jorge.

Estimando-se a saída definitiva de 1528 indivíduos das gerações consideradas, o saldo migratório negativo seria de 1406, sendo 862 do sexo masculino e de 544 no feminino.

Tabela 7. Entradas definitivas de indivíduos não naturais na Ribeira Seca (gerações correspondentes a nascidos na comunidade entre 1734 e 1799)

Naturalidade	Sexo masculino		Sexo feminino		Sexos reunidos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Calheta	35	23	37	22	72	23
Topo	45	30	68	41	113	36
Norte Pequeno	16	11	21	13	37	12
Outras/São Jorge	31	21	30	18	61	19
Ilha do Pico	16	11	11	6	27	9
Ilha do Faial	3	2			3	1
Ilha Graciosa	2	1			2	1
Ilha Terceira	1	1			1	0
Continente	1	1			1	0
Total	150	101	167	100	317	101

Fonte: Elaboração própria

Verificamos uma atração pela Ribeira Seca dominante por parte das freguesias limítrofes, particularmente do Topo, mas também das outras freguesias da mesma ilha, tendo ainda algum significado a entrada definitiva de gente do Pico. A representação de outras ilhas é residual e apenas no caso do sexo masculino.

Estimando-se na Ribeira Seca a saída de 1443 indivíduos das gerações nascidas entre 1734 e 1799, o saldo migratório negativo seria de 1126 indivíduos, sendo de 675 indivíduos do sexo masculino e 451 do feminino.

Tabela 8. Entradas definitivas de indivíduos não naturais na Agualva (gerações correspondentes a nascidos na comunidade entre 1700 e 1729 e entre 1767 e 1799)

Naturalidade	Sexo masculino		Sexo feminino		Sexos reunidos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Vila Nova	31	26	49	34	80	30
Lajes	19	16	25	17	44	17
Quatro Ribeiras	10	8	9	6	19	7
Angra	10	8	6	4	16	6
Praia da Vitória	7	6	14	10	21	8
Outras/Terceira	30	25	35	24	65	24
Ilha de São Jorge	8	7	2	1	10	4
Ilha do Pico	2	2	2	1	4	2
Ilha Graciosa	1	1	2	1	3	1
Ilha do Faial	1	1	1	1	2	1
Ilha de São Miguel	1	1	1	1	2	1
Total	120	101	146	100	266	101

Fonte: Elaboração própria

Indivíduos de Vila Nova e Lajes são os mais atraídos para Agualva, mas há uma movimentação importante de gente das outras freguesias da Terceira. Embora possamos encontrar entradas de indivíduos de outras cinco ilhas dos Açores, só no caso de São Jorge adquirem algum significado.

Tendo-se estimado a saída definitiva de Agualva de 584 indivíduos, das gerações nascidas entre 1700 e 1729 e das gerações nascidas entre 1767 e 1799, os saldos migratórios negativos foram de 318 indivíduos, sendo 222 do sexo masculino e 96 do feminino.

Se considerarmos o número de indivíduos nascidos em cada uma das freguesias, para as gerações em causa, e o relacionarmos com os que entraram pertencentes a essas mesmas gerações, podemos comparar mais facilmente os movimentos compensatórios.

Tabela 9. Movimento de entradas e saídas (gerações nascidas entre 1700 e 1799)

Localidade	Sexo masculino				Sexo feminino				Sexos reunidos			
	Nasc.	% Saídas	% Entradas	Saldo	Nasc.	% Saídas	% Entradas	Saldo	Nasc.	% Saídas	% Entradas	Saldo
Pedro Miguel	1642	48	6	-42	1470	35	8	-27	3112	42	7	-35
São Mateus	2343	39	2	-37	1988	31	3	-28	4331	35	3	-32
Ribeira Seca	2255	37	7	-30	2110	29	8	-21	4365	33	7	-26
Aigualva	1100	31	11	-20	1063	23	14	-9	2163	27	12	-15

Fonte: Elaboração própria

Observamos que, depois de contar com as entradas de indivíduos de fora que se juntam aos nascidos na própria comunidade, os desequilíbrios mantêm-se, mas com alguma diferenciação, caso a caso. O saldo menos favorável encontra-se em Pedro Miguel, com 35 saídas definitivas para o exterior em 100 entradas por nascimento ou mobilidade, apesar de as entradas de indivíduos de fora corresponderem a sete por 100 nascidos, sendo de admitir a particular influência atrativa para os pedro-miguelenses da então vila da Horta. Segue-se logo São Mateus com 32 saídas definitivas para o exterior em 100 entradas, mas com as entradas de indivíduos de fora a corresponderem apenas a três indivíduos em cada 100 nascidos na freguesia. A atração pela Ribeira Seca é paralela à atração encontrada em Pedro Miguel, sete indivíduos a entrar definitivamente em cada 100 nascidos, com 26 saídas para o exterior em 100 entradas por nascimento ou mobilidade. Em Aigualva, encontramos 15 em 100, com 27 saídas definitivas para o exterior e 12 entradas para cada 100 naturais, com marcada diferença em relação à situação nas outras ilhas.

3. NUPCIALIDADE COMPARADA

Antes de finais do século XIX, antes de se começar a vincar o controlo da natalidade, apenas podemos esperar regularidade do fenómeno da *fecundidade dentro do casamento*. Os comportamentos de Nupcialidade, como volitivos e sujeitos a múltiplas influências de ordem económica e cultural, nem sempre evoluem na direção esperada.

Nesse sentido, a comparação dos comportamentos de Nupcialidade nas diferentes comunidades ou grupo de comunidades, através do acompanhamento das trajetórias de vida dos nascidos no século XVIII, pode fornecer-nos importantes motivos de reflexão, tanto mais que contamos com níveis bem diferenciados no que respeita à mortalidade de crise e, em certa medida, também com níveis diferenciados nas saídas para o Brasil em meados do século.

Para variáveis como a idade média ao primeiro casamento, podemos agregar a Pedro Miguel as freguesias contíguas de Praia do Almojarife e Ribeirinha, e agregar a Agualva Quatro Ribeiras e Vila Nova, encontrando para os nascidos no século XVIII um volume de observação confortável e mais próximo de São Mateus e Ribeira Seca. No entanto, para o estudo do celibato definitivo, só podemos abordar as quatro freguesias de referência, o que nos leva a distinguir apenas dois períodos de observação, sem que se possa descartar, principalmente nas paróquias mais pequenas, o efeito de pequenos números.

Na análise sobre comportamentos de Nupcialidade, começamos precisamente pelo acesso negado ao casamento, o celibato definitivo, considerando como definitivamente celibatários aqueles que faleceram com 50 ou mais anos sem terem chegado a casar.

3.1. CELIBATO DEFINITIVO COMPARADO

Para comparação entre as quatro comunidades de referência, apenas consideramos, por sexos, a percentagem de falecidos na comunidade de origem, na situação de solteiros, com idade de 50 ou mais anos, relativamente a todos os falecidos na mesma comunidade nesse grupo etário, embora em todos os casos, à exceção da Ribeira Seca, se possa ter conhecimento de óbitos fora.

Tabela 10. Celibato definitivo comparado (%) (gerações nascidas entre 1700 e 1799)

Localidade	Gerações de 1700-1749		Gerações de 1750-1799		Gerações de 1700-1799	
	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino
Pedro Miguel	3,4	14,9	4,3	11,2	4	13,2
São Mateus	7,8	11	7,9	10	7,9	10,4
Ribeira Seca	10,3	10,2	17	23,9	14,5	18,4
Agualva	15,3	20,8	12,2	12,7	13,5	17,2

Fonte: Elaboração própria

Considere-se que as observações foram desenvolvidas, por paróquia, apenas para os períodos em que se beneficia na mesma de registo sistemático de mortalidade infantil.

Os resultados mostram diferenças salientes de comportamento entre as quatro comunidades, quer se considerem todos os nascidos no século XVIII, quer se considerem os nascidos em cada meio século.

Considerando o sexo masculino, na globalidade da observação, os nascidos em Pedro Miguel foram aqueles que terão tido um acesso mais facilitado

ao casamento, com apenas 4% de definitivamente celibatários. Ribeira Seca e Agualva aproximam comportamentos, com 14,5% e 13,5%, respetivamente. São Mateus aproxima-se mais de Pedro Miguel, embora ainda com 7,9% de solteiros definitivos.

Considerando o sexo feminino, as mulheres de São Mateus foram as que mais casaram, com 10,4% de definitivamente celibatárias, seguindo-se as de Pedro Miguel com 13,2%, Agualva com 17,2% e Ribeira Seca com 18,4%. A maior aproximação de comportamento entre os sexos deu-se precisamente em São Mateus, com uma diferença de apenas 2,5 pontos percentuais a afetar o sexo feminino. Em Pedro Miguel a diferença entre os sexos ultrapassa os 9%, em desfavor das mulheres.

Se distinguirmos dois períodos de observação, nascidos antes de 1750 e de 1750 em diante, notamos que apenas em São Mateus não se deram grandes alterações de comportamento. Na Ribeira Seca, nas gerações nascidas no primeiro período, encontravam-se níveis pouco superiores a 10% de definitivamente celibatários, num e noutro sexo. Contrariamente ao que seria de esperar, as gerações que resistiram na comunidade às saídas para o Brasil de meados do século e depois ao terramoto tiveram muito mais dificuldade em aceder ao casamento, subindo para 17% o peso dos homens definitivamente celibatários e para quase 24% o peso das mulheres. Na Agualva, em sentido inverso à Ribeira Seca, o segundo período parece ter sido mais favorável para as bodas, a baixar 8 pontos percentuais, no caso do sexo feminino, abaixamento também sentido, mas menos nítido, em Pedro Miguel, embora num e noutro caso, como se referiu, não se possa descartar o efeito de pequenos números.

3.2. IDADE MÉDIA COMPARADA AO PRIMEIRO CASAMENTO

A idade ao casar, particularmente no sexo feminino, assume uma enorme importância num quadro de fecundidade próxima da natural. Há quase meio século, Pierre Chaunu considerava a idade tardia ao casamento como a verdadeira arma contracetiva das comunidades europeias do Antigo Regime¹¹. Mesmo ligeiras alterações podem significar uma subida ou descida com significado nos níveis de descendência.

Acompanhando as trajetórias de vida, para abordar os comportamentos de Nupcialidade, o indicador que primeiro usamos é a idade média ao primeiro casamento, considerando os valores confortáveis de observação em qualquer caso: as três paróquias do Faial, São Mateus, Ribeira Seca e as três paróquias terceirenses.

¹¹ CHAUNU, 1974: 314-ss.

Considerando globalmente as gerações nascidas entre 1700 e 1799, ressalta a aproximação de comportamentos nas freguesias observadas das quatro ilhas. À exceção de São Mateus, as diferenças nas idades médias ao primeiro casamento, num e noutra sexo, para toda a população, são de escassos meses, oscilando, no sexo masculino, entre 28,5 e 28,7 anos e no sexo feminino entre 25,9 e 26,1 anos. Em São Mateus os homens casaram mais tarde, aos 29 anos, e as mulheres mais cedo, aos 25,2.

Tabela 11. Idades médias comparadas ao primeiro casamento (gerações nascidas entre 1700 e 1799)

Localidade	Sexo Masculino		Sexo feminino	
	Observações	Idade média	Observações	Idade média
Paróquias/Faial	1353	28,5	1526	26,1
São Mateus	1033	29	1207	25,2
Ribeira Seca	703	28,5	901	25,9
Paróquias da Terceira	747	28,7	980	26

Fonte: Elaboração própria

Idades médias ao primeiro casamento elevadas enquadram-se no comportamento corrente da Europa Ocidental para o período, há muito detetado por Hajnal¹², tendo naturais reflexos na descendência.

3.3. IDADE MÉDIA COMPARADA AO PRIMEIRO CASAMENTO — COMPORTAMENTO DIFERENCIAL

O trabalho que desenvolvemos nestas comunidades de classificação socioeconómica das famílias, a partir de indicadores fornecidos pelos diferentes registos, particularmente pelos registos de óbitos, permite-nos uma aproximação aos comportamentos diferenciais.

Se considerarmos isoladamente os filhos de famílias pobres no que respeita à idade média ao primeiro casamento, relativamente ao comportamento geral, verificamos que os valores são diferentes num e noutra sexo. Enquanto no sexo masculino os mais pobres antecipavam as bodas, no sexo feminino adiavam-nas. No caso do sexo masculino, a maior saliência vai para as paróquias faialenses em que a diferença chega a um ano, seguindo-se São Mateus, com sete meses. No caso do sexo feminino, encontramos a mesma idade média nas paróquias terceirenses, mas em todos os outros casos o casamento das filhas de famílias pobres é mais tardio, particularmente no caso da Ribeira Seca em que essa diferença ultrapassa os oito meses.

¹² HAJNAL, 1965: 101-143.

Tabela 12. Idades médias comparadas ao primeiro casamento. Comportamento diferencial (gerações nascidas entre 1700 e 1799)

Localidade	Sexo masculino				Sexo feminino			
	População		Filhos de pobres		População		Filhos de pobres	
	Observações	Idade média	Observações	Idade média	Observações	Idade média	Observações	Idade média
Paróquias/Faial	1353	28,5	121	27,5	1526	26,1	170	26,4
São Mateus	1033	29	167	28,4	1207	25,2	197	25,3
Ribeira Seca	703	28,5	114	28,2	901	25,9	162	26,6
Paróquias da Terceira	747	28,7	306	28,5	980	26	397	26

Fonte: Elaboração própria

Somos tentadas a pensar que os homens nascidos no século XVIII, que pouco ou nada tinham a esperar de uma herança, mais cedo acederiam ao matrimónio, enquanto o mercado matrimonial para as filhas de famílias pobres, sem poderem dispor de um dote, se mostraria menos favorável.

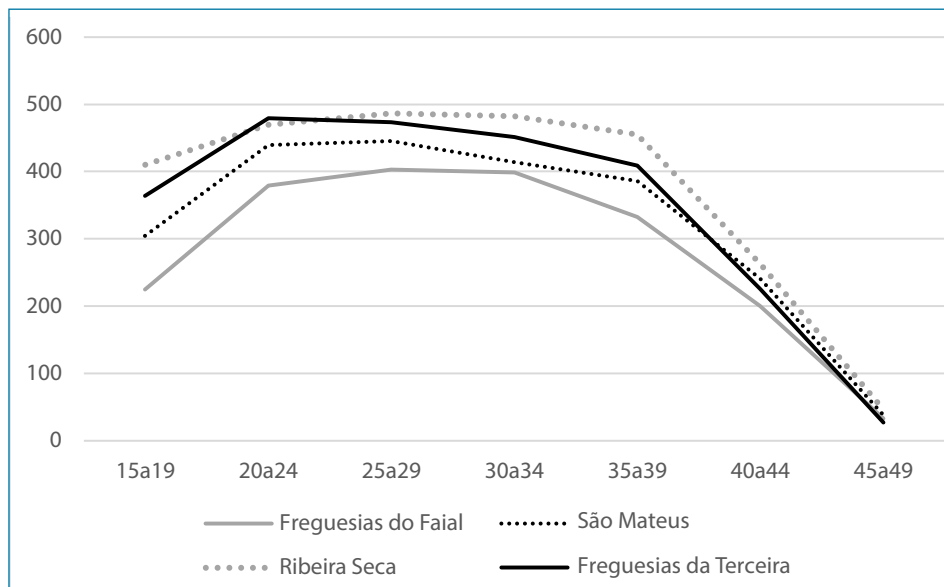
3.4. FECUNDIDADE COMPARADA DENTRO DO CASAMENTO

Com o cálculo das taxas de fecundidade legítima, pretende-se comparar capacidades reprodutivas, isolando os efeitos da idade ao casamento e da rutura dos laços conjugais por mortalidade precoce. Representam o número de filhos que mil mulheres teriam em cada grupo de idades nas condições de fecundidade encontradas.

Tabela 13. Taxas de Fecundidade Legítima por grupos de idade da mulher (1000 mulheres)

Localidade	Grupos de idades da mulher							DT 20-49	DE(1)	DE(2)	CC	IMcas Mulher	IMnasc. Ufilho
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49						
Freguesias do Faial	225	380	403	398	332	200	33	8,7	4,5	5,3	37,3	27,5	38,6
São Mateus	305	440	445	414	386	241	38	9,8	5,1	5,6	40,2	26,2	39,4
Ribeira Seca	410	470	487	482	455	262	47	11,0	4,7	5,6	37,9	28,7	39,1
Freguesias da Terceira	364	479	473	452	409	226	27	10,3	5,1	5,7	38,0	27,5	38,8

Fonte: Elaboração própria; Legenda: DT — descendência teórica; DE (1) Famílias com ou sem filhos; DE (2) Família fecundas; CC — Anos de convivência conjugal; IMCasMulher — Idade média ao casamento da mulher; IMNasUfilho — Idade da mãe ao nascimento do último filho.

Gráfico 6. Taxas de Fecundidade Legítima por grupos de idade da mulher (1000 mulheres)

Fonte: Elaboração própria

Depreendemos que na Ribeira Seca haveria possibilidade de um maior número de nascimentos se a convivência conjugal se prolongasse por todo o período fecundo da mulher, seguindo-se as freguesias terceirenses. Com algum desfasamento encontramos São Mateus e só depois as freguesias do Faial.

A descendência teórica (DT) resultante, calculada apenas para os grupos de idades dos 20 aos 49 anos, dada a existência de informação escassa para as mulheres casadas antes dos 20 anos, expressa bem essas diferenças. Se um casal permanesse em convivência conjugal dos 20 aos 49 anos, teria, em média, na Ribeira Seca 11 filhos, nas freguesias da Terceira 10,3, em São Mateus 9,8 e nas freguesias do Faial 8,7.

Os filhos que efetivamente tiveram, considerando famílias com ou sem filhos (DE1), foram em São Mateus e nas paróquias terceirenses 5,1, na Ribeira Seca 4,7 e nas paróquias faialenses 4,5.

Tais resultados relacionam-se de forma clara com a idade média ao casamento em cada conjunto de paróquias observadas e com o prolongamento da menopausa. Embora as mulheres da Ribeira Seca e das paróquias terceirenses fossem mais procriativas antes dos 40 anos, a idade mais precoce ao casamento e um relativo maior alargamento do período fecundo permitiam que as famílias de São Mateus contassem o mesmo número de filhos das paróquias da Terceira e um número mais elevado do que o encontrado na paróquia jorgense.

3.5. FECUNDIDADE COMPARADA FORA DO CASAMENTO

No que respeita à fecundidade fora do casamento, se excetuarmos o caso da Ribeira Seca, cujo comportamento neste campo já foi objeto de uma monografia a cobrir o século XIX¹³, a contenção parece ter sido a regra, particularmente em Agualva, embora não se possa descartar a possibilidade de abandono de filhos por parte de mulheres solteiras. No entanto, no nosso estudo, para os séculos XVII e XVIII, sobre o abandono de crianças na ilha do Faial, verificámos que na primeira metade do XVIII, nas 13 freguesias da ilha, sendo três delas urbanas e portuárias, o número de crianças abandonadas não atingiu a dezena. A subida só se deu a partir da década de 60 do século XVIII, colocando-se no final do século nas oito dezenas¹⁴.

Tabela 14. Fecundidade comparada fora do casamento

Paróquia	Total de nascimentos	Nascimentos fora do casamento	% de nascimentos fora do casamento
Pedro Miguel	4042	142	3,5
São Mateus	6788	217	3,2
Ribeira Seca	6741	439	6,5
Agualva	3462	47	1,4

Fonte: Elaboração própria

3.6. ESPERANÇA DE VIDA COMPARADA

No caso da Mortalidade, limitamo-nos a comparar a esperança de vida à nascença para as gerações cobertas pelo registo sistemático de mortalidade infantil, marcando, caso a caso, um fim de observação para os indivíduos dos quais não conhecemos o registo de óbito.

Tabela 15. Esperança de vida à nascença (gerações nascidas no século XVIII)

	Pedro Miguel (Faial)			São Mateus (Pico)			Ribeira Seca (São Jorge)			Agualva (Terceira)		
	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
0	44,2	44,3	44,2	50,7	50,9	50,8	42,2	44,2	43,1	32,5	28,9	30,5
1	50,3	48,3	49,3	56,8	55,1	56,0	51,3	51,5	51,5	36,4	31,9	34,0
5	54,1	52,4	53,2	58,3	57,7	58,0	55,1	55,6	55,4	47,3	42,7	44,7
10	50,9	49,6	50,2	54,9	54,9	54,9	53,0	53,3	53,2	48,4	42,2	44,9
15	46,7	45,2	45,9	50,7	50,7	50,7	49,3	5,0	49,6	44,8	40,0	42,0

(continua na página seguinte)

¹³ MATOS, 2007.

¹⁴ ROCHA, AMORIM, 2019.

	Pedro Miguel (Faial)			São Mateus (Pico)			Ribeira Seca (São Jorge)			Aigualva (Terceira)		
	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
20	42,3	41,0	41,7	46,1	46,5	46,3	46,1	46,4	46,3	40,9	35,8	38,0
25	38,3	37,4	37,8	42,3	42,7	42,5	42,7	42,9	42,8	38,1	33,1	35,2
30	34,8	34,1	34,4	38,2	38,7	38,5	38,9	39,1	39,0	36,2	31,2	33,3
35	30,3	30,9	30,6	34,2	34,7	34,5	34,5	35,3	34,9	32,3	28,1	3,0
40	26,3	27,6	27,0	30,4	31,0	30,7	30,2	31,2	30,7	28,1	24,9	26,3
45	22,9	24,3	23,7	26,4	27,3	26,8	26,5	28,0	27,3	24,2	22,4	23,2
50	19,1	20,5	19,9	22,6	23,6	23,1	22,8	24,2	23,5	19,5	19,7	19,6
55	15,8	17,2	16,6	19,1	19,9	19,5	19,1	20,9	20,0	16,7	16,0	16,3
60	12,5	14,2	13,5	15,7	16,5	16,1	15,5	17,5	16,6	13,4	12,9	13,1
65	10,2	11,2	10,8	12,6	13,2	12,9	12,3	14,2	13,3	9,9	9,7	9,8
70	8,1	8,9	8,6	9,9	10,5	10,2	10,0	11,2	10,7	7,6	7,2	7,4
75	5,9	6,8	6,5	7,5	7,8	7,7	7,3	8,2	7,9	5,3	4,8	5,0
80	4,5	5,1	4,9	5,5	6,0	5,8	5,7	5,9	5,8	4,9	3,3	4,0
85	3,5	5,6	4,8	4,1	4,2	4,2	4,5	4,3	4,4	5,0	1,2	2,7

Fonte: Elaboração própria

Uma esperança de vida à nascença a abeirar os 51 anos para nascidos no século XVIII é uma situação muito particular da ilha do Pico, que nenhuma literatura documenta. Temos vindo a chamar a atenção para especiais condições de sobrevivência de crianças e velhos, pelo clima ameno, menos húmido que nas restantes ilhas, pela alimentação frugal, à base de bolo de milho, algum peixe, muito pouca carne e abundância de frutos, pela pureza das águas, águas das chuvas ou de poços de maré, pela necessidade de homens e mulheres percorrerem diariamente a pé grandes distâncias, subindo às pastagens e às *terras do alto*, ou descendo aos poços de maré, pela proteção dada à infância pelas mães domésticas, pela cultura de respeito pelos mais velhos¹⁵.

Ainda muito favorável é a situação de Pedro Miguel e da Ribeira Seca, com 44 e 43 anos, respetivamente. O caso de Aigualva, com uma esperança de vida de 30 anos e meio, menos 20 anos do que em São Mateus, oferece algumas reservas, dada a escassez de efetivos analisados.

Fica no ar a exigência de uma análise comparativa, em pormenor, deste fenómeno decisivo, o da Mortalidade, em tempo de Fecundidade próxima da natural.

¹⁵ AMORIM, 2004.

NOTAS FINAIS

As duas principais metodologias propostas, o *acompanhamento de trajetórias de vida para todos os nascidos num determinado espaço e num determinado tempo* e o *desenvolvimento de análises comparativas nas mesmas condições de observação*, afiguram-se-nos como as vias a seguir para uma melhor compreensão da dinâmica das populações objeto de registo paroquial ou civil.

No caso vertente, o acompanhamento comparado de trajetórias de vida de nascidos no século XVIII em comunidades de quatro ilhas do mesmo Grupo Central dos Açores revela diferenças marcantes de comportamento que se refletem primeiro nos contrastes de crescimento entre São Mateus do Pico e Ribeira Seca, por um lado, e Pedro Miguel e Agualva, por outro. Repare-se que no final do século, na Ribeira Seca, já se havia reposto o nível de nascimentos anterior à terrível catástrofe de 1757.

O comportamento mais geral foi a idade média elevada ao primeiro casamento em ambos os sexos, com vantagem em São Mateus, com uma idade média ao primeiro casamento feminino de 25,2 anos, para valores nas outras três comunidades entre 25,9 e 26,1. O celibato definitivo mais frequente na Ribeira Seca foi em parte compensado por um volume maior de nascimentos fora do casamento e uma descendência teórica mais favorável, sendo este último comportamento também encontrado em Agualva. As duas variáveis mais influentes nos contrastes de crescimento terão sido, no entanto, a Mortalidade e a Mobilidade. Esperanças de vida elevadas para a época encontravam na Mobilidade importantes válvulas de escape. Se excetuarmos Agualva, a esperança de vida encontrada superiorizava-se aos 43 anos, com São Mateus a aproximar-se dos 51 anos. Em Agualva, a esperança de vida das gerações analisadas não atingiria os 31 anos, o que terá comprometido decisivamente o crescimento. A estabilidade do nível de nascimentos em Pedro Miguel, a par da elevada idade média ao primeiro casamento feminino e de uma menos favorável descendência, deve procurar-se na maior incidência do fenómeno da Mobilidade.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Maria Norberta (1991a). *Emigração — uma variável demográfica influente. O comportamento de gerações nascidas no Sul do Pico entre 1740 e 1890*. In EIRAS ROEL, Antonio, coord. *Emigracion española y portuguesa a America*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, Diputación de Alicante, pp. 147-160. Atas do II Congresso da ADEH.
- AMORIM, Maria Norberta (1991b). *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*. Braga: Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta (1992). *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico: 1680-1980*. Braga: Instituto de Ciências Sociais, UMinho.

- AMORIM, Maria Norberta (2004). *O Pico (séculos XVIII a XX). A ilha açoriana mais poupada pela morte*. «Revista de Demografia Histórica». 22:2, 53-84.
- AMORIM, Maria Norberta (2016). *O Pico. A abordagem de uma ilha*. Madalena: Câmara Municipal da Madalena; Porto: CITCEM. Vol. I: *As Famílias*; Tomo IX: *As Famílias de Santa Luzia nos finais do século XIX*.
- AMORIM, Maria Norberta; MARCO-GRACIA, Francisco J.; SALGADO, Filipe (2021). *Microanálisis comparado de la transición demográfica en tres islas de las Azores, siglos XVIII-XX: Diferencias en el pasado, semejanzas en el presente*. «Historia Agraria: Revista de agricultura e historia rural». 84, 73-106.
- CHAUNU, Pierre (1974). *Histoire, science sociale: la durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne*. Paris: SEDES.
- CORDEIRO, Carlos Alberto da Costa; MADEIRA, Artur Boavida (2003). *A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820): uma leitura em torno de interesses e vontades*. «Arquipélago». 2.^a Série. 7, 99-122.
- DEL PANTA, Lorenzo; LIVI-BACCI, Massimo (1977). *Chronologie, Intensité et Diffusion des Crises de Mortalité en Italie: 1600-1850*. «Population». 32e année. 1, 401-446.
- HAJNAL, John (1965). *European Marriage Patterns in Perspective*. In GLASS, David Victor; EVERSLEY, David Edward Charles, ed. *Population in History: Essays in Historical Demography*. Chicago: Aldine Publishing Company, pp. 101-143.
- HENRY, Louis (1967). *Manuel de Démographie Historique*. Paris: Genève.
- MACEDO, António Lourenço da Silveira (1981). *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, vol. I.
- MADEIRA, Artur Boavida (1999). *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*. Cascais: Patrimónia.
- MATOS, Paulo Lopes (2007). *O Nascimento fora do Matrimónio na Freguesia da Ribeira Seca da Ilha de São Jorge (Açores): 1800-1910*. Guimarães: NEPS.
- MENESES, Avelino de Freitas (1995). *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. Vol. II: *Economia*.
- MENESES, Avelino de Freitas (1997). *Gentes dos Açores. O Número e a Mobilidade em Meados do Século XVIII*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- MENESES, Avelino de Freitas (1998). *S. Jorge, 9 de Julho de 1757: a memória de um terramoto devastador*. In *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX (II Colóquio)*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, pp. 597-602.
- MENESES, Avelino de Freitas (2014). *Os açorianos na estruturação do Brasil do Sul: as levas de meados do século XVIII*. In SOUSA, Fernando et al., coord. *Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. Porto: CEPES, pp. 123-144.
- ROCHA, José Elmiro; AMORIM, Maria Norberta (2019). *Um fenómeno perturbador: os abandonados nas Rodas de Horta e Angra nos séculos XVIII e XIX*. In *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX (atas do VII Colóquio)*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, pp. 447-461.
- RODRIGUES, José Damião; MADEIRA, Artur Boavida (2001). *A emigração para o Brasil: as levas de soldados no século XVIII*. In *Portos, escalas e ilhéus no relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Ponta Delgada: Universidade dos Açores, vol. II, pp. 109-130.

A CONSOLIDAÇÃO DAS FRONTEIRAS NA AMÉRICA PORTUGUESA:

ASSENTAMENTO DOS LAVRADORES DE CANA NA EXPANSÃO
PARA O OESTE (CAMPINAS, SP, 1790-1810)*

CARLOS EDUARDO NICOLETTE*

Resumo: *As áreas limítrofes da América Portuguesa estiveram em movimento durante toda a colônia, como ocorrido no processo de corrida ao ouro das Minas Gerais. Contudo, após a revolução de escravos em Saint-Domingue, em 1791, e o consequente aumento nos preços do açúcar nos mercados internacionais, houve um fluxo migratório intenso para regiões, até então, ermas da colônia. Foi nesse quadro histórico que Campinas, interior de São Paulo, viu sua população livre aumentar mais de cinco vezes e a escrava, dez. O presente artigo objetiva investigar a migração dos produtores de açúcar para Campinas e compreender de quais maneiras as origens desses indivíduos explicam a formação desse complexo açucareiro. Nesse sentido, encontrou-se uma migração considerável de filhos da elite colonial, especialmente nascidos em Itu e Minas Gerais.*

Palavras-chave: *Migração; Demografia histórica; Lavoura canavieira; Listas nominativas de habitantes.*

Abstract: *The frontiers of Portuguese America were in movement throughout the colonial period, as occurred in Minas Gerais. However, after the revolution of enslaved people in Saint-Domingue in 1791 and the consequent increase in sugar prices in international markets, there was an intense migratory flow to the colony's unoccupied, uninhabited regions. It was in this historical framework that Campinas, countryside of São Paulo, witnessed its free population increase by more than five times in addition to the slave population being increased by ten times. Thus, this article aims to investigate the migration of sugar producers to Campinas and to understand how the origins of these individuals explain the formation of this sugar production complex. In this sense, there was a considerable migration of descendants of the colonial elite, especially those born in Itu and Minas Gerais.*

Keywords: *Migration; Historical demography; Sugar mill; Nominative lists of inhabitants.*

INTRODUÇÃO

Conhecida como «Princesa do Oeste», devido à imensa produção cafeeira da segunda metade do século XIX, Campinas conta com uma volumosa historiografia sobre o período de seu auge cafeeiro, de modo que a escravidão é o processo

* Agradeço à CNPq pelo financiamento inicial de minha pesquisa de mestrado e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo auxílio, sob o processo n.º 2018/05314-7. Também agradeço a Natalie, Lucas, Tainá, todos os do grupo CEDHAL/USP e os pareceristas do artigo pelos comentários sobre a versão inicial do presente texto.

** Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo, sob a orientação do Dr. Carlos de A. P. Bacellar. Email: carlos.nicolette@usp.br.

mais analisado, ainda que existam pesquisas dos mais variados âmbitos. Tal enfoque não é para menos: além de ter sido, nas décadas de 30 e 40 do século XIX, a região que mais fabricou açúcar na província de São Paulo¹, tornou-se 30 anos depois a maior produtora de café do Império do Brasil e o âmago da concentração de cativos no Oeste Paulista. Em contrapartida, a historiografia tem estudado com menos entusiasmo o movimento de montagem da lavoura canavieira que se dava no período colonial.

O objetivo geral deste artigo é investigar a migração dos sujeitos que alavancaram a lavoura canavieira no início do século XVIII; mais especificamente, investigar-se-á de que maneiras a naturalidade desses indivíduos possibilita explicar a formação desse complexo açucareiro. Para cumprir tais objetivos, utilizar-se-ão as listas nominativas de habitantes de Campinas entre 1793 e 1810² — uma forma de censo populacional que foi solicitado pela Coroa portuguesa para conhecer melhor seus territórios ultramarinos à luz das reformas pombalinas³. O recorte temporal empreendido se justifica devido à possibilidade analítica que emerge com o aumento exponencial do movimento migratório em Campinas e que se sucede aos acontecimentos ocorridos na colônia de Saint-Domingue — isto é, a abertura de espaço no mercado mundial do açúcar decorrente de um processo revolucionário liderado pelos escravizados.

Dessa forma, o presente texto se organiza de maneira que, na primeira parte, discutir-se-á a respeito das circunstâncias dos processos sucessórios que motivavam a migração na América Portuguesa e que se refletiam na sociedade açucareira; na segunda parte, realizar-se-á uma análise longitudinal entre 1793 e 1810, a partir de quatro listas nominativas de habitantes (Mapas de População) da vila de Campinas, com o objetivo de identificar elementos que apontem para o papel desse processo migratório na constituição do complexo canavieiro campineiro e que sustentem a hipótese quanto ao processo de constituição da economia açucareira ter sido organizada em torno de e a partir de imigrantes. Por fim, serão tecidas as considerações finais, de modo a apresentar outras possibilidades interpretativas que revisitam saberes e noções prévias a respeito do processo migratório na região.

1. PROCESSOS SUCESSÓRIOS E MIGRAÇÃO

Estudos contemporâneos de Demografia Histórica, cujo foco, dentre outros possíveis, se debruça sobre a pesquisa dos movimentos populacionais, consideram relevantes as coerções materiais da inviabilidade de permanência em deter-

¹ PETRONE, 1968.

² Mais especificamente, as listas dos anos de 1793, 1796, 1805, 1810.

³ BACELLAR, 2013: 32-57. Para uma crítica em relação às possibilidades e limitações das listas nominativas, ver BACELLAR, 2015.

minados locais que carecem de determinadas circunstâncias — de ordem familiar, política, geográfica e econômica — para que o processo sucessório se consolide. Com o objetivo de salientar como tais movimentos e relações entre famílias e processos sucessórios ocorreram na América Portuguesa, Sheila Faria afirma que havia um fluxo constante de pessoas neste território, de maneira que não só existiam tais movimentos espaço-geográficos, mas também transição entre ocupações e objetivos, cujo vislumbre era o enriquecimento e a fortuna. Segundo a autora, de modo geral:

*a tentativa de enriquecimento era o motivo que levava à migração. [...] O homem colonial era essencialmente migrante. O fluxo intenso de gente, a transitoriedade de residência, de ocupação e de fortuna, a aventura, as possibilidades de enriquecimento, a abertura de novas áreas de exploração, as lutas cotidianas e a rapidez das transformações eram as fortes características da sociedade colonial brasileira*⁴.

Desse modo, migrar para um novo local, comumente uma zona limítrofe de ocupação colonial, passou a ser a estratégia de sujeitos e famílias inteiras a fim de alcançarem o sucesso socioeconômico. Na América Portuguesa, o processo sucessório, principalmente nas famílias mais abastadas, era um momento fundamental na realização do objetivo de preservar o patrimônio adquirido. Essas famílias buscavam criar estratégias e mecanismos «que não somente aperfeiçoassem o movimento de concentração de capitais, mas que o reproduzisse ao longo das gerações sucessoras»⁵. Nesse sentido, existiam múltiplas práticas de partilha de bens para os sucessores na América Portuguesa entre os séculos XVIII e XIX, de modo que uma dessas possibilidades era direcionar alguns filhos para distintas zonas de expansão, visto que cada família «no transcorrer de seu ciclo de vida, atua permanentemente no sentido de preservar e reproduzir seu *status* social. Cada ato ou decisão tomados são, conscientemente ou não, um passo no contínuo movimento de luta pela sobrevivência e pela perpetuação de sua descendência»⁶.

É possível salientar, *grosso modo*, que a historiografia clássica identificou três trajetórias diferentes para a partilha. Em primeiro lugar, Alida Metcalf e Sheila Faria perceberam, respectivamente, em Santana de Parnaíba e em Campos dos Goytacazes, a preferência pela transmissão de propriedades, em especial engenhos, para as mãos do genro do falecido (seguindo a tradição matrilinear). Nas palavras de Faria, ainda que se considere «a época em que o açúcar enriqueceu muitos donos de engenho, no final do século XVIII, dificilmente os filhos dos

⁴ FARIA, 1998: 194.

⁵ BACELLAR, 1997: 187.

⁶ BACELLAR, 1997: 127.

titulares conseguiram refazer a fortuna paterna. O mais comum foi o genro tornar-se herdeiro, principalmente no século XVIII⁷. Em segundo lugar, Bacellar identifica uma estratégia oposta à anterior no que diz respeito aos descendentes de senhores de engenho do Oeste Paulista, pois constatou «uma total preferência pelos filhos homens, não importando se eram ou não o primogênito»⁸. Por fim, Dora Costa argumenta que, em Campinas, os processos sucessórios e a prática de partilha, sobretudo em meados do XIX, foram preferencialmente concedidos para os filhos homens, não sendo raro, porém, encontrar casos de filhas beneficiadas na partilha; em outras palavras, a autora se deparou com uma realidade bastante heterogênea⁹.

A dinâmica da produção açucareira estabelecia outras problemáticas para o processo de partilha; nesse sentido, Bacellar sugere que «permanecer no engenho paterno não necessariamente era um privilégio». Ainda nas palavras do historiador:

Os filhos mais velhos, já instalados de modo autônomo, podiam simplesmente não ter interesse pela unidade paterna, preferindo vender seus quinhões de terra a um irmão. Portanto, não estariam sendo desprivilegiados, mas, sim, estariam abrindo mão daquela propriedade. Por outro lado, o irmão concentrador, como apontamos, podia ficar na posse de um engenho limitado, com terras desgastadas, falta de terras virgens e férteis para desbravar e mesmo falta comprometedora de lenha.

Isso posto, percebe-se uma gama de estratégias para evitar a pulverização de grandes *plantations*, de latifúndios e, particularmente, de complexos canavieiros. Essas dinâmicas alcançaram êxito ao privilegiar a manutenção da propriedade nas mãos de apenas um descendente, evitando sua pulverização; como consequência, porém, se intensificava o êxodo para locais menos explorados, como era o caso de Campinas no entardecer do século XVIII.

2. MIGRAÇÃO PARA CAMPINAS E A MONTAGEM DO COMPLEXO AÇUCAREIRO

A formação territorial de Campinas está intimamente ligada às «descobertas de novas jazidas auríferas em Goiás e Mato Grosso, nas rotas terrestres e fluviais que atravessavam São Paulo»¹⁰. A geografia da região, com terreno bastante plano,

7 FARIA, 1998: 193.

8 BACELLAR, 1997: 16.

9 COSTA, 1997.

10 LUNA, KLEIN, 2006: 44.

década de 90 do século XVIII. A colônia francesa de Saint-Domingue, localizada na América Central e que produziu 27,58% do açúcar comercializado em todo o mundo em 1791, passou por um processo revolucionário liderado pelos escravizados. Esse processo abriu espaço no mercado mundial do açúcar, o que resultou em uma diminuição da oferta do produto e, por conseguinte, em um aumento do preço do gênero, que quase triplicou¹⁴. Foi nesse quadro histórico que a ocupação de terras no Oeste Paulista se intensificou e que grandes canaviais foram plantados em Campinas. Isso posto, Maria Thereza Petrone conclui que o progresso econômico de Campinas foi colossal apenas após o florescimento desse complexo açucareiro, já no entardecer do século XVIII, ainda que esse progresso açucareiro não pudesse ser comparado «ao da tradicional da terra açucareira de Itu»¹⁵. São estes os indivíduos, responsáveis pela criação de engenhos, que transformaram o quadro econômico e social de Campinas por meio da conversão de capitais para a economia açucareira. É na migração desses indivíduos para Campinas que reside o foco do presente texto.

Como afirma Petrone, «a lavoura canvieira se expandiu muito, dando importância econômica ao lugar»¹⁶. A autora acerta sobre o papel crucial do açúcar na transformação da história de São Paulo e, em especial, de Campinas, visto que havia três propriedades canvieiras em 1793 e, menos de 20 anos depois, em 1810, passaram a ser 66¹⁷. Assim, durante a montagem e a expansão da lavoura canvieira no decorrer do século XIX, Campinas pouco lembrava aquele pouso parcamente povoado, visto que sua população total de 233 pessoas, em 1769, havia crescido para 1139 no ano de 1790, passando a 5105 em 1810¹⁸.

Para acompanhar a migração dos indivíduos para Campinas, marcada pelo intuito de montarem engenhos, é importante separá-los em dois grupos: os senhores de engenho e os partidistas de cana. Enquanto o primeiro grupo é prestigiado pela historiografia, o segundo tem sido menos estudado. A principal e imprescindível diferença entre eles está na disposição ou não de utensílios e equipamentos para transformar de fato a cana em açúcar. O partidista de cana era o indivíduo que plantava e colhia cana, porém, desprovido dos utensílios para produzi-la, realizava esse processo em engenho parceiro, cedendo ali parte de seu lucro¹⁹.

É necessário fazer uma observação metodológica²⁰. O local de nascimento presente nas listas nominativas não era padronizado a partir de vilas ou capita-

¹⁴ EISENBERG, 1989: 325-328; MOYA PONS, 2007: 152; NICOLETTE, 2020: 20-22.

¹⁵ PETRONE, 1968: 46.

¹⁶ PETRONE, 1968: 45.

¹⁷ APESP. *Maços de População, vila de Campinas*, 1810; MONT-SERRATH, 2007: 266.

¹⁸ EISENBERG, 1989: 352.

¹⁹ BARICKMAN, 2003; SCHWARTZ, 1988.

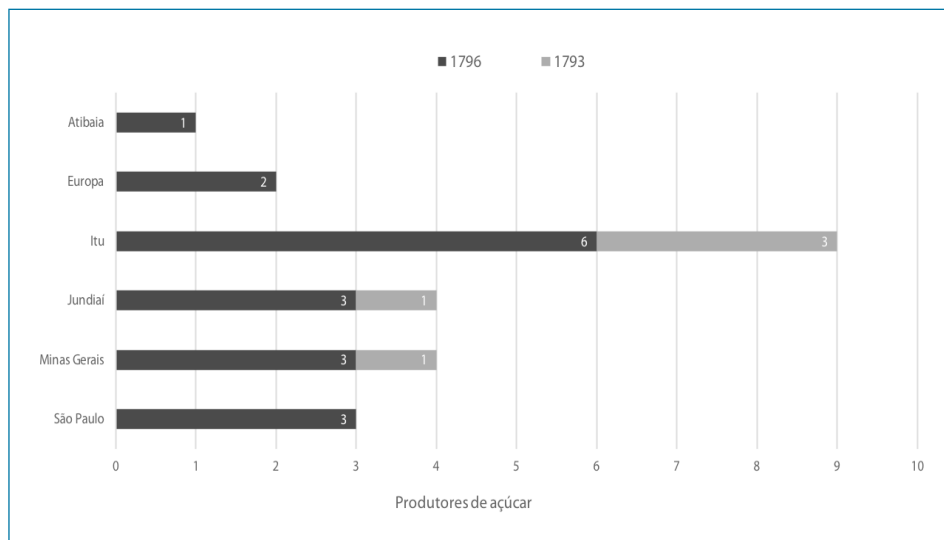
²⁰ Adotou-se o termo «produtor de açúcar», «produtor de cana» ou «lavrador de cana» para se referir a todos que produziram açúcar naquele ano.

nias, o que revela que o caráter declaratório do documento deixou o preenchimento de tal informação à escolha do depoente. Portanto, é comum encontrar o indivíduo declarando ter nascido em São José del-Rei em um determinado ano e, em outro, essa localização ser Minas Gerais. O critério utilizado na presente investigação foi transcrever o termo tal qual aparece nas listas, porém, para a análise que se segue, esses dados foram agrupados em termos mais amplos: no caso aludido, ficou como Minas Gerais. Um segundo impasse derivado do caráter declaratório é que, por vezes, os sujeitos declaravam a freguesia ou o distrito em que nasceram em vez da vila. Isto é, um indivíduo pode aparecer como natural de Cotia, no século XVIII, porém essa era uma freguesia da cidade de São Paulo. Para fins analíticos, o padrão adotado foi agrupar em vilas ou cidades os nascimentos declarados em freguesias ou distritos que se desmembraram após 1790.

Paulo Teixeira afirma que, entre os anos de 1774 e 1799, a origem dos noivos que se casaram em Campinas se concentrou em Atibaia, Itu, Jundiaí, Mogi Mirim e São Paulo, especialmente a primeira, que chegou a representar 25,7% da naturalidade dos homens casados no período. Jundiaí era a vila na qual se assentava a então freguesia de Campinas, ao passo que Itu concentrava a elite agrária do Oeste Paulista e abrigava Porto Feliz, de onde partiam as monções²¹; São Paulo, por sua vez, era a cidade mais populosa da capitania e Mogi Mirim e Atibaia eram pousos obrigatórios para os caminhos que levavam às zonas auríferas de, respectivamente, Minas Gerais e Goiás. Em comum, todos esses locais estão a uma pequena distância de Campinas.

A origem dos primeiros lavradores de cana campineiros também não fugiu a essas opções migratórias aludidas por Teixeira. No ano de 1793, quando foi encontrado o primeiro levantamento de produtores de açúcar em Campinas, três eram advindos de Itu, um de Jundiaí e um de Minas Gerais, conforme ilustrado no Gráfico 1. É importante ressaltar que Pedro José Batista é o único partidista de cana que aparece em 1793, assim como o único nascido em Jundiaí nesse primeiro levantamento. Já em 1796, além dele, aparece outro partidista de cana, nascido em Portugal.

²¹ TEIXEIRA, 2011: 147.

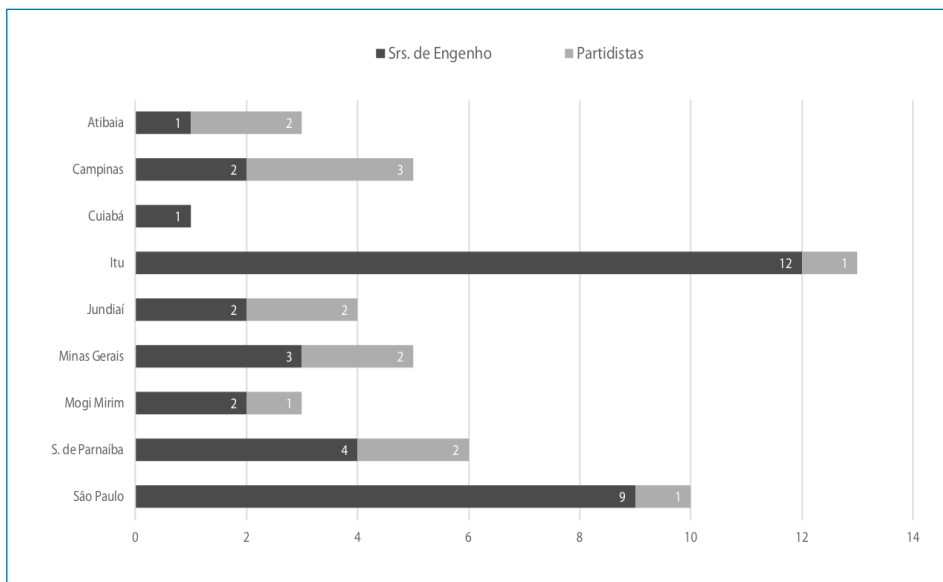
Gráfico 1. Naturalidade dos produtores de açúcar de Campinas (1793 e 1796)

Fonte: APESP. *Maços de população, vila de Jundiá, 1793 e 1796*; MONT-SERRATH, 2007: 266

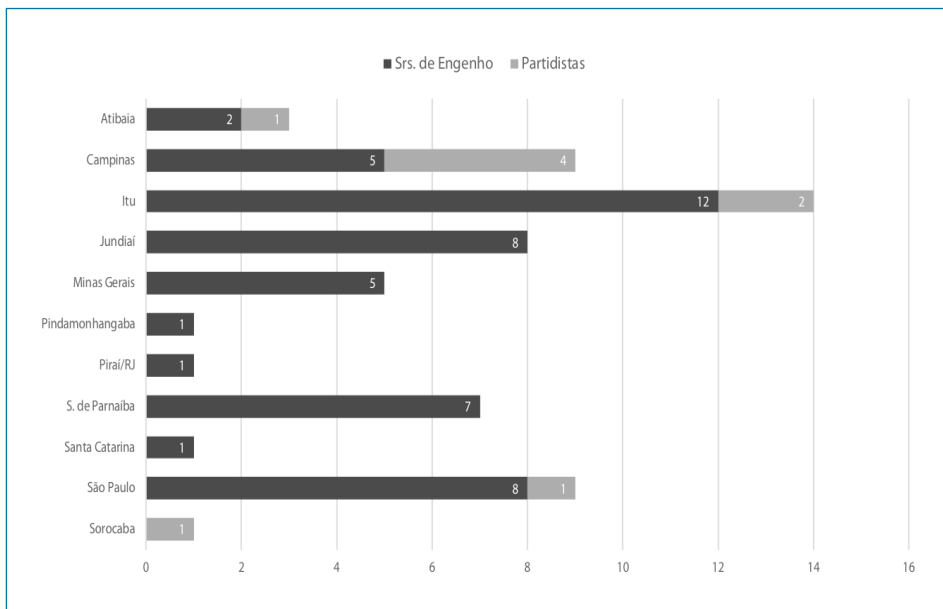
Além da rápida expansão para 16 engenhos e dois partidos de cana em 1796, fato que impressiona é a concentração de abertura de engenhos por ituanos, os quais apresentam mais de 1/3 dos senhores de engenho. Percebe-se nos Gráficos 1 e 2 que a maior parte daqueles que erigiram engenhos nasceu próximo de Campinas. Contudo, diferentemente do que foi encontrado por Teixeira para população livre em geral, o local de nascimento da maioria dos sujeitos que estabeleceram engenhos em Campinas não foi Atibaia, mas sim a vila de Itu²². Isso se deve não apenas à proximidade entre as vilas, mas fundamentalmente ao fato de a vila de Itu possuir uma economia mais pujante e conseqüentemente uma elite agrária já estabelecida. Os ituanos também possuíam o saber agrônomo ligado à laboriosa produção do açúcar e à administração da mão de obra cativa, conhecimentos estes indispensáveis no mundo rural colonial. Esse conhecimento advinha de Itu ser a maior vila escravista do Oeste Paulista na segunda metade do XVIII, assim como espaço onde já experienciavam os primeiros engenhos da região.

Como foi apresentado, ao longo da primeira década do século XIX, a expansão canavieira não cessou em Campinas e nem a migração diminuiu. Percebe-se que, no início do século XIX, houve uma diversificação dos produtores de açúcar quanto a suas origens, tornando notória a quantidade de indivíduos provenientes da cidade de São Paulo (Gráfico 2).

²² TEIXEIRA, 2011.

Gráfico 2. Naturalidade dos produtores de açúcar de Campinas (1805)

Fonte: APESP. *Maços de População, vila de Campinas, 1805*

Gráfico 3. Naturalidade dos produtores de açúcar de Campinas (1810)

Fonte: APESP. *Maços de População, vila de Campinas, 1810*

É importante ressaltar que nem todos os chefes de fogos levantados nesses anos eram homens. Foram encontradas três mulheres como senhoras de engenho, ainda que nenhuma como chefe de partido de cana. Todas elas eram recém-viúvas de senhores de engenho falecidos, bem como não permaneciam como chefes de fogo, haja vista a possibilidade de terem se casado novamente ou mesmo concedido a propriedade para algum filho ou administrador; por isso, optou-se por não se realizar a distinção de gênero na análise que se segue²³.

Isso posto, examinando os locais de nascimento dos produtores de açúcar, é patente que o movimento de montagem da lavoura canavieira em Campinas esteve intimamente ligado a processos sucessórios e de heranças ocorridos na colônia. As investigações de Carlos Bacellar, Dora Costa e Sheila Faria evidenciaram que a igualdade de direitos entre os herdeiros nas partilhas, prevista pela legislação portuguesa e, posteriormente, brasileira, não era rigorosamente seguida na América Portuguesa, pois esse método de partilhar os bens poderia desmontar e fragmentar unidades produtivas inteiras.

Tanto a vila de Itu quanto a região de Minas Gerais dispunham de economias pujantes e de uma elite bem estabelecida no final do século XVIII, ou seja, a migração de sujeitos dessas áreas para Campinas nesse período pode exprimir o que a historiadora Alida Metcalf chamou de «padrões de reprodução da elite agrária paulista». Ela argumenta que existiam comportamentos semelhantes nos sujeitos da elite paulista quando o assunto era a exploração de novas terras — sendo esse o principal método de sobrevivência e reprodução dessa elite.

Em muitos casos, os filhos requeriam o dote, geralmente em escravos e algum cabedal, como forma de adiantamento de suas heranças para fundarem novas propriedades açucareiras. Conseqüentemente, seja pela predileção de outros sucessores ou pela falta de interesse naquelas terras, os sujeitos procuravam migrar à procura de melhor fortuna. Parece ter sido esse o caso dos ituanos que migraram para Campinas, uma vila vizinha com terras não ocupadas pelas *plantations*, abundância de lenha e terra boa para a cana-de-açúcar. Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, capitão-mor de Itu, mostrou, ainda no início do século XIX, o movimento de êxodo da população ituana. Em ofício ao governador de São Paulo, em 1809, ele argumentou que não existiam mais tantos homens na vila para arregimentar ao exército. Isso ocorrera, segundo ele, devido à ereção de Porto Feliz e também à migração de famílias em busca de novas terras:

²³ Para uma análise sobre as senhoras de engenho, ver SAMARA, 1999.

*Tem se diminuído muito a população deste distrito por dois princípios: o primeiro, pela separação da nova vila de Porto feliz, e Freguesia de Piracicaba, que exauriu grande parte do povo; o segundo, por que muitos casais moços têm se mudado deste distrito [...] a procurarem e fundarem naqueles vastos sertões os seus estabelecimentos que neste termo não podem edificar, por estar já tudo tomado e possuído*²⁴.

A migração de indivíduos que se tornaram partidistas de cana sendo de mesma naturalidade de outros senhores de engenhos pode se dar pelo mesmo fenômeno que Faria apontou ao estudar as migrações para a capitania da Paraíba do Sul no século XVIII. Ela afirma que «a decisão de abandonar o lugar de origem e de escolher determinada região, no século XVIII, se dava, pelo que se pode perceber, por já estarem ali pessoas conhecidas»²⁵. O argumento de Faria também possibilita levantar a hipótese de por que os partidistas de cana de Campinas eram, em sua imensa maioria, da mesma origem dos senhores de engenho, conforme apontado nos Gráficos 2 e 3. Conjectura-se a possibilidade de ter sido a relação entre os partidistas e os senhores de engenho de mesma localidade que possibilitou, em boa parte, a própria existência dos partidistas. Conhecer previamente as pessoas que se deslocaram ou, ainda, realizar a migração com parte de sua família que constituiu fora fenômeno importante nessa migração para novos espaços. Foi o processo destacado por Metcalf em relação aos irmãos Camargo Andrade, que, segundo ela, migraram de Santana de Parnaíba para Campinas na década de 90 do século XVIII em busca de terras²⁶. Isso de fato ocorreu, mas nesse caso a autora se equivoca ao sugerir que a opção da migração foi, para os irmãos, uma opção inferior se comparada a continuar em Santana de Parnaíba e que teriam se deslocado após um insucesso no processo de partilha de bens, tendo em conta que ambos enriqueceram e compuseram uma geração de grandes senhores de engenho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou discutir acerca do processo migratório dos produtores de cana que construíram o complexo açucareiro campineiro. Percebeu-se que a vila de Itu não só aglutinava a elite paulista ligada à terra, como também contava com uma ocupação já centenária do espaço, o que deve ter levado à escassez de solos férteis no fim do século XVIII, além de que a vila já não era mais essencialmente «um polo de atração migratória, mas sim de repulsão»²⁷. Seja por malograr no processo de

²⁴ APESP. *Listas de homens com idade acima de 14 anos que fazem parte do distrito de Itu*, 1809. Agradeço a Carlos Bacellar pela sugestão de documentação.

²⁵ FARIA, 1998: 170.

²⁶ METCALF, 2005.

²⁷ BACELLAR, 1997: 107.

partilha, seja pela busca por novas terras, a lavoura canavieira campineira foi primeiramente impulsionada pelos proprietários que haviam recentemente chegado à vila, principalmente advindos da vila de Itu, a mais economicamente pujante da região.

Como demonstrado, a expansão açucareira de Campinas foi, de fato, realizada por «estrangeiros», isto é, sujeitos de outras vilas e até de capitânicas das colônias, tendo em conta o perfil demográfico apresentado pelos chefes dos engenhos e partidos de cana. Em seu processo de povoamento e expansão econômica, as vilas vizinhas, em especial Itu, Santana de Parnaíba e a cidade de São Paulo, foram fundamentais. Esse movimento de transformação econômica foi produzido efetivamente por agentes históricos que estiveram em Campinas investindo recursos, contraindo empréstimos e estabelecendo laços sociais para cumprir seus objetivos. Esses personagens foram os atores do entroncamento entre os fenômenos globais e locais que realizaram a montagem da lavoura canavieira.

Por fim, foi perceptível durante a análise proposta neste artigo que o negócio do açúcar se tornou tão interessante para aqueles que vislumbravam riqueza e poder social na virada para o século XIX que acabou por motivar a intensa migração de indivíduos com capitais e/ou acesso a empréstimos para Campinas. A partir das listas nominativas e do uso da demografia histórica, percebeu-se que a naturalidade dos sujeitos que realizaram a expansão para o Oeste era, sim, paulista; contudo, não campineira. Foram imigrantes que converteram seu cabedal em terras e cativos, procuraram empréstimos e sociedades a fim de viabilizar a edificação de engenhos, aproveitando a oportunidade gerada após a Revolução de Saint-Domingue.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Público do Estado de São Paulo

APESP. *Listas de homens com idade acima de 14 anos que fazem parte do distrito de Itu*. 4 de janeiro de 1809. Ofícios Diversos, Caixa 55-A. [Consult. 8 ago. 2020]. Disponível em <http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2137>.

APESP. *Maços de população, vila de Jundiá*, anos de 1793 e 1796. Caixa 25 (1797-1805).

APESP. *Maços de População, vila de Campinas*, anos de 1805 e 1810. Repositório Digital. [Consult. 8 ago 2020]. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macos_populacao>.

Biblioteca Nacional do Brasil

MAPPA da capitania de S. Paulo, e seu sertão, em que se vem os descobertos, que lhe foraõ tomados para Minas Geraes, como tambem o caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens deleniado por Francisco Tosi Columbina. Século XVIII. Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro, Brasil. BN. Manuscritos n.º 049.05.008.

BIBLIOGRAFIA

- BACELLAR, Carlos de A. P. (1997). *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória, Unicamp.
- BACELLAR, Carlos de A. P. (2013). *Para conhecer os súditos d'EI Rey: as listas nominativas de habitantes nas terras do Brasil*. «Revista Estudos Amazônicos». IX:1, 32-57.
- BACELLAR, Carlos de A. P. (2015). *As listas nominativas da capitania de São Paulo sob um olhar crítico (1765-1836)*. «Anais de História de Além-Mar». XVI, 313-338.
- BARICKMAN, Bert J. (2003). *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1760-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COSTA, Dora I. da (1997). *Herança e ciclo de vida: um estudo sobre família e população em Campinas, São Paulo, 1765-1850*. Niterói: ICHF, UFF. Tese de doutoramento.
- EISENBERG, Peter (1989). *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp.
- FARIA, Sheila de Castro (1998). *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. (2006). *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP.
- METCALF, Alida C. (1990). *A família e a sociedade rural paulista: Santana de Parnaíba, 1750-1850*. «Estudos Econômicos». 20:2, 283-304.
- METCALF, Alida C. (2005). *Family and colonial Brazil: Santana do Parnaíba, 1580-1822*. Oxford: University of Texas Press.
- MONT-SERRATH, Pablo Oller (2007). *Dilemas e conflitos na São Paulo restaurada: Formação e consolidação da Agricultura Exportadora (1765-1802)*. São Paulo: FFLCH, USP. Dissertação de mestrado.
- MOYA PONS, Frank (2007). *History of Caribbean: plantations, trade, and war in the Atlantic world*. Princeton: Markus Wiener Publishers.
- NICOLETTE, Carlos Eduardo (2020). *Montagem da Lavoura Canavieira Paulista: Debate sobre o preço do açúcar à luz da tese de Fragoso e Florentino*. In GUIMARÃES, Athos M. da S.; SANTOS, Layane de S., org. *III Simpósio Online de História dos Ananins: ensino, pesquisa, extensão*. Ananindeua: Cordovil E-books, pp. 20-29.
- PETRONE, Maria Thereza S. (1968). *A lavoura canavieira em São Paulo: Expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- ROSSETO, Pedro Francisco (2006). *Reconstituição do traçado da 'estrada dos Goiaes' no trecho da atual mancha urbana de Campinas*. «Anais do Museu Paulista». 14:2, 141-191.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de (1976). *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.
- SAMARA, Eni de M. (1999). *Família e vida doméstica no Brasil, do engenho aos cafezais*. São Paulo: Humanistas-Estudos CEDHAL.
- SCHWARTZ, Stuart (1988). *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, Áurea Pereira da (2006). *Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII-séc. XX)*. «Anais do Museu Paulista». 14:1, 81-119.
- TEIXEIRA, Paulo Eduardo (2011). *A formação das famílias livres: Campinas, 1774-1850*. São Paulo: Editora UNESP.

O MORRER E O GERMINAR: ÓBITOS NUMA VILA EM FORMAÇÃO NO SERTÃO DA BAHIA, 1891-1913

FERNANDO DONATO VASCONCELOS*

Resumo: O artigo explora os registros de óbito civis e paroquiais e analisa as circunstâncias da formação do distrito de Beija-Flor, que passou a ser denominado Bela Flor a partir de 1895, o qual deu origem à vila de Guanambi, no sertão da Bahia. Além das causas de morte, investiga aspectos relacionados à condição socioeconômica, ausência de assistência médica, analfabetismo, política local, gênero e etnia. Verifica a extensão do distrito, identificando 71 locais de morte. A elevada ocorrência de óbitos maternos, tétano neonatal, tuberculose e infecções em geral, inclusive surtos epidêmicos em 1892 e 1896, assim como o elevado número de óbitos de menores de 50 anos, refletem as precárias condições sanitárias vividas entre 1891 e 1913.

Palavras-chave: Sertões; História regional; Causas de óbito; Mortalidade.

Abstract: The article explores the civil and parish death records and analyses the circumstances of the formation of the district of Beija-Flor, which came to be called Bela Flor in 1895, which gave rise to the vila de Guanambi, in the backland of Bahia. In addition to the causes of death, it investigates aspects related to socioeconomic status, lack of medical care, illiteracy, local politics, gender, and ethnicity. It checks the extent of the district, identifying 71 places of death. The high occurrence of maternal deaths, neonatal tetanus, tuberculosis, and infections in general, including epidemic outbreaks in 1892 and 1896, as well as the high number of deaths of people under 50, reflect the precarious health conditions experienced between 1891 and 1913.

Keywords: Backlands; Regional history; Causes of death; Mortality.

INTRODUÇÃO

No quarto final do século XVIII, Santo Antônio do Urubu de Cima era a freguesia mais populosa do Sertão de Cima, na capitania da Bahia, Brasil. Tinha 3425 habitantes distribuídos em 362 casas¹ e era ponto estratégico de passagem de boiadas e tropas à beira do médio rio São Francisco, bem como lugar-chave para coibir o descaminho do ouro, razões que bastaram para ser, em 1748, elevada à condição de vila².

As terras de Urubu despertaram ainda outro interesse da Coroa portuguesa — a exploração de salitre na serra dos Montes Altos³. Tal objetivo beneficiou a povoação ali existente, Monte Alto, com a abertura de uma estrada, que serviu ao escoamento dos seus produtos e à movimentação de cargas⁴. Adiante, ao chegar

* CITCEM, Universidade do Porto. Email: fdvasconcelos@gmail.com.

1 AHU. *Conselho Ultramarino, Brasil — Baía*, [1775], Doc. 8745.

2 NOGUEIRA, 2011: 51-52.

3 AHU. *Conselho Ultramarino, Brasil — Baía*, [1758], Doc. 3587.

4 AHU. *Conselho Ultramarino, Brasil — Baía*, [1803], Doc. 25996.

o século XIX, o perfil da posse e propriedade de terras na região experimentou uma mudança importante — a gigantesca sesmaria de Antônio Guedes de Brito transformou-se em fazendas de grande ou médio porte⁵ e, à medida que se ampliava o número de proprietários e crescia a população, a atividade comercial e o fluxo de pessoas estimulavam a formação de novas povoações, cada uma delas a almejar tornar-se autônoma.

Em tal cenário, em 1840, Monte Alto tornou-se vila e no território desta, adiante, desenvolver-se-iam outros povoados. Este artigo dedica-se a explorar e analisar as causas e circunstâncias dos óbitos ocorridos no «distrito de Paz no distrito da subdelegacia de Beija-Flor do termo de Monte Alto», ou distrito de Beija-Flor, criado em 1880⁶ e emancipado em 1919, como Guanambi⁷, sobre o que há escassos estudos historiográficos.

1. CAMINHOS E FONTES

Não há dados censitários sobre Beija-Flor e os referentes a Guanambi no Censo de 1920 são sumários. Contudo, ao examinar o Censo de 1872⁸, vemos informações relevantes sobre Monte Alto — uma vila predominantemente agrária, escravista, parda, patriarcal e analfabeta.

À altura de 1872, 16 anos antes da abolição legal da escravidão, 1698 (9,3%) habitantes eram ainda escravizados — 1023 homens e 675 mulheres, dos quais 253 eram crianças com menos de 10 anos. Mais de 75% da população (18 327) eram pardos (9935), pretos (3854) e caboclos (174), enquanto os considerados brancos eram 23,8% (4364). Em relação à origem, 99% nasceram na Bahia e havia então apenas 11 portugueses e 23 africanos. As mulheres eram lavradoras, costureiras ou atuavam em serviços domésticos, enquanto os homens eram lavradores ou criadores de gado, com um pequeno contingente de «comerciantes, guarda-livros e caixeiros» e de «capitalistas e proprietários». Não havia médicos, juízes ou farmacêuticos. Existiam 2 padres, 2 parteiras, 8 professores (uma mulher) e 8 empregados públicos (homens).

Na população livre, constou no Censo de 1872 que 88,9% dos maiores de 15 anos não sabiam ler ou escrever, o que era ainda pior entre as mulheres — 93,6%. Entre as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos tidos como livres, apenas 10,8% frequentavam a escola. Todos os escravizados eram analfabetos e não tinham acesso à escola. Em toda a Bahia, a proporção de analfabetos era um pouco menor — 82%.

⁵ NEVES, 2003: 142-252.

⁶ *Lei estadual n.º 1979, de 23/06/1880*, 1880: 1.

⁷ Na língua indígena tupi antiga, Gúainumbi significa Beija-Flor.

⁸ CEDEPLAR, 2012.

A situação precária da educação assim continuou por muito tempo. Somente em 7 de agosto de 1880, após 4 anos de discussão na Assembleia Provincial, foi criada a primeira cadeira de ensino primário em Beija-Flor, mas destinada apenas ao sexo masculino⁹. Em 1882, foi feita a designação provisória como professor de Francisco Antônio Lopes¹⁰, que talvez não tenha assumido tal posto, que foi extinto¹¹ e recriado¹² anos depois, quando Lopes já se tornara escrivão. O resumo disponível do Censo de 1920 apontou 89,8% de analfabetismo em Guanambi¹³.

Sobre as doenças prevalentes em Monte Alto e região, há notas esparsas em periódicos que dão conta de elevada incidência de tuberculose¹⁴ e ocorrências de «febres epidêmicas»¹⁵.

Para este estudo, as fontes primárias em análise são provenientes dos registros civis de Guanambi (e da povoação que a antecedeu) no período de 1891 a 1933¹⁶, nunca estudados, e os registros paroquiais de Monte Alto¹⁷. Não foram identificados livros com rol de confessados ou de crismados, o que compensaria parcialmente a falta de dados censitários da população do Arraial.

Os registros civis de óbito relativos à existência do distrito (1880-1919) começaram a ser feitos em 1891 e abrangem dois períodos: 1891-1895 e 1904-1913, uma vez que um registro isolado de 22 de junho de 1918 foi desconsiderado em razão de ser o único entre 17 de agosto de 1913 e 23 de agosto de 1922. No único livro de óbitos da paróquia de Monte Alto então disponível faltam as 65 folhas iniciais e restam as referentes ao período entre 1871 e 1897, mas, apenas uma pequena parte abrange a área do distrito. Assim, como veremos, a análise será feita sobre 15 anos decorridos entre 1891 e 1913.

2. O DISTRITO

Uma vez que a lei de criação do distrito não especifica a extensão e limites deste, verificamos todos os locais com óbito de nascidos vivos constantes nos registros civis, para confrontá-los com mapas atuais da região e da antiga freguesia de Monte Alto, com exclusão dos locais pertencentes aos distritos de Monte Alto e do Gentio, ou à vila de Caetité.

⁹ «Annaes da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia», 1876: 266; 1880: 38.

¹⁰ BAHIA. Assembleia Provincial, 1883: 57.

¹¹ «Annaes da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia», 1886: 137.

¹² VIANNA, 1893: 523-524.

¹³ REPÚBLICA DOS ESTADOS-UNIDOS DO BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística, 1929: 58-59.

¹⁴ MEIRELLES, 1897: 30.

¹⁵ *Febre epidêmica em Umburanas*, 1867: 144.

¹⁶ BAHIA. Registro Civil, [1891-1933].

¹⁷ [*Livros Paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens de Monte Alto, 1840-1905*].

Tabela 1. Localidades do distrito, segundo número de óbitos, 1891-1913

Localidade	Óbitos por localidade	Total de óbitos por grupo de localidades
Arraial	86	86
Tanque	8	8
Caiçara; Lagoa da Pedra	6	12
Mucambo	4	4
Lambedor; Malhada Real; Tabuinha; Vomita Mel	3	12
Alagoa do Silvério; Bela Vista; Brindes; Capim de Raiz; Cubículo; Lagoa do Rancho; Lagoa dos Campos; Morro de Dentro; Olho d'Água; Pilão; Primeira Malhada; Sobrado; Tabua; Tabua Grande; Torta; Varginha; Vereda	2	34
Alazão; Alagoa de Manoel Cabra; Alagoa do Purgatório; Alagoa dos Campos; Amaro; Angico; Barra; Barreiro; Cajueiro; Campos de Cima; Cangulo; Casa Nova; Coronho; Corujas; Costa; Covas da Mandioca; Curral de Pedra; Lagoa da Tabua; Lagoa do Atalho; Lapa do José Veado; Malhada do Canto; Malhada do Meio; Malhada do Urubu; Mandassaia; Mocó; Morro; Nova Vista; Pajeú; Pajeuzinho; Patos; Pau Grande; Pau Preto; Pé do Morro; Pêga; Poço Comprido; Poço do Magro; Quati; Represa; Riacho; Ressaca; Sítio Paraíso; Tabua Velha; Tapagem	1	43
Total geral	–	199

Fonte: Registos civis de óbito de Guanambi

Desse modo, resultaram as 69 localidades distribuídas na Tabela 1, segundo o número de óbitos, no qual vê-se que as cinco primeiras (sede do Arraial, Tanque, Caiçara, Lagoa da Pedra e Mucambo) agregam 55,3% dos 199 óbitos com local de ocorrência identificado, o que evidencia sua relevância populacional. Como veremos adiante, outras duas povoações terão destaque — Enchú e Minador —, de modo a totalizarmos 71 localidades.

Dessa maneira, foi possível concluir que o distrito alcançava a maioria das áreas leste e nordeste de Monte Alto, a maior parte da margem direita do caminho entre as vilas de Monte Alto e Caetitê e áreas que margeavam o caminho entre Monte Alto e Umburanas, além de localidades vizinhas ao Gentio e ao Arraial das Mamonas (Fig. 1). Tal abrangência mostra que a incorporação de tais localidades (Mucambo, por exemplo) deu-se desde então e não de modo repentino à época da emancipação, como protestaram vilas vizinhas após 1919¹⁸.

¹⁸ TEIXEIRA, 1991: 75-81.

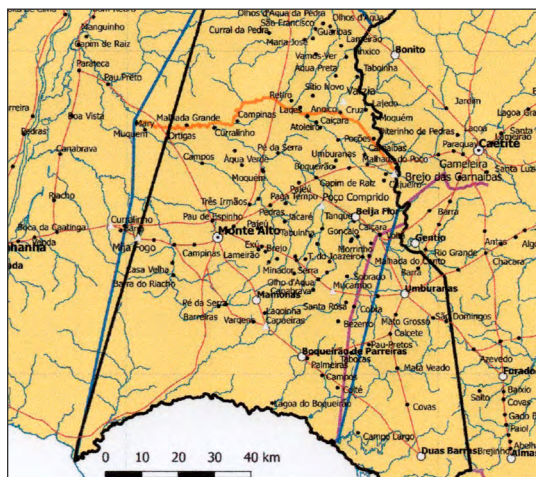


Fig. 1. Recorte de mapa da freguesia de Monte Alto, 1840-1880

Fonte: ARAÚJO JÚNIOR, 2017: 42

3. REGISTOS E CEMITÉRIOS

O registo de nascimentos, casamentos e óbitos deixou de ser prerrogativa da Igreja Católica no Brasil por Decreto Imperial de 1888¹⁹. Em Beija-Flor, no dia 5 de julho de 1891, Carlos Ferreira da Cruz, 25 anos, fez o primeiro registo civil do distrito — o óbito de sua mãe Felipa Maria de Jesus, 72 anos, que falecera «por velhice» no lugar de Poço Comprido. A rogo de Carlos, analfabeto, assinou Secunde Tavares de Oliveira. O escrivão de paz era Francisco Antônio Lopes, o que fora antes nomeado professor²⁰.

Os registos civis de óbitos, como dito, referem-se a dois períodos entre 1891 e 1913. Excluídos os que não ocorreram no distrito, restaram 254, feitos por cinco escrivães, como vê-se na Tabela 2.

Tabela 2. Número de registos civis de óbito por período e escrivão, 1891-1913

Período	Registos	Escrivão
5/7/1891 e 15/1/1895	75	Francisco Antônio Lopes
19 e 20/5/1895	2	Tadeu Virgílio Gomes
6/9/1904 a 31/7/1907	79	Teófilo Walter Gomes
8/8/1907 a 19/10/1910	59	Martiniano José de Cerqueira
1/12/1910 a 17/8/1913	39	Pedro de Alcântara Ferreira Santos
Total	254	–

Fonte: Registos civis de óbito de Guanambi

¹⁹ BRASIL. Câmara dos Deputados, 1888.

²⁰ Em RAMOS, 2015: 48-132, vemos que o escrivão foi também agricultor e comerciante.

Sobre a qualidade dos documentos em análise, anote-se que parte das fotografias estava desfocada e os livros, notadamente o segundo, tinham folhas dobradas, rasuradas, em falta ou fora de ordem. Os registos feitos por Francisco Lopes foram mais completos, enquanto os de Martiniano Cerqueira apresentaram frequentes omissões quanto ao estado civil de adultos. Nos 55 registos nos quais não foi especificado o local do óbito no distrito, Martiniano Cerqueira era o escrivão em 32 (58%) e Pedro de Alcântara Santos em 17 (31%).

O último registo civil do primeiro livro disponível foi feito em 20 de maio de 1895, enquanto o outro livro só está disponível a partir do oitavo registo, feito em 6 de setembro de 1904. Embora haja registos de nascimentos e casamentos nesse período, não é possível afirmar que existiu livro de óbitos em tal intervalo.

Antes do primeiro registo, um decreto da recém-instaurada República estabelecera, em 1890, a secularização dos cemitérios, a criação de cemitérios públicos e proibição de novos particulares. Todavia, manteve os pertencentes a ordens religiosas e a particulares então existentes, que passaram a ser fiscalizados pelo Poder Municipal. É possível que tenha sido esse o motivo de o escrivão deixar de referir os sepultamentos como feitos no «Cemitério de Santo Antonio, neste Arraial», e, a partir de 10 de maio de 1892, informar como realizados no «cemitério deste Arraial»; seria também esta a razão de, apesar de existir cemitério particular²¹ antes da criação do distrito, tal cemitério só ser referido no segundo livro.

Destaca-se tal questão dos cemitérios porque parece ter sido motivo de tensão política regional. À altura de 1894, o Conselho Municipal de Monte Alto rogou ao arcebispo da Bahia que autorizasse a benzedura do cemitério municipal do Arraial que chamou de «Bela Flor», disse que sua população era «bastante crescida» e estava a aumentar consideravelmente. Argumentou ainda que muitas vezes os cadáveres eram levados para sepultar no Gentio porque a muitas famílias «repugna dar-lhes sepultura no cemitério do aludido arraial, pela razão de não achar-se ele bento»²².

Considera-se aqui a hipótese de que a troca do nome do Arraial (e do distrito) ocorreu por conta de tal conflito e de ter sido esta uma forma de sanar perante a Igreja Católica os muitos sepultamentos feitos em cemitério considerado não bento, uma vez que, em seguida à demanda feita à Arquidiocese, a partir de 15 de março de 1895, os registos civis passaram a adotar a denominação de Bela Flor em lugar de Beija-Flor. E pouco antes, a 25 de fevereiro de 1895, o livro de óbitos da paróquia de Monte Alto registou que fora sepultado Gustavo de Souza, 20 anos, de cor preta, na «capela do Bela Flor». Tais documentos e datas afastam as versões recorrentes de que o nome oficial do povoado teria sido Bela

²¹ TEIXEIRA, 1991: 56.

²² SANTOS, 2007: 60-62.

Flor desde a criação do distrito ou, em sentido oposto, de que nunca existira de fato tal denominação.

Em 1895, como se fora outra resposta à secularização dos cemitérios, no livro paroquial de óbitos passaram a constar enterros ocorridos em outras localidades de Monte Alto, antes restritos à sede. São registados sepultamentos em Bela Flor, Boqueirão dos Parreira (atual Sebastião Laranjeiras), Mamonas (atual distrito de Mandiroba, em Sebastião Laranjeiras), Enchú (ou Inchú) e Minador, estas duas últimas situadas próximo ao atual distrito de Mutás, em Guanambi.

Para este artigo, além dos defuntos sepultados na Capela do Bela Flor (6), os enterros feitos nas capelas de Enchú (4) e Minador (32) foram considerados como falecidos no local e incluídos nas análises a seguir. Não foi possível averiguar dentre os sepultamentos feitos na sede de Monte Alto, ou mesmo em outras paróquias, quais defuntos pertenciam ao distrito de Beija-Flor (ou Bela Flor).

De volta aos registos civis, verificamos que o único sepultamento na Igreja do Arraial que consta nos livros foi o do tenente-coronel José Pereira Zequinha, em 18 de fevereiro de 1910, cujo informante foi Alípio Carlos e as testemunhas Benedito Ferreira Costa e João Exalto de Araújo, os três majores e líderes locais, o que destaca a importância do falecido na povoação.

Muitos políticos locais estiveram na condição de informante de óbitos. Suas patentes da Guarda Nacional aparecem em 28 óbitos, notadamente o capitão Balbino Gabriel de Araújo Cahyba²³ e o coronel Inocêncio Antônio de Oliveira, além do citado major Benedito. Apesar do frequente recurso a encarregados e políticos alfabetizados para informar o óbito ao cartório, em 83 (33%) dos registos civis feitos, o informante era analfabeto e uma testemunha assinou a seu rogo. Apenas sete mulheres foram informantes de óbito, todas analfabetas.

Com relação à cor ou etnia, houve indicação em apenas sete óbitos: 1 mulher branca, 2 homens pretos e ainda 1 homem e 3 mulheres africanas ou filho de africano. A norma de registos de março de 1888, ainda vigente àquela altura, só previa a identificação da cor em caso de o finado ser «pessoa desconhecida».

4. AS PESSOAS E AS CAUSAS DO MORRER

Somados 42 registos paroquiais aos 254 registos civis, verificamos um total de 296 óbitos ocorridos no distrito. Em 22 casos, não houve indicação de idade, todavia, em cinco desses, foi possível estimar com segurança a faixa etária, de modo que resultaram 279, distribuídos na Tabela 3 por faixa etária e sexo.

²³ Depois coronel e primeiro intendente de Guanambi. Em sentido amplo, o cargo de intendente equivale atualmente, no Brasil, ao de prefeito e, em Portugal, ao de autarca ou presidente da Câmara.

Tabela 3. Distribuição dos óbitos do distrito, por faixa etária e sexo, 1891-1913

Faixa etária	Masculino	Feminino	Total	%
<28 dias	21	9	30	10,8
De 28 dias a <1 ano	17	15	31	11,1
De 1 a 4 anos	11	14	26	9,3
De 5 a 19 anos	45	45	90	32,3
De 20 a 49 anos	18	15	33	11,8
50 anos e mais	32	37	69	24,7
Total	144	135	279	100,0

Fonte: Registos civis de óbito de Guanambi; Livro Paroquial de óbito de Monte Alto

Ainda que as mortes neonatais precoces (até 27 dias) e tardias (de 28 dias a 1 ano) tenham sido subnotificadas, o que é evidente no baixo registo de óbitos femininos até 27 dias, com acentuada desproporção em relação aos masculinos, as duas faixas somadas representaram 21,9% do total de óbitos do distrito, proporção pouco menor que a encontrada para Caicó, sertão do Rio Grande do Norte, entre 1788 e 1838²⁴. Por outro lado, os óbitos até 1 ano alcançaram mais de 70% dos óbitos das crianças de 0 a 4 anos, proporção maior que a verificada no final do século XVIII em Vila Rica, Minas Gerais²⁵. De todo modo, houve elevada proporção de mortes infantis, o que tem estreita relação com a pobreza e condições sanitárias inadequadas.

Destaca-se, ademais, o fato de os óbitos entre pessoas com 50 anos ou mais ser igual a 24,7%. Em 1954, a Organização Mundial da Saúde caracterizava como de pior nível de subdesenvolvimento as regiões com mortalidade abaixo de 25% nessa faixa etária²⁶, uma vez que as pessoas morriam muito antes do esperado no ciclo normal da vida à época.

Em relação à distribuição por mês do total dos óbitos, a Tabela 4, com ajuste por número de dias do mês, mostra que setembro teve a maior média de mortes e fevereiro a menor. Uma vez que setembro é, geralmente, o auge do período regular de seca, enquanto fevereiro é um mês da estação de chuvas, quando estas ocorrem, admite-se que o aumento de mortes esteve relacionado a períodos de fome agravados pela seca.

²⁴ SANTOS, 2013: 67.

²⁵ COSTA, 1976.

²⁶ SWAROOP, UEMURA, 1957: 442-449.

Tabela 4. Óbitos por mês no distrito, 1891-1913

Mês	Óbitos	Divisor por dias	Média de óbitos por dia	Números proporcionais
Janeiro	18	31	0,58	72
Fevereiro	14	28,25	0,50	61
Março	29	31	0,94	116
Abril	27	30	0,90	111
Maiο	20	31	0,65	80
Junho	28	30	0,93	115
Julho	22	31	0,71	88
Agosto	31	31	1,00	124
Setembro	38	30	1,27	156
Outubro	25	31	0,81	100
Novembro	22	30	0,73	91
Dezembro	22	31	0,71	88
Total	296		9,72	1200

Fonte: Registos civis de óbito de Guanambi; Livro Paroquial de óbito de Monte Alto

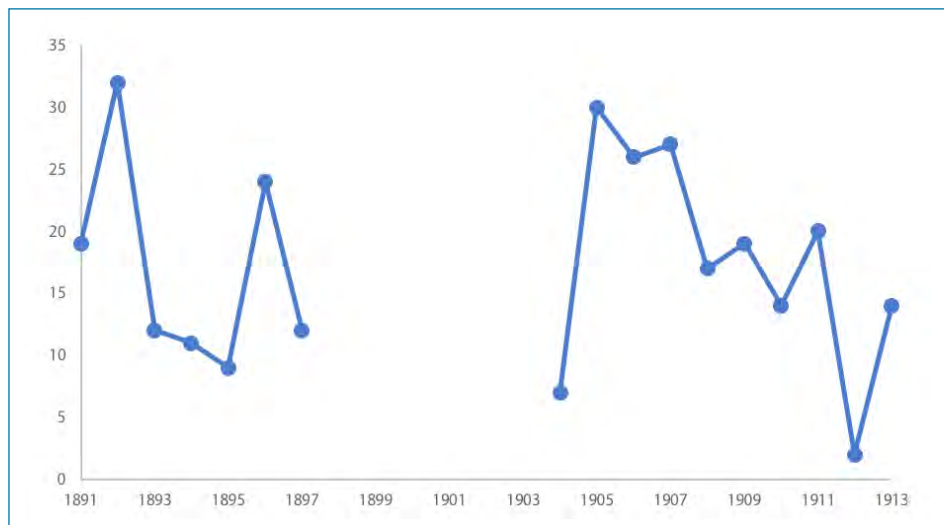
No Gráfico 1, percebe-se a distribuição dos óbitos nos dois períodos em análise, com cinco picos — 1892, 1896, 1905, 1906 e 1907, o que discutiremos adiante.

Em relação às causas de óbito, quase todas foram fixadas pelo pároco ou pelo escrivão, o qual, frequentemente, anotava antes do seu julgamento a expressão «à falta de facultativo»²⁷. Em dois casos apenas, o diagnóstico foi atribuído aos médicos Espiridião José de Souza Cairo, em 1910, e Josephino Moreira de Castro, em 1913. Em outro óbito, em 1911, o informante Mariano Avelino da Frota pediu que se registasse a *causa mortis* da sua filha como pneumonia, para «constar ao charlatão que a tratou», sem referir o nome deste.

Como consta na Tabela 5 a seguir, as causas registadas foram classificadas²⁸ em quatro grupos: 110 (39%) interpretadas como infecciosas, 44 (15%) crônico-degenerativas (ou não infecciosas), 12 (4%) causas externas e 129 (42%) mal ou não definidas.

²⁷ Até o início do século XX, em Portugal e no Brasil, o termo «facultativo» era atribuído aos licenciados para a prática da Medicina.

²⁸ Utilizou-se a sistematização feita por POLLERO BEHEREGARAY, 2013: 388-393, com as anotações de SCOTT, 2020: 109-110. Para compreensão da linguagem médica da época, CHERNOVIZ, 1890 e SÃO PAULO, 1970.

Gráfico 1. Distribuição anual de óbitos do distrito, 1891-1897 e 1904-1913

Fonte: Registos civis de óbito de Guanambi; Livro paroquial de óbito de Monte Alto

Vemos que houve 11 óbitos relacionados à gravidez ou parto, que representaram 20% dos 55 óbitos de mulheres em idade fértil (de 10 a 49 anos), proporção que pode ter sido ainda pior em vista de diagnósticos de hemorragias e outras patologias com possível relação com gravidez.

No grupo considerado como de doenças crônico-degenerativas, destacam-se também as moléstias do coração, mas não se pode afastar a possibilidade de serem relacionadas à doença de Chagas, doença infecciosa que pode causar lesão cardíaca grave²⁹.

A alta prevalência de infecções dá conta de uma população exposta a condições sanitárias inadequadas, inclusive ausência de assistência médica, o que leva à ocorrência elevada de tétano neonatal, infecções atribuídas à dentição e, notadamente, tuberculose.

A tuberculose foi responsável por mais de 9% do total de óbitos. Dentre os 27 óbitos por essa patologia, seis foram encontrados nos registos paroquiais, nos quais não há indicação de informante. Contudo, dos 21 encontrados nos registos civis, em 10 (47,6%) deles o informante era analfabeto, proporção bem maior que o geral, o que pode significar menor suporte social aos portadores dessa doença tão estigmatizante. A maioria de tais óbitos ocorreu na sede do Arraial, o que indicaria condições sanitárias piores na sede ou o deslocamento dos doentes em busca de ajuda.

²⁹ A doença de Chagas é uma infecção causada por um protozoário transmitido pela picada de um inseto triatómico (o «barbeiro») encontrado na região, notadamente em habitações precárias.

Entre os 12 óbitos resultantes de causas externas, destacam-se 3 por picadas de cobra em homens de 16 a 45 anos, o que sugere relação com o trabalho rural desprotegido, e 4 homicídios, dentre os quais o resultante de confronto ocorrido em 23 de setembro de 1911 que vitimou dois negociantes — o coronel Gustavo Bezerra, a cujo registo compareceram os políticos doutor Mário Spínola Teixeira e coronel Inocêncio Antônio de Oliveira, e João Marcelino da Silva, conhecido como João Coureiro³⁰, a cujo registo compareceu seu irmão Antônio, sem nenhum político ao lado³¹. A diferença de narrativa dos informantes é marcante: enquanto o coronel teria sido «assassinado pelo Sr. João Marcelino», o outro teria morrido «por ferimento de bala e punhal em um conflito que teve com o Sr. Coronel Bezerra».

Voltando aos picos identificados no Gráfico 1, observamos que, em 1892, ocorreram 12 casos de febre que representaram 37,5% dos óbitos no ano, enquanto, em 1896, outros 12 casos de febre foram responsáveis por 50% dos óbitos anuais. A associação entre febre e um aumento acentuado de óbitos por tal causa indica a ocorrência de «surto epidêmico» ou «febre epidêmica», como chamavam. Metade dos 12 óbitos por febre em 1892 ocorreu em crianças com menos de 1 ano e os demais em adultos. Por outro lado, em 1896, metade dos 12 casos de febre ocorreu na faixa de 5 a 19 anos e não houve óbito em menores de 1 ano. Tais dados não permitem especular sobre a etiologia e não ocorreu nesses anos uma concentração de outras causas que pudesse contribuir para melhor avaliação de tais febres.

Em relação à curva de óbitos nos períodos em estudo, os anos de 1892 e 1905 caracterizaram uma crise, ainda que pequena, pois tiveram um aumento de cerca de 50% em relação ao regime normal de óbitos³².

Nos anos de 1905 a 1907, nos quais ocorreram outros picos, o escrivão era Teófilo Walter Gomes, o qual foi responsável por 38% dos 55 óbitos «sem informação ou causa ignorada» e 29% dos 70 casos de «sintomas e sinais gerais ou mal definidos», o que pode indicar um viés de observação do mesmo. Todavia, não se pode afastar a hipótese de terem, à altura, ocorrido surtos: em 1905, em um total de 30 óbitos, 8 (26,7%) foram por «moléstia desconhecida» e 6 (20%) por «moléstia natural»; em 1906, em um total de 26 óbitos, 3 (11,5%) foram atribuídos a febre e 3 (11,5%) por «moléstia desconhecida», além de 7 (27%) por «moléstia natural»; e em 1907, em um total de 27 óbitos, 3 (11,1%) foram por febre, 2 (7,4%) por «mal gangrenoso» (difteria) e 6 (22,2%) de «moléstia natural».

³⁰ TEIXEIRA, 1991: 71-75.

³¹ O falecido pai de João e Antônio foi o capitão Marcelino Pereira da Silva.

³² DEL PANTA, LIVI-BACCI, 1977.

Tabela 5. Classificação das causas de óbito no distrito, 1891-1913

Grupo	Sistema/Função/ Via de transmissão	Causas	Total
Doenças infecciosas	Infecciosas em geral	Febre, Febre de mau caráter, Moléstia febril	43
	Tuberculose	Moléstia do peito, Moléstia pleuriz, Moléstia tuberculosa, Peito, Pleuriz, Tísica, Tísica Galopante, Tuberculosa, Tuberculoso	27
	Aparelho respiratório	Catarrão pulmonário, Constipação, Esquinência (amigdalite), Garrotilho (angina), Influenza, Mal gangrenoso, Moléstia gangrenosa, Moléstia/ Sofrimento da garganta, Pneumonia	17
	Sistema nervoso	Mal de 7 dias, Moléstia do mmbigo (tétano neonatal)	9
	Dentição	Dentição, Moléstia da dentição ³³	5
	Próprias da infância	Sarampo	5
	Infecciosa transmitida por vetor	Febre amalinada, Malina (malária)	4
	Transmissíveis por água e alimentos	Enterite, Febre tífica, Infecção intestinal	3
	Outras infecciosas	Meningite, Sífilis	2
Subtotal			115
Doenças crônico-degenerativas	Doenças do aparelho circulatório	Inflamação do coração, Lesão cardíaca, Lesão do coração, Moléstia do coração	14
	Gravidez, parto e puerpério	Aborto, Moléstia de parto, Morte de parto, Parto	11
	Doenças do aparelho respiratório	Estalecídio (asma), Moléstia do pulmão	7
	Sistema digestivo	Indigestão, Inflamação do estômago, Inflamação do fígado,	5
	Doenças do aparelho reprodutor	Inflamação do útero, Útero	2
	Doenças do aparelho geniturinário	Moléstia das vias urinárias	1
	Doenças da pele e tecido celular subcutâneo	Ferida no pé	1
	Doenças metabólicas	Mal da gota	1
	Patologia perinatal	Ter nascido doente	1
	Congestão e hemorragia cerebral	Congestão cerebral	1
Subtotal			44
Causas externas		Assassinado/Ferimento de bala e punhal/Matada/Um tiro	4
		Cobra, Mordedura de cobra, Cascavel	3
		Asfixia	2
		Queimado/Queimadura de fogo	2
		Afogamento	1
Subtotal			12
Doenças mal ou não definidas	Sintomas e Sinais gerais ou mal definidos	Ataque, Congestão, Estupor, Feridas, Hemorragia, Hidropezia, Inchação, Inflamação, Lesão orgânica, Moléstia de velhos, Moléstia do interior, Moléstia natural, Morte natural, Morte repentina, Supuração, Surto repentino, Velhice	70
	Sem informação ou Causa ignorada	Causa ignorada, Moléstia desconhecida	22
		Sem informação	33
	Subtotal		
Total geral			296

Fonte: Registos civis de óbito de Guanambi; Livro paroquial de óbito de Monte Alto

³³ Quadro infeccioso atribuído à dentição.

CONCLUSÕES

Os aspectos sociais levantados e as causas da mortalidade apontam para as dificuldades sofridas pela maior parte da população no distrito. A elevada ocorrência de óbitos maternos, tétano neonatal, tuberculose e infecções em geral e o elevado número de óbitos de menores de 50 anos refletem as precárias condições sanitárias ali vividas no período.

Precisam ser mais aprofundados aspectos relativos às iniquidades de gênero e etnia em uma sociedade recém-saída da escravidão legal, em 1888, anotando-se que negros e mulheres raramente apareceram nos registos estudados.

A verificação da ocorrência de surtos epidêmicos em outras povoações na região pode ajudar a esclarecer a sua natureza, em especial no que se refere à elevada incidência de mortes por febre em 1892 e 1896.

À medida que avançemos nos estudos dos registos de nascimento e casamento e, se possível, façamos a «reconstituição da paróquia» e identifiquemos a origem dos habitantes e outros aspectos de migração, será possível conhecer a realidade demográfica da povoação e avançar na explicação dos óbitos já identificados, bem como de outros que foram sepultados em Monte Alto, mas não foi possível identificar se pertenciam a famílias de Beija-Flor (Bela Flor).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

- «ANNAES da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia». (1876) 266, item 781. [Consult. 5 jan. 2021]. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/238961/1447>>.
- «ANNAES da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia». (1880) 38. [Consult. 5 jan. 2021]. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/238961/3622>>.
- «ANNAES da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia». (1886) 137. [Consult. 5 jan. 2021]. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/238961/4929>>.
- BAHIA. Assembleia Provincial (1883). [*Relatorio dos trabalhos do conselho interino de governo*]. Bahia: Typographia do “Diario da Bahia”. [Consult. 5 ago. 2021]. Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/130605/11333>>.
- BAHIA. Registro Civil [1891-1933]. *Registros civis, 1891-1933* [Arquivos de batismos, casamentos, óbitos e escrituras de Beija-Flor/Guanambi]. In *FamilySearch*. [Consult. 6 jan. 2021]. Disponível em <<https://www.familysearch.org/search/catalog/614443?availability=Family%20History%20Library>>.
- BRASIL. Câmara dos Deputados (1888). *Decreto n.º 9.886*. (1888-03-07). [Consult. 6 jan. 2021]. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9886-7-marco-1888-542304-publicacaooriginal-50566-pe.html>>.
- FEBRE epidêmica em Umburanas*. «Gazeta Médica da Bahia». 12 (25 dez. 1867) 144. [Consult. 5 jan. 2021]. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/165646/150>>.

LEI estadual n.º 1979, de 23/06/1880. «Gazeta da Bahia». 152. (11 jul. 1880) 1. [Consult. 5 jan. 2021]. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/213454/1597>>.

[LIVROS Paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens de Monte Alto, 1840-1905]. Fotografados na Paróquia de Guanambi por Gervásio Araújo Júnior.

REPÚBLICA DOS ESTADOS-UNIDOS DO BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística (1929). *Recenseamento do Brazil realizado em 1 de Setembro de 1920: População*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, vol. IV (4.ª parte). [Consult. 26 jan. 2021]. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>>.

Arquivo Histórico Ultramarino

AHU. *Conselho Ultramarino, Brasil — Baía*, [1758], Doc. 3587. [Consult. 05 ago. 2021]. Disponível em <http://resgate.bn.br/docreader/005_ba_ca/8786>.

AHU. *Conselho Ultramarino, Brasil — Baía*, [1775], Doc. 8745. [Consult. 20 dez. 2020]. Disponível em <http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_CA/22983>.

AHU. *Conselho Ultramarino, Brasil — Baía*, [1803], Doc. 25996. [Consult. 05 ago. 2021]. Disponível em <http://resgate.bn.br/docreader/005_ba_ca/63979>.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO JÚNIOR, Gervásio Fernandes de (2017). *Batismos, casamentos e compadrios de escravos na Freguesia de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens de Monte Alto (1840-1888)*. Caetité: Universidade do Estado da Bahia.

CEDEPLAR: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG (2012). *Pop-72: Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 (digitalizado e corrigido)*. [Consult. 26 dez. 2020]. Disponível em <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil>>.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão (1890). *Diccionario de medicina popular e das sciencias accesorias para uso das familias*. 6.ª edição. Paris: A. Roger & F. Chernoviz. 2 vols.

COSTA, Iraci Del Nero (1976). *Análise da morbidade nas Gerais (Vila Rica, 1799-1801)*. «Revista de História». 107:54, 241-262. [Consult. 12 jan. 2021]. Disponível em <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1976.105695>>.

DEL PANTA, Lorenzo; LIVI-BACCI, Massimo (1977). *Chronologie, Intensité et Diffusion des Crises de Mortalité en Italie: 1600-1850*. «Population». 32e année. 1, 401-446. [Consult. 5 ago. 2021]. Disponível em <http://www.persee.fr/doc/pop_0032-4663_1977_hos_32_1_16486>.

MEIRELLES, Cleophano de (1897). *A tuberculose e a nefrite no alto sertão da Bahia*. «Gazeta Médica da Bahia». 29, 29-31. [Consult. 21 jan. 2021]. Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/165646/13960>>.

NEVES, Erivaldo Fagundes (2003). *Posseiros, Rendeiros e Proprietários: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco. Tese de doutorado. [Consult. 19 dez. 2020]. Disponível em <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20041028135821.pdf>>.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim (2011). *“Viver por si”, viver pelos seus: famílias e comunidades de escravos e forros no “Certam de Sima do Sam Francisco” (1730-1790)*. Bahia: Universidade do Estado da Bahia. Dissertação de mestrado.

POLLERO BEHEREGARAY, Raquel (2013). *Historia demográfica de Montevideo y su campaña, 1757-1860*. Montevideo: Udelar; FCS. Tese de doutorado.

- RAMOS, Danielle da Silva (2015). “O mundo aqui é largo demais.” *Produção e comércio no termo de Monte Alto — alto sertão da Bahia (1890-1920)*. Salvador: UFBA. Dissertação de mestrado. [Consult. 20 jan. 2020]. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23341>>.
- SANTOS, Gracineide Pereira dos (2013). *Afinal, quantos éramos? Um estudo da mortalidade pretérita na Freguesia da Gloriosa Sant’Anna*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dissertação de mestrado.
- SANTOS, Israel Silva dos (2007). *Igreja Católica na Bahia: a reestruturação do Arcebispado Primaz, (1890-1930)*. Bahia: Universidade Federal da Bahia. Dissertação de mestrado. [Consult. 6 jan. 2020]. Disponível em <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11259>>.
- SÃO PAULO, Fernando (1970). *Linguagem Médica Popular no Brasil*. Salvador: Itapuã. 2 vols.
- SCOTT, Dario (2020). *Livres e escravos: população e mortalidade na Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1872)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Tese de doutorado. [Consult. 20 jan. 2020]. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/345198>>.
- SWAROOP, S; UEMURA, K. (1957). *Proportional mortality of 50 years and above: a suggested indicator of the component ‘heath including demographic conditions’ in the measurement of levels of living*. «Bull World Health Organ». 17, 439-481.
- TEIXEIRA, Domingos Antônio (1991). *Respingos Históricos*. Salvador: Gráfica e Editora Arembepe.
- VIANNA, Francisco Vicente (1893). *Memória sobre o Estado da Bahia*. Bahia: Typ. e Enc. do Diário da Bahia.

PADRÕES DE CASAMENTO SEMANAL

A RELAÇÃO ENTRE OS DIAS DE TRABALHO E OS CASAMENTOS NO CONCELHO DE FAFE, 1650-1905

MILENE DOS ANJOS FERNANDES*

Resumo: *Este artigo analisa a evolução da distribuição semanal dos casamentos ao longo de pouco mais de 250 anos no concelho de Fafe, localizado no norte de Portugal, assente em uma amostra de microdados composta por 26 841 datas de casamento que permitem observar o padrão semanal dos matrimónios do concelho minhoto, estabelecendo uma relação com indicadores diferenciais: comportamentos demográficos e socioeconómicos dos nubentes, entre 1650 e 1905. Os resultados evidenciaram tendências em função das características dos nubentes. Ao longo de mais de dois séculos, verificou-se uma predominância de atos ao domingo e à segunda. No entanto, esses resultados não abrangem todos os indivíduos, já que as concepções pré-maritais e indicadores socioprofissionais influenciaram a seleção do dia para casar.*

Palavras-chave: *Demografia histórica; História da família; Microdados; Dia de casar; Fafe; Portugal rural.*

Abstract: *This article analyses the evolution of the weekly distribution of weddings, over about 250 years, in the municipality of Fafe, located in the north of Portugal, based on a sample of microdata made up of 26,841 wedding dates that allow to observe the weekly pattern of weddings in the municipality of Minho, establishing a relation to the differential indicators: demographic and socioeconomic behaviours of the bride and groom, between 1650 and 1905. The results showed trends according to the characteristics of the bride and the groom. Over more than two centuries, there was a predominance of Sunday and Monday acts. However, these results do not cover all individuals since premarital conceptions and socio-professional indicators influenced the choice of the wedding day.*

Keywords: *Historical demography; Family history; Microdata; Wedding day; Fafe; Rural Portugal.*

INTRODUÇÃO

Trabalhos realizados ao longo das últimas décadas apontam a função reguladora que a variável da nupcialidade desempenhou no sistema demográfico europeu pré-industrial. Os resultados obtidos destacam o casamento como um instrumento social que influenciou diretamente na dinâmica demográfica das populações, sujeito a inibições ditadas tanto pela intolerância das estruturas socio-culturais e religiosas como pelas circunstâncias socioeconómicas e ocupacionais¹. Algumas populações do norte da Europa confirmaram a influência do dia da semana na data escolhida pelos nubentes para contrair núpcias. Por exemplo, na Inglaterra, Boulton apurou que a seleção do horário semanal para a celebração dos matrimónios aponta padrões de lazer durante a semana. As evidências

* CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Email: milene_ferriange@hotmail.com.

¹ HAJNAL, 1965: 101-143.

demonstraram que os dias escolhidos para a cerimónia deveriam estar concentrados, maioritariamente, nos dias em que o trabalho cessou ou ocorreu com menos intensidade².

A seleção do dia da semana para casar não resultava de um ato meramente aleatório; pelo contrário, parecia estar intimamente relacionada com a distribuição socioeconómica de uma sociedade³, com as atividades laborais dos indivíduos⁴, sem descartar os preceitos religiosos e culturais⁵.

Considerando as informações proporcionadas pelas evidências historiográficas nacionais, a observação da distribuição semanal das uniões não constava do indicador mais importante entre as variáveis demográficas, geralmente tratada como um dado auxiliar sem grande aprofundamento sociodemográfico. A ausência de estudos históricos longitudinais sobre populações portuguesas que apontem a presença de padrões diferenciais da distribuição semanal ao casamento reflete a necessidade de combater a escassez de dados que impedem analogias com os dados obtidos em outros países da Europa. É neste sentido que se insere o presente trabalho, com o objetivo de identificar qual a relação entre a distribuição semanal dos matrimónios com indicadores diferenciais: demográficos, sociais e ocupacionais.

Os registos paroquiais de casamento de 33 freguesias pertencentes ao atual concelho de Fafe são a principal fonte deste trabalho, através dos quais se obteve informações como: nome dos nubentes, data do matrimónio, nome dos progenitores de ambos os nubentes, a respetiva naturalidade e estado civil. A informação redigida pelos párocos nos registos paroquiais varia conforme a época e, por vezes, segundo a região. Desde a penúltima década do século XVIII até ao fim da periodização, os registos tornam-se mais completos, mantendo uma grande homogeneidade nos critérios de redação, acrescentando informações como: a idade dos noivos, residência dos pais de ambos os contraentes; nome e naturalidade dos avós paternos e maternos de cada nubente e profissão dos nubentes e dos pais. A partir de meados do século XIX, com a harmonização da lei civil com a eclesiástica, através da promulgação do Decreto de 19 de agosto de 1859⁶, os redatores passam a ser obrigados a referir de forma sistemática as profissões. Contudo, reconhece-se que, em determinadas áreas do país, são registadas as profissões em épocas anteriores. É o caso das paróquias em estudo, onde se reconhece, de um modo geral, a continuidade do critério sistemático de assentar as profissões nos registos paroquiais a partir de meados do século XVIII.

² BOULTON, 1987.

³ REID, 1996.

⁴ THOMPSON, 1967; VOTH, 1998.

⁵ ROWLAND, 1988.

⁶ VASCONCELOS, 1860.

Os trabalhos realizados ao longo das últimas décadas sobre populações portuguesas, urbanas e rurais, continentais e insulares, revelaram que, ao longo de Oitocentos, o domingo foi o dia predileto para casar. Posteriormente, foi perdendo a preferência para outros dias, sobretudo para a segunda, o sábado e a quinta-feira.

Na sub-região do Alto Minho, nas populações de Gontinhães⁷, de Âncora⁸ e de Meadela⁹, o domingo, que era o dia eleito para contrair matrimónio ao longo de Setecentos, perdeu a predileção ao longo do século XIX para outros dias: o sábado, a segunda e a quarta-feira. Comportamento idêntico ocorreu nas freguesias de Avidos¹⁰ e de Ronfe¹¹, do Baixo Minho, onde o domingo perdeu a preferência para a segunda-feira e o sábado. Por outro lado, nas populações rurais de Priscos¹², e de Aveleda¹³ do município de Braga, e na população urbana de Vila Nova de Famalicão¹⁴, o domingo mantém-se até ao século XX como o dia preferencial para casar.

Nas populações da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, por um lado, na cidade de Chaves¹⁵, o domingo foi o dia selecionado, evidenciando uma crescente seleção ao longo do século XIX, seguido de perto pela segunda, quarta e quinta-feira; e, por outro lado, na freguesia do planalto mirandês de Palaçoulo¹⁶, o domingo passou do dia eleito ao dia completamente preterido, sobressaindo a segunda, a quarta e a quinta-feira. Na Beira Litoral, no extinto concelho do Eixo¹⁷, de um modo geral, o domingo foi o dia preferencialmente selecionado para contrair matrimónio, tendência que só se altera por volta de 1850, a favor do sábado. Também na Sé de Lisboa¹⁸, para o período estudado, anterior a 1755, os dados apontam o domingo como dia de maior concentração de casamentos, seguindo a tendência observada em outras populações.

Para a região do Alentejo, nas freguesias de Evoramonte¹⁹ no Alto Alentejo, e de Selmes²⁰ no Baixo Alentejo, apesar de os dados disponíveis não cobrirem todo o século XIX, é possível identificar um comportamento uniforme: em ambas o domingo foi selecionado como o dia preferido.

7 REGO, 2013.

8 LAGIDO, 2004.

9 SOLÉ, 2001.

10 PAIVA, 2001.

11 SCOTT, 1999.

12 FERNANDES, 2015.

13 SILVA, 1997.

14 LEITE, 2013.

15 FAUSTINO, 2014.

16 RAPOSO, 2000.

17 FERREIRA, 2005.

18 GODINHO, 2008.

19 MARQUES, 1999.

20 GODINHO, 1999.

Quanto aos nubentes insulares, concretamente aos açorianos da ilha do Pico, que casaram nas freguesias da Prainha do Norte²¹ e da Criação Velha²², ao longo dos séculos XVIII e XIX, elegeram categoricamente a segunda-feira para contrair núpcias.

No geral, é possível observar que todas as populações estudadas preferiram completamente a terça e a sexta-feira. A objeção geral a estes dias evidencia a estreita relação entre a escolha do dia da semana para celebrar o casamento e aspetos religiosos e supersticiosos²³. A observação da distribuição semanal dos matrimónios por região demonstrou que os nubentes não elegiam os mesmos dias para as cerimónias nupciais. Os contrastes regionais encontrados são um importante motivo de reflexão, principalmente num país tão pequeno como Portugal.

1. FONTES E METODOLOGIA

Os registos paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos constituem as principais fontes documentais. O seu manuseamento permitiu extrair as informações sobre os atos vitais relativos aos indivíduos que nasceram, casaram ou morreram nas paróquias ao longo de sucessivas gerações, privilegiando a metodologia de «reconstituição de paróquias»²⁴, assente na construção de uma base de dados demográfica e genealógica, que permite seguir as trajetórias de vida de cada residente²⁵. Por cruzamento nominativo dos atos vitais de todos os indivíduos que nasceram, casaram ou faleceram no conjunto das paróquias, foi construída uma base de dados demográfica e genealógica, individual, que fundamenta a análise quantitativa dos indicadores demográficos responsáveis pela dinâmica das populações.

Para agrupar as diferentes profissões registadas nos assentos paroquiais, recorreu-se à metodologia de classificação socio-ocupacional do HISCLASS (Historical International Social Class Scheme), baseado no HISCO, uma versão histórica da Organização Internacional do Trabalho de 1968 (International Standard Classification of Occupations, ISCO). HISCO e HISCLASS foram criados por investigadores associados ao Instituto Internacional de História Social em Amesterdão. HISCO é um sistema de classificação ocupacional que fornece uma lista de 1600 ocupações. O HISCLASS transforma essas ocupações em um número conveniente de categorias socio-ocupacionais através de um conjunto de critérios teóricos e fixos. As principais dimensões das suas categorias são a divisão

²¹ SANTOS, 2004.

²² MESQUITA, 1998.

²³ LEBRUN, 1983.

²⁴ AMORIM, 1991.

²⁵ Base de dados genealógica do concelho de Fafe (2020). Levantamento e cruzamento da informação dos registos paroquiais do concelho de Fafe, realizados no âmbito do Protocolo entre a Universidade do Minho e o município de Fafe, sob coordenação de Maria Norberta Amorim. Casa de Sarmento (www.csarmento.uminho.pt).

do trabalho em: manual/não manual, o nível de habilidade e o setor económico²⁶. De acordo com o esquema HISCLASS, agruparam-se as diferentes ocupações dos indivíduos em cinco categorias. A primeira categoria (HIS1) inclui todos os contraentes com profissões não manuais altamente qualificadas (professor, padre, boticário). A segunda categoria (HIS2) inclui todos os nubentes com profissões não manuais semiqualficadas (comerciante, enfermeiro, negociante). A terceira categoria (HIS3) abrange a classe trabalhadora, ou seja, todos aqueles que possuem ocupações manuais semiqualficadas e não qualificadas (pedreiro, sapa-teiro, carpinteiro). A quarta categoria (HIS4) é composta por agricultores ou camponeses com terra (agricultor, lavrador). Finalmente, a quinta e última categoria (HIS5) é composta por trabalhadores agrícolas sem terra e sem qualquer tipo de qualificação (marítimo, pescador, jornaleiro).

2. ÁREA DE ESTUDO

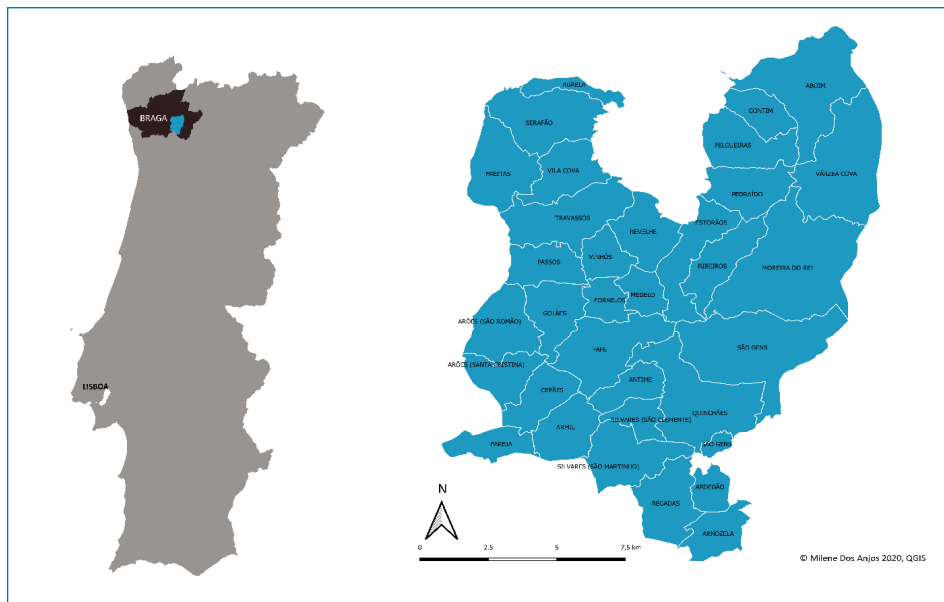
A área em estudo é composta por uma amostra demográfica e genealógica constituída por 33 freguesias (Mapa 1) que pertencem à base de dados genealógica do concelho de Fafe, que dispõe de dados matrimoniais desde 1650 (Tabela 1). As paróquias em estudo possuem características rurais e eventualmente semiurbanas, relacionadas com a elevação de Fafe ao estatuto de vila.

Tabela 1. Freguesias em estudo segundo a data de início dos dados matrimoniais

Arões (Santa Cristina)	1650	Agrela	1651	Felgueiras	1657
Arões (São Romão)		Antime		Moreira do Rei	
Cepães		Armil		Aboim	1658
Estorãos		Arnozela			
Fafe		Fareja			
Fornelos		Golães			
Freitas		Gontim			
Passos		Quinchães			
Pedraído		Ribeiros			
São Gens		Silvares (São Martinho)			
Serafão		Várzea Cova			
Silvares (São Clemente)		Medelo		1653	
Travassós		Regadas			
Vila Cova		Revelhe		1654	
Vinhós		Ardegão		1655	

Fonte: Elaboração própria (2021)

²⁶ LEEUWEN, MAAS, 2011.



Mapa 1. Área em estudo do concelho de Fafe

Fonte: Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP). Elaboração própria

O conjunto das 33 freguesias em estudo distribui-se por uma área de 195,35 km² que, atualmente, pertence ao concelho de Fafe, localizado no noroeste da sub-região do Baixo Minho, o Minho dos contrastes demográficos, económicos e sociais, concelho tipicamente rural, ligado à atividade agrícola com o cultivo de milho maís, centeio, feijão, trigo, castanha, hortaliças e a vinha. Segundo Carvalho da Costa, em 1706, o concelho de Fafe é «fértil em trigo, vinho, algum azeite», tem «muitos gados de toda a sorte, mel, caça e pesca»²⁷.

Os limites geográficos do atual concelho são definidos a norte pelo rio Ave e a leste pelo rio Tâmega. Fafe corresponde a uma microrregião delimitada geograficamente a norte pelos concelhos da Póvoa de Lanhoso e de Vieira do Minho, a sul pelo concelho de Felgueiras, a oeste pelo concelho de Guimarães e a leste pelos concelhos de Cabeceiras de Basto e de Celorico de Basto.

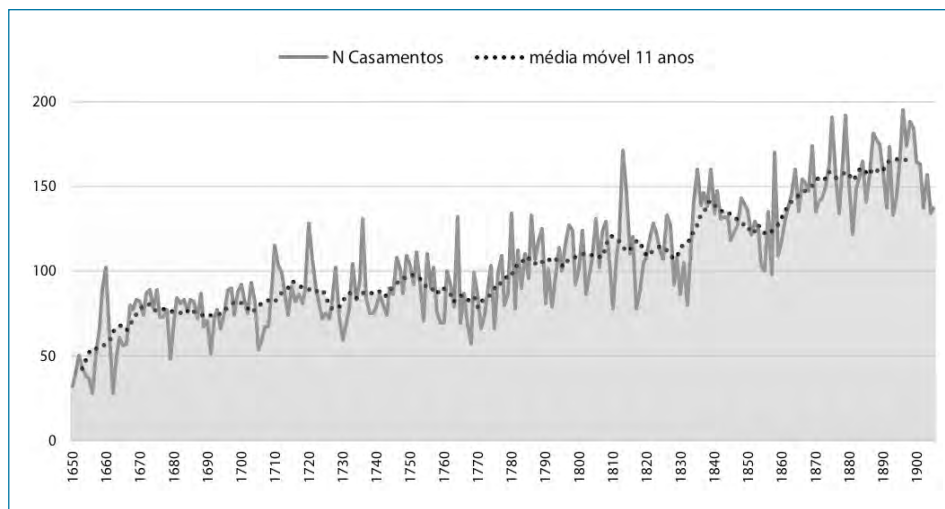
3. MOVIMENTO ANUAL DE CASAMENTOS

O Gráfico 1 representa o volume anual de casamentos celebrados no conjunto das freguesias, entre 1650 e 1905, numa perspetiva longitudinal, em frequências absolutas e com recurso a médias móveis de 11 anos de forma a regularizar flutuações aleatórias.

²⁷ COSTA, 1706: 157.

Tendo em conta os quantitativos numéricos do movimento de matrimónios, são observados 256 anos com a celebração de 26 841 uniões distribuídas pelas 33 freguesias.

Gráfico 1. Distribuição anual de casamentos com médias móveis de 11 anos



Fonte: Elaboração própria a partir do Repositório Genealógico Nacional (2021)

Na evolução anual dos matrimónios transparecem diferentes ritmos de evolução, típicos em comunidades rurais do passado, com uma média anual de 104 uniões, oscilando entre um mínimo de 28 uniões no ano de 1656 e um máximo de 195 em 1896. Sobressai um notório crescimento contínuo na celebração de casamentos, nomeadamente a partir da penúltima década do século XVIII. Considerando as médias móveis, é possível identificar um crescimento do volume de atos matrimoniais a partir de meados do século XIX.

A década de 30 do século XIX assinala o início de um movimento de subida gradual do volume das uniões que atinge o seu pico na década seguinte, momento coincidente com a «construção» da vila de Fafe e com a expansão territorial. A evolução económica da região parece ter influenciado na mobilidade populacional, estabelecendo uma forte relação com o mercado matrimonial e a fixação das famílias.

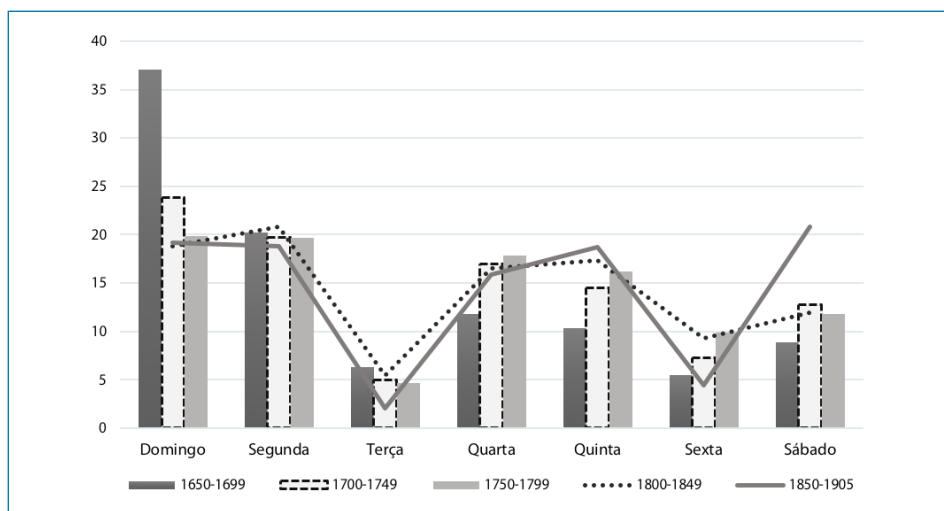
Entre as décadas de 50 e 70 do século XIX, assiste-se a uma diminuição significativa do volume anual de eventos, momento que poderá repercutir-se em vagas migratórias intercontinentais de população jovem, sobretudo masculina, reduzindo de intensidade na década seguinte²⁸.

²⁸ MONTEIRO, 2000: 145, 187, 195.

4. DISTRIBUIÇÃO SEMANAL DOS CASAMENTOS POR PERÍODOS

Para a análise da evolução dos dias da semana, optou-se por uma observação em cinco períodos que nos parecem adequados para compreender as principais oscilações ocorridas entre 1650 e 1905, bem como à dimensão da amostra (Gráfico 2 e Tabela 2).

Gráfico 2. Evolução da percentagem de casamentos segundo os dias da semana (por períodos)



Fonte: Elaboração própria a partir do Repositório Genealógico Nacional (2021)

Tabela 2. Distribuição absoluta dos casamentos pelos dias da semana

Períodos	Domingo		Segunda		Terça		Quarta		Quinta		Sexta		Sábado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1650-1699	1311	37,1	713	20,2	221	6,3	415	11,8	362	10,3	193	5,5	315	8,9
1700-1749	1023	23,8	849	19,7	215	5,0	732	17,0	623	14,5	314	7,3	550	12,8
1750-1799	948	19,9	936	19,7	226	4,7	849	17,8	770	16,2	471	9,9	562	11,8
1800-1849	1130	18,8	1248	20,8	324	5,4	992	16,5	1042	17,3	558	9,3	716	11,9
1850-1905	1581	19,2	1551	18,8	175	2,1	1310	15,9	1542	18,7	363	4,4	1711	20,8
Total	5993	22,3	5297	19,7	1161	4,3	4298	16,0	4339	16,2	1899	7,1	3854	14,4

Fonte: Elaboração própria a partir do Repositório Genealógico Nacional (2021)

Considerando a evolução da seleção do dia para celebrar as uniões pelos períodos estabelecidos, é possível identificar a superioridade do domingo até cerca de 1749, mantendo-se, após esta data, a níveis próximos de preferência com a segunda-feira, e mais tarde, em meados do século XIX, com o sábado. Por sua vez, a terça e a sexta-feira foram os dias da semana menos escolhidos, potencial-

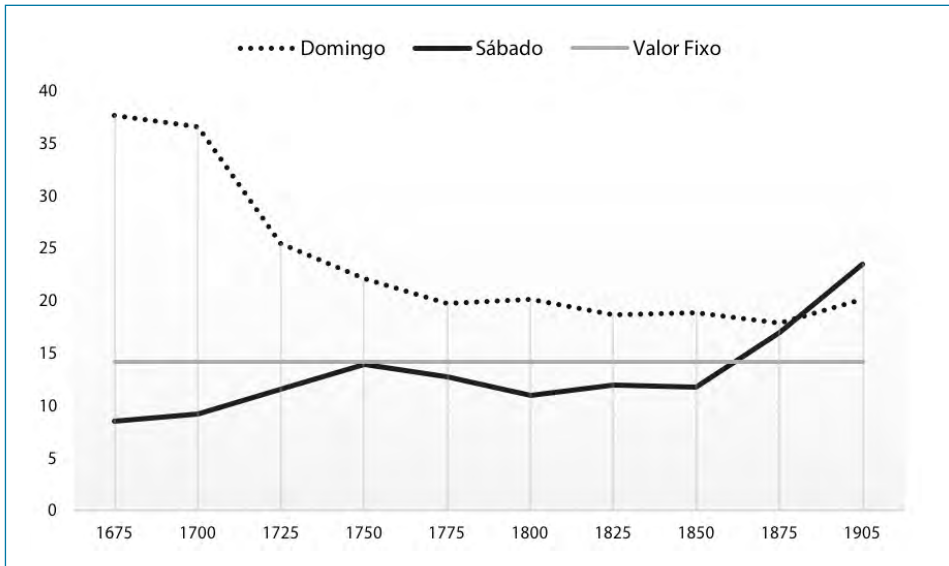
mente associados a superstições culturais e religiosas. A sexta por estar geralmente associada a dias de jejum em tempo da Quaresma e a terça por ser considerada um dia nefasto.

Curiosamente, as quartas obtiveram uma preferência acima do sábado até meados de Oitocentos. Este fenómeno foi observado em outras populações portuguesas, nas freguesias transmontanas de Chaves²⁹ e Palaçoulo³⁰, e nas paróquias minhotas de Meadela³¹ e Ronfe³². As quintas-feiras merecem uma nota, já que a sua escolha para celebrar o casamento foi gradual. Na Inglaterra, em Blackburn, Reid encontrou uma popularização das quintas ao longo do século XIX, considerando-as como «early closing days»³³.

4.1. MODELO DE FIM DE SEMANA

Do padrão evolutivo registado no fim de semana, é possível identificar o predomínio das uniões celebradas ao domingo em quase toda a periodização, sendo apenas ultrapassado pelo sábado a partir da penúltima década do século XIX (Gráfico 3).

Gráfico 3. Evolução da percentagem de casamentos ao fim de semana (1650-1905)



Fonte: Elaboração própria a partir do Repositório Genealógico Nacional (2021)

²⁹ FAUSTINO, 2014.

³⁰ RAPOSO, 2000.

³¹ SOLÉ, 2001.

³² SCOTT, 1999.

³³ REID, 1996: 161.

A diminuição gradual de atos celebrados ao domingo ao longo de Oitocentos foi observada em outras regiões da Europa, como é o caso da França, onde Lebrun verificou que, no fim de Oitocentos, o sábado passa a ocupar o dia predileto dos nubentes³⁴.

Para os baixos valores do domingo ao longo do século XIX, é apontada a relação com a ocupação dos párocos na celebração das missas dominicais, ou como forma de evitar a profanação do dia do Senhor com divertimentos. Apesar de o domingo ser uma escolha permanente dos nubentes das freguesias em estudo, o que é certo é que o volume de uniões desceu consideravelmente ao longo do século XVIII.

As populações do Antigo Regime não escolhiam o dia para casar de modo indiferente, pelo contrário. Na França, os bispos afirmavam que «é lícito casar-se não importa o mês, o ano nem o dia da semana, excluindo, todavia, os Domingos e os dias de festa porque não somente o padre está ocupado com a celebração da missa dominical, mas também, cairia mal profanar o dia do Senhor com divertimentos»³⁵. Um dado que nos parece importante são as informações proporcionadas pelas visitas pastorais no concelho de Montelongo (atual concelho de Fafe), no século XVII, segundo as quais, uma das delinquências apontadas é faltar à missa e trabalhar nos dias santos³⁶. Esta informação faz-nos crer que parte da população exercia atividade laboral ao domingo, o que resultava na escolha de outros dias da semana para contrair núpcias.

Por outro lado, motivos comerciais podem ter estado na base da diminuição brusca dos valores de domingo, como a celebração de duas feiras mensais³⁷, onde a população procurava vender os seus artigos inviabilizando o usufruto do domingo para atos matrimoniais³⁸.

A valorização do sábado, a partir do último quartel do século XIX, pode dever-se a uma progressiva implantação e consolidação do comércio, e dos serviços no novo setor terciário, associado ao desenvolvimento industrial e civil da área, evidenciando um primeiro distanciamento relativo à importância da agricultura.

³⁴ LEBRUN, 1983.

³⁵ LEBRUN, 1983: 47.

³⁶ SOARES, 1997: 608.

³⁷ MONTEIRO, 2000: 127.

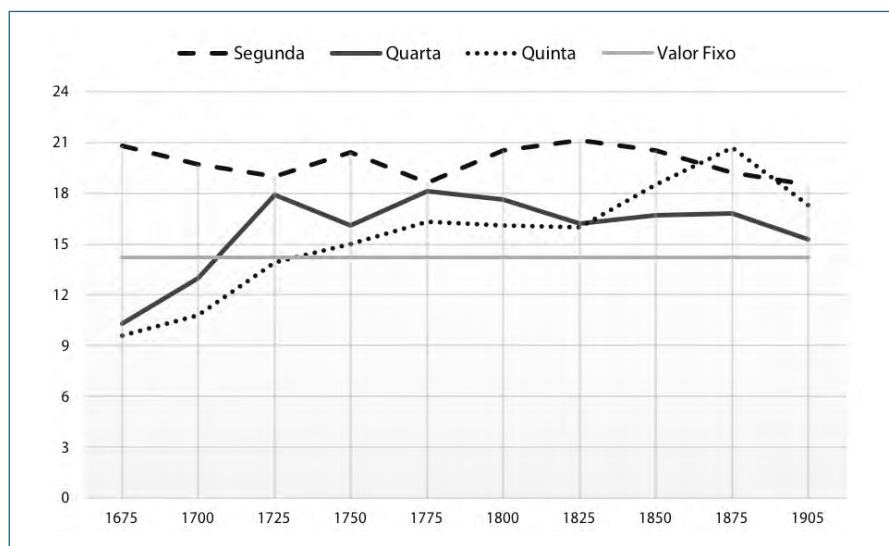
³⁸ O município de Fafe contava com a celebração de feiras mensais, de venda de produtos hortícolas e de gado. A mais célebre foi a feira de gado, do qual a região era produtora, sobretudo de gado lanar, bovino e suíno. Existiam ainda feiras anuais, no dia 16 de maio a «Feira Franca», e no dia 22 de agosto a «Feira das Cebolas», também conhecida como «Feira de São Bartolomeu», que já era conhecida no ano de 1736 (MONTEIRO, 2000: 127).

4.2. SAINT MONDAYS

A imposição de um novo modelo laboral e de dias festivos, manifestado ao longo do século XVII, passa a concentrar os trabalhos de segunda a sábado, onde o domingo é considerado um dia santo, o dia de assistir à missa. Mais tarde, em meados do século seguinte, algumas populações fabris da Inglaterra parecem iniciar uma transformação desse modelo. Muitos trabalhadores, motivados pelo cansaço da jornada da semana anterior, passam a escolher a segunda-feira como um dia extra de descanso, ocorrência que aparentemente não era alvo de penalização social ou laboral³⁹. Reid identificou a importância dos casamentos realizados à segunda-feira, em substituição do domingo, relacionando esta escolha com padrões de desenvolvimento industrial⁴⁰.

O Gráfico 4 evidencia a superioridade e a permanente seleção da segunda para o ato matrimonial dos nubentes do concelho de Fafe.

Gráfico 4. Evolução da percentagem de casamentos à segunda, quarta e quinta-feira (1650-1905)



Fonte: Elaboração própria a partir do Repositório Genealógico Nacional (2021)

Destaca-se a superioridade das segundas em quase todo o período, à exceção de um pequeno momento no fim do século XIX, rondando cerca de 20% das escolhas dos noivos. De salientar a particular projeção que a quinta-feira ganha a partir de 1825, momento em que os restantes dias apresentam uma quebra.

As *Saint Mondays* estavam vinculadas também em Portugal. A opção pela segunda-feira foi uma constante que se prolongou ao longo dos séculos XVIII e XIX,

³⁹ THOMPSON, 1967; RULE, FERRANDIS GARRAYO, 1997.

⁴⁰ REID, 1996.

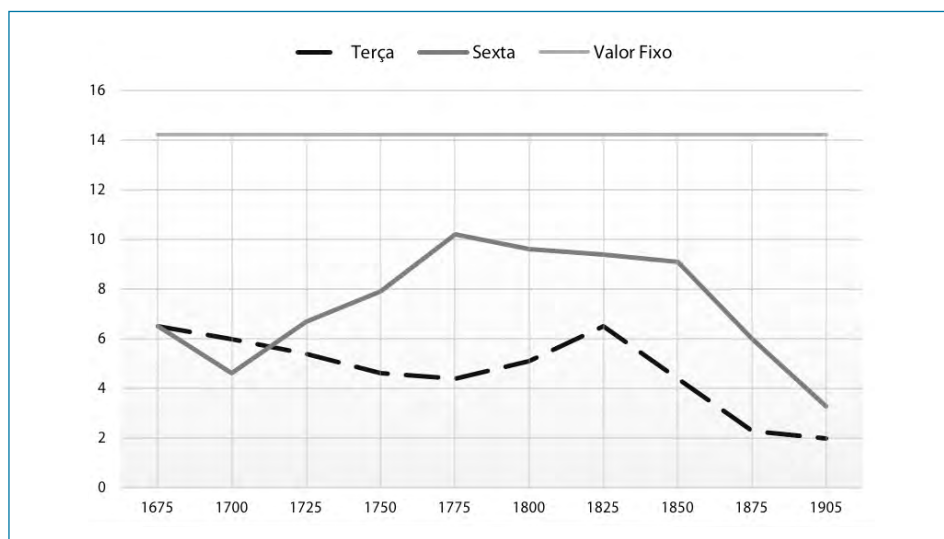
apurada em várias comunidades de regiões distintas: nas paróquias de Âncora e Meadela localizadas na sub-região do Alto Minho; em Ronfe, Avidos e Vila Nova de Famalicão da sub-região do Baixo Minho; em Chaves e Palaçoulo na região de Trás-os-Montes e Alto Douro; na Prainha do Norte e na Criação Velha da ilha do Pico, nos Açores. Na generalidade, a opção por este dia parece estar relacionada com motivações económicas, com a necessidade de venda e troca de produtos em feiras e romarias que se realizavam durante o fim de semana; ou até pela superstição. Por exemplo, na região do Alto Minho, era desaconselhada a celebração de mais do que um casamento por dia, o que poderia resultar na celebração das uniões nos dias seguintes⁴¹.

4.3. DIAS DE AZAR: TERÇA E SEXTA-FEIRA

A escolha do dia da semana para casar não resultava apenas da disponibilidade de tempos livres ou do calendário laboral. Existia outro fator que parecia influir decisivamente na seleção do dia para casar: a superstição. Dois dias parecem ter manifestado um claro mau presságio para os nubentes, com a sistemática rejeição das terças e das sextas-feiras.

Da leitura do Gráfico 5, é possível identificar que, entre 1725 e 1905, as terças constituíram o dia mais impopular para contrair matrimónio. No total, apenas 4,3% dos casamentos ocorreram nesse dia, oscilando entre um máximo de 6,3% e um mínimo de 2,1%, valor muito abaixo dos restantes dias.

Gráfico 5. Evolução da percentagem dos casamentos à terça e à sexta-feira (1650-1905)



Fonte: Elaboração própria a partir do Repositório Genealógico Nacional (2021)

⁴¹ REGO, 2013.

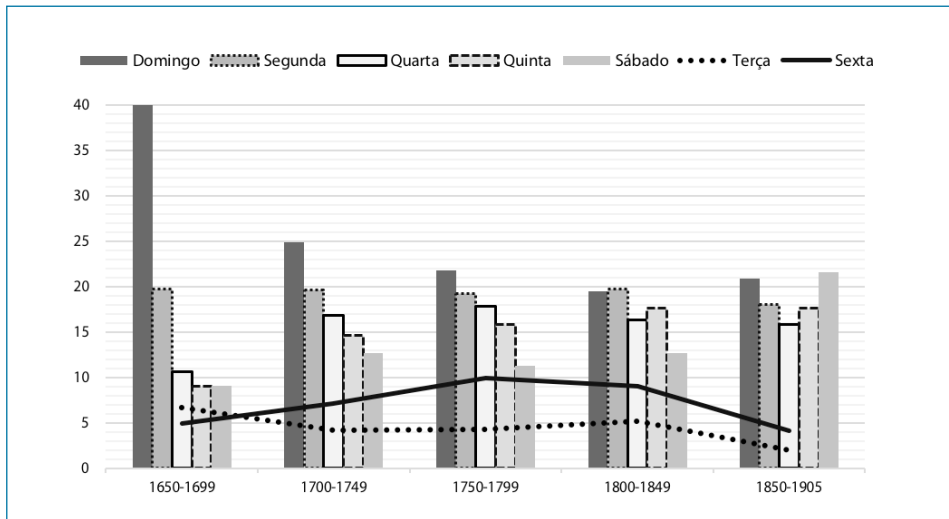
Como já tinha sido comentado, ambos os dias eram pouco populares, apesar de apresentarem uma tendência longitudinal relativamente inversa. Embora a terça tenha começado por ser o segundo dia menos popular, caiu para níveis muito baixos no fim do século XIX. Por outro lado, a sexta-feira ganhou alguma popularidade em meados do século XVIII, mantendo-se em uma tendência relativamente estável nas décadas seguintes. A estigmatização das sextas, associadas ao mau presságio, é um costume difundido na maioria dos países ocidentais com tradição religiosa cristã, uma vez que estão associadas ao dia da crucificação de Cristo⁴². No geral, ambos os dias apresentaram pouca procura, ficando muito abaixo do valor fixo⁴³ de 14,2% casamentos.

5. CASAMENTOS SEGUNDO A IDADE

Neste indicador foram contabilizados todos os casamentos registados na área em estudo entre 1650 e 1905 que, apoiado na reconstituição de paróquias, permitiu calcular a idade ao casamento.

Os Gráficos 6 e 7 apresentam o percentual semanal de casamentos celebrados por noivos com menos de 35 anos em comparação com aqueles de idade superior.

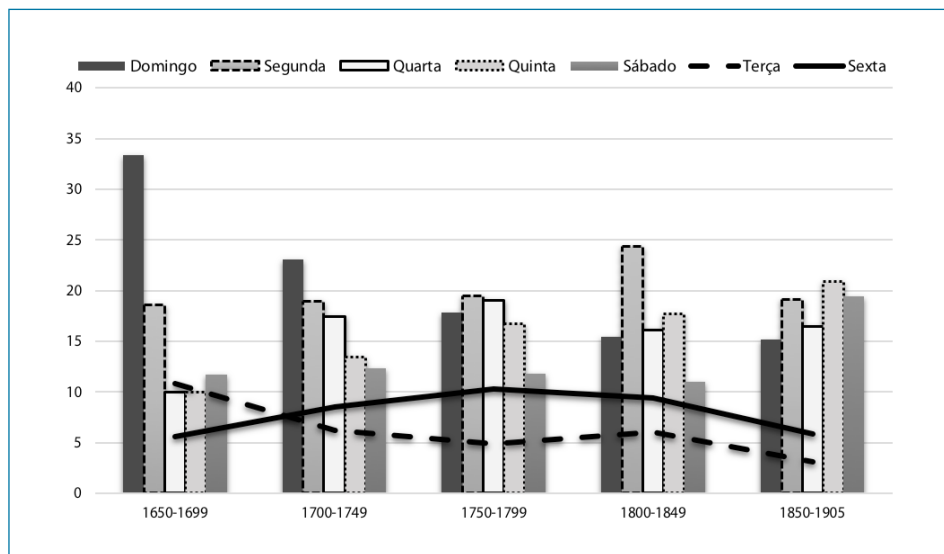
Gráfico 6. Distribuição semanal dos casamentos segundo a idade (menores de 35 anos)



Fonte: Elaboração própria a partir do Repositório Genealógico Nacional (2021)

⁴² GILLIS, 1985: 71; REID, 1996: 154.

⁴³ O valor fixo (14,2%) corresponde à média de casamentos segundo o dia da semana.

Gráfico 7. Distribuição semanal dos casamentos segundo a idade (maiores de 35 anos)

Fonte: Elaboração própria a partir do Repositório Genealógico Nacional (2021)

Na globalidade, conhece-se a idade de cerca de 65,1% dos nubentes que celebraram matrimónio na área em estudo, 50,6% destes com menos de 35 anos, e 14,5% nubentes com idades superiores. Estabeleceu-se este critério considerando que, em determinados períodos históricos, casar com 35 anos ou mais é uma idade relativamente avançada comparativamente às idades médias do primeiro casamento obtidas em trabalhos realizados sobre populações do Baixo Minho⁴⁴.

Em ambos os casos, sobressai o domingo como dia preferencial até meados do século XVIII. Após esse momento, a segunda-feira assume a preferência dos nubentes com 35 e mais anos. Sobressai ainda a quarta e a quinta-feira neste último conjunto. De um modo geral, a população com idades médias mais baixas ao casamento selecionou sobretudo o domingo ao longo de toda a periodização, com destaque do sábado no fim de Oitocentos, potencialmente associado à estrutura socio-ocupacional.

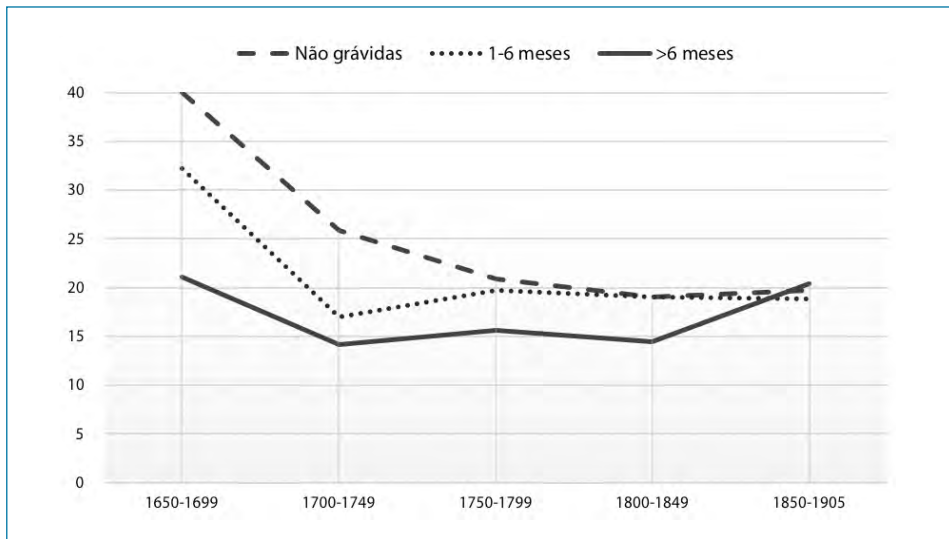
6. CONCEÇÕES PRÉ-NUPCIAIS — NOIVA ADIANTADA

Nas sociedades do passado era expectável que as conceções ocorressem dentro de um quadro matrimonial legítimo, previamente estabelecido segundo os preceitos religiosos. O comportamento sexual extramarital era penalizado, proibindo-se as

⁴⁴ Vejam-se os trabalhos de AMORIM, 1987 e FERNANDES, 2015.

mulheres grávidas de vestir o branco, levando-as, por vezes, a realizar cerimónias simples e apressadas. Apesar das normas de vigilância, tanto por parte das autoridades paterna e familiar como da comunidade civil envolvente, a ocorrência de conceções pré-matrimoniais parece ter sido uma constante, observável através dos vários estudos realizados em Portugal⁴⁵ e na Europa⁴⁶. Em Portugal, este comportamento desviante era, por vezes, indicado em tom de advertência, nos próprios registos de casamento, onde o pároco dava conta de que a noiva se encontrava já «adiantada». Um dado que nos parece interessante nesta discussão é que segundo informações proporcionadas pelas visitas ao concelho de Fafe no século XVII, onde foi averiguado o estado moral dos paroquianos, o visitador registou a presença de casos de pais «consentidores na desmoralização das filhas»⁴⁷. Considerando as penalizações sociais e religiosas às restrições sexuais antes do casamento, o volume de mulheres que estavam grávidas ao casamento (12%) é considerável, onde 4% se encontravam num estado adiantado de gestação, com mais de 6 meses.

Gráfico 8. Percentagem de famílias que celebraram os casamentos ao domingo, noivas não grávidas, noivas grávidas de menos de 6 meses vs. noivas grávidas de mais de 6 meses à data do casamento (por períodos)



Fonte: Elaboração própria a partir do Repositório Genealógico Nacional (2021)

Analisando o Gráfico 8, observa-se que as mulheres não grávidas apresentaram maior propensão para casar ao domingo relativamente às mulheres em gestação. No entanto, esta superioridade de cerca de 40% registada no fim do século XVII

⁴⁵ NEVES, 2001; AMORIM, 2012; FAUSTINO, 2014.

⁴⁶ FLINN, 1989; LEBRUN, 1983; PÉREZ GARCIA, 1979.

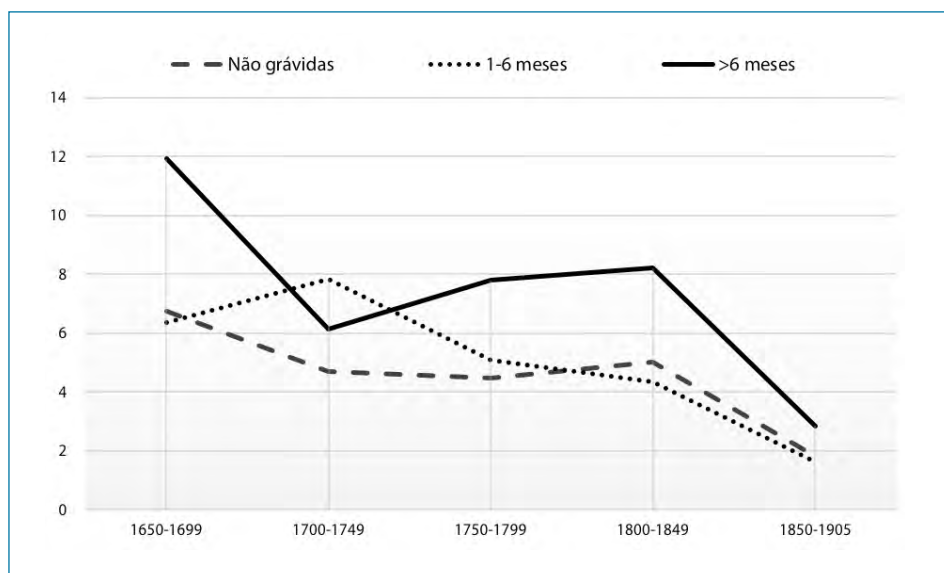
⁴⁷ SOARES, 1997: 604.

foi-se esbatendo ao longo do século seguinte, tornando-se nula no início do século XX. Este decréscimo poderá estar associado à gradual despenalização de concepções pré-maritais que as sociedades industriais foram estabelecendo, bem como ao decréscimo que o domingo representou nas escolhas dos nubentes.

Com base nos valores registados ao domingo ao longo de todo o período, as mulheres grávidas com um estado avançado de gestação, com mais de 6 meses, parecem não ter conseguido esconder a sua gravidez, enfrentando a penalização social. A partir de 1750, mulheres não grávidas e grávidas até 6 meses não apresentaram grande divergência, o que faz suspeitar que conseguiram um casamento rápido para evitar informar o padre sobre a gravidez e, com isso, livrar-se das penalizações sociais associadas à gravidez pré-marital.

Na tentativa de identificar padrões semanais de casamento divergentes, calculou-se a percentagem de famílias que celebrou o casamento à terça-feira (Gráfico 9).

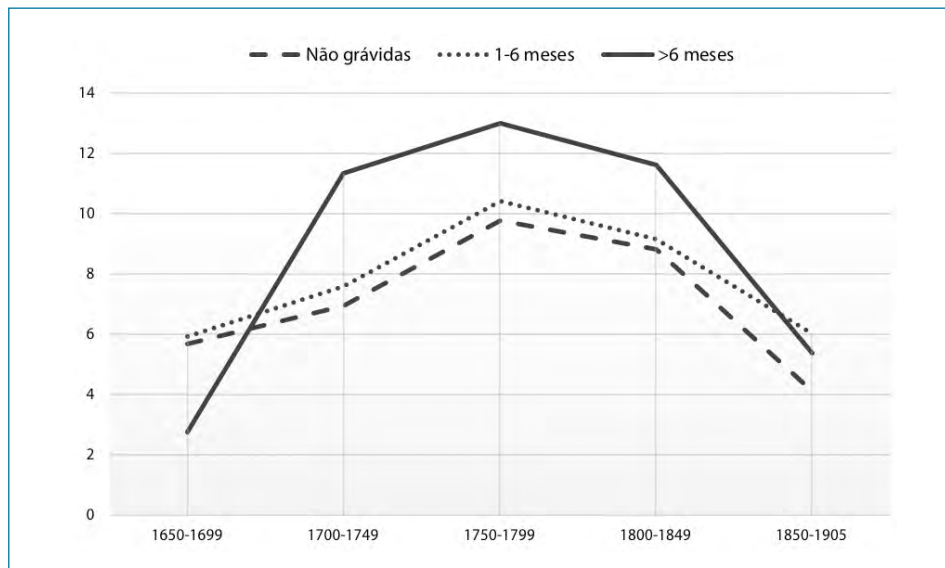
Gráfico 9. Percentagem de famílias que celebraram os casamentos à terça, noivas não grávidas, noivas grávidas de menos de 6 meses vs. noivas grávidas de mais de 6 meses à data do casamento (por períodos)



Fonte: Elaboração própria a partir do Repositório Genealógico Nacional (2021)

Da leitura, observa-se que são as mulheres grávidas, sobretudo com mais de 6 meses de gestação, que se casam à terça-feira, dia praticamente preterido pelas mulheres não grávidas. Esta prática pode indicar uma tentativa de ocultação da barriga. O mesmo parece ter acontecido com os casamentos celebrados à sexta-feira, em que na sua maioria casavam mulheres grávidas com mais de 6 meses (Gráfico 10).

Gráfico 10. Percentagem de famílias que celebraram os casamentos à sexta, noivas não grávidas, noivas grávidas de menos de 6 meses vs. noivas grávidas de mais de 6 meses à data do casamento (por períodos)



Fonte: Elaboração própria a partir do Repositório Genealógico Nacional (2021)

Ao longo do século XVIII e até meados de Oitocentos, são as mulheres em estado avançado de gestação que apresentam supremacia na celebração do casamento à sexta, potencialmente forçadas, por se tratar de casos de urgência, e da necessidade de selecionar dias menos movimentados. Já no século XIX, assiste-se a uma redução do volume de uniões celebradas à terça e à sexta-feira, potencialmente influenciada pela despenalização social de concepções pré-matrimoniais.

7. DISTRIBUIÇÃO SEMANAL DOS CASAMENTOS SEGUNDO AS ATIVIDADES SOCIOPROFISSIONAIS

Sendo o casamento um ato social, centrado em rituais culturais associados à disponibilidade económica dos intervenientes e do seu círculo familiar, é pertinente observar possíveis tendências dos padrões semanais segundo indicadores socio-ocupacionais.

No estudo da combinação de variáveis demográficas e ocupacionais, optou-se pela aplicação da metodologia de classificação socio-ocupacional do HISCLASS (Historical International Social Class Scheme) que tem como função agrupar as diferentes profissões em duas categorias de divisão do trabalho: manual e não manual, considerando o nível de habilidade e o setor económico⁴⁸.

⁴⁸ LEEUWEN, MAAS, 2011.

Na Inglaterra industrial vários autores identificaram a relação direta entre as folgas dos trabalhadores e a seleção de determinados dias para a celebração das uniões, o que permitiu estabelecer padrões de casamento diferenciais, assentes em critérios socioeconómicos, úteis para traçar o quadro industrial de determinada sociedade⁴⁹.

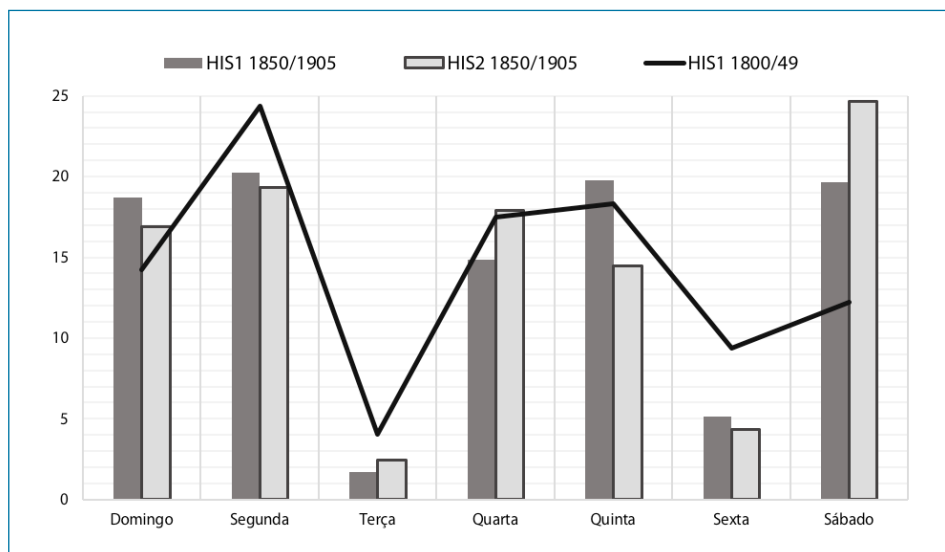
Dados sobre o município de Fafe, concretamente sobre a vila, dão-nos conta, ao longo do último quartel do século XIX, da fixação de algumas indústrias fabris, facto que corrobora os dados provenientes das bases de dados. Só após 1850 é que se identificou a menção de cerca de 220 indivíduos com ocupações relacionadas com os serviços (HISCLASS2), facto pelo qual apenas se analisa essa categoria nesse período. Para as demais estabeleceram-se duas periodizações, entre 1800 e 1849, e entre 1850 e 1905.

Das 10 765 profissões registadas, 10,6% correspondem ao grupo HIS1, 2,5% ao HIS2, 40,8% ao HIS3, 31,1% ao HIS4 e 15,0% ao HIS5. A maioria dos noivos (71,9%) pertencia aos grupos HIS3 e HIS4. Tinham profissões manuais semiqua- lificadas ou eram pequenos exploradores agrícolas com terra. Segundo os dados disponibilizados pelo Censo de 1890, o quadro relativo aos indicadores da estrutura socio-ocupacional informa que, apesar de a maioria (70%) da população do concelho se dedicar a funções agrícolas, cerca de 18% dos indivíduos trabalhavam na indústria e 4% na administração pública. Claramente, o concelho de Fafe iniciava, nesse momento, o seu processo de transição totalmente agrícola para uma época pré-industrial. Por outro lado, é importante referir o volume considerável de contraentes com profissões altamente qualificadas, principalmente se tivermos em conta a ruralidade de um município do interior do Minho.

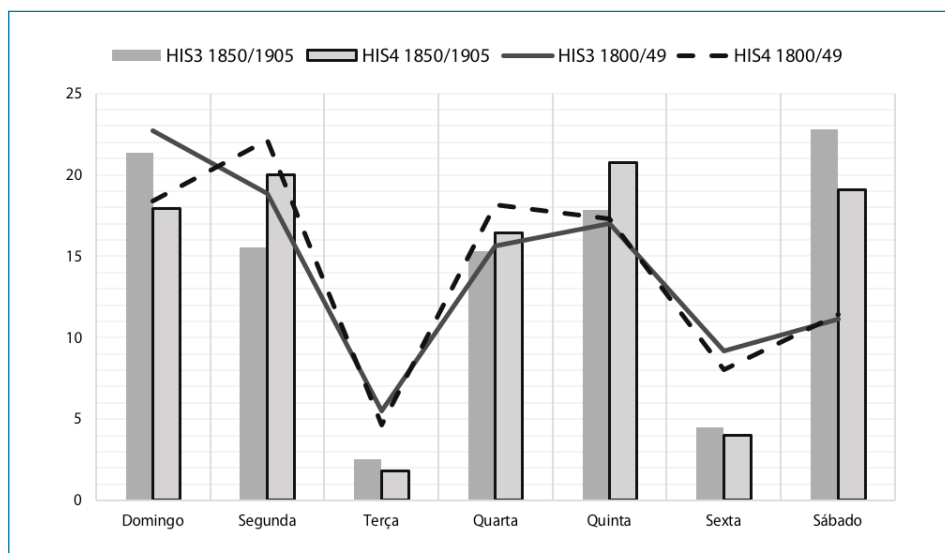
O Gráfico 11 apresenta a seleção do dia da semana para contrair núpcias dos grupos socioprofissionais HIS1 e HIS2. A distribuição referente ao grupo HIS1 aponta para, até 1850, uma maior concentração de matrimónios à segunda-feira, que se esbateu nas décadas seguintes a favor, especialmente, do sábado. O grupo HIS2, analisado somente entre 1850 e 1905, acompanhou a tendência de celebrar as uniões ao sábado. Estes dados em ambos os grupos são importantes, especialmente se atentarmos que novos padrões e horários laborais são estabelecidos neste período. Comportamento semelhante foi encontrado na vila de Ronfe, onde os noivos proprietários e os nubentes com funções no setor dos ofícios escolheram a segunda e o sábado para casar⁵⁰.

⁴⁹ THOMPSON, 1967; REID, 1996; RULE, FERRANDIS GARRAYO, 1997.

⁵⁰ SCOTT, 1999: 191.

Gráfico 11. Distribuição semanal dos casamentos dos grupos HISCLASS1 e HISCLASS2 (1800-1849/1850-1905)

Fonte: Elaboração própria a partir do Repositório Genealógico Nacional (2021)

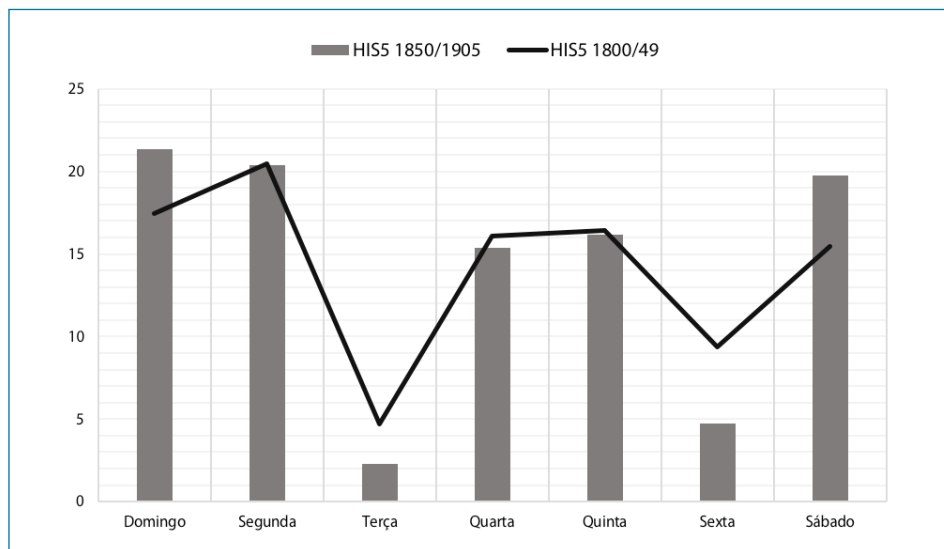
Gráfico 12. Distribuição semanal dos casamentos dos grupos HISCLASS3 e HISCLASS4 (1800-1849/1850-1905)

Fonte: Elaboração própria a partir do Repositório Genealógico Nacional (2021)

De um modo geral, as preferências dos nubentes HIS4 não apresentaram propriamente um dia predileto. Expuseram uma distribuição semanal que é regular, sem grandes oscilações, à exceção do sábado, facto que poderá estar relacionado com a ausência de horários e de dias fixos para o cumprimento de tarefas.

As preferências dos nubentes do grupo de trabalhadores dos ofícios (HIS3) apresentaram uma elevação do volume de casamentos ao sábado, que mais que duplicou. Os agricultores do grupo HIS4 parecem ter preferido a quinta-feira. Também em Avidos, dados sobre o comportamento diferencial da distribuição semanal dos casamentos revelou que, ao longo do século XIX, os noivos agricultores preferiam o mesmo dia: a quinta-feira⁵¹.

Gráfico 13. Distribuição semanal dos casamentos do grupo HISCLASS5 (1800-1849/1850-1905)



Fonte: Elaboração própria a partir do Repositório Genealógico Nacional (2021)

O grupo HIS5, composto por trabalhadores agrícolas sem terra e sem qualquer tipo de qualificação, parece não ter manifestado qualquer alteração no padrão matrimonial. O sábado, após 1850, teve maior procura à semelhança dos grupos anteriores. No entanto, os trabalhadores não manifestaram alterações das suas preferências ao longo do período em estudo. Por outro lado, apesar de não manifestarem preferências dominantes, concentram maior celebração das uniões ao sábado, ao domingo e à segunda-feira, opção provavelmente articulada com a irregularidade das suas tarefas, a instabilidade dos trabalhos realizados pelos trabalhadores ou jornaleiros assalariados.

Da análise dos Gráficos 11, 12 e 13, destaca-se um comportamento uniforme na diminuição acentuada da seleção da terça e da sexta-feira, principalmente ao longo da última parte do século XIX. De um modo geral, o *status* socioprofissional não parece ter tido efeitos determinantes no padrão semanal de matrimónios do conjunto das 33 freguesias do concelho de Fafe.

⁵¹ PAIVA, 2001: 101.

NOTAS FINAIS

O trabalho sobre padrões de casamento semanal das populações do concelho de Fafe ao longo de mais de dois séculos, assente numa amostra de dados demográficos e genealógicos composta por 26 841 datas de matrimónios, permitiu estabelecer uma relação com indicadores diferenciais. O conjunto das 33 paróquias apresentou ritmos de evolução matrimonial diferentes, com uma média anual de 104 uniões, que oscilou entre um mínimo de 28 em meados do século XVII e um máximo de 195 no fim de Oitocentos. Da observação das preferências, sobressai o domingo até 1749, mantendo-se após esta data a níveis próximos de preferência com as *Saint Mondays* e, mais tarde, já em meados do século XIX, com o sábado. Comportamento semelhante foi observado nas populações transmontanas de Chaves e Palaçoulo, e nas paróquias minhotas de Meadela e Ronfe.

A escolha do dia da semana para casar não resultava apenas da disponibilidade de tempos livres ou do calendário laboral: a superstição parece ter exercido uma função reguladora na seleção do dia, visível através da objeção às terças (4,3%) e sextas (7,1%). Na abordagem segundo a idade, 50,6% e 14,5% correspondem, respetivamente, a nubentes com menos e mais de 35 anos. Em ambos os grupos, sobressai o domingo como dia preferencial até meados do século XVIII. Após esse momento, o sábado ressalta nos noivos com menos de 35 anos, e a segunda-feira assume a preferência dos nubentes com 35 e mais anos.

A análise das conceções pré-nupciais revelou que as mulheres não grávidas apresentaram maior propensão para casar ao domingo, com uma superioridade de cerca de 40% registada no fim do século XVII, que se foi esbatendo ao longo do século XVIII. Em Setecentos e até meados do século seguinte, foram sobretudo as mulheres em estado avançado de gravidez que celebraram as uniões à sexta; mulheres possivelmente «forçadas», por se tratar de casos urgentes e da tentativa de encobrir a barriga, realizando cerimónias apressadas em dias com pouca preferência. Após meados do século XIX, assiste-se a uma queda do volume de uniões, tanto à terça como à sexta-feira, provavelmente relacionada com a despenalização de conceções pré-matrimoniais.

A distribuição semanal dos casamentos segundo as atividades socioprofissionais apresentou, após 1850, uma harmonização do padrão, com o aumento regular da seleção do sábado. Este incremento parece estar associado à distribuição socioprofissional da sociedade do município de Fafe num momento pré-urbano. Curiosamente, os grupos HIS3 e HIS5 são os que apresentavam maior volume de casamentos ao domingo, no dia do «descanso do Senhor», o que nos faz crer que, de um modo geral, ocorreu uma concordância entre os dias de trabalho e os dias de descanso. Este trabalho permitiu compreender melhor a evolução da seleção do dia para casar ao longo de cerca de 250 anos no concelho de Fafe.

Os resultados obtidos demonstram uma relação com as tendências encontradas em populações inglesas e francesas.

Futuramente, espera-se que o desenvolvimento de novas abordagens assentes na exploração metódica e especializada das fontes históricas permita à historiografia portuguesa acompanhar a «revolução científica» reconhecida na comunidade académica internacional, esperando que a demografia histórica forneça à demografia atual bases sólidas para as projeções que lhe são exigidas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Maria Norberta (1987). *Guimarães 1518-1819. Estudo Demográfico*. Lisboa: INIC.
- AMORIM, Maria Norberta (1990). *Perspetivas da aplicação da metodologia da Demografia Histórica no estudo das Populações*. «Cadernos do Noroeste». 3, 1-2.
- AMORIM, Maria Norberta (1991). *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta (2012). *Desafios da Cidade numa abordagem clássica de Demografia Histórica. O caso de Guimarães entre o século XVI e o XX*. In *Actas do I Congresso Histórico Internacional — As Cidades na História: população*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, vol. I, pp. 83-111.
- [BASES DE DADOS Paroquiais do Concelho de Fafe]. In *Repositório Genealógico Nacional*. [Consult. 10 dez. 2020]. Disponível em <www.csarmento.uminho.pt>.
- BOULTON, Jeremy (1987). *Economy of time? Wedding days and the working week in the past*. [Consult. 18 jan. 2021]. Disponível em <http://www.localpopulationstudies.org.uk/PDF/LPS43/LPS43_1989_28-46.pdf>.
- CAOP: *Carta Administrativa Oficial de Portugal*, 2012. [Consult. 28 dez. 2020]. Disponível em <<https://www.dgterritorio.gov.pt/cartografia/cartografia-tematica/caop>>.
- COSTA, Padre António Carvalho da (1706). *Corographia Portuguesa e descrição topográfica do famoso reino de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas e logares que contém; varões ilustres; genealogia das famílias nobres, fundações de conventos; catálogos dos bispos; antiguidades; maravilhas da natureza, edificios e outras curiosas observações*. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, tomo I.
- FAUSTINO, José Alfredo Paulo (2014). *A População da Vila de Chaves entre 1780 e 1880*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- FERNANDES, Milene dos Anjos (2015). *A população de Priscos entre os Séculos XVI e XX: estudo demográfico*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de mestrado.
- FERREIRA, Francisco Trindade (2005). *Viver e morrer no território do antigo concelho de Eixo (1590-1910)*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- FLINN, Michel W. (1989). *El Sistema Demográfico Europeo, 1500-1820*. Barcelona: Ed. Crítica.
- GILLIS, John R. (1985). *For Better, for Worse: British Marriage, 1600 to the Present*. Oxford: Oxford University Press.
- GODINHO, Anabela S. de Deus (1999). *Comportamentos demográficos de uma freguesia rural do Baixo Alentejo: Selmes (séculos XVIII-XIX)*. Lisboa: ISCTE. Tese de mestrado.
- GODINHO, Anabela S. de Deus (2008). *Lisboa Pré-Pombalina: a Freguesia da Sé, Demografia e Sociedade (1563-1755)*. Lisboa: ISCTE. Tese de doutoramento.

- HAJNAL, John (1965). *European marriage patterns in perspective*. In GLASS, David Victor; EVERSLEY, David Edward Charles, eds. *Population in History*. London: Edward Arnold, pp. 101-143.
- LAGIDO, Emília Pereira (2004). *Santa Maria de Âncora (1624-1910). População e Sociedade*. Guimarães: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Dissertação de mestrado.
- LEBRUN, François (1983). *A Vida Conjugal no Antigo Regime*. Tradução portuguesa de M. Carolina Queiroga Ramos. Lisboa: Edições Rolim.
- LEEUWEN, Marco H. D.; MAAS, Ineke (2011). *HISCLASS. A Historical International Social Class Scheme*. Leuven: Leuven University Press.
- LEITE, Odete T. P. S. (2013). *Vila Nova de Famalicão — de freguesia rural a urbana (1620-1960). Comportamentos demográficos e sociais*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- MARQUES, Rosa Maria V. (1999). *Nupcialidade e fecundidade numa vila do Alto Alentejo: Évora-monte (1700-1862)*. Lisboa: ISCTE. Tese de mestrado.
- MESQUITA, Maria Hermínia (1998). *Evolução Demográfica na Criação Velha. Paróquia do Sul do Pico (1801-1993)*. Madalena: Direcção Regional da Cultura.
- MONTEIRO, Miguel (2000). *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834-1926)*. Fafe: Câmara Municipal de Fafe.
- NEVES, António Amaro (2001). *Filhos das Ervas. A ilegitimidade no norte de Guimarães (séculos XVI - XVIII)*. Guimarães: NEPS/ICS da Universidade do Minho.
- PAIVA, Odete Tavares (2001). *S. Martinho de Avidos — Comunidade Rural do Vale do Ave. Demografia e Sociedade (1599-1995)*. Vila nova de Famalicão: NEPS.
- PÉREZ GARCIA, José Manuel (1979). *Un modelo de sociedad rural de Antiguo Régimen en la Galicia Costera*. Santiago de Compostela: Departamento de História Moderna, Universidad de Santiago de Compostela.
- RAPOSO, Fábía Maria (2000). *Estudo Demográfico de uma Paróquia do Planalto Mirandês. Palaçoulo (1656-1910)*. Guimarães: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- REGO, Maria Aurora Botão (2013). *De Santa Marinha de Gontinhães a Vila Praia de Âncora (1624-1924). Demografia, Sociedade e Família*. Braga: Instituto de Ciências sociais da Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- REID, Douglas A. (1996). *Wedding, Weekdays, Work and Leisure in Urban England 1791- 1911: The Decline of Saint Monday Revisited*. «Past & Present». 153, 135-163. DOI: <https://doi.org/10.1093/past/153.1.135>.
- ROWLAND, Robert (1988). *Sistemas Matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX). Una Perspectiva Regional*. In PÉREZ MOREDA, Vicente; REHER, David-Sven, eds. *Demografia histórica en España*. Madrid: Ediciones el Arquero, pp. 72-137.
- RULE, John; FERRANDIS GARRAYO, M. L. (1997). *Tiempo y clase obrera en la Gran Bretaña contemporánea*. «Historia Social». 27, 23-36.
- SANTOS, Isabel Maria R. (2004). *Prainha do Norte. Um estudo da nupcialidade, 1664-1764*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de mestrado.
- SCOTT, Ana Sílvia (1999). *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- SILVA, Maria Manuela T. F. (1997). *Comportamentos demográficos de uma paróquia do concelho de Braga, Santa Maria de Aveleda, 1580-1993*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Dissertação de mestrado.
- SOARES, António Franquelim S. N. (1997). *A Arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550-1700)*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento.

- SOLÉ, Glória Parra Santos (2001). *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho. Sociedade e Demografia (1593-1850)*. Guimarães: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- THOMPSON, E. P. (1967). *Time, Work-Discipline, and Industrial Capitalism*. «Past & Present». 38, 56-97. [Consult. 2 fev. 2021]. Disponível em <<http://libcom.org/files/timeworkandindustrialcapitalism.pdf>>.
- VASCONCELOS, José Maximo de Castro N. L. (1860). *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1859*. Lisboa: Imprensa Nacional. [Consult. 28 dez. 2020]. Disponível em <<http://net.fd.ul.pt/legis/1859.htm#>>.
- VOTH, Hans-Joachim (1998). *Time and Work in Eighteenth-Century London*. «The Journal of Economic History». 58:1, 29-58. [Consult. 17 jan. 2021]. Disponível em <<http://web.mit.edu/14.731/papers/timework.pdf>>.

OS REGISTOS PAROQUIAIS COMO FONTE PARA O ESTUDO DA INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO EM VALBOM, GONDOMAR (1860-1911)*

CECÍLIA DOS SANTOS CARDOSO**

Resumo: *Este artigo debruça-se sobre o estudo da indústria do mobiliário na antiga freguesia de Valbom (Gondomar), 1860-1911, tendo como base o levantamento e análise dos registos paroquiais. A indústria do mobiliário conheceu um significativo desenvolvimento neste período, abrangendo um elevado número de trabalhadores relacionados com as madeiras (entalhadores, marceneiros, torneiros, etc.). Os registos paroquiais constituem uma fonte fundamental para o conhecimento e evolução desta atividade. Pretende-se com este estudo demonstrar a importância desta fonte para o entendimento da génese e crescimento da indústria do mobiliário em Gondomar, que se converteu numa das mais importantes atividades económicas do concelho no século XX.*

Palavras-chave: *Gondomar; Valbom; Registos paroquiais; Oficinas; Mobiliário.*

Abstract: *This article focuses on the study of the furniture industry in the former parish of Valbom (Gondomar), 1860-1911, based on the survey and analysis of parish records. The furniture industry experienced a significant development in this period, covering a large number of workers related to wood (carvers, carpenters, turners, etc.). The parish registers are a fundamental source for the knowledge and evolution of this activity. The aim of this study is to demonstrate the importance of this source for understanding the genesis and growth of the furniture industry in Gondomar, which became one of the most important economic activities in the municipality in the 20th century.*

Keywords: *Gondomar; Valbom; Parish records; Workshops; Furniture.*

INTRODUÇÃO

O presente estudo respeita à indústria e aos ofícios de produção de mobiliário na antiga freguesia de Valbom, atual União das Freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim, concelho de Gondomar, tendo como base o levantamento e análise dos registos paroquiais entre 1860 e 1911. No século XX, esta atividade assumiu uma dimensão extraordinária em Gondomar, sendo os mercados da cidade do Porto e das terras vizinhas abastecidos com móveis manufaturados em Valbom, Vila de Gondomar, Fânzeres e São Pedro da Cova¹.

* Este artigo integra-se no projeto de doutoramento em Estudos do Património, Especialização em História da Arte, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, intitulado *A arte dos ofícios da madeira: Gondomar como uma grande «fábrica» (séculos XIX-XXI)*, financiado pela FCT (Ref. 2020.06909.BD.) e sob a orientação da Prof.^a Doutora Ana Cristina Sousa (DCTP/FLUP; CITCEM).

** Doutoranda em Estudos do Património. CITCEM/FLUP. Email: ceciliamscardoso@gmail.com.

¹ OLIVEIRA, 1934: 184.

Dada a sua relevância, o tema encontra-se atualmente em fase de desenvolvimento e está integrado no projeto de doutoramento em Estudos do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Assim, este artigo deve ser entendido como o primeiro ensaio de uma abordagem que conhecerá novos avanços num futuro próximo. Apesar de a investigação ainda se encontrar em curso, é possível demonstrar o forte incremento da produção de mobiliário na freguesia de Valbom, a partir de meados do século XIX.

Embora a nossa investigação tenha como foco central a indústria do mobiliário, entendemos que a análise demográfica é fundamental para entender a realidade dos trabalhadores da madeira no concelho de Gondomar. O levantamento e tratamento dos dados recolhidos nos registos paroquiais permitem determinar: os nomes e número dos trabalhadores dedicados a este ofício; os diferentes graus de especialização e ofícios afins relacionados com esta atividade; o registo das moradas e respetivo mapeamento; as relações matrimoniais entre as famílias que dominavam a arte das madeiras no concelho; a passagem do legado do ofício de pai para filho; a distribuição destes trabalhadores pelo território da freguesia; a migração dos trabalhadores das madeiras de outras freguesias e concelhos para Valbom e, por último, o crescimento gradual dos ofícios relacionados com a produção de mobiliário na freguesia. Atendendo à carência de fontes diretas relacionadas com o ofício das madeiras, os registos paroquiais revelam-se, assim, uma fonte extraordinária para o conhecimento desta arte outrora tão expressiva no concelho de Gondomar e em particular na freguesia de Valbom, principal alvo deste estudo.

Assim, procurou-se aplicar, neste artigo, a metodologia desenvolvida pela demografia histórica, que procura «identificar pessoas e as relações familiares entre elas, em combinação com o levantamento das datas para seus principais eventos vitais: nascimento/batismo, casamento, partos e morte/sepultamento»². Na linha de Heitor Filho, pretende-se compreender as dinâmicas da população desta freguesia de Valbom em torno da indústria do mobiliário, procurando-se, a partir dos dados recolhidos, obter estimativas para a população relacionada com o negócio das madeiras nesta antiga freguesia de Gondomar (mortalidade, nupcialidade, descendência, continuidade profissional de pai para filho, laços matrimoniais entre famílias)³.

Para o desenvolvimento da análise e do cruzamento de dados do nosso estudo, em particular no subcapítulo «a passagem do legado do ofício de pai para filho», optou-se por adaptar os «pilares fundadores» da demografia histórica: o problema (como analisar a evolução dos ofícios da madeira em Valbom na

² MOURA FILHO, 2015: 30.

³ MOURA FILHO, 2015: 30.

segunda metade do século XIX e inícios do século XX); as fontes escolhidas (registos paroquiais); as técnicas de processamento das fontes (reconstituição de famílias) e os resultados obtidos (a execução de uma base de dados que permite calcular a evolução dos ofícios da madeira). Entende-se que a reconstituição das famílias a partir dos registos paroquiais permite compreender a continuidade profissional entre gerações neste ofício. Tal como exposto por Amorim e Henriques, entende-se que cada registo de batismo identifica um agregado conjugal e dá abertura a uma ficha de família, na qual se vão, eventualmente, acrescentando outros filhos dessa mesma união⁴. Assim, após a identificação do casal e dos respetivos filhos, através dos registos de casamento e batismo, continuou-se com a análise dos registos de óbito para estabelecer a correlação entre os nomes identificados nos registos anteriores e respetivo falecimento. A partir do cruzamento destes dados, é possível determinar os indivíduos que seguiram a profissão do progenitor.

Em termos metodológicos e no que diz respeito ao tratamento da informação recolhida, optou-se por adotar um sistema em tabelas Excel, pois este permite concentrar a informação pretendida num único lugar para análise. Assim, foram elaboradas três tabelas principais para a organização da informação recolhida: a primeira é constituída pelos dados principais dos oficiais e a indicação de referências em outros anos (batismo, casamento, óbito) — possibilitando a averiguação do número de filhos e a identificação dos que seguiram a profissão do progenitor. A segunda tabela inclui os lugares de residência dos trabalhadores da madeira e o seu quantitativo anual, permitindo compreender quais os lugares de maior incidência dos profissionais. Finalmente a terceira tabela regista os dados relativos à mobilidade, analisando-se a naturalidade e o lugar de residência dos trabalhadores com vista ao entendimento das suas movimentações no concelho de Gondomar.

Delimitou-se a recolha ao período compreendido entre 1860 e 1911, pelo facto de esses registos se encontrarem em linha⁵ e, por isso, serem de fácil acesso.

Embora a recolha e a análise dos registos paroquiais se traduzam numa tarefa morosa, são cruciais para esta investigação, pois reúnem informações fundamentais para um universo de estudo ainda pouco conhecido e muito carenciado em termos de fontes. Pretende-se, igualmente, demonstrar a importância dos registos paroquiais para o desenvolvimento do estudo dos trabalhadores da indústria do mobiliário em curso.

Finalmente, atendendo à escassez de informação em torno da indústria do mobiliário em Gondomar, este estudo trará importantes contributos científicos,

⁴ AMORIM *et al.*, 2001: 59.

⁵ Disponíveis em <<https://tombo.pt/>>.

por acrescentar dados inéditos sobre a indústria do mobiliário não apenas para a comunidade científica, mas também para o público em geral.

1. FATORES FAVORÁVEIS E CONSTRANGIMENTOS DA FONTE

Os registos paroquiais, assim como todas as fontes, contêm potencialidades, mas também desafios que importa considerar. Os primeiros registos da freguesia de Valbom datam do século XVI (nascimento, 1588; casamento, 1589; óbito, 1585), mas a referência das profissões surge apenas na segunda metade do século XIX, em anos distintos (nascimento, 1859; casamento, 1861; óbito, 1865). No entanto, é nos registos de nascimento e de óbito que encontramos as maiores dificuldades.

Nos registos de nascimento foram identificadas as profissões, mas os lugares de residência não foram anotados nos anos de 1869 e 1870. Por outro lado, nos registos de óbito, de 1860 a 1870, a identificação das profissões é esporádica. Ainda relativo aos livros de nascimento (1870, 1872, 1873) e de óbito (1869, 1870, 1872), salienta-se que a maioria das páginas, nas datas atrás enunciadas, se encontra com a tinta deteriorada, muito gasta, o que dificulta a leitura e transcrição do documento.

Para além das lacunas de dados cruciais para esta investigação (morada e profissão) e dos problemas físicos dos livros, acresce uma dificuldade: a mudança do nome da profissão. Durante o exame dos registos, foi possível compreender que certos indivíduos, nos registos mais antigos, foram assinalados como marceneiros e, posteriormente, como proprietários, negociantes ou torneiros, o que pode ser comprovado a partir dos exemplos que se seguem:

Tabela 1. A alteração de profissão de certos profissionais entre 1860-1911

Nome	Alteração da profissão
José Martins de Moura	marceneiro (1877, 1883), proprietário (1886)
António Martins dos Santos	marceneiro (1866, 1867, 1877), proprietário (1891)
Agostinho Martins de Moura Mendes	marceneiro (1891), negociante (1891)
José Gonçalves de Brito	marceneiro (1895), torneiro (1898)
Manuel de Almeida Fortunato	marceneiro (1867), proprietário (1871)
Serafim António Pinto	marceneiro (1863, 1869, 1870), proprietário (1872)

Fonte: ADP. *Registos Paroquiais de Batismo, de Casamento e de Óbito, Valbom*

Perante a evidência demonstrada, tudo indica que existem mais profissionais na mesma situação. No entanto, a prioridade é a prossecução do método testado até ao momento (através da recolha de informação dos ofícios em estudo

— carpinteiros, entalhadores, marceneiros, palhinha, torneiros, etc.) e, posteriormente, dar continuidade à recolha dos dados dos proprietários e respetivo confronto com os ofícios da madeira.

Durante o preenchimento das tabelas, verificou-se a existência de nomes iguais ou muito semelhantes que facilmente podiam respeitar ao mesmo indivíduo. Tal como afirma Ferreira, uma das dificuldades presentes nas fontes utilizadas na demografia histórica é a variação ortográfica dos nomes⁶. Numa tentativa de colmatar esses erros, os dados foram sujeitos a comparação (morada, nome da esposa, progenitores, nome dos filhos) no sentido de confirmar a identidade de um indivíduo em particular. Este sistema comparativo vai muito ao encontro do método desempenhado pelo sistema de indexação *Russell Soundex Code8*, uma vez que para o «computador decidir qual casamento correspondia a um determinado nascimento eram utilizadas outras variáveis (o nome completo da mãe e do pai, as suas naturalidades, idades, ocupações, etc.)»⁷.

Embora os constrangimentos enunciados perturbem o desenvolvimento da investigação, consideramos, porém, que os contributos científicos obtidos a partir dos registos paroquiais superam as suas limitações.

Nos registos de batismo, casamento e óbito é comum a identificação do nome (criança batizada, noivo, falecido), profissão (noivos, progenitores, falecido), naturalidade (noivo, falecido) e residência (noivo, falecido, progenitores). Nos registos de batismo e casamento é possível obter informação dos padrinhos e das testemunhas (nome, profissão, residência). Os registos de casamento e óbito fornecem a idade dos noivos e dos falecidos, respetivamente.

Saliente-se, ainda, que o levantamento dos registos paroquiais contribui, igualmente, para o estudo do trabalho feminino na indústria das madeiras. É o caso das empalhadeiras (aplicação de palhinha no mobiliário), atividade desempenhada sobretudo por mão de obra feminina, no concelho de Gondomar. Até ao momento foram encontrados dois registos de nascimento, dois de casamento e um de óbito com a indicação específica do ofício de empalhadeira em Valbom. Esta questão é particularmente importante na medida em que o trabalho feminino, apesar de abundante e de se manter em vigor até à atualidade, era anónimo e está ausente na maioria das fontes. Realizado maioritariamente no domicílio, era como «domésticas» ou «empregadas no serviço da casa» que estas mulheres se identificavam, o que torna difícil conhecer a realidade destes trabalhos femininos para além de uma ou duas gerações. Apesar do reduzido número de casos encontrados, as cinco ocorrências demonstram a existência deste recurso profissional para as mulheres, corroborando, no entanto e pela ausência, o pouco reconhecimento social que lhe era consagrado.

⁶ FERREIRA, 2004: 6.

⁷ FERREIRA, 2004: 7.

Uma outra questão a ter em conta é a da alteração das fronteiras das freguesias. A área atual da freguesia de Campanhã não coincide com a do século XIX, uma vez que «integra vastos terrenos incluídos nas freguesias do Porto e de Gondomar (Bonfim, Rio Tinto, Fânzeres e Valbom)»⁸. Dado que Campanhã se apropriou de terrenos das freguesias de Rio Tinto, Fânzeres e Valbom, na passagem do século XIX para o século XX, consideramos pertinente a análise dos registos paroquiais de Campanhã. Outro fator que nos leva a considerar este alargamento deve-se a um número significativo de casamentos que ocorreram entre a freguesia de Valbom e Campanhã, constatado durante o levantamento dos registos de casamento de Valbom.

2. A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DO MOBILIÁRIO

No âmbito do estudo subordinado aos ofícios da madeira no município de Gondomar, previamente desenvolvido no quadro de uma dissertação de mestrado⁹, constatou-se que a freguesia de Valbom, com uma localização estratégica, fronteira ao rio Douro e à freguesia de Campanhã, abrangia o maior número de trabalhadores das atividades relacionadas com as madeiras (carpinteiros, entalhadores, marceneiros, torneiros, etc.). Por esta razão, na investigação do doutoramento em curso *A arte dos ofícios da madeira: Gondomar como uma grande «fábrica» (séculos XIX-XXI)*, optou-se pelo levantamento dos registos paroquiais no período compreendido entre 1860 e 1911.

Com a pesquisa efetuada nos livros de registos paroquiais, aferiu-se que os livros de casamento reuniam o maior número de dados pessoais, revelando-se como uma fonte fundamental para o estudo dos profissionais da madeira e, conseqüentemente, para qualquer outra atividade ocupacional. Assim, deu-se início à recolha de dados em formato de tabela, atribuindo a cada ofício uma tabela individual. A tabela dos registos de casamento é constituída pelos seguintes campos de preenchimento: n.º de registo, data de casamento, nome do noivo, idade do noivo, ofício, naturalidade e residência, nome dos progenitores, nome da noiva, idade da noiva, ofício, naturalidade e residência, nome dos progenitores, testemunhas (nome, estado civil, ofício, residência), notas e fonte. De 1860 a 1911, as tabelas relativas aos registos de casamento possuem o seguinte número de entradas:

⁸ PATRÍCIO *et al.*, 1991.

⁹ CARDOSO, 2019.

Tabela 2. Número de entradas nos registos de casamento da freguesia de Valbom (1860-1911)

	Carpinteiros	Entalhadores	Envernizadores	Estofadores	Marceneiros Ensambladores	Palhinha	Polidores	Torneiros
N.º de entradas	94	67	1	3	653	1	1	32

Fonte: ADP. *Registos Paroquiais de Casamento, Valbom*

Os registos de casamento permitem também perceber que os marceneiros, por norma, casavam com mulheres dedicadas às profissões de costureira, tece-deira, jornaleira, cigarreira e manipuladora de tabaco. No tocante às testemunhas de casamento, apesar de se ter assinalado um número alargado de profissões, foi possível verificar uma predominância de marceneiros, o que permite estabelecer os laços de sociabilidade que os ofícios necessariamente geravam.

Após a recolha de dados dos registos de casamento, deu-se início à análise dos de nascimento e óbito, seguindo o princípio da organização em tabela individual para cada ofício. A tabela dos registos de batismo tem como campos de preenchimento: n.º de registo, data do batismo, nome da criança batizada, progenitores (nome, naturalidade, local do casamento, residência), avós paternos (nome, residência), avós maternos (nome, residência), padrinho (nome, estado civil, ofício, residência), madrinha (nome, estado civil, ofício, residência). Já a tabela dos registos de óbito está organizada pelos campos de preenchimento: n.º do registo, data de falecimento, nome do falecido e a profissão, idade, progenitores (nome, naturalidade, residência). A identificação da profissão está no mesmo campo de preenchimento do nome do falecido, isto porque a maioria dos falecidos eram crianças menores, geralmente com menos de 5 anos de idade. No século XIX, as taxas de mortalidade infantil continuaram muito elevadas, prolongando-se até ao século XX¹⁰. Gonçalves, em 1906, apresenta como principais fatores da mortalidade infantil: a supressão do aleitamento materno; a impossibilidade de aleitar ou ter uma ama; a falta de regras precisas para o aleitamento artificial; a alimentação prematura; a ignorância e os preconceitos das mães; o desmame prematuro e brusco; a falta de asilos, creches e hospícios especiais para crianças; o clima¹¹. Mais tarde, em 1926, Torres, para além de enunciar os problemas anteriores, acrescenta outras razões como as condições higiénicas, a debilidade congénita, os traumatismos obstétricos e as afeções hereditárias, em particular a sífilis¹².

¹⁰ SANTOS, 1982: 49.

¹¹ GONÇALVES, 1906: 24-31.

¹² TORRES, 1926: 49.

Para a elaboração da Tabela 3 foram contabilizados o progenitor e o padrinho da criança — registos de batismo — e o falecido e/ou progenitor do falecido — registos de óbito. De 1860 a 1911, as tabelas relativas aos registos de batismo e óbito possuem o seguinte número de entradas:

Tabela 3. Número de entradas nos registos de batismo e óbito da freguesia de Valbom (1860-1911)

	N.º de entradas	
	Registos de batismo	Registos de óbito
Carpinteiros	449	171
Entalhadores	383	118
Envernizadores	2	2
Estofadores	12	3
Marceneiros/Ensambladores	3271	1047
Palhinha	2	0
Polidores	9	3
Torneiros	177	60

Fonte: ADP. *Registos Paroquiais de Batismo e de Óbito, Valbom*

No decorrer do preenchimento das tabelas e com os dados adquiridos a partir dos registos de batismo, casamento e óbito, simplificaram-se os dados numa outra tabela. Esta segunda tabela individual para cada ofício é constituída pelos campos de preenchimento: ano, nome, idade, estado civil, filiação, nome da esposa, lugar de residência, freguesia, referência em outros anos (registos de nascimento), referência em outros anos (registos de casamento), referência em outros anos (registos de óbito) e fonte. A criação da tabela teve como principal objetivo reunir apenas os dados relativos aos profissionais da madeira, facilitando o processo de observação entre indivíduos. Este exercício permitiu constatar a permanência dos profissionais ao longo dos anos, principalmente através dos registos de batismo, nos quais muitos destes indivíduos são progenitores que trabalham em profissões relacionadas com as madeiras. É possível igualmente atestar que um número razoável de trabalhadores, naturais de outras freguesias, casava com mulheres residentes em Valbom e que, após o matrimónio, passava a residir na freguesia da esposa. Também se averiguou, através dos dados recolhidos respeitantes às testemunhas de casamento e dos padrinhos de batismo, que existiam relações de proximidade entre os profissionais de Valbom com os de Campanhã e do Porto. Por fim, nesta tabela é ainda possível comparar os dados dos registos de batismo e óbito e averiguar quais os descendentes que faleceram e aqueles que conseguiram chegar à idade adulta com o ofício do progenitor, tornando possível estreitar esta rede de ofícios que ocorria em contexto familiar.

2.1. A PASSAGEM DO LEGADO DO OFÍCIO DE PAI PARA FILHO

A inserção dos dados na tabela permitiu verificar que alguns nomes dos progenitores se repetiam. Estes dados comprovaram a transmissão familiar do ofício, ao contrário da realidade inglesa do século XVIII, na qual

*os filhos dos mestres das grandes oficinas raramente seguiam a profissão dos progenitores, já que o fabrico e o comércio de mobiliário proporcionavam rendimentos que permitiam ascensão social e adesão a outras atividades profissionais eventualmente mais rendosas*¹³.

Até ao momento conseguimos detetar cerca de 118 possíveis transmissões de ofício (carpintaria, 19; talha, 14; marcenaria, 85). Porém, estas ainda se encontram num processo de análise cuidada e sujeitas ao cruzamento de dados (registos de batismo, casamento e óbito), no sentido de se obter um número concreto. Relativamente aos ofícios de envernizador, estofador, palhinha, polidor e torneiro, não possuímos informação suficiente que demonstre a passagem do ofício de pai para filho. Apesar de esta análise ainda não se encontrar concluída, apresentam-se na Tabela 4 três exemplos concretos que permitem demonstrar a continuidade de ofício de pai para filho. Salienta-se, ainda, que a grande maioria das filhas destes trabalhadores, principalmente dos marceneiros, contraiu matrimónio com oficiais da mesma profissão do seu progenitor.

Tabela 4. Exemplos da passagem de ofício de pai para filho na freguesia de Valbom (1860-1911)

Ofício	Progenitores	Descendência
Carpintaria	João de Sousa Gonçalves (carpinteiro) Ana Pereira	1887 — João de Sousa Gonçalves (carpinteiro)
Marcenaria	António de Magalhães (marceneiro) Maria Rita dos Santos	1865 — António de Magalhães (marceneiro) 1866 — Maria Rita dos Santos (casada com alfaiate) 1867 — Tomás António de Magalhães (marceneiro) 1878 — Francisco António de Magalhães (marceneiro) 1884 — Cosme António de Magalhães (marceneiro) 1880 — Ana Rita dos Santos (casada com marceneiro) 1889 — Damião António de Magalhães (marceneiro) 1890 — Agostinho António de Magalhães (marceneiro) 1902 — Jerónimo António de Magalhães (marceneiro)
Talha	António Ferreira da Silva (entalhador) Miquelina dos Santos	1890 — António Ferreira dos Santos (entalhador) 1897 — Serafim Martins Ferreira da Silva (entalhador) 1897 — António Martins Ferreira da Silva (entalhador) 1909 — Américo Ferreira da Silva (entalhador)

Fonte: ADP. Registos Paroquiais de Casamento, Valbom

¹³ VALENTE, 2014: 107.

2.2. A DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES PELO TERRITÓRIO DE VALBOM

Através da análise dos dados recolhidos, entendemos que era necessário o preenchimento de uma tabela que demonstrasse a realidade geográfica das atividades da madeira na freguesia. Esta tabela é constituída pelos anos em estudo, 1860 a 1911, e pelos lugares que fazem parte da freguesia de Valbom: Aldeia Alegre, Aldeia Nova, Arroiteia, Barreiros, Cova da Má, Culmieira, Fonte Pedrinha, Giesta, Lagoa, Lamas, Monte, Outeiro, Pinheiro de Além, Pinheiro de Aquém, Ribeira de Abade, Rossamonde, São Roque, Valbom de Baixo, Vila Verde. O principal intuito na elaboração desta tabela é contabilizar o número anual de profissionais e conhecer a sua distribuição no território da freguesia. Apesar de a contabilização do número dos profissionais ainda se encontrar em curso, constata-se que os lugares com maior incidência eram: Monte, Arroiteia, Pinheiro de Aquém e Culmieira (entre Lamas e Fonte Pedrinha). Apresenta-se, no mapa (Fig. 1.), a distribuição dos ofícios com base nos dados recolhidos até ao momento.



Fig. 1. Distribuição dos ofícios da produção de mobiliário no território de Valbom (1860-1911)

Legenda: 1. Carpinteiro; 2. Entalhador; 3. Envernizador; 4. Estofador; 5. Marceneiro; 6. Palhinha; 7. Polidor; 8. Torneiro

Fonte: ADP. *Registos Paroquiais de Batismo, de Casamento e de Óbito, Valbom*

2.3. MIGRAÇÃO DOS TRABALHADORES DAS MADEIRAS DE OUTRAS FREGUESIAS E CONCELHOS PARA A LOCALIDADE DE VALBOM

Para além das tabelas enunciadas anteriormente, foi necessária a execução de uma outra para averiguar a migração dos trabalhadores dos ofícios da madeira entre as diferentes freguesias do concelho ou de outras localidades externas. Esta tabela está organizada pelos seguintes campos de preenchimento: ano, nome do profissional, naturalidade, residência e fonte. Com o agrupamento desta informação, é possível rastrear os lugares de origem e ter uma maior perceção do número de indivíduos que se deslocaram entre freguesias, bem como os que deram entrada no concelho. Ao serem identificadas as naturalidades e os anos com maior número de migração, é possível compreender a elevada movimentação de indivíduos de concelhos predominantemente agrícolas do interior e Douro, tais como Penafiel, Amarante, Marco de Canaveses, Baião, Cinfães, Arouca, Tarouca, entre outros. Entre as causas desta mobilidade, contam-se as dificuldades sentidas na agricultura no século XIX, devido à grande praga da filoxera, que arruinou muitas vinhas e obrigou à deslocação das famílias¹⁴.

Até ao momento, foi possível identificar diferentes naturalidades dos trabalhadores que se deslocaram para a freguesia de Valbom, entre 1860 e 1911 (Tabela 5). Realçamos, ainda, que, através da análise generalizada dos registos paroquiais de Valbom, é notório que esta migração alcançou proporções consideráveis não só nos ofícios da produção de mobiliário, como também em outros ofícios.

Tabela 5. Migração dos trabalhadores entre as freguesias do concelho ou de outros concelhos para Valbom (1860-1911)

Ofícios	Naturalidade	
Carpinteiros	Migração fora do concelho para Valbom	Amarante, Arouca, Baião, Campanhã, Cinfães, Gaia, Marco de Canaveses, Matosinhos, Mondim de Bastos, Penafiel, Santa Maria da Feira
	Migração dentro do concelho para Valbom	Fânzeres, Jovim, Rio Tinto, São Cosme, São Pedro da Cova
Entalhadores	Migração fora do concelho para Valbom	Amarante, Campanhã, Gaia, Marco de Canaveses, Penafiel, Porto (Sé), Valongo
	Migração dentro do concelho para Valbom	Fânzeres, São Cosme
Marceneiros	Migração fora do concelho para Valbom	Amarante, Arouca, Campanhã, Celorico de Basto, Cinfães, Gaia, Marco de Canaveses, Oliveira de Azeméis, Penafiel, Porto, Santa Maria da Feira, Tarouca, Valongo, Vizela, Vouzela (Cambra)

(continua na página seguinte)

¹⁴ ROWLAND, 1994: 318.

Ofícios	Naturalidade	
	Migração dentro do concelho para Valbom	Fânzeres, Jovim, Rio Tinto, São Cosme
	Migração de outros países para Valbom	Brasil (Rio Grande do Sul; Santa Ana)
Torneiros	Migração fora do concelho para Valbom	Aveiro, Gouveia

Fonte: ADP. *Registos Paroquiais de Batismo, de Casamento e de Óbito*, Valbom

2.4. O CRESCIMENTO GRADUAL DOS OFÍCIOS RELACIONADOS COM A PRODUÇÃO DE MOBILIÁRIO

Através do levantamento e análise desta fonte, conseguimos acompanhar o crescimento gradual dos ofícios em estudo, principalmente dos marceneiros (Tabela 6). No entanto, também é possível constatar que, entre a década de 70 e a década de 80 do século XIX, houve um decréscimo nos ofícios das madeiras. No Inquérito Industrial de 1881, na secção do concelho de Gondomar respeitante à marcenaria, escreveu-se que

nos últimos cinco a seis anos o definhamento da industria tem reduzido o pessoal operário a metade do que era. Em parte os marceneiros fizeram-se lavradores, em parte emigraram [...] A causa do definhamento da marcenaria é a importação de mobílias estrangeiras¹⁵.

Mais é referido no dito inquérito que «a produção principal consiste em cadeiras, mobília e em geral caixas de charutos para as fabricas de tabacos»¹⁶. De facto, a crise de produção de mobiliário coincidiu com o eclodir da indústria tabaqueira. É precisamente neste período, em finais da década de 70 e no decorrer dos anos 80 do século XIX, que verificamos um aumento exponencial dos ofícios de cigarreiro/a, manipulador/a de tabaco e charuteiro na freguesia de Valbom. A partir desta informação, retirada do Inquérito Industrial, ponderamos que, na década de 80, durante a crise de produção de mobiliário, os marceneiros ativos sobreviveram à crise com a produção de caixas para tabaco até à década seguinte, na qual se verifica o retorno do crescimento dos trabalhadores das madeiras.

¹⁵ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Repartição de Estatística, 1881: 48.

¹⁶ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Repartição de Estatística, 1881: 48.

Tabela 6. Demonstração da evolução dos ofícios das madeiras na freguesia de Valbom (1860-1911)

	1860	1870	1880	1890	1900 a 1911
Carpinteiros	96	80	100	38	48
Entalhadores	23	37	41	27	68
Envernizadores	0	0	2	2	2
Estofadores	0	0	1	1	1
Marceneiros	193	148	394	546	984
Palhinha	0	0	0	0	3
Polidores	0	0	1	1	1
Torneiros	0	0	5	6	17

Fonte: ADP. *Registos Paroquiais de Batismo, de Casamento e de Óbito*, Valbom

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a escassez de estudos relativos à indústria do mobiliário em Gondomar, os registos paroquiais constituem-se como uma fonte fundamental para compreender as dinâmicas e as ligações dos trabalhadores da madeira. Através destes dados, é possível inferir sobre a evolução da indústria do mobiliário na sua dimensão económica, social e territorial, analisando-se particularmente: a passagem do legado do ofício de pai para filho; a distribuição dos trabalhadores pelo território de Valbom; a migração dos trabalhadores das madeiras de outras freguesias e concelhos para Valbom e, finalmente, o crescimento gradual dos ofícios relacionados com a produção de mobiliário.

Estes dados primários podem ainda ser complementados com outras informações que, embora secundárias, são igualmente relevantes e interessantes para compreender esta realidade, tais como: a natalidade e a mortalidade infantil, muitíssimo elevadas e que envolviam, também e naturalmente, os filhos dos trabalhadores em estudo; práticas devocionais e de sociabilidade, como a tradição de serem os santos a apadrinhar as crianças batizadas (São José, Nossa Senhora da Hora, Senhora da Conceição, Nossa Senhora); os trabalhadores assumirem a paternidade de filhos ilegítimos e o trabalho feminino e infantil.

É nosso objetivo, no futuro, analisar as freguesias que demonstram maior incidência de atividade na indústria do mobiliário ou, se possível, alargar esta recolha a todas as freguesias do concelho de Gondomar, no sentido de apresentar uma realidade mais alargada e completa sobre o tema.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Arquivo Distrital do Porto

- ADP. *Registos Paroquiais de Batismo*, Valbom, 1860-1911. Livros 51. Disponível em <<https://tombo.pt/f/gdm11>>.
- ADP. *Registos Paroquiais de Casamento*, Valbom, 1860-1911. Livros 53. Disponível em <<https://tombo.pt/f/gdm11>>.
- ADP. *Registos Paroquiais de Óbito*, Valbom, 1860-1911. Livros 52. Disponível em <<https://tombo.pt/f/gdm11>>.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Maria Norberta *et al.* (2001). *Reconstituição de paróquias e formação de uma base de dados central*. In *Reconstituição de famílias, fogos e estratégias sociais. Actas do VI Congresso da Associação de Demografia Histórica (ADEH)*. Castelo Branco: Escola Superior de Educação, vol. II, pp. 57-66.
- CARDOSO, Cecília (2019). *Entalhes com tradição. Marcenaria e ofícios similares em Gondomar*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FERREIRA, Antero (2004). *Sistemas informáticos para análise de dados demográficos: uma abordagem histórica*. [Consult. 29 mar. 2021]. Disponível em <<http://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/894/1/Granada.pdf>>.
- MOURA FILHO, Heitor P. de (2015). *Método em demografias históricas*. «Revista Mosaico». 06:2, 29-39.
- GONÇALVES, Manuel Joaquim (1906). *Considerações sobre a mortalidade infantil no Porto*. Porto: Imprensa Nacional.
- OLIVEIRA, Camilo de (1934). *O concelho de Gondomar: apontamentos monográficos*. Porto: Imprensa Moderna, vol. IV.
- PATRÍCIO, Ana Videira *et al.* (1991). *Campanhã: Estudos monográficos*. Porto: Junta de Freguesia de Campanhã. [Consult. 29 mar. 2021]. Disponível em <<http://www.j-f.org/monografia/pagina26.htm>>.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Repartição de Estatística (1881). *Inquérito Industrial de 1881: Districto Administrativo do Porto*. Lisboa. Imprensa Nacional, vol. III.
- ROWLAND, Robert (1994). *A Segunda Fundação (1890-1926)*. In MATTOSO, José, *dir. História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. VI, pp. 317-318. Vol. VI: *A Segunda Fundação*.
- SANTOS, Cândido dos (1982). *Nota sobre a mortalidade infantil nos séculos XVIII e XIX*. Porto: Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- TORRES, José de Carvalho (1926). *Notas mui sumárias acerca da natalidade e mortalidade infantil no Pôrto (1913-1922)*. Porto: Imprensa Comercial. Tese de doutoramento.
- VALENTE, Maria Adelina Nogueira (2014). *Matrizes inglesas no mobiliário português da segunda metade do século XVIII*. Porto: Universidade Católica Portuguesa. Tese de doutoramento.

A PELAGRA EM PORTUGAL: ENTRE CARÊNCIA NUTRITIVA E INTOXICAÇÃO ALIMENTAR

TÂNIA FERREIRA*

Resumo: *A melhoria das condições de vida nas últimas décadas, com reflexos numa alimentação mais diversificada e acessível às populações, permitiu erradicar algumas doenças originadas pela subnutrição, como é o caso da pelagra.*

Afeção nutricional provocada por um défice de vitamina B3 (niacina), de graves complicações a nível dermatológico, gastrointestinal e mental, atingia sobretudo as populações mais desfavorecidas, cujo regime alimentar era baseado no consumo prolongado e quase exclusivo de milho, revestindo-se de um carácter endémico em diversos países europeus. Este artigo tem como objetivo realizar um enquadramento histórico e endemiológico do mal da rosa, e posteriormente avaliar os reflexos do conhecimento sobre a doença em Portugal no início do século XX.

Palavras-chave: *Júlio de Matos; João de Meira; Pelagra; Endemia; Subnutrição; Portugal.*

Abstract: *The improvement in living conditions in recent decades, with reflections on a more diversified and accessible diet to the population, allowed to eradicate some diseases caused by malnutrition, as in the case of pellagra.*

A nutritional disorder caused by a deficiency of vitamin B3 (niacin), with serious complications at the dermatological, gastrointestinal and mental level, affected mainly the most disadvantaged populations, whose diet was based on the prolonged and almost exclusive consumption of maize, with an endemic character in several European countries. This article aims to provide a historical and endemiological framework for the disease of the rose, and later to evaluate the effects of knowledge about the disease in Portugal at the beginning of the 20th century.

Keywords: *Júlio de Matos; João de Meira; Pellagra; Endemic; Malnutrition; Portugal.*

INTRODUÇÃO

O termo «vitamina» é fruto de uma revolução operada no início do século XX sobre a maneira de pensar as relações entre dieta alimentar e saúde, através da crescente compreensão de dois fenómenos: 1. as dietas são fontes de muitos nutrientes; 2. a ingestão insuficiente de nutrientes específicos é causadora de doenças¹.

As vitaminas, componentes indispensáveis ao nosso organismo, que não consegue fazer a sua síntese, sem qualquer valor energético e que entram na alimentação em pequenas quantidades, serão progressivamente isoladas, identificadas e sintetizadas a partir de 1920².

A pelagra, resultado da carência de vitamina B3 (niacina), insere-se num conjunto de doenças decorrentes de um regime alimentar deficitário em determinados componentes vitamínicos, que atingiram grupos muito específicos de

* Investigadora colaboradora, Grupo de Populações e Saúde, CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Email: up201109607@up.pt.

¹ COMBS JR., McCLUNG, 2017: 3-4.

² SINDING, 2004: 1211-1212.

população. Como foi o caso do escorbuto, predominante entre os marinheiros, resultante da carência de vitamina C; o beribéri, predominante em populações asiáticas cujo regime alimentar era baseado no arroz polido, consequência da carência de vitamina B1; o raquitismo, conhecido também como a «doença inglesa», que representou um verdadeiro flagelo em Inglaterra no século XIX, fruto da carência de vitamina D; ou ainda a cegueira noturna, doença caracterizada pela incapacidade de ver em níveis baixos de luminosidade, resultante da carência de vitamina A³.

Ainda há poucas décadas, a pelagra continuava a ser um problema entre comunidades mais desfavorecidas ou dependentes de ajuda alimentar internacional. De acordo com o relatório da Organização Mundial da Saúde de 2000, mais de 22 000 casos de pelagra foram identificados entre 900 000 refugiados moçambicanos no sul do Malawi desde 1989, assim como entre refugiados do Zimbabué (1988-89), Suazilândia (1989), Zaire (1989), Angola e Nepal (1994)⁴.

Mais recentemente, a pelagra ressurgiu em Moçambique, particularmente nas províncias de Sofala e Manica, depois de o ciclone Idai, em março de 2019, ter destruído milhares de hectares agrícolas que eram a base da alimentação das populações⁵.

O ponto de partida para o presente estudo foi a dissertação inaugural de João de Meira sobre *O Concelho de Guimarães (Estudo de Demografia e Nosografia)*, apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto em 1907, na qual o autor denunciava a pelagra como uma das doenças «mais espalhadas no concelho de Guimarães»⁶. Neste âmbito, com o objetivo de compreender o entendimento que havia sobre a doença em Portugal nos inícios do século XX, fizemos o levantamento das notícias sobre pelagra na imprensa local vimaranense e imprensa médica, e analisámos as dissertações inaugurais apresentadas à supracitada escola de medicina que trataram o tema, bem como monografias médicas que sobre o assunto consagraram capítulos específicos.

1. O MAL DA ROSA EM PORTUGAL

O termo «pelagra», do italiano *pelle* (pele) + *agra* (áspero), surge pela primeira vez em 1771 na obra *Animadversiones in morbum vulgo pellagram*, de Francesco Frapoli, médico do Hospital Maior de Milão⁷.

³ COMBS JR., McCLUNG, 2017: 9-11.

⁴ WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2000: 1-2.

⁵ Notícia disponível em <<https://observador.pt/2020/02/02/desnutricao-provocada-pelo-ciclone-idai-faz-reapercer-pelagra-em-mocambique/>>.

⁶ MEIRA, 1907: 142.

⁷ GARCÍA GUERRA, ÁLVAREZ ANTUÑA, 1991: 199.

Desde que foi observada pelo médico espanhol Gaspar Casal em 1762, na sua *História Natural e Médica do Principado das Astúrias*, que a etiologia da pelagra suscitou grandes controvérsias. Uns defenderam que a doença tinha como causa principal uma carência nutritiva resultado da monoalimentação à base de milho; outros, por sua vez, que a origem da pelagra estava numa intoxicação, consequência da ação de um vírus que tornava o milho «avariado» ou «estragado», teoria dominante até inícios do século XX.

Em Portugal, conhecida entre o povo do Minho pelo nome de «figadal» ou «acrimónia do sangue»⁸, a pelagra foi motivo de interesse para diversos autores.

Destacamos nomes como os de Alfredo de Magalhães, Sousa Júnior, Miguel Bombarda e Costa da Maia, que terá observado os primeiros doentes com pelagra em Vila do Conde, e que deixaram importantes contribuições para o conhecimento da doença em Portugal na imprensa médica de inícios do século XX, como a *Medicina Contemporânea* e o *Porto Médico*.

As dissertações inaugurais apresentadas à Escola Médico-Cirúrgica do Porto constituem outro núcleo importante de informação sobre a doença. Ao todo, entre 1905 e 1927, foram publicadas cinco dissertações sobre o tema nesta escola médica. Entre estes trabalhos, além do de João de Meira, destacamos o de António Pereira da Silva, que em 1905 apresentou a dissertação *A pelagra. Subsídio para o estudo da endemia pelagrosa em Portugal*, trabalho motivado pelos professores Alfredo de Magalhães e Sousa Júnior⁹.

Destacamos ainda o contributo de Júlio de Matos, um dos nomes mais importantes da psiquiatria em Portugal, que em 1911, na sua obra *Elementos de Psiquiatria*, sintetiza, no grupo das Psicoses Tóxicas, aqueles que eram os conhecimentos sobre a etiologia, sintomatologia e terapêutica da doença.

Será em 1922, na tese de doutoramento de Francisco Manuel da Fonseca e Castro, apresentada à Faculdade de Medicina do Porto, intitulada *Casos de Pelagra (Observações de Clínica Médica)*, que encontramos o primeiro sinal de mudança naquela que era a compreensão etiológica da doença. Trabalho contemporâneo das recentes descobertas na área da nutrição, defende que, tal como o beribéri e o escorbuto, a pelagra era nesse momento considerada como uma «afeção de origem puramente alimentar»¹⁰.

⁸ MEIRA, 1904a.

⁹ SILVA, 1905: 17.

¹⁰ CASTRO, 1922: 66-67.

2. SOBRE A IMPORTÂNCIA DA NIACINA OU VITAMINA B3

A vitamina cuja carência conduz à pelagra é a niacina ou vitamina B3 (também denominada de PP, *Pellagra Preventis*). Componente dominante de dois nucleótidos coenzimáticos — NAD (nicotinamida adenina dinucleótido) e NADP (nicotinamida adenina dinucleótido fosfato)¹¹ —, assiste e acelera mais de 200 funções metabólicas responsáveis por processos de oxidação e respiração celular, libertação de energia e normal funcionamento do metabolismo de hidratos de carbono, gorduras e proteínas. De igual modo, é indispensável para o processo de síntese das hormonas sexuais — estrogénio, progesterona e testosterona —, assim como para a produção de cortisol, tiroxina e insulina.

A vitamina B3 pode não ser considerada essencial num regime alimentar uma vez que é produzida, em parte, pelo aminoácido triptofano. No entanto, este caminho metabólico — conversão de triptofano em niacina — fica comprometido em condições de deficiência de vitamina B6, zinco e ferro no organismo, tal como explica Monica Ginnaio¹².

Precisamente, o milho contém taxas particularmente baixas de triptofano¹³, aminoácido indispensável ao organismo que rege o apetite, a sexualidade, o humor e o sono. O triptofano é ainda um precursor da serotonina, neurotransmissor cuja deficiência conduz a problemas como a depressão e a ansiedade. Com efeito, as perturbações neuropsiquiátricas derivadas da pelagra são devidas a baixas taxas de serotonina¹⁴.

As grandes fontes de niacina encontram-se na carne — frango, peru, vaca —, no peixe — arenque, bacalhau, atum —, nos cereais — trigo e cevada —, nos cogumelos, e também nos frutos secos, como as nozes e principalmente os amendoins. Por sua vez, é nos vegetais — espargos, brócolos, couves, milho, batatas, etc. — e nas frutas — maçã, laranja, pêssego, etc. — que encontramos os mais baixos níveis de niacina¹⁵.

3. A DOENÇA DOS 3 D — SINTOMATOLOGIA

Após alguns meses num regime alimentar deficitário em triptofano e vitamina B3, o organismo tenta restabelecer as perdas vitamínicas recorrendo às áreas de armazenamento. Completada esta fase, que pode durar meses, têm início as alterações na atividade enzimática e os sinais de carência tornam-se visíveis¹⁶.

¹¹ COMBS JR., McCLUNG, 2017: 332.

¹² GINNAIO, 2011: 676.

¹³ WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2000: 10.

¹⁴ GINNAIO, 2011: 676.

¹⁵ COMBS JR., McCLUNG, 2017: 334.

¹⁶ Segundo Monica Ginnaio, a pelagra desenvolve-se normalmente em quatro etapas distintas, ao nível dermatológico, gastrointestinal, neurológico e psiquiátrico. GINNAIO, 2011: 676.

Conhecida como a doença dos 3 D¹⁷, correspondente às fases da doença — dermatose, diarreia, demência —, a pelagra é uma doença de evolução lenta, agravando-se progressivamente.

Todos os anos, por altura da primavera, no recomeço dos trabalhos agrícolas, surgia aquele que é o primeiro e mais visível sintoma da pelagra: a lesão dermatológica. A pele destes doentes, sendo anormalmente sensível aos raios solares, processo chamado de fotosensibilização¹⁸, favorecia o aparecimento de eritemas, edemas e vermelhidão. Nas palavras de Gaspar Casal, só era identificado o *mal da rosa* (pelagra) quando as lesões surgiam claramente nos metacarpos e nos metatarsos, tal como podemos ver na Figura 1¹⁹.

Esta primeira etapa da doença, de duração variável e de reincidência anual, caracteriza-se por um eritema semelhante a uma queimadura solar, que afetava as zonas do corpo mais expostas ao sol, formando uma clara delimitação entre a derme exposta e a resguardada deste elemento natural.

Neste âmbito, as lesões dermatológicas da pelagra tornavam-se visíveis na zona do pescoço e parte superior do tórax, formando aquilo que é conhecido como o «colar de Casal», lesão perfeitamente demarcada pelo formato da gola da camisola, como podemos visualizar nas Figuras 2 e 3; no dorso das mãos, antebraços, até ao limite das mangas, conhecido pelas «luvas da pelagra», como podemos ver na Figura 4; pés e pernas, até ao limite das calças ou saias; e ainda lesões na testa, nariz e bochechas, em formato de «borboleta» (Figura 4)²⁰.

Estas lesões eram acompanhadas por sensações de calor, «cozedura» e comichão. A mancha vermelha inicial adquiria fissuras e crostas que acabavam por cair. Após inúmeras reincidências anuais, a pele tornava-se fina, atrofiada, pigmentada, cobrindo-se de escamas, dando lugar ao processo de descamação da epiderme.



Fig. 1. Colar de Casal, lesões nos metacarpos e metatarsos. [Título atribuído pela autora]

Fonte: CASAL, 1762: 364 (gravura)

17 Para os anglo-saxónicos a pelagra é a doença dos 4 D. Além dos 3 D, acrescentam um quarto, a morte (*death*).

18 COMBS JR., McCLUNG, 2017: 343.

19 LÓPEZ PIÑERO, 2006: 413.

20 WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2000: 4-5.



Fig. 2. Masque pellagreu et collier de Casal
Fonte: MERK, 1911: Planche X. Photogravure

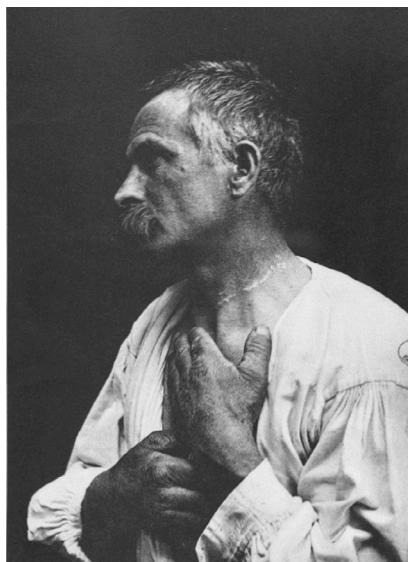


Fig. 3. Derniers vestiges du collier de Casal
Fonte: MERK, 1911: Planche XV. Photogravure



Fig. 4. Masque pellagreu et pellagre du dos des mains
Fonte: MERK, 1911: Planche X. Photogravure

A segunda etapa da doença, que muitas vezes coexistia com a anterior, tem a ver com perturbações de ordem gastrointestinal. Todo o aparelho digestivo era afetado, desde a boca ao intestino. Alterações na mucosa bucal, gengivas inchadas, vermelhas e sangrentas, língua vermelha e inchada. Anorexia, vômitos, diarreia aquosa e por vezes sanguinolenta, estomatites, gastrite crónica eram as manifestações mais características.

Os doentes falavam ainda de uma «sensação de ardor no estômago, no esófago e na boca», uma «sede inextinguível», sensação de ardor comparável a uma queimadura²¹. Esta sensação, que se estendia a todo o corpo, era de tal maneira insuportável aos pelagrosos, que se diziam «queimados», que seria recorrente atirarem-se a cursos de água, não raras vezes encontrando aí a morte. Júlio de Matos sugere que muitos destes acidentes, considerados outrora como suicídios por afogamento de motivações melancólicas, eram de momento considerados como uma morte acidental «tão própria da pelagra», motivados precisamente por esta «intolerável sensação de calor»²².

João de Meira, num artigo publicado no «Independente», também faz referência a esta insuportável impressão de queimadura e ao facto de muitos doentes se atirarem à água na tentativa de encontrarem alívio para esta sensação dolorosa:

*E sobre todo o quadro, dominando todos os sintomas, há o calor, feroz, inclemente, estonteante que arrasta o doente a um tanque a uma poça, a um rio, a qualquer pontos enfim, onde haja água que o refrigere e que para todo o sempre lhe termine os sofrimentos, terminando-lhe a vida*²³.

A terceira etapa da doença é caracterizada por perturbações neurológicas, acompanhadas por um enfraquecimento físico e psicológico geral. O doente queixava-se de dores, câibras, «cansaço» nos membros inferiores, perturbações na marcha, formigueiros, tremores, perda de sensibilidade nas extremidades do corpo, dores de cabeça e vertigens. Júlio de Matos referia-se à vertigem como um dos sintomas constantes da pelagra, acompanhada de «zumbidos auriculares», «fraqueza da vista», «sensação de deslocamento dos objetos», «cefaleia ou peso de cabeça» que dava «frequentemente lugar a quedas para diante»²⁴.

Segundo Monica Ginnaio, de acordo com as fichas de admissão do hospital psiquiátrico de Ferrara (província italiana) no século XIX, os pacientes com perturbações neurológicas e psiquiátricas mais graves eram pelagrosos²⁵.

O último período da doença, que evoluía rapidamente até à morte, era caracterizado por perturbações de ordem psiquiátrica: alucinações, quadros melancólicos bastantes pronunciados, mutismo, ideias de perseguição, autoacusação, ansiedade, delírios variados e estupor. A loucura pelagrosa podia alternar-se assim entre fases depressivas — mutismo absoluto, crises de choro, depressão e torpor intelectual — e fases de grande ansiedade e angústia — delírios histéricos,

²¹ MATOS, 1911: 230.

²² MATOS, 1911: 231.

²³ MEIRA, 1904a.

²⁴ MATOS, 1911: 232.

²⁵ GINNAIO, 2011: 677.

crises obsessivas e maníacas, tendência ao suicídio e homicídio²⁶. Irritabilidade, desorientação, cansaço, apatia, falta de memória e estado de confusão mental prevaleciam também neste estágio da doença.

Lê-se a propósito, num artigo publicado no «Independente», que muitos doentes do concelho de Guimarães e arredores, «homens do campo [...] atacados de loucura, cuja causa era a pelagra», davam entrada no Hospital de Rilhãfoles, em Lisboa, para tratamento²⁷.

4. PELAGRA, O MAL DA MISÉRIA

Foi o médico espanhol Gaspar Casal quem, na sua obra *História Natural e Médica do Principado das Astúrias*, de 1762, pôs em relevo pela primeira vez dois aspetos centrais que marcariam para sempre os estudos sobre a pelagra: havia uma distribuição social muito específica da doença — a grande maioria dos doentes eram pobres agricultores — e o seu principal alimento era o milho. Será ele o primeiro a salientar a dependência nutricional deste alimento entre os pobres camponeses asturianos e a sugerir uma relação entre a doença e a nutrição, ou seja, uma etiologia carencial da pelagra. A discussão em torno do papel etiológico do consumo de milho, que marcará todo o século XIX, teve aqui o seu início²⁸.

O debate em torno da etiologia da pelagra estender-se-ia também à globalidade das condições de vida dos camponeses, que diretamente refletiam a escassez ou inacessibilidade aos alimentos. Esta «preferência» social da doença levou a que muitos autores qualificassem a pelagra de *mal da miséria*, já que a enfermidade surgia sempre associada à pobreza²⁹. Também os trabalhos portugueses sobre a pelagra, observada sobretudo na região do Minho, puseram em evidência a estreita relação que se verificava entre as más condições de vida e de alimentação dos camponeses, principais vítimas do flagelo, e a doença.

Num artigo publicado no «Independente», João de Meira qualificava a pelagra como a «companheira imprescindível da péssima alimentação»³⁰. Não seria por acaso que o *mal da miséria* vegetava no Minho já que, segundo o autor, era a região do país onde as condições de vida eram mais difíceis e onde a pobreza extrema fazia sobressair aquele que era o «desgraçado viver da população minhota». Em relação à alimentação do camponês, centrada sobretudo no consumo de milho, esta reduzia-se a um «naco de broa e uma tigela de caldo de couves mal adubado».

²⁶ GINNAIO, 2011: 678.

²⁷ *Doutor Avelino Germano*, 1905: 2.

²⁸ GARCÍA GUERRA, ÁLVAREZ ANTUÑA, 1993: 211-212.

²⁹ GARCÍA GUERRA, ÁLVAREZ ANTUÑA, 1991: 200.

³⁰ MEIRA, 1904a.

O peixe, como a sardinha, era uma «iguaria que raros se permitem raras vezes», assim como a carne, consumida somente em dias de festa³¹.

Com efeito, através de observações clínicas realizadas a doentes com pelagra em 1904, nesta região, notamos a estreita relação entre pobreza e doença, por meio da caracterização socioprofissional dos doentes e daquilo que constituía a base da sua alimentação. Observações que, além disso, constituem o testemunho da infeliz reprodução intergeracional de quadros de miséria, privação e doença em Portugal no início do século XX. Neste âmbito, são comuns as referências a episódios de fome, bem como à transmissão social da pobreza e da doença, já que grande parte dos doentes apontava que tinham ou tiveram familiares com pelagra.

Como é o caso de Maria Quitéria Braga, 47 anos, viúva, jornaleira, natural da freguesia de Louredo, concelho de Póvoa de Lanhoso. «Os pais foram pelagrosos, morrendo ambos num estado de demência. Tem uma irmã atacada da pelagra. Tem 3 filhas, por nós também observadas, atacadas da mesma doença»³². Manuel José da Silva, 60 anos, pedreiro, natural da freguesia de São Torcato em Guimarães. O pai já tinha falecido de pelagra e a filha padecia da mesma doença. Em relação à alimentação, anota-se: «As suas refeições são invariavelmente de caldo, pão de milho e raras vezes sardinhas e bacalhau»³³.

5. A CONTROVERSA ETIOLOGIA DA PELAGRA NO SÉCULO XIX

Embora fosse indiscutível a peculiar distribuição social da pelagra, assim como o meio de carência e miséria generalizada que a envolvia, e ainda que estivesse assente que na origem da patologia estava o consumo de milho, esta relação de causa-efeito (pobreza-monoalimentação-pelagra) foi interpretada de diferentes maneiras.

Neste âmbito, surgem, no século XIX, duas grandes teorias explicativas da etiologia da doença. Por um lado, a teoria *carencialista*, que atribuía à monoalimentação baseada no consumo de milho a principal responsável pelo *mal da miséria*, sugerindo que daqui resultava uma carência nutricional, que, todavia, ainda não se sabia precisar.

Objções várias como aquelas que defendiam haver populações que consumiam milho com regularidade sem que daí resultasse pelagra, ou então que a doença teria surgido há pouco tempo em zonas onde o consumo de milho era antigo, conduziriam à seguinte conclusão: o milho, em condições normais, sadias,

³¹ MEIRA, 1904b.

³² SILVA, 1905: 36.

³³ SILVA, 1905: 81-82.

não constituía qualquer perigo para a saúde, portanto, teria de existir uma alteração mórbida que deteriorava a qualidade do cereal para que a doença surgisse.

Assim nasce a outra teoria explicativa das causas da pelagra que dá pelo nome de teoria *toxicozeísta* ou *fitoparasitária*, que é a que vai prevalecer até aos inícios do século XX. Segundo esta doutrina etiológica, não seria o milho em si que originava a pelagra, mas sim um parasita, um fungo, que envenenava e estragava o cereal. O dito parasita chegaria mesmo a ser classificado cientificamente de *Sporisorium maidis*³⁴. Para os partidários desta doutrina, as deficientes condições de higiene que presidiam à cultura do milho, desde a sua colheita até ao transporte e armazenamento, estariam na origem da «avaria» do grão e, consequentemente, na origem da doença.

6. REFLEXOS DA TEORIA *TOXICOZEÍSTA* EM PORTUGAL

Em Portugal, foi também a doutrina *toxicozeísta* ou *fitoparasitária* que predominou no que diz respeito à etiologia da pelagra. Neste âmbito, as considerações sobre o assunto convergiram para a denúncia dos processos responsáveis pela «avaria» do milho, essencialmente relacionados com a falta de higiene no tratamento do cereal, e até para a denúncia de pessoas cuja ação seria responsável pela difusão da doença.

Num artigo publicado no «Comércio de Guimarães», João de Meira apontava o «moderno farinheiro» como o principal responsável pela propagação da pelagra no concelho vimaranense, por estar a disseminar um «terrível veneno» entre a população. Com efeito, o farinheiro estaria a usar milho de má qualidade no processo de moagem, do qual resultava o «milho de saibo ou milho de mau sabor», que seria precisamente aquele que continha o *Sporisorium maidis*, o bolor responsável pelo aparecimento da pelagra. Segundo o autor, seriam os mais pobres as principais vítimas desta intoxicação, já que o lavrador remediado, que tinha moinho próprio, ou o proprietário que colhia dos seus próprios campos «milho limpo e bem seco, isento de moléstias e impurezas», continuaria seguro de que «se estava alimentando e não envenenando». Neste âmbito, João de Meira lançava um alerta à população para que não se alimentasse deste «pão de mau sabor», um «terrível veneno de que morrem por ano dúzias e dúzias de desgraçados»³⁵.

É também esta teoria que o psiquiatra Júlio de Matos reflete nos seus estudos sobre a doença em *Elementos de Psiquiatria*, de 1911. O autor defende muito

³⁴ GARCÍA GUERRA, ÁLVAREZ ANTUÑA, 1993: 20.

³⁵ MEIRA, 1904c.

claramente que a pelagra era uma «doença tóxica [...] devido à ingestão de milho avariado»³⁶. Como tal, insere o estudo sobre a pelagra no grupo das Psicoses Tóxicas, ao lado de outras intoxicações provocadas pelo álcool, morfina, cocaína e chumbo.

Observada sobretudo nas classes mais pobres, nomeadamente a agrícola, cujo principal alimento era o «pão amarelo», a causa desta intoxicação estava no «uso do pão feito com milho húmido ou incompletamente amadurecido». Convicção sustentada nos trabalhos experimentais do antropólogo e criminologista Cesare Lombroso, principal promotor da teoria *toxicozeísta*³⁷, que tinha estabelecido «definitivamente este dado etiológico»³⁸.

Segundo o psiquiatra, a pelagra em Portugal estava confinada a algumas regiões do Minho, e não constituía um flagelo como em Espanha ou Itália. A prova disso estaria na escassez de casos de psicose pelagrosa no Hospital de Alienados do Conde de Ferreira do Porto, instituição que o psiquiatra dirigiu por quase 30 anos, e que assistia, nas suas palavras, precisamente as regiões do país onde se fazia um consumo habitual de milho, quer em pão, a chamada broa, quer em papas. A razão que Júlio de Matos aponta para a fraca prevalência de psicose pelagrosa no manicómio que dirigia prendia-se com a qualidade do grão utilizado na alimentação, que era «colhido em boas condições de maturação, bem arejado depois nas eiras e espigueiros, e conservado seco nos celeiros dos vendedores»³⁹.

O que também estaria «definitivamente conquistado para a ciência» era que o milho são, seria incapaz de originar a pelagra. Demonstrava isto «irrecusavelmente» a realidade de países como o México ou a Irlanda, onde a pelagra era uma doença desconhecida apesar de haver um consumo generalizado de milho⁴⁰.

7. PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA PELAGRA

A prevenção e o tratamento da pelagra em Portugal nos inícios do século XX assentaram sobretudo na defesa de medidas profiláticas, no sentido de impedir o consumo de «milho avariado», hospedeiro do suposto parasita que originava a pelagra, como seria de esperar tendo em conta a compreensão etiológica da doença.

Neste sentido, aludiam artigos de imprensa, como este que alertava a população para a venda desse milho contaminado (Figura 5), e outros, como o de João de Meira, que lamentava o facto de em Portugal os pelagrosos morrerem ao abandono, sem que as autoridades nada fizessem para combater a doença, ao contrário

³⁶ MATOS, 1911: 228.

³⁷ GARCÍA GUERRA, ÁLVAREZ ANTUÑA, 1993: 20-21.

³⁸ MATOS, 1911: 228.

³⁹ MATOS, 1911: 229.

⁴⁰ MATOS, 1911: 230.

do que acontecia noutros países europeus. Como era o caso de França, que graças aos «progressos da higiene» tinha conseguido reduzir a pelagra no país para mínimos históricos. Também Itália, graças aos «fornos de Tadoli, destinados a secar o milho e destruir o *Sporisorium maidis*, espécie de bolor produtor da doença», estaria a conseguir reduzir uma moléstia que até há pouco tempo endemizava o país⁴¹.



Fig. 5. Jornal «Independente», 7 ago. 1904: 2
Fonte: Jornal «Independente»

Na mesma linha vai um artigo publicado por Miguel Bombarda na *Medicina Contemporânea*, a respeito do exemplo que eram determinadas medidas legislativas que em Itália seriam responsáveis pelo decréscimo da pelagra. Com destaque para medidas que impunham a vigilância e o exame da qualidade do milho importado, vendido e consumido⁴².

O tratamento «curativo» da pelagra, segundo Júlio de Matos, passava por «eliminar o milho suspeito da alimentação» do doente, dar-lhe uma «dieta generosa», a desinfecção do tubo digestivo e a administração de tónicos. Mas o principal meio de combate da doença assentava na profilaxia, uma vez que a causa da pelagra estava «determinada com o máximo rigor», e, por isso, a sua existência era «uma vergonha» onde quer que continuasse a persistir⁴³.

CONCLUSÃO

A etiologia tóxica da pelagra permaneceu como um dogma até pelo menos aos anos 30 do século XX. Altura em que foi descoberta pelo médico americano Joseph Goldberger a real causa da pelagra: não uma doença tóxica, mas sim uma

⁴¹ MEIRA, 1904a.

⁴² BOMBARDA, 1905.

⁴³ MATOS, 1911: 239.

deficiência nutricional ligada a uma carência de vitamina B3 no organismo, tal como os partidários da corrente *carencialista* tinham pressentido há muito.

No entanto, como vimos, foi a etiologia tóxica da pelagra que dominou o entendimento sobre a doença, e essencialmente por duas razões: esta ideia sintonzava perfeitamente com aquela que era o pensamento etiológico dominante da época, apoiado no sucesso da toxicologia, nos métodos experimentais, e na afirmação da microbiologia médica, cujo objetivo passava por isolar o suposto «veneno» responsável pela doença.

O entendimento incorreto sobre a etiologia da pelagra acabou assim por determinar e atrasar as respostas de combate à doença: mais centradas na extinção do suposto parasita que estragava o milho e originaria a doença ao invés de melhorar as condições de vida e de alimentação das populações.

Sabemos hoje que, se a pelagra era efetivamente desconhecida nas Américas, onde historicamente se fazia um largo consumo deste cereal em tortilhas e em papas, realidade que enganou muitos *toxicozeístas*, como Júlio de Matos, que desta observação concluíram que o milho por si só era incapaz de produzir a doença, tal se devia a uma prática da cozinha centro-americana na preparação deste alimento. Com efeito, a tradição destes povos de imergir e cozinhar o milho em água de cal, processo chamado de nixtamalização, melhorava o valor nutritivo do alimento, além de facilitar a moagem e melhorar o sabor, tradição que protegeu esta população contra a pelagra⁴⁴.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES HEMEROGRÁFICAS

- BOMBARDA, M. (1905). *Pellagra na Itália*. «A Medicina Contemporanea». Ano XXIII. 39 (24 set. 1905) 309-310.
- DOUTOR Avelino Germano. «Independente». Ano IV. 180 (7 mai. 1905) 2. Disponível em <<https://www.csarmento.uminho.pt/hemeroteca/apresentacao/>>.
- MEIRA, J. d. (1904a). *Pellagra I*. «Independente». Ano III. 139 (24 jul. 1904) 1. Disponível em <<https://www.csarmento.uminho.pt/hemeroteca/apresentacao/>>.
- MEIRA, J. d. (1904b). *Pellagra II*. «Independente». Ano III. 140 (31 jul. 1904) 1. Disponível em <<https://www.csarmento.uminho.pt/hemeroteca/apresentacao/>>.
- MEIRA, J. d. (1904c). *Acêrca da Pellagra. Os farinheiros*. «O Comércio de Guimarães». Ano XXI. 1890 (29 jul. 1904) 2. Disponível em <<https://www.csarmento.uminho.pt/hemeroteca/apresentacao/>>.
- MILHO Avariado. «Independente». Ano III. 141 (7 ago. 1904) 2. Disponível em <<https://www.csarmento.uminho.pt/hemeroteca/apresentacao/>>.

⁴⁴ COMBS JR., McCLUNG, 2017: 332-333.

BIBLIOGRAFIA

- CASAL, G. (1762). *Historia natural, y medica de el Principado de Asturias. Obra posthuma, que escribió el Doct. D. Gaspar Casál [...] la saca a luz el Doct. Juan Joseph Garcia [...]*. Madrid: Oficina de Manuel Martin.
- CASTRO, F. M. d. F. (1922). *Casos de Pelagra (Observações de Clínica Médica)*. Porto: Faculdade de Medicina do Porto. Tese de doutoramento.
- COMBS JR., Gerald F.; McCLUNG, James P. (2017). *The Vitamins. Fundamental Aspects in Nutrition and Health*. 5.^a ed. Amsterdam: Elsevier.
- GARCÍA GUERRA, D.; ÁLVAREZ ANTUÑA, V. (1991). *Del «mal de la rosa» a la «enfermedad de la miseria»: la etiología social de la pelagra en la bibliografía médica asturiana de los siglos XVIII y XIX*. «Dynamis: Acta Hispanica ad Medicinæ Scientiarumque Historiam Illustrandam». 11, 197-238.
- GARCÍA GUERRA, D.; ÁLVAREZ ANTUÑA, V. (1993). *Lepra asturiensis: La contribución asturiana en la historia de la pelagra, siglos XVIII y XIX*. Oviedo: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- GINNAIO, M. (2011). *La pellagre en Italie à la fin du XIXe siècle: les effets d'une maladie de carence*. «Population». 66:3-4, 671-698.
- LÓPEZ PIÑERO, J. M. (2006). *Gaspar Casal: Descripción Ecológica de la Pelagra, Primera Enfermedad Carencial*. «Revista Española de Salud Pública». 80:4, 411-415.
- MATOS, J. d. (1911). *Elementos de Psiquiatria*. Porto: Lello & Irmãos.
- MEIRA, J. d. (1907). *O concelho de Guimarães. Estudo de demografia e nosografia*. Porto: Typographia a Vapor da Empresa Guedes. Dissertação Inaugural.
- MERK, L. (1911). *Les Manifestations cutanées de la pellagre*. Innsbruck: Wagner.
- SILVA, A. J. P. d. (1905). *A pelagra. Subsídio para o estudo da endemia pelagrosa em Portugal*. Porto: Typographia do Porto Médico. Dissertação Inaugural.
- SINDING, C. (2004). *Vitamine*. In LECOURT, Dominique et al., dir. *Dictionnaire de la pensée médicale*. Paris: Presses Universitaires de France, pp. 1211-1214.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (2000). *Pellagra and its prevention and control in major emergencies*. [Consult. 02 fev. 2021]. Disponível em <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/66704/1/WHO_NHD_00.10.pdf>.

A PANDEMIA DE INFLUENZA DE 1889-1890 NA REGIÃO DO MINHO: O CASO DE GUIMARÃES

ANTERO FERREIRA*
CÉLIA OLIVEIRA**
FÁTIMA SILVA***
TÂNIA FERREIRA****

Resumo: *Entre 1889-1890, uma pandemia de influenza assolou o mundo, 30 anos antes da «gripe espanhola». Apesar da sua importância, não tem sido objeto de muita atenção, pela dificuldade de acesso a fontes estatísticas que possibilitem o seu estudo. Neste trabalho pretendemos analisar o impacto da pandemia de influenza, conhecida como «gripe russa», no concelho de Guimarães, com especial ênfase no ritmo da pandemia e nos níveis de mortalidade e morbilidade. Verificou-se que o desconhecimento sobre a etiologia da gripe explicou a ineficácia da atuação das autoridades, mas, apesar disso, constata-se que o impacto na mortalidade da influenza de 1889-1890 foi muito menor do que o da «gripe espanhola».*

Palavras-chave: *Gripe; Pandemias; Mortalidade; Guimarães.*

Abstract: *Between 1889-1890, an influenza pandemic ravaged the world, 30 years before the «Spanish flu». Despite its importance, it has not been the object of much attention, due to the difficulty of access to statistical sources that would allow its study. In this article we intend to analyse the impact of the influenza pandemic, known as the «Russian flu», in the municipality of Guimarães, with special emphasis on the pace of the pandemic and on the levels of mortality and morbidity. It was found that the lack of knowledge about the aetiology of influenza explains the ineffectiveness of the authorities, but, despite this, it is noted that the impact on mortality of the 1889-1890 influenza was much less than that of the «Spanish flu».*

Keywords: *Influenza; Pandemics; Mortality; Guimarães.*

INTRODUÇÃO

A passagem do centenário da «gripe espanhola» motivou um olhar renovado sobre a pandemia que assolou o mundo nos anos de 1918-1919. Muitos dos estudos realizados mencionam uma outra pandemia de gripe que ocorreu trinta anos antes, a *influenza* de 1889-1890, também conhecida como «gripe russa». Apesar da sua importância, não tem sido objeto de muita atenção, ao contrário da «gripe espanhola», principalmente pela dificuldade de acesso a fontes estatísticas que possibilitem a sua análise¹.

* Casa de Sarmento; CITCEM. Email: aferreira@csarmento.uminho.pt.

** Casa de Sarmento. Email: coliveira@csarmento.uminho.pt.

*** Casa de Sarmento. Email: fsilva@csarmento.uminho.pt.

**** CITCEM. Email: up201109607@up.pt.

¹ VALLERON *et al.*, 2010; VALTAT *et al.*, 2011.

Na sequência dos estudos que realizámos sobre a «gripe espanhola» na cidade de Guimarães², decidimos debruçar-nos sobre esta pandemia de finais do século XIX, procurando estudar as suas características e impacto no norte de Portugal, com particular incidência no concelho de Guimarães. Interessa-nos também avaliar as semelhanças e as diferenças entre estas duas pandemias ao nível dos principais indicadores demográficos.

Para o desenvolvimento deste estudo, utilizámos os registos de óbitos de 11 freguesias do concelho de Guimarães (incluindo as três paróquias urbanas que à época constituíam a cidade de Guimarães) e de 25 freguesias do vizinho concelho de Fafe³. Organizámos uma base de dados com os registos do hospital da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães⁴. Consultámos ainda as atas da vereação da Câmara Municipal de Guimarães e da Administração do Concelho. Finalmente, fizemos o levantamento de todas as notícias sobre a *influenza* de 1889-1890 na imprensa vimaranense⁵. Como os registos de óbito não apresentam a causa do falecimento, procurámos identificar as doenças que explicam o movimento da mortalidade através da imprensa local e do internamento hospitalar.

1. A PANDEMIA DE *INFLUENZA* DE 1889-1890

Debatem-se ainda hoje várias teorias sobre a origem desta pandemia, que, sem dúvida, teve início a oriente (vários estudos divergem entre a Sibéria, o Cazaquistão ou mesmo a Índia⁶), sendo inegável que o seu ponto de difusão foi a Rússia. Provocada, provavelmente, por um vírus H3N8⁷, a sua difusão foi extremamente célere: as primeiras notícias da doença datam de finais de outubro de 1889, em São Petersburgo⁸, tendo o pico de mortalidade nessa cidade ocorrido em 1 de dezembro desse ano⁹. Num mundo ligado pela via-férrea e pelo transporte marítimo, a *influenza* rapidamente alastrou pelo continente europeu, estendendo-se, de seguida, a todo o mundo. De acordo com os relatos da imprensa, antes de o ano de 1889 terminar, já a pandemia atingia a quase totalidade da Europa, mas também os EUA e o Canadá¹⁰. A velocidade média de progressão

² FERREIRA, OLIVEIRA, 2020a, 2020b.

³ Recolhidos no Repositório Genealógico Nacional. Disponível em <www.csarmento.uminho.pt/site/s/porgener/page/inicio>.

⁴ Agradecemos à Santa Casa da Misericórdia de Guimarães as facilidades concedidas na consulta do seu arquivo histórico.

⁵ Ver Hemeroteca Vimaranense em <www.csarmento.uminho.pt/hemeroteca/apresentacao/>.

⁶ GARCÍA FERRERO, 2018.

⁷ VALLERON *et al.*, 2010.

⁸ GARCÍA FERRERO, 2018.

⁹ VALLERON *et al.*, 2010.

¹⁰ GARCÍA FERRERO, 2018.

foi estimada em 394 km/semana na Europa Continental e em 1015 km/semana nos EUA¹¹.

Os estudos que incidiram sobre a «gripe russa» destacam a sua elevada morbidade, à qual correspondeu uma mortalidade suave¹². David Killingray refere que foi um surto relativamente letal para ser registado e recordado, mas que não teve a ferocidade da «gripe espanhola»¹³. Observou-se também que a mortalidade foi superior no sul da Europa, considerando-se que a estrutura das suas cidades, particularmente o número médio de indivíduos por habitação, possa ter sido determinante no desenvolvimento da pandemia¹⁴. Alguns autores sugerem ainda a hipótese de esta epidemia ter conferido alguma imunidade aos que, uma vez infetados, lhe sobreviveram, tornando-os imunes à pandemia da «gripe espanhola» de 1918-1919, o que explicaria o seu menor impacto sobre os mais idosos¹⁵.

Estima-se que o número de óbitos provocado por esta pandemia terá sido de 300 000 indivíduos em todo o mundo. Negligenciada a sua importância nos momentos iniciais, a sua rápida propagação forçou os governos a tomarem medidas excepcionais para diminuir o contágio e auxiliar os doentes, como o encerramento de escolas, a criação de hospitais de campanha e o apoio às classes mais desfavorecidas¹⁶.

Em Portugal, não existe um estudo específico sobre a *influenza* de 1889-1890. No entanto, esta pandemia é habitualmente referida nos trabalhos sobre a mortalidade de crise, particularmente nos estudos sobre a «gripe espanhola» de 1918-1919. Miriam Halpern Pereira menciona, em 1971, que «o aumento da mortalidade nos anos de crise é, no primeiro [distrito de Lisboa] de 6‰ (entre 1887 e 1890) e no segundo [distrito do Porto] de 2‰»¹⁷. João Frada, por sua vez, na sua obra de referência sobre a gripe de 1918-1919, fala-nos da «gripe russa», descrevendo-a como «o fenómeno gripal mais violento de que há memória nesse século [XIX]. [...] Depois desta pandemia, a gripe, na opinião dos vários epidemiologistas, passaria a manifestar-se como um fenómeno endémico em quase todos os países que ficaram na sua trajectória»¹⁸. Também Teresa Rodrigues Veiga aponta os anos de 1889 e 1890 como um período de crise epidémica de gripe em Portugal Continental¹⁹.

11 VALLERON *et al.*, 2010.

12 MUSSELL, 2007; VALLERON *et al.*, 2010; VALTAT *et al.*, 2011.

13 KILLINGRAY, 2009.

14 VALLERON *et al.*, 2010.

15 TAUBENBERGER, MORENS, 2006.

16 GARCÍA FERRERO, 2018.

17 PEREIRA, 1971: 37.

18 FRADA, 2005: 87.

19 VEIGA, 2004.

Num trabalho centrado na cidade de Lisboa, Teresa Rodrigues refere-se à epidemia de gripe de 1889-1890, afirmando que «a doença provoca aumentos significativos nos óbitos registados ao longo de quatro meses, entre Dezembro de 1889 e Março de 1890, com um pico em Janeiro. Comparado com os meses precedentes, a epidemia corresponde ao acréscimo de 47 por cento nos níveis globais de mortalidade». Destacam-se os óbitos provocados por doenças do aparelho respiratório com um crescimento de 16% (9,8% com diagnóstico de gripe)²⁰. A investigadora apresenta também dados para a contextualização da situação económica durante o surto epidémico, referindo que «[aos] problemas derivados da insuficiência de produção agrícola face ao ritmo de crescimento populacional, sucedem-se os problemas financeiros e o aumento da dívida pública. Vive-se pior, à sombra de uma crise de âmbito internacional. [...] A inflação atinge 30 por cento, tendo os preços de alguns géneros de primeira necessidade chegado a duplicar»²¹.

Não dispondo de uma perspetiva nacional do impacto desta pandemia, começámos por calcular a relação de sobremortalidade por distritos dos anos de 1890 e 1891 relativamente à mortalidade média dos anos de 1887 e 1889²². Assumimos que, apesar de a pandemia de *influenza* ter chegado a Portugal no mês de dezembro de 1889, o seu impacto sobre a mortalidade se terá verificado durante o ano de 1890, prolongando-se em 1891.

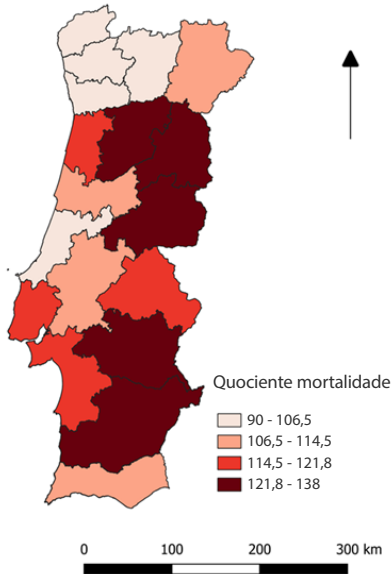
Estes mapas revelam-nos um país desigual. Em 1890, a mortalidade foi maior nos distritos do interior, junto à fronteira espanhola, regiões que se caracterizavam já por elevados níveis de mortalidade²³. Destacam-se ainda os distritos de Lisboa e do Porto, onde, como já vimos, a *influenza* teve um impacto significativo. No ano de 1891, os efeitos da pandemia vão-se atenuando, exceto nos distritos da Guarda e de Beja, onde a sobremortalidade se manteve elevada, e no distrito de Viana do Castelo, onde ocorreu um agravamento da situação.

²⁰ RODRIGUES, 1995: 241-242.

²¹ RODRIGUES, 1995: 240.

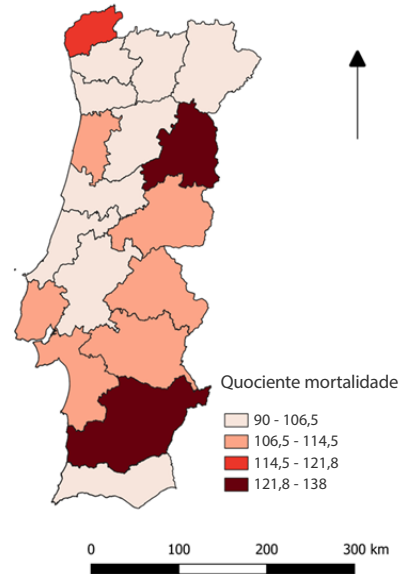
²² Seguimos a metodologia utilizada por Leston Bandeira no estudo que desenvolveu sobre a «gripe espanhola», apresentada do seguinte modo: «quociente, calculado em percentagem, entre as taxas brutas de mortalidade de 1918 e as taxas de 1917» que permite determinar as relações de sobremortalidade (BANDEIRA, 2009: 135).

²³ BANDEIRA, 1996: 200.



Mapa 1. Relação de Sobremortalidade (1890/Média 1887-1889)

Fonte: Elaboração própria a partir do *Anuário Estatístico de Portugal*, 1892



Mapa 2. Relação de Sobremortalidade (1891/Média 1887-1889)

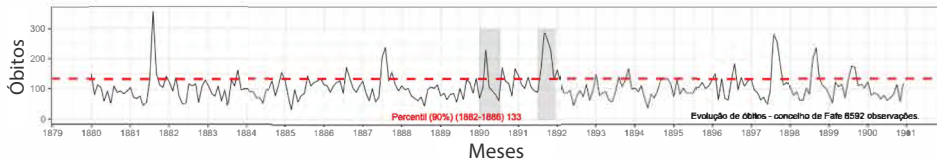
Fonte: Elaboração própria a partir do *Anuário Estatístico de Portugal*, 1892

2. A INFLUENZA DE 1889-1890 EM GUIMARÃES

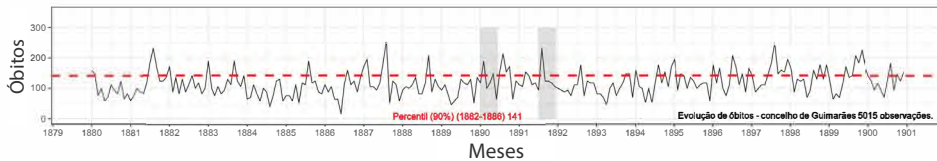
Dispondo, como referimos na introdução, de um conjunto diversificado de fontes sobre o concelho de Guimarães, vamos centrar a nossa análise sobre este território, incluindo, sempre que possível, o contíguo concelho de Fafe.

Começamos por analisar o movimento dos óbitos nos concelhos de Guimarães e Fafe, entre os anos de 1880 e 1900, procurando identificar os períodos de sobremortalidade e avaliar a sua simultaneidade. Para este efeito, traçamos sobre o gráfico uma linha correspondente ao nonagésimo percentil. Os meses que se situam acima desta linha, representando 10% da observação, correspondem a episódios de sobremortalidade. As zonas sombreadas correspondem aos períodos em que a epidemia de gripe esteve ativa, de acordo com a imprensa local e os registos hospitalares²⁴.

²⁴ Para facilitar a comparação entre as duas regiões, os óbitos são apresentados em índice, calculado a partir do valor da mediana do período de 1882 a 1886, de cada uma das observações. Foi escolhido este período como referência por nele não se observarem episódios de mortalidade exagerada.

Gráfico 1. Evolução dos óbitos no concelho de Fafe (1880-1900)

Fonte: Elaboração própria a partir do Repositório Genealógico Nacional

Gráfico 2. Evolução dos óbitos no concelho de Guimarães (1880-1900)

Fonte: Elaboração própria a partir do Repositório Genealógico Nacional

Nestes dois concelhos a epidemia parece ter ocorrido sensivelmente nos mesmos períodos, o que era previsível tendo em conta a sua contiguidade (Gráficos 1 e 2), com ligeira antecipação no concelho de Guimarães. A segunda vaga, que ocorreu durante o segundo semestre de 1891, teve, nos dois casos, maior impacto na mortalidade do que a primeira, que se desenvolveu no primeiro semestre de 1890. Aparentemente, as duas vagas tiveram maiores repercussões em Fafe, concelho mais rural do que Guimarães — recorde-se que na amostra vimaranense as freguesias urbanas estão em maioria. Em trabalhos anteriores sobre a «gripe espanhola» de 1918-1919 nesta região, já se tinha verificado que a mortalidade nas zonas rurais foi superior à das zonas urbanas²⁵.

Procedemos ainda à análise da distribuição etária dos óbitos em Guimarães, usando o ano de 1889 como referência. Sendo evidente nos anos de atividade pandémica um ligeiro aumento da mortalidade em todos os grupos etários, verificámos que não existe uma alteração significativa do perfil da distribuição, ao contrário do que se verificou em 1918-1919, com um aumento da mortalidade nos jovens adultos²⁶.

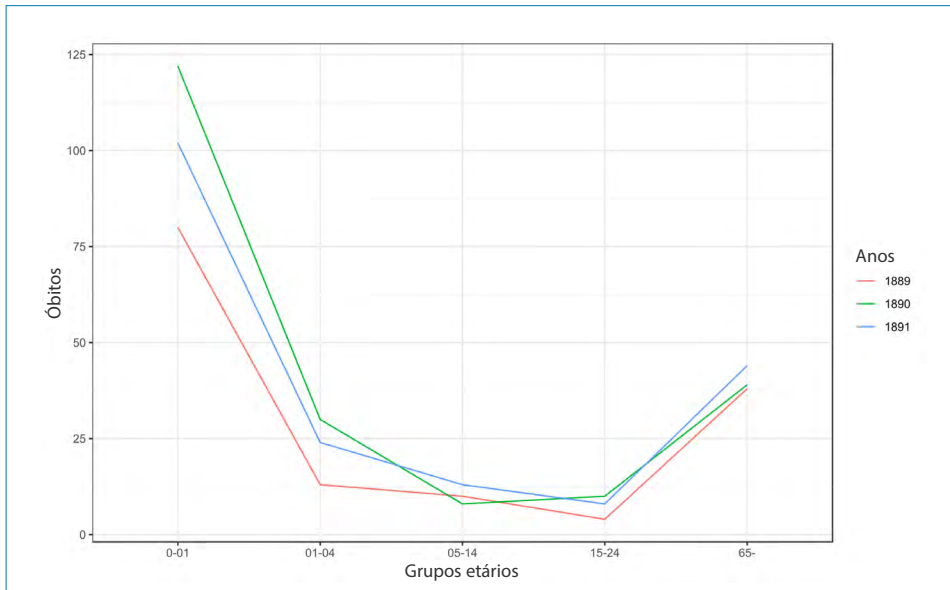
Para estudarmos a morbilidade associada à *influenza* de 1889-1890, procedemos ao levantamento dos internamentos registados nos livros de entradas de doentes do hospital da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, desde 1 de janeiro de 1888 até 29 de novembro de 1892, totalizando 5771 internamentos. Nesta fonte documental, consta, para além da identificação de cada indivíduo admitido, a respetiva enfermidade, a duração do internamento e a situação no momento da alta (curado, melhor, morte, etc.). Procedemos à classificação de

²⁵ FERREIRA, OLIVEIRA, 2020a, 2020b.

²⁶ FERREIRA, OLIVEIRA, 2020a: 64.

todas as doenças de acordo com a proposta de Bernabeu-Mestre²⁷. Como tem sido habitual noutros estudos, associámos à gripe os diagnósticos de pneumonia e bronquite²⁸.

Gráfico 3. Óbitos por grupos etários no concelho de Guimarães



Fonte: Elaboração própria a partir do Repositório Genealógico Nacional

À época, existiam em Guimarães mais dois hospitais, administrados pelas Ordens de São Francisco e de São Domingos, respetivamente. De uma forma indireta, podemos ter uma ideia da importância dos vários hospitais através do obituário que os jornais «Religião e Pátria» e «Vimaranense» publicavam com alguma regularidade. Entre 1888 e 1891, em média, os óbitos apareciam distribuídos do seguinte modo: Hospital da Santa Casa da Misericórdia (33%); Hospital de São Francisco (4%); Hospital de São Domingos (3%); óbitos no domicílio (60%). Conforme já tínhamos notado em trabalhos anteriores²⁹, a população hospitalar englobava, fundamentalmente, adultos e idosos com menos recursos económicos ou sem apoio familiar. Por essa razão, a elevada percentagem de óbitos ocorridos no domicílio está relacionada com a população infantil, que não era atendida no hospital, com os indivíduos que recorriam à medicina particular e com aqueles, talvez a maioria, que morriam sem acompanhamento médico³⁰.

²⁷ BERNABEU-MESTRE *et al.*, 2003.

²⁸ ANDREASEN, VIBOUD, SIMONSEN, 2008; FRADA, 2005.

²⁹ FERREIRA, OLIVEIRA, 2020a, 2020b.

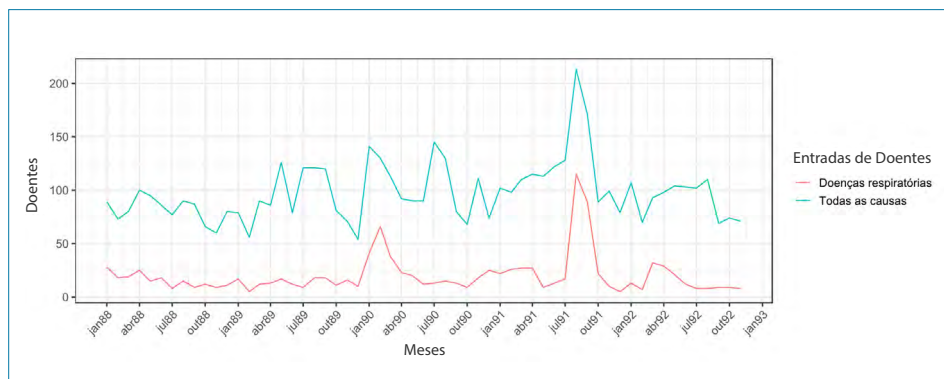
³⁰ FERREIRA, OLIVEIRA, 2020b: 156.

Tabela 1. Entrada de doentes

Sexo	1888	1889	1890	1891	1892	Total
Feminino	489	522	639	735	508	2893
Masculino	494	562	625	704	492	2877
Total	983	1084	1264	1439	1001	5771
com gripe	187	158	293	382	156	

Fonte: Elaboração própria a partir dos Livros de Registo de entrada de doentes no HSCMG

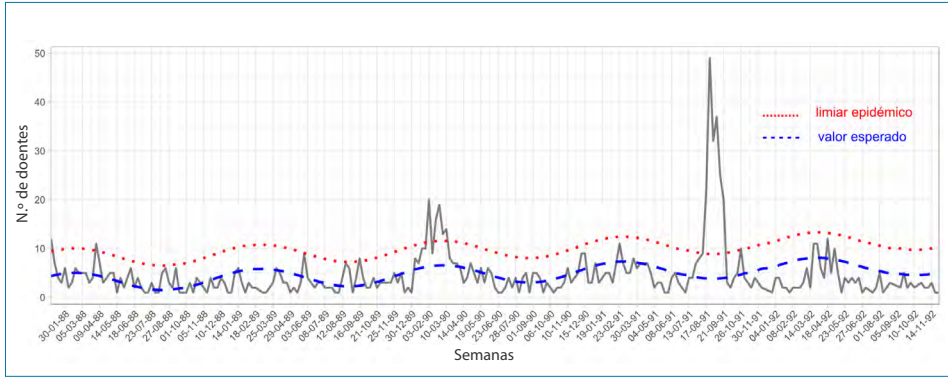
Como se pode observar na Tabela 1, nos anos em que não detetámos uma morbilidade extraordinária (1888, 1889 e 1892), as admissões no hospital rondam os mil doentes, valores que são largamente ultrapassados em 1890 e 1891, o mesmo acontecendo com os diagnósticos associados à gripe.

Gráfico 4. Entrada de Doentes no Hospital da S. C. da Misericórdia - Guimarães (1888-1892)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Livros de Registo de entrada de doentes no HSCMG

A análise detalhada do movimento de entrada de doentes, tendo em conta as causas do internamento, permitiu-nos identificar dois períodos de atividade gripal (Gráfico 4): o primeiro, entre fevereiro e abril de 1890, está alinhado com a cronologia da pandemia; o segundo, entre agosto e outubro de 1891, corresponde a uma segunda vaga, que terá tido maior impacto nesta região. Esta periodicidade está alinhada com o que já havíamos assinalado na evolução da mortalidade, como se evidencia nos Gráficos 1 e 2. Na medida em que nos registos de internamento existe informação sobre a alta dos doentes, foi possível determinar que a taxa de letalidade associada a esta pandemia de gripe foi relativamente baixa, situando-se pouco acima dos 4%, tanto em 1890 como em 1891. Analisámos ainda a distribuição etária dos doentes, entre 1888 e 1892, mas não detetámos qualquer alteração significativa neste perfil durante todo o período.

Gráfico 5. Evolução semanal das entradas de doentes com doenças respiratórias. Estimativa de 1888/1889 ajustada ao período de 1888/1892



Fonte: Elaboração própria a partir dos Livros de Registo de entrada de doentes no HSCMG

Finalmente, recorrendo ao modelo de Serfling³¹, procurámos medir a duração e a intensidade das duas vagas pandémicas a partir do registo de entrada de doentes do hospital da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães (Gráfico 5). Utilizando os anos de 1888 e 1889 como referência do valor esperado (*baseline* — linha tracejada), verificámos que a primeira vaga, com início na semana de 6 de janeiro, foi bastante suave, com cinco semanas acima do limite epidémico (linha pontilhada) e um excesso de 24 hospitalizações. A segunda vaga, por seu lado, iniciada em 17 de agosto, teve uma duração de seis semanas e uma intensidade muito superior, com um excesso de 131 internamentos acima do limiar epidémico.

3. A INFLUENZA NA IMPRENSA VIMARANENSE

Uma breve pesquisa na imprensa vimaranense da época revela-nos que a pandemia de *influenza* entrou na cidade no início de janeiro de 1890. No dia 8 desse mês, o «Religião e Pátria» anuncia:

Já cá a temos, a incommoda e aborrecida doença. Hontem estavam com ella 17 praças do 1.º batalhão d'infanteria 20, e dizem-nos que mais algumas pessoas. É provável que se alastre, mas não deve isso dar motivo a susto nem a alarme. A doença reveste em geral uma forma benigna, e o que precisa é que haja todo o cuidado em não apanhar algum resfriamento, e em guardar cauteloso tratamento, para que não degenerem em outra moléstia mais grave, nem hajam recaídas, quasi sempre neste caso perigosas³².

31 ANTUNES, CARDOSO, 2015; MCCONEGHY *et al.*, 2017; SERFLING, 1963.

32 «Religião e Pátria», 8 jan. 1890: 2.

A notícia é confirmada pelo «O Commercio de Guimarães», que menciona os 17 casos de *influenza* no regimento de infantaria 20, acrescentando que as praças afetadas pertenciam ao contingente que fora a Lisboa assistir à aclamação do rei D. Carlos. A doença, que já se manifestava também em Caldelas, é encarada como a «doença da moda»³³. Mas como atua a «doença da moda»? O «Religião e Pátria» informa os seus leitores:

*Os symptomas geraes são o enfraquecimento ou a languidez insólita; atordoamento, vertigens e dores de cabeça; contrações no estomago e vômitos; irregularidade do pulso, febre; os olhos marejados de lágrimas; faces pronunciadamente vermelhas; corrimento nasal; tosse rouquenha, profunda e fatigante; gastralgia; sede, inapetência e entejo. O medius da doença regula entre 5 e 10 dias. O tratamento usado e congruente é em primeiro logar, o mais completo descanço, depois a dieta e os sudoríficos*³⁴.

O periódico salienta ainda que a doença não discrimina em função da idade ou posição social, não tem profiláticos conhecidos e as suas causas são também ignoradas. Não obstante a sua natureza benigna, alerta-se para a perigosidade das recaídas, de modo que se recomendam precauções e o uso de um tónico poderoso, designadamente o «Vinho de Vivien, com extrato de fígado de bacalhau, cujos princípios medicamentosos têm precisamente a ação necessária»³⁵.

Em pouco tempo, a *influenza* dissemina-se pela cidade, registando-se casos em vários locais, como por exemplo na Rua Nova do Comércio, onde «[u]m músico do regimento foi recolhido à enfermaria do quartel numa maca»³⁶. Nos periódicos começam a listar-se os nomes dos doentes mais ilustres da sociedade vimaranense, bem como a evolução do seu estado de saúde. Findo o mês de janeiro, a epidemia continua a atacar em força a população, não se registando, contudo, nenhum caso fatal.

Nos meses seguintes, reporta-se uma situação idêntica. A ação da epidemia traduz-se num número elevado de infetados, inclusivamente figuras muito conhecidas e estimadas como Albano Belino³⁷, o distinto advogado José da Cunha Sampaio e o acreditado negociante Francisco Gonçalves Fernandes Moreira³⁸. É muito frequente encontrarem-se doentes vários elementos da mesma família, como se verificou com o Dr. Geraldo Guimarães, clínico da cidade, que tratou em simultâneo da saúde da esposa e da filha³⁹. Nos hospitais,

33 «O Commercio de Guimarães», 9 jan. 1890: 2.

34 «Religião e Pátria», 11 jan. 1890: 2.

35 «O Commercio de Guimarães», 13 jan. 1890: 3.

36 «O Commercio de Guimarães», 13 jan. 1890: 2.

37 «Religião e Pátria», 1 fev. 1890: 2.

38 «O Commercio de Guimarães», 6 fev. 1890: 2.

39 «O Commercio de Guimarães», 17 fev. 1890: 2; «O Commercio de Guimarães», 24 fev. 1890: 2.

sobretudo no hospital da Santa Casa da Misericórdia, os infetados encontram tratamento para a sua enfermidade. No entanto, de acordo com «O Commercio de Guimarães», nas freguesias rurais, onde a grande maioria das pessoas se trata em casa, registam-se algumas vítimas, uma vez que «[p]ouco cautelosos, os lavradores levantam-se da cama quando sentem dois dedos de melhoras, [sic] depois com typhos e pneumonias»⁴⁰. A última notícia sobre a *influenza* remete-nos para os inícios de maio, quando «O Commercio de Guimarães» informa que continua presente na cidade, mas, sobretudo, nas freguesias vizinhas, nomeadamente na zona de Vizela, onde se registam ainda muitos casos fatais⁴¹.

Mais de um ano haveria de passar até que, na imprensa vimaranense, se voltasse a ouvir falar de *influenza*. Em plena época estival, encontrando-se a população envolvida nas inúmeras festividades e eventos religiosos, e as famílias ilustres de férias nas praias da Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Matosinhos, ou a tratar enfermidades nas termas de Caldelas, Vizela ou do Gerês, «O Commercio de Guimarães» reporta a existência de vários casos de *influenza* na cidade e não deixa de lamentar a situação que se vivia: «Crise monetária, variola e *influenza*! Que mais nos flagelará⁴²?» Efetivamente, a epidemia regressava uma vez mais à cidade e freguesias circunvizinhas, com o seu «cortejo de complicações», ainda um mistério para a medicina que lhe desconhece a origem, o modo de transmissão e a forma como infeta os organismos. Nestas circunstâncias, recomendam-se medidas gerais de prevenção: «não praticar excessos que possam debilitar o organismo; abstenção d'alimentos de má qualidade, de fructas mal sazoadas; não beber aguas paludosas e sobretudo prevenir-se contra as noites frias que estão succedendo aos dias de um calor canicular»⁴³.

Em meados do mês de agosto, já a *influenza* assume o seu carácter epidémico. Juntamente com a variola, constitui um flagelo que enferma famílias inteiras. Olham-se as ruas e as casas, e veem-se desleixos que ameaçam a saúde pública e «alimentam» a epidemia. É, por isso, fundamental a «mais rigorosa pontualidade na limpeza das ruas, sobretudo das mais transitadas, e especialmente nos dias seguintes aos de mais transito, quais são os da feira semanal. Seria até conveniente que se irrigassem de quando em quando»⁴⁴. Apela-se, igualmente, à realização de visitas sanitárias, «pois ninguem ignora o grande numero de cabeças de gado suino que existe intra-muros e a immundicie que existe em muitas casas»⁴⁵.

40 «O Commercio de Guimarães», 24 fev. 1890: 2.

41 «O Commercio de Guimarães», 1 mai. 1890: 2.

42 «O Commercio de Guimarães», 10 ago. 1891: 2.

43 «Vimaranense», 11 ago. 1891: 2.

44 «Vimaranense», 18 ago. 1891: 2.

45 «O Commercio de Guimarães», 24 ago. 1891: 2.

A situação é de crise. Os epidemiados multiplicam-se em todo o concelho e os hospitais estão repletos de doentes. Na cidade, há casas onde estão infetadas várias pessoas e no convento das Claras encontra-se uma dúzia de recolhidas enfermas⁴⁶. Nas freguesias rurais, como Donim e Gondomar, há mesmo casos fatais a registar⁴⁷. É, por isso, o momento de recorrer ao Altíssimo para que acabe com a *influenza*: «O venerando prelado primaz ordenou que se façam preces publicas, durante trez dias, em todas as egrejas d'esta archidiocese»⁴⁸. Outras medidas, a nível camarário, foram também adotadas com o mesmo fim: «A Ill.^{ma} Comissão Municipal resolveu auctorisar o sr. Pacheco, fiscal d'obras camararias, a chamar extraordinariamente 3 jornaleiros para fazer a limpeza da cidade com mais actividade na actual conjuntura»⁴⁹. Todas as providências são necessárias e meritórias, não fosse esta a «doença do diabo», como refere o Dr. António Marnoco, médico especialista na cura da *influenza*⁵⁰.

É no final do mês de setembro que, nos periódicos locais, surgem duas pequenas notícias sobre o fim da epidemia de *influenza* em terras vimaranenses. No «Vimaranense» de 29 de setembro, escreve-se: «Felizmente tem declinado muito esta terrível epidemia, que tantas victimas causou n'esta cidade e concelho. Nos hospitaes e casas particulares ha muito menos doentes. Consola-nos ver que a terrível *influenza* não se alastrasse mais. Para longe ella vá d'uma vez para sempre»⁵¹. O «Religião e Pátria», por sua vez, anuncia mesmo, com sentido de humor, a irradiação da praga, declarando: «Até que em fim, esta moléstia «dignou-se» obsequiar-nos com a sua ausência. Já não era sem tempo, e Deus queira que não volte, porque não deixa saudades»⁵². A última referência à *influenza* consta no «Vimaranense» de 6 de outubro, que a considera completamente ultrapassada, ao contrário da varíola, que continua a fazer numerosas vítimas⁵³.

As notícias relativas à *influenza* de 1889-1890 ou «gripe russa», publicadas na imprensa de Guimarães, tanto no inverno de 1890 como no verão de 1891, nunca mereceram o destaque da primeira ou até da segunda página. Tratando-se, frequentemente, de pequenos artigos, sem grande desenvolvimento, são secundarizados face aos temas políticos, surgindo a par de todos os outros acontecimentos, desde celebrações a acidentes de viação. Como as doenças representavam uma realidade constante na vida das pessoas, os jornais não apresentam uma rutura, um tempo «anormal» que depois volta ao «normal», mas uma continui-

46 «Vimaranense», 15 set. 1891: 2.

47 «O Commercio de Guimarães», 24 set. 1891: 2.

48 «Vimaranense», 4 set. 1891: 2.

49 «Religião e Pátria», 19 set. 1891: 2.

50 «Religião e Pátria», 19 set. 1891: 2.

51 «Vimaranense», 29 set. 1891: 2.

52 «Religião e Pátria», 30 set. 1891: 2.

53 «Vimaranense», 6 out. 1891: 2.

dade, mantendo-se as suas páginas preenchidas com as habituais discussões políticas, as providências da administração local, os despachos eclesiásticos, as crónicas criminais, a atividade das juntas de inspeção, os grandes eventos sociais, a vida das gentes locais, mas também dos que chegam e dos que partem.

4. A ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DURANTE A PANDEMIA

Para completar o cenário que temos vindo a traçar desta pandemia na região de Guimarães, analisámos ainda a atuação da administração vimaranense, através das atas das sessões da Comissão Municipal e das atas das reuniões da Câmara Municipal, confrontando-as com a legislação régia.

Ao nível central, verificámos que, no ano de 1890, são publicados dois decretos: o primeiro, datado de 11 de janeiro, determina a suspensão dos exercícios escolares nos diversos estabelecimentos de instrução pública da capital, devido à *influenza*⁵⁴; o segundo, do foro religioso e com data de 19 de março⁵⁵, confirma a adoção da circular *apostolica potestatis* (30 de janeiro de 1890), na qual o papa autoriza os prelados a dispensarem os fiéis da obrigação do jejum e da abstinência, durante o período do surto epidémico. É precisamente na sequência dessa circular que o arcebispo de Braga emite a portaria que João Lopes de Faria regista nas suas *Efemérides Vimaranenses*, a 4 de março de 1890, e que autoriza os confesores da cidade e do concelho de Guimarães «a dispensar os fiéis da abstinência e do jejum nesta quaresma, excepto às 6ª feiras e na 5ª e 6ª feira da Semana Santa em que se guardaria a lei da abstinência mas não a do jejum, isto por grasar epidemia na cidade e concelho»⁵⁶.

Ao nível da administração local, a primeira referência à *influenza* surge na ata da Comissão Municipal do dia 8 de janeiro de 1890:

*O Snr. Administrador expos á Comissão que sendo de receiar que nesta cidade se desenvolva a epidemia da influenza, desejava saber se a mesma Comissão resolvia dar um subsidio, e de quanto, para ocorrer ás despesas com subsidios ou socorros ás classes desvalidas. Deliberou-se atender esta requisição, provisoriamente, e dentro do disponível para despesas eventuaes, visto que não ha no orçamento ordinario, verba especial para aludidas despesas*⁵⁷.

54 PORTUGAL. Ministério dos Negócios do Reino, 1890: 5.

55 PORTUGAL. Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, 1890: 542.

56 FARIA, [s.d.]: fl. 237.

57 GUIMARÃES. Câmara Municipal. Comissão Municipal, 1887-1890: fl. 101v.

Paralelamente a este pedido dirigido à Comissão Municipal, nas atas de vereação encontrámos uma proposta, datada de 13 de janeiro de 1890, na qual o vereador Joaquim José de Meira propõe:

*que a Comissão Municipal fique auctorizada, quando a epidemia da gripe porventura comece a grassar largamente entre nós, a convidar o Ex.mo Provedor da Santa Casa da Misericórdia, sub delegado de Saude, administrador do concelho, facultativos e pharmaceuticos da cidade, e mais pessoas que julgue conveniente, para accordarem uns meios a adoptar n'essa conjunctura e a tomar as providencias que julgar necessarias*⁵⁸.

Apesar da evolução da pandemia, que regressou, como vimos, em 1891, não encontrámos mais registos de outras medidas tomadas pela Administração do Concelho, para além das que são noticiadas nos jornais, relacionadas com a intensificação dos esforços dirigidos para a melhoria do estado sanitário da cidade.

NOTAS FINAIS

A primeira nota diz respeito à ligeireza com que foi acolhida esta pandemia na sociedade portuguesa, fruto de um contacto regular com episódios de *influenza* que nunca tinham tido carácter pandémico. Se num primeiro momento se nota na imprensa da época uma desvalorização da moléstia, atribuindo-se os seus efeitos mais gravosos ao desleixo do próprio doente, a verdade é que, mesmo quando a pandemia é declarada e reconhecida publicamente, nunca chega a ser notícia de primeira página. Não obstante a gravidade da situação, inclusivamente quando já há vítimas mortais a lamentar, as notícias sobre a *influenza* são escassas, curtas e remetidas para um plano secundário. Mesmo assim, esta pandemia perdurou na memória das pessoas e, em 1918, os espíritos mais informados, como era o caso de Ricardo Jorge, ainda tinham bem presente o episódio da «gripe russa»⁵⁹.

Não dispondo das causas de óbito, não nos é possível comparar a situação de Guimarães com a que Teresa Rodrigues observou para a cidade de Lisboa. Utilizando os mesmos procedimentos e tendo presente a limitação de se utilizarem números de expressão reduzida, verificámos que a sobremortalidade de Guimarães, em 1890 e 1891, seria muito semelhante à que calculámos para Lisboa e Porto nestes dois anos.

Quando analisámos a taxa de letalidade desta pandemia a partir dos óbitos dos doentes internados com gripe no hospital da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, encontrámos uma taxa que ronda os 4,5%, muito inferior à que

⁵⁸ GUIMARÃES. Câmara Municipal. Comissão Municipal, 1887-1890: fls. 131-131v.

⁵⁹ JORGE, 1918.

se verificou, no contexto da pandemia de 1918-1919, que atingiu o valor de 15,17%⁶⁰. Estes valores vêm confirmar a ideia de que o impacto na mortalidade da *influenza* de 1889-1890 foi muito inferior ao da «gripe espanhola».

O desconhecimento sobre a etiologia da gripe explica a ineficácia da atuação das autoridades, que se limitaram a aplicar as habituais medidas de caráter higiénico, úteis para outros tipos de doenças, como a cólera ou o tifo. Paralelamente, aprovou-se o apoio aos doentes das classes mais desfavorecidas. Se compararmos estas providências com as adotadas durante a «gripe espanhola», constata-se que não existiu uma grande evolução, com exceção das pertinentes recomendações de Ricardo Jorge sobre o afastamento das pessoas e a instalação de hospitais para os epidemiados.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães

ASCMG. *Registo de Entradas e Saídas de Doentes de «Medicina» no Hospital — Homens* (1883-1889). Cota: 1.1.2.1; (1889-1892); Cota: 1.1.2.2.

ASCMG. *Registo de Entradas e Saídas de Doentes de «Medicina» no Hospital — Mulheres* (1888-1890). Cota: 1.1.4.4.

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

GUIMARÃES. Câmara Municipal. Comissão Municipal (1887-1890). *Atas das sessões da Comissão Municipal de Guimarães, 07-12-1887 a 01-10-1890*.

GUIMARÃES. Câmara Municipal (1887-1890). *Atas das reuniões da Câmara Municipal de Guimarães, 01-07-1887 a 14-04-1890*.

Arquivo da Sociedade Martins Sarmento

FARIA, João Lopes de [s.d.]. *Efemérides Vimaranenses*. Disponível em <<https://www.csarmento.uminho.pt/site/s/archsms/item/74974>>.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

- «O Commercio de Guimarães». VI Ano. 524 (9 jan. 1890) 2.
- «O Commercio de Guimarães». VI Ano. 525 (13 jan. 1890) 2, 3.
- «O Commercio de Guimarães». VI Ano. 532 (6 fev. 1890) 2.
- «O Commercio de Guimarães». VI Ano. 535 (17 fev. 1890) 2.
- «O Commercio de Guimarães». VI Ano. 536 (24 fev. 1890) 2.
- «O Commercio de Guimarães». VI Ano. 554 (1 mai. 1890) 2.
- «O Commercio de Guimarães». VIII Ano. 672 (10 ago. 1891) 2.
- «O Commercio de Guimarães». VIII Ano. 676 (24 ago. 1891) 2.

⁶⁰ FERREIRA, OLIVEIRA, 2020a.

- «O Commercio de Guimarães». VIII Ano. 684 (24 set. 1891) 2.
- «O Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro» (1878-1915). Disponível em <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/Ocidente.htm>>.
- «Religião e Pátria». 47.^a Série. 4 (8 jan. 1890) 2.
- «Religião e Pátria». 47.^a Série. 5 (11 jan. 1890) 2.
- «Religião e Pátria». 47.^a Série. 11 (1 fev. 1890) 2.
- «Religião e Pátria». 50.^a Série. 27 (19 set. 1891) 2.
- «Religião e Pátria». 50.^a Série. 30 (30 set. 1891) 2.
- «Vimaranense». I Ano. 59 (11 ago. 1891) 2.
- «Vimaranense». I Ano. 61 (18 ago. 1891) 2.
- «Vimaranense». I Ano. 66 (4 set. 1891) 2.
- «Vimaranense». I Ano. 68 (15 set. 1891) 2.
- «Vimaranense». I Ano. 72 (29 set. 1891) 2.
- «Vimaranense». I Ano. 74 (6 out. 1891) 2.

BIBLIOGRAFIA

- ANDREASEN, V.; VIBOUD, C.; SIMONSEN, L. (2008). *Epidemiologic characterization of the 1918 influenza pandemic summer wave in Copenhagen: implications for pandemic control strategies*. «The Journal of Infectious Diseases», 197:2, 270-278. DOI: <https://doi.org/10.1086/524065>.
- ANTUNES, J. L. F.; CARDOSO, M. R. A. (2015). *Uso da análise de séries temporais em estudos epidemiológicos*. «Epidemiologia e Serviços de Saúde». 24, 565-576. DOI: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000300024>.
- ANUÁRIO *Estatístico de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.
- BANDEIRA, M. L. (1996). *Demografia e modernidade: família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BANDEIRA, M. L. (2009). *A sobremortalidade de 1918 em Portugal: análise demográfica*. In SOBRAL, J. M. et al., org. *A Pandemia Esquecida. Olhares comparados sobre a pneumónica 1918-1919*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 131-154.
- BERNABEU-MESTRE, J. et al. (2003). *El análisis histórico de la mortalidad por causas. Problemas y soluciones*. «Revista de Demografía Histórica». 21:1, 167-193.
- CASTRO JUNIOR, F. N. de (1899). *Duas palavras sobre a gripe e seus epiphenomenos*. Porto: Typographia Occidental. [Consult. 25 mar. 2021]. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/61149>>.
- FERREIRA, A.; OLIVEIRA, C. (2020a). *O impacto da “gripe espanhola” na cidade de Guimarães (1918-1919)*. «Revista de Demografia Histórica». 38:3, 55-79.
- FERREIRA, A.; OLIVEIRA, C. (2020b). *Os enterros também se fazem à noite: a pneumónica em Guimarães*. In FERREIRA, A., coord. *A gripe espanhola de 1918*. Guimarães: Casa de Sarmento — Centro de Estudos do Património; UMinho, pp. 137-159. [Consult. 25 mar. 2021]. Disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/64699>>.
- FRADA, J. (2005). *A gripe pneumónica em Portugal Continental — 1918: estudo socioeconómico e epidemiológico com particular análise do concelho de Leiria*. Lisboa: Sete Caminhos.
- GARCÍA FERRERO, S. (2018). *La gripe de 1889-1890 en Madrid*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Tese de doutoramento. [Consult. 25 mar. 2021]. Disponível em <<https://eprints.ucm.es/49190/>>.
- JORGE, R. (1918). *A Influenza. Nova incursão peninsular. Relatório apresentado ao Conselho Superior de Higiene, Sessão de 18 de Junho de 1918*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- KILLINGRAY, D. (2009). *A pandemia de gripe de 1918-1919: causas, evolução e consequências*. In SOBRAL, J. M. et al., org. *A Pandemia Esquecida. Olhares comparados sobre a pneumónica 1918-1919*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 41-61.
- McCONEGHY, K. W. et al. (2017). *Flumodelr: an R package for estimating attributable influenza morbidity and mortality*. [Consult. 25 mar. 2021]. Disponível em <<https://github.com/kmcconeghy/flumodelr>>.
- MUSSELL, J. (2007). *Pandemic in print: The spread of influenza in the Fin de Siècle*. «Endeavour». 31:1, 12-17. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.endeavour.2007.01.008>.
- PEREIRA, M. H. (1971). *Livre câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos.
- PORTUGAL. Ministério dos Negócios do Reino (1890). *Decreto de 11 de Janeiro de 1890*. «Colecção Oficial de Legislação Portuguesa», 5. [Consult. 25 mar. 2021]. Disponível em <<https://legislação.parlamento.pt/V/1/64/46/p27>>.
- PORTUGAL. Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça (1890). *Portaria de 19 de Março de 1890*. «Colecção Oficial de Legislação Portuguesa», 542. [Consult. 25 mar. 2021]. Disponível em <<https://legislação.parlamento.pt/V/1/64/46/p564>>.
- RODRIGUES, T. S. (1995). *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista: Migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Lisboa: Edições Cosmos.
- SERFLING, R. E. (1963). *Methods for current statistical analysis of excess pneumonia-influenza deaths*. «Public Health Reports». 78:6, 494-506.
- SOARES, A. A. de C. (1892). *A gripe ou influenza*. Porto: Typographia de Pereira & Cunha. [Consult. 25 mar. 2021]. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/16668>>.
- TAUBENBERGER, J. K.; MORENS, D. M. (2006). *1918 Influenza: the Mother of All Pandemics*. «Emerging Infectious Diseases». 12:1, 15-22. DOI: <https://dx.doi.org/10.3201/eid1201.050979>.
- VALLERON, A. J. et al. (2010). *Transmissibility and geographic spread of the 1889 influenza pandemic*. «Proceedings of the National Academy of Sciences». 107: 19, 8778-8781. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.1000886107>.
- VALTAT, S. et al. (2011). *Age distribution of cases and deaths during the 1889 influenza pandemic*. «Vaccine». 29, B6-B10. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2011.02.050>.
- VEIGA, T. R. (2004). *A população portuguesa no século XIX*. Porto: Edições Afrontamento. [Consult. 25 mar. 2021]. Disponível em <<https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/a-populacao-portuguesa-no-seculo-xix>>.

EFEITO DA TEMPERATURA NA MORTALIDADE POR DOENÇAS CARDIOVASCULARES NA PROVÍNCIA DE SARAGOÇA (ESPANHA), 1920-1950

MILENE DOS ANJOS FERNANDES*
FRANCISCO J. MARCO-GRACIA**

Resumo: *A relação entre a saúde cardiovascular e as condições climáticas é uma questão central da pesquisa cardiológica enquadrada no desafio do aquecimento global. Este artigo estuda 15 localidades da Espanha rural no período 1920-1950. O objetivo principal é observar de que forma a temperatura influenciou na mortalidade por causas cardiovasculares em um contexto histórico. A partir dos dados históricos sobre a causa da morte, idade, sexo, hora de óbito e temperatura, foi realizada uma análise usando estatísticas descritivas e regressões de mínimos quadrados ordinários para determinar os efeitos das temperaturas extremas na saúde cardiovascular. Os resultados mostram que a mortalidade por causas cardiovasculares concentrou-se nos dias mais quentes e frios do ano, bem como nos dias subsequentes, particularmente nos óbitos registrados como doenças isquêmicas do coração. Existe um padrão diferenciado de mortalidade horária entre verão e inverno, dependendo das horas mais quentes e mais frias do dia.*

Palavras-chave: *Mortalidade; Temperatura; Epidemiologia; Doenças cardiovasculares.*

Abstract: *The relationship between cardiovascular health and climatic conditions is a central issue of cardiological research in order to face the global warming challenge. This article analyses 15 locations in rural Spain between 1920 and 1950. The main objective is to know how temperature affected mortality due to cardiovascular causes in a historical context. Based on historical data on the cause of death, age, sex, time of death and temperature, an analysis has been carried out using descriptive statistics and MLS regressions to determine the effects of extreme temperatures on cardiovascular health. The results evidence that mortality from cardiovascular causes was concentrated on the coldest and hottest days of the year, and on subsequent days, being especially important in the case of deaths from ischemic heart disease. There is a pattern of summer-winter differentiated mortality depending on the hottest and coldest hours of the day.*

Keywords: *Mortality; Temperature; Epidemiology; Cardiovascular diseases.*

INTRODUÇÃO

Trabalhos desenvolvidos ao longo de várias décadas apontam a existência da relação entre o clima e a mortalidade por causas cardiovasculares, demonstrada

* CITCEM; FLUP, Portugal. Email: milene_feriange@hotmail.com.

** Departamento de Estructura e Historia Económica y Economía Pública, Universidad de Zaragoza (España). Email: fmarcog@unizar.es

«Economía agroalimentaria, globalización y desarrollo económico: una perspectiva histórica (siglos XIX-XXI)» PGC2018-095529-BI00 financiado por el Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades de España;

«Economía agroalimentaria, globalización, desarrollo económico, y medio ambiente (siglos XIX-XXI)» S55_20R financiado por el Gobierno de Aragón.

em todos os continentes¹, onde o calor extremo é apontado como a principal causa de morte ligada às condições meteorológicas. O aquecimento global desafia o desenvolvimento de estratégias de saúde para prevenir os efeitos do clima extremo². A relação entre fatores climáticos e as variações na mortalidade por causas cardiovasculares foi estabelecida por Rosahn em 1937³. Desde então, inúmeros trabalhos têm estudado esta relação⁴. A análise da temperatura tem-se revelado a melhor variável para o estudo das causas de morte relacionadas com fatores climáticos⁵.

Alguma literatura, além de confirmar a existência da conexão entre temperaturas muito elevadas e o aumento da mortalidade por doenças cardiovasculares⁶, aponta que as suas consequências tendem a manifestar-se a curto prazo, ocorrendo no mesmo dia de extremo calor ou no seguinte⁷. Por exemplo, no Reino Unido, os efeitos do calor extremo (acima de 20 graus) foram sentidos nas seguintes (1 a 6) horas de exposição, aumentando em 1,9% o risco de infarto do miocárdio, por cada grau extra⁸. Foi observado ainda que as noites particularmente quentes também aumentam a mortalidade por doenças cardiovasculares⁹.

Os resultados obtidos evidenciaram, da mesma forma, a correlação entre temperaturas frias e o maior número de internações hospitalares e de óbitos por eventos cardiovasculares¹⁰. Em Portugal, por cada redução de um grau centígrado no inverno, foi encontrado um aumento de 2,2% nas admissões hospitalares por infarto do miocárdio¹¹. Na China, foi demonstrada a correlação entre os dias de temperaturas extremamente frias e a maior mortalidade por doença isquêmica do coração¹². Em Castilla-La Mancha (Espanha), foi observada uma redução da mortalidade em um ambiente de baixas temperaturas no período 1975-2003, possivelmente, consequência de melhorias socioeconômicas e da aplicação de equipamentos modernos de aquecimento¹³.

Em relação à sazonalidade, estudos realizados em diferentes países têm demonstrado a existência de oscilações anuais, com maior concentração de óbitos

1 SARNA, ROMO, SILTANEN, 1977; EBI *et al.*, 2004; REINSTRUCT-BAUER *et al.*, 1985; BALLESTER *et al.*, 1997; AMIYA *et al.*, 2009; FONG, MA, 2013; RAVLJEN *et al.*, 2014.

2 MOGHADAMNIA *et al.*, 2017.

3 ROSAHN, 1937.

4 BRAGA, ZANOBETTI, SCHWARTZ, 2002; DILAVERIS *et al.*, 2006; GERBER *et al.*, 2006; KRISZBACHER *et al.*, 2010; HOPSTOCK *et al.*, 2012.

5 BARNETT, TONG, CLEMENTS, 2010; ROYÉ *et al.*, 2019; RODRIGUES, SANTANA, ROCHA, 2019.

6 RAGETTLI *et al.*, 2017.

7 YE *et al.*, 2012.

8 BHASKARAN *et al.*, 2012.

9 ROYÉ, 2017.

10 THE EUROWINTER GROUP, 1997; VERBERKMOES *et al.*, 2012; GÓMEZ-ACEBO, LLORCA, DIERSSEN, 2013.

11 VASCONCELOS *et al.*, 2013; ALMENDRA *et al.*, 2016.

12 WANG *et al.*, 2015.

13 MIRON *et al.*, 2012.

por doenças cardiovasculares nos meses de inverno¹⁴, embora se observe um pico excepcional no verão¹⁵. No entanto, esses resultados nem sempre são consistentes e coerentes¹⁶, e a relação e a importância dos padrões de inverno e verão exigem debate científico¹⁷. Por exemplo, no caso de Castilla-La Mancha, o nível do *status* socioeconómico pode influenciar a variedade de resultados, onde se verifica que cada vez mais famílias dispõem de modernos sistemas de ar condicionado (o caso da incorporação de aquecedores foi estudado na Inglaterra)¹⁸. Estes fatores podem ter favorecido a redução da mortalidade motivada por temperaturas extremas ou modificando os padrões de mortalidade, modulando os efeitos das temperaturas no sentido de uma incidência de problemas cardiovasculares nos dias seguintes. Portanto, o objetivo principal deste artigo é analisar a relação entre temperaturas extremas e a mortalidade por causas cardiovasculares em um contexto pouco explorado pela pesquisa cardiológica no contexto rural entre 1920 e 1950, em residências que, na sua maioria, não possuíam sistemas de ar condicionado moderno.

Nesse período, relativamente à mortalidade em idade adulta, assiste-se à transição epidemiológica, uma redução contínua da mortalidade infantojuvenil e aumento extraordinário da esperança de vida de 26,7 anos em 1920-1924 para 50,1 anos em 1945-1949. Com este estudo pretendemos contribuir para o debate científico, oferecendo resultados de interesse para pesquisas atuais sobre como as temperaturas extremas afetaram as populações do passado.

1. MATERIAIS E MÉTODOS

Os registos paroquiais de óbito de 15 paróquias da província espanhola de Saragoça¹⁹ (Alfamén, Aylés, Botorrita, Codos, Cosuenda, Jaulín, Cartuja Baja, Longares, Mezalocha, Mozota, Muel, Torrecilla de Valmadrid, Tosos, Valmadrid e Villanueva de Huerva) constituem a principal fonte utilizada para este trabalho²⁰. Recolheram-se todas as informações proporcionadas pelos registos de óbito das localidades de referência entre 1920-1950. Estas freguesias situam-se geograficamente no vale do Ebro e no início do Sistema Ibérico. Devido às suas condições meteorológicas, no geral, todas se especializaram na produção de cereais e vinhas.

¹⁴ FARES, 2013.

¹⁵ LIU, BERTAZZON, 2017.

¹⁶ WICHMANN *et al.*, 2012.

¹⁷ BHASKARAN *et al.*, 2010.

¹⁸ CRITCHLEY *et al.*, 2007.

¹⁹ Base de dados genealógica de 15 paróquias da província espanhola de Saragoça (2012-2020). Levantamento e cruzamento da informação dos registos paroquiais desenvolvida por Francisco J. Marco-Gracia (MARCO-GRACIA, 2012-2020).

²⁰ Da comparação dos dados dos registos paroquiais com os do Registo Civil não se encontraram disparidades notáveis, ainda que com maiores divergências na mortalidade infantil durante a Segunda República.

As variáveis observadas são: data do óbito, sexo do falecido, idade declarada ao óbito, causa do óbito atestada pelo médico rural e a hora do óbito. Nem todos os indivíduos incluem informações sobre a causa ou a hora da morte. No entanto, a menção ou não dessa informação dependia de como o pároco registava a certidão de óbito e quais informações ele decidia incluir nela. Considera-se que as lacunas de informação não são consequência de vieses intencionais de ocultação de dados, já que os livros das freguesias neste período seguem um formulário-modelo que apenas requer o preenchimento «automático» do pároco.

As causas de morte foram classificadas de acordo com os critérios estabelecidos pela Classificação Internacional de Doenças em sua décima edição (CID-10). Para a classificação por cadeias semânticas, utilizou-se a «Edição Eletrónica do CIE-10-ES» desenvolvida pelo Ministério da Saúde, Consumo e Previdência Social da Espanha²¹. As causas de óbito foram classificadas por um único investigador, com dados cegos para a data da morte e temperatura durante o processo de classificação. A maioria das causas de morte é descrita com termos precisos que permitem facilitar a classificação (por exemplo, infarto do miocárdio ou endocardite). Foram poucas as causas declaradas ao óbito que geraram problema de classificação (2,3%), por serem imprecisas ou por incluírem mais de uma causa de óbito em diferentes categorias. Por fim, fazem parte da análise 55,8% dos óbitos devidamente identificados.

Todos os indivíduos destas localidades no período analisado reconheciam oficialmente o catolicismo, pelo que todos os falecidos estão registados nos arquivos paroquiais (salvo raras exceções no período 1931-1936, devido ao contexto histórico da segunda república). Os registos de óbito eram lidos anualmente na Missa da Epifania para garantir que todos os indivíduos tinham sido registados corretamente. Com efeito, podemos considerar que os dados que suportam esta investigação são de alta qualidade, de acordo com os padrões utilizados na exploração dos dados com registos paroquiais. Foram realizados testes de validação aos dados que compõem a amostra, que confirmaram as nossas premissas.

Os dados sobre a data do óbito foram cruzados com os dados das temperaturas máximas e mínimas da estação meteorológica de Daroca (na província de Saragoça). O período analisado começa em 1920, já que nesse ano começam os registos desta estação, a primeira na província da AEMET (Agencia Española de Meteorología)²². O período termina no ano de 1950. Todos os dados diários estão disponíveis, com exceção dos dias 31 de dezembro de 1920 (falta a temperatura

21 Sobre a evolução da mortalidade em Espanha e as suas causas veja-se: VICIANA FERNÁNDEZ, 2003 e <https://eciemaps.mscbs.gob.es>.

22 Deve-se ter em conta que a maioria das estações meteorológicas não foi instalada até à segunda metade do século XX, e, por isso, Daroca é a melhor opção disponível para este período.

mínima), 18 de setembro de 1925 (falta a temperatura máxima), todo o mês de maio de 1931 (faltam os dois dados) e 30 de junho de 1937 (faltam ambos). A distância entre Daroca e o local de estudo mais próximo, Codos, é de apenas 20 quilômetros. As restantes cidades seguem uma contiguidade geográfica com a cidade mais distante da estação a 57 quilômetros de distância. Daroca está localizada no Sistema Ibérico a uma altitude de 782 metros acima do nível do mar²³.

O nosso interesse foca-se sobretudo nas temperaturas extremas, que geralmente estão associadas a ondas de calor ou de frio que afetam toda a área de estudo. Para considerar que uma temperatura é extrema, foram tomados os seguintes princípios: no que diz respeito aos dias quentes, uma temperatura máxima diária superior a 36 graus; no caso dos dias frios, é considerada uma temperatura mínima diária abaixo de 4 graus negativos. Estas temperaturas balizares foram estabelecidas pela Agência Meteorológica Espanhola e pelo Instituto de Saúde Carlos III da província de Saragoça e fazem parte do Plano Nacional de Ações Preventivas em 2015 sobre os efeitos das temperaturas excessivas na saúde.

A metodologia utilizada assenta em estatísticas descritivas por meio de tabelas, gráficos e regressões lineares por mínimos quadrados ordinários (MCO), para aprofundar a relação entre a temperatura e o óbito por causas cardiovasculares em um contexto histórico. Os dados foram agrupados de acordo com a causa do óbito em 4 categorias para observação: no primeiro grupo constam todos os falecidos da área, com um total de 2068 indivíduos; o segundo grupo inclui todos os que morreram por doenças do aparelho circulatório (grupo IX, da CID-10), com 570 casos; o terceiro grupo abrange apenas aqueles que morreram por doenças isquémicas do coração (I20-I25, grupo IX, CID-10) com um total de 182 casos; e o último grupo compreende aqueles que morreram devido a outras doenças cardíacas (I30-I52, grupo IX, CID-10) com uma amostra de 251 casos.

2. RESULTADOS

Na Tabela 1 pode-se observar o número de óbitos segundo sexo, faixa etária e causa de óbito. A população da área em estudo era de 11 500 habitantes e, neste período, 2068 pessoas com mais de 40 anos morreram (cerca de 67 óbitos a cada ano). Apenas se estudaram os falecidos a partir dos 40 anos de idade para que, desta forma, sejam comparáveis aos padrões de mortalidade do século XXI, sendo úteis para pesquisas atuais. A Tabela 1 apresenta resultados sólidos com a pesquisa acima citada. Em idades avançadas, o número de homens falecidos é

²³ Comparando os dados da estação meteorológica de Daroca com os do Aeroporto de Saragoça (no coração do vale do Ebro) de 1939 em diante, não se observaram diferenças significativas nos dias de temperaturas extremas. Portanto, considera-se que Daroca pode servir de referência (considerando que não dispomos de dados para os locais em estudo). Os dados podem ser consultados em <<https://opendata.aemet.es/>>.

superior ao das mulheres, com maior incidência nos óbitos por doenças do aparelho circulatório e por doenças isquémicas. A partir dos 65 anos, a mortalidade expõe padrões semelhantes.

Tabela 1. Número de óbitos segundo sexo, faixa etária e causa do óbito

		Adultos 40-65 anos	Idosos Mais de 65
Total de óbitos (no geral)	Homens	427	708
	Mulheres	312	621
Óbitos por doenças do sistema circulatório (CIE-10, grupo IX)	Homens	104	189
	Mulheres	84	193
Óbitos por doenças cardíacas isquémicas (CIE-10, I20-I25)	Homens	40	55
	Mulheres	29	58
Óbitos por outras doenças cardíacas (CIE-10, I30-I52)	Homens	33	88
	Mulheres	36	94

Fonte: MARCO-GRACIA, 2012-2020. Elaboração própria

Na Tabela 2 constam as informações sobre os indivíduos que faleceram em dias muito quentes ou em dias muito frios. O resultado assume o valor de 100 para o número de mortes no dia de temperatura extrema (seja por calor ou frio) e indica o valor proporcional (a partir da média) para aqueles que morreram naquele dia e nos dois/quatro/nove/quatorze dias depois. Os resultados expõem claramente que, em todos os casos, o maior número de óbitos ocorreu no dia de temperatura extrema e, a partir desse momento, há uma tendência de diminuição do número de óbitos nos dias seguintes. Já na soma do dia de temperatura extrema e dos dois dias seguintes, em todos os casos, o índice de mortalidade caiu entre um terço e meio.

Tabela 2. Indivíduos que morreram (média) em dias de temperaturas extremas e nos dias seguintes

	Dia 1 de Tª extrema	Média dias 2 e 3	Média dias 4 e 5	Média dias 6, 7, 8 e 9	Média dias 10, 11, 12, 13 e 14
Total de óbitos (no geral). 2068 casos					
Tª max. > 36º	100	60,3	49,5	42,8	7,9
Tª min. < -4º	100	56,7	43,8	31,4	25,9
Óbitos por doenças do aparelho circulatório (CIE-10, grupo IX). 570 casos					
Tª max. > 36º	100	53,3	36,0	34,0	34,7
Tª min. < -4º	100	57,0	44,9	33,1	27,1
Óbitos por doenças isquémicas do coração (CID-10, I20-I25). 182 casos					
Tª max. > 36º	100	33,3	30,0	20,0	30,0
Tª min. < -4º	100	49,0	37,6	26,5	22,3

(continua na página seguinte)

	Dia 1 de Tª extrema	Média dias 2 e 3	Média dias 4 e 5	Média dias 6, 7, 8 e 9	Média dias 10, 11, 12, 13 e 14
Óbitos por outras doenças cardíacas (CID-10, I30-I52). 251 casos					
Tª max. > 36º	100	55,5	33,3	23,3	15,5
Tª min. < -4º	100	61,7	47,0	35,5	28,7

Nota: Número de óbitos nos dias de temperaturas extremas = 100. Em média, 0,18 pessoas morreram por dia.
 Fonte: MARCO-GRACIA, 2012-2020. Elaboração própria

Da leitura da Tabela 2, os resultados apresentados revelam uma concentração de óbitos, sobretudo nos dias de temperaturas extremas, sendo que o efeito dessas temperaturas desapareceu com o passar de alguns dias. Os óbitos por doenças isquêmicas do coração foram os que apresentaram maior incidência no mesmo dia devido às temperaturas extremas, tanto quentes como frias. Na Tabela 3, apresentam-se quatro regressões lineares de MCO para estabelecer a relação entre o número de óbitos a cada dia (de acordo com a causa da morte analisada) e as temperaturas extremas naquele mesmo dia (dado o resultado da Tabela 2), além do género, década e faixa etária²⁴. Os resultados confirmam a existência de uma relação direta entre temperaturas elevadas e a ocorrência de óbitos. Os dias com temperaturas elevadas aumentam as probabilidades de morte. Essa relação, entretanto, não se confirma no período histórico analisado (1920-1950) para os óbitos por causas circulatórias, embora haja evidências de maior probabilidade de as mulheres morrerem por essa causa. Pelo contrário, e como resultado mais importante das regressões, confirma-se a presença de uma relação entre temperaturas extremas (tanto quentes como frias) com as maiores probabilidades de morrer por doenças isquêmicas do coração, especialmente de infarto. Finalmente, não está confirmado que tal relação exista para as outras formas de doença cardíaca.

Na Tabela 4 observa-se a evolução sazonal da mortalidade (por meses). Em todos os casos, a mortalidade tendeu a ser maior nos meses frios, diminuindo ligeiramente nos meses mais quentes, com um pico nos meses de julho e/ou agosto. O pico ocorrido nos meses mais quentes é especialmente composto por indivíduos que morreram de doença isquêmica do coração. Com base nestes resultados, pode-se considerar a existência de um padrão de mortalidade inverno — resto do ano — verão para aqueles que morreram por doenças cardiovasculares, como em outras áreas do mundo²⁵. Na Tabela 4 observam-se os meses nos quais se concentra a sobremortalidade face a um cenário «ideal» onde a mortalidade é sazonalmente idêntica. Nesse sentido, são, fundamentalmente, os meses de inverno e não os meses de verão, ainda que as análises anteriores estabelecem

²⁴ A especificação do modelo MCO (para o ano *i*) seria:

$$\text{NúmeroFalecidos}_i = \beta_0 + \beta_1 * \text{Sexo}_i + \beta_2 * \text{DiaT}^{\text{Max}}_i + \beta_3 * \text{DiaT}^{\text{Min}}_i + \beta_4 * \text{Grupoldade}_i + \beta_5 * \text{Década}_i + \varepsilon_i$$

²⁵ MIRON *et al.*, 2012; MACKENZIE, 1997.

uma relação entre os dias de temperaturas extremas no verão e os picos de mortalidade. Quanto ao inverno, os dias de alta mortalidade concentram-se, na generalidade, em dias de temperaturas extremamente baixas. A combinação dos resultados anteriores com os da Tabela 4 indicam que a mortalidade registada nos dias de temperaturas extremas não está necessariamente relacionada com a estação do ano, já que as temperaturas extremas parecem ser condição suficiente para a ocorrência de picos de mortalidade.

Tabela 3. Regressões de Mínimos Quadrados Ordinários sobre os efeitos das temperaturas extremas na mortalidade

	Total de óbitos	Óbitos do sistema circulatório	Doença isquémica do coração	Outras doenças cardíacas
Sexo	Mulher (referência)			
Homem	-0,017 (0,03)	-0,044* (0,02)	-0,005 (0,02)	-0,048*** (0,02)
Dia Tª máxima	Não (referência)			
Sim	0,527*** (0,15)	0,088 (0,12)	0,148** (0,08)	0,029 (0,09)
Dia Tª mínima	Não (referência)			
Sim	-0,023 (0,06)	-0,007 (0,04)	0,055** (0,03)	-0,049 (0,03)
Grupo de idade	40-65 (referência)			
>65	0,019 (0,03)	0,030 (0,03)	-0,009 (0,02)	0,034* (0,02)
Década	1920-1929 (referência)			
1930-1939	-0,025 (0,04)	-0,008 (0,03)	0,034* (0,02)	-0,035* (0,02)
1940-1950	-0,143*** (0,04)	-0,208*** (0,03)	-0,156*** (0,02)	0,057*** (0,02)
Constante	1,517***	0,238***	0,027	0,138***
Controle do município	Sim	Sim	Sim	Sim
N	2043	2043	2043	2043
R2	0,023	0,060	0,066	0,034

Nota: * p<0,1, ** p<0,05, *** p<0,01

A variável dependente é o número de óbitos no mesmo dia de acordo com a causa do óbito. Entre parênteses estão os erros-padrão.

Fonte: MARCO-GRACIA, 2012-2020. Elaboração própria

Tabela 4. Excesso percentual ou déficit de mortalidade relativo à média por mês e causa do óbito, em comparação com uma mortalidade igual em todos os meses (total de mortalidade por categoria dividida em 12 meses)

	Total de óbitos (no geral)	Óbitos do sistema circulatório	Doença isquêmica do coração	Outras doenças cardíacas
Janeiro	+1,92	+3,6	+3,76	+2,83
Fevereiro	+1,97	+2,02	+1,56	+2,43
Março	-0,06	+1,14	-1,74	+4,02
Abril	-0,93	-0,61	-0,09	+0,04
Maio	-0,98	-1,14	-0,64	-1,96
Junho	-0,45	-2,19	-2,84	-1,96
Julho	-0,35	-0,79	-0,09	-1,96
Agosto	-2,19	-3,07	-3,93	-3,95
Setembro	-0,98	-1,84	-3,38	-1,16
Outubro	+0,33	+0,62	+2,11	+0,03
Novembro	-0,74	+0,97	+3,21	+0,83
Dezembro	+2,5	+1,32	+2,11	+0,83

Nota: Estão a negrito os meses com maior mortalidade.

Fonte: MARCO-GRACIA, 2012-2020. Elaboração própria

As pesquisas sobre os efeitos das temperaturas extremas deram pouca atenção à hora da morte. A existência de padrões horários pode ser de grande interesse para entender a ligação entre as duas variáveis. Da leitura da Figura 1 é possível observar que a mortalidade é distribuída quase uniformemente ao longo do dia. Contudo, existem pequenas variações horárias que se tornam mais evidentes ao comparar os quatro meses mais frios do ano (novembro-fevereiro) com os quatro meses mais quentes (junho-setembro). Nos meses mais frios, a mortalidade nas primeiras horas do dia era maior do que nos meses de verão. Pelo contrário, nos meses mais quentes, o pico ocorre por volta do meio-dia. Estas diferenças horárias ficam ainda mais evidentes ao analisar os indivíduos que faleceram por doenças do aparelho circulatório (e seus subgrupos), com pico de inverno entre 23h e 3h, e pico de verão entre 11h e 15h.

Esses resultados são compatíveis com os resultados obtidos nos Estados Unidos, onde as altas temperaturas estão associadas a um padrão de mortalidade diurna concentrada em dias de calor extremo²⁶. Resultados obtidos na Coreia do Sul diferem um pouco, com maior incidência de infartos entre 8h e meio-dia²⁷. Também se registou uma alta incidência por volta das 7-11 da manhã para os óbitos por doença isquêmica do coração, mas não é o principal pico no caso da mortalidade no inverno.

²⁶ DAVIS, HONDULA, PATEL, 2016.

²⁷ PARK *et al.*, 2010.

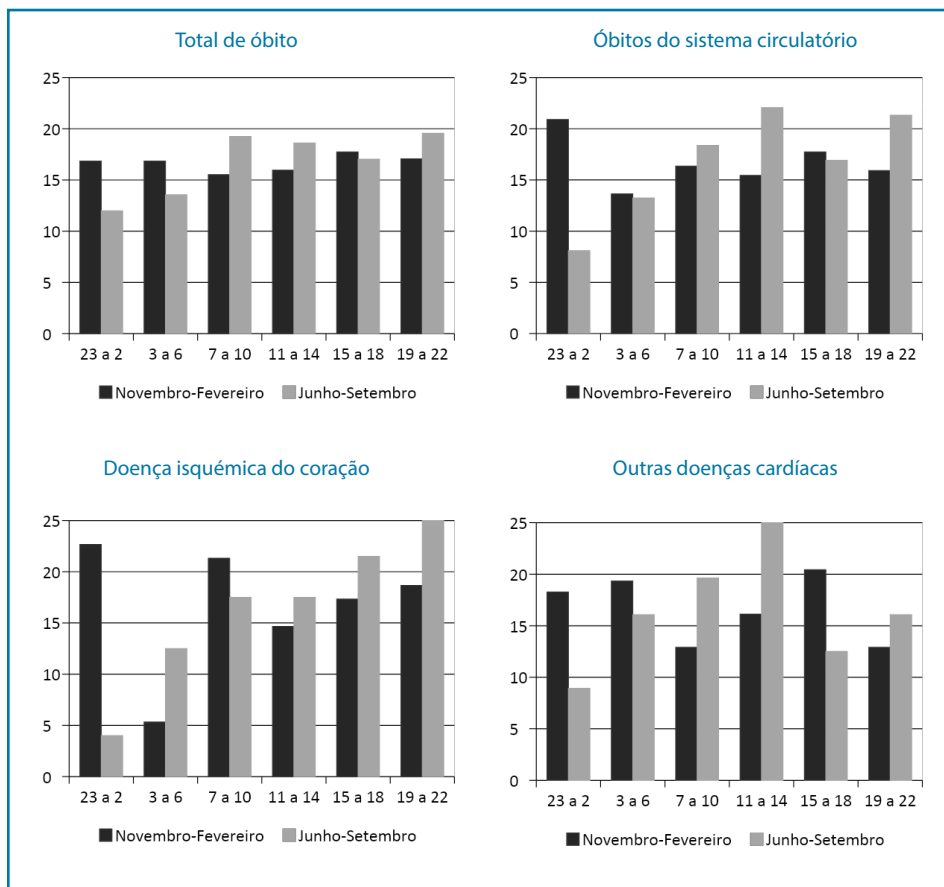


Fig. 1. Percentuais de óbitos distribuídos por horário, mês e causa do óbito
 Nota: Meses com a temperatura média mais fria (novembro a fevereiro) vs. Meses com a temperatura mais quente (junho a setembro)
 Fonte: MARCO-GRACIA, 2012-2020. Elaboração própria (2021)

CONCLUSÕES E DISCUSSÃO

Os resultados históricos confirmam a existência de um padrão de mortalidade por doenças cardiovasculares ligadas à temperatura ambiente na Espanha rural. A ocorrência de temperaturas extremas aumentou os registos de óbito. O maior pico de mortalidade concentrou-se no dia em que ocorreram as temperaturas extremas, embora os efeitos tenham continuado, ainda que em menor grau, nos dias seguintes. A temperatura também influenciou a sazonalidade da mortalidade e do horário de óbito, com um pico de casos no início da manhã no inverno e um pico por volta do meio-dia no verão.

Estudos demonstram que as doenças cardiovasculares afetam mais o sexo masculino do que o sexo feminino, mais as pessoas mais velhas do que as

pessoas jovens²⁸. A maioria das pesquisas conclui que essas doenças afetam as mulheres com certo atraso em relação aos homens, cerca de 10 anos²⁹. Os resultados obtidos confirmam parcialmente esses padrões, com maior incidência entre os homens na idade adulta, igualando após os 65 anos.

Os resultados obtidos confirmam a presença da relação entre temperaturas extremas e a mortalidade por causas cardiovasculares, principalmente no caso das doenças isquêmicas do coração (confirmadas por regressões). A mortalidade por temperaturas extremas concentrou-se no dia em que a temperatura ultrapassou os limites estabelecidos, embora tenha continuado a afetar em menor grau nos dias seguintes. Estes resultados estão em consonância com pesquisas realizadas sobre outras populações, as quais assinalam que os efeitos das temperaturas extremas são sentidos horas após a exposição³⁰.

A maior incidência de mortalidade concentrou-se nos meses de inverno. Da mesma forma, nos meses mais quentes, também se registaram picos de sobre-mortalidade. Esses picos estão presentes na maioria das regiões do mundo, mas nem todos os investigadores verificaram a sua existência³¹. Os dados confirmam que, para uma região que é quente no verão (com temperatura média de 20,9 graus) e relativamente fria no inverno (com 5 graus), ambos os padrões sazonais ocorrem na ausência de sistemas de ar condicionado modernos.

Os resultados referentes à hora de óbito por causas cardiovasculares, tema ainda pouco debatido, confirmam um padrão diferenciado de horário verão-inverno. Expõem a relação direta entre a temperatura e a hora do óbito, dado que deve ser considerado na prevenção e na organização hospitalar.

Com o presente trabalho realizámos um «ensaio natural» sobre o estudo das populações rurais de Espanha, predominantemente ligadas às tarefas agrícolas (em mais de 80% dos casos), que foram expostas a temperaturas climáticas extremas, e onde a assistência médica dependia exclusivamente da existência de um médico rural. Consideramos que este artigo oferece uma nova perspectiva complementar às obras contemporâneas, oferecendo novos dados sobre a relação entre a saúde e as condições climáticas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ALMENDRA, R *et al.* (2016). *The influence of the winter North Atlantic Oscillation index on hospital admissions through diseases of the circulatory system in Lisbon, Portugal*. «Int J Biometeorol». 61, 325-333. DOI: 10.1007/s00484-016-1214-z.

²⁸ CHANG *et al.*, 2017.

²⁹ FERREIRA-GONZÁLEZ, 2014.

³⁰ VERBERKMOES *et al.*, 2012.

³¹ BHASKARAN *et al.*, 2012; NOGUEIRA, PAIXÃO, 2008.

- AMIYA, S. et al. (2009). *Relationship between weather and onset of acute myocardial infarction: Can days of frequent onset be predicted?* «J Cardiol». 54:2, 231-237. DOI: 10.1016/j.jjcc.2009.05.011.
- BALLESTER, F. et al. (1997). *Mortality as a function of temperature. A study in Valencia, Spain, 1991-1993.* «Int J Epidemiol». 26:3, 551-561. DOI: 10.1093/ije/26.3.551.
- BARNETT, A. G.; TONG, S.; CLEMENTS, A. C. A. (2010). *What measure of temperature is the best predictor of mortality?* «Environ Res». 110:6, 604-611. DOI: 10.1016/j.envres.2010.05.006.
- BHASKARAN, K. et al. (2010). *Short term effects of temperature on risk of myocardial infarction in England and Wales: time series regression analysis of the Myocardial Ischaemia National Audit Project (MINAP) registry.* «BMJ». 341, c3823. DOI: 10.1136/bmj.c3823.
- BHASKARAN, K. et al. (2012). *Heat and risk of myocardial infarction: hourly level case-crossover analysis of MINAP database.* «BMJ». 345, e8050. DOI: 10.1136/bmj.e8050.
- BRAGA, A. L. F.; ZANOBETTI, A.; SCHWARTZ, J. (2002). *The effect of weather on respiratory and cardiovascular deaths in 12 U.S. cities.* «Environ Health Perspect». 110, 859-863. DOI: 10.1289/ehp.02110859.
- CHANG, J. et al. (2017). *The effects of Age, Period, and Cohort on Mortality from Ischemic Heart Disease in China.* «Int J Environ Res Public Health». 14:1, 50. DOI: 10.3390/ijerph14010050.
- CRITCHLEY, R. et al. (2007). *Living in cold homes after heating improvements: Evidence from Warm-Front, England's Home Energy Efficiency Scheme.* «Appl Energy». 84:2, 147-158. DOI: 10.1016/j.apenergy.2006.06.001.
- DAVIS, R. E.; HONDULA, D. M.; PATEL, A. P. (2016). *Temperature observation time and type influence estimates of heat-related mortality in seven U.S. cities.* «Environ Health Perspect». 124:6, 795-804. DOI: 10.1289/ehp.1509946.
- DILAVERIS, P. et al. (2006). *Climate impacts on myocardial infarction deaths in the Athens territory: The climate study.* «Hearth». 92:12, 1747-1751. DOI: 10.1136/hrt.2006.091884.
- EBI, K. L. et al. (2004). *Weather changes associated with hospitalizations for cardiovascular diseases and stroke in California, 1983-1998.* «Int J Biometeorol». 49, 48-58. DOI: 10.1007/s00484-004-0207-5.
- FARES, A. (2013). *Winter Cardiovascular Diseases Phenomenon.* «North Am J Med Sci». 5:4, 266-279. DOI: 10.4103/1947-2714.110430.
- FERREIRA-GONZÁLEZ, I. (2014). *Epidemiología de la enfermedad coronaria.* «Rev Esp Cardiol». 67:2, 139-144. DOI: 10.1016/j.recesp.2013.10.003.
- FONG, T.; MA, E. (2013). *Effects of meteorological parameters on hospital admission for respiratory and cardiovascular diseases.* «J Public Health». 21, 175-182. DOI: 10.1007/s10389-012-0539-2.
- GERBER, Y. et al. (2006). *Seasonality and daily weather conditions in relation to myocardial infarction and sudden cardiac death in Olmsted county, Minnesota, 1979 to 2002.* «Journal of the American College of Cardiology». 48:2, 287-292. DOI: 10.1016/j.jacc.2006.02.065.
- GÓMEZ-ACEBO, I.; LLORCA, J.; DIERSSEN, T. (2013). *Cold-related mortality due to cardiovascular diseases, respiratory diseases and cancer: A case-crossover study.* «Public Health». 127:3, 252-258. DOI: 10.1016/j.puhe.2012.12.014.
- HOPSTOCK, L. A. et al. (2012). *The effect of daily weather conditions on myocardial infarction incidence in a subarctic population: The Tromsø study 1974-2004.* «J Epidemiol Community Health». 66:9, 815-820. DOI: 10.1136/jech.2010.131458.
- KRISZBACHER, I. et al. (2010). *The effect of climate on heart attack mortality.* «Int J Cardiol». 139:1, 92-93. DOI: 10.1016/j.ijcard.2008.06.053.
- LIU, X.; BERTAZZON, S. (2017). *Exploratory Temporal and Spatial Analysis of Myocardial Infarction Hospitalizations in Calgary, Canada.* «Int J Environ Res Public Health». 14:12, 1555. DOI: 10.3390/ijerph14121555.

- MACKENZIE, M. A. (1997). *Cold exposure and winter mortality in Europe*. «The Lancet». 350:9077, 590-591. DOI: 10.1016/S0140-6736(05)63178-9.
- MARCO-GRACIA, Francisco J. (2012-2020). *Alfamen and Middle Huerva Database*. Base de datos de 15 parroquias de la provincia de Zaragoza.
- MIRON, I. J. et al. (2012). *Intense cold and mortality in Castile-La Mancha (Spain): study of mortality trigger thresholds from 1975 to 2003*. «Int J Biometeorol». 56, 145-152. DOI: 10.1007/s00484-011-0407-8.
- MOGHADAMNIA, M. T. et al. (2017). *Ambient temperature and cardiovascular mortality: a systematic review and meta-analysis*. «PeerJ». 5, e3574. DOI: 10.7717/peerj.3574.
- NOGUEIRA, P.; PAIXÃO, E. (2008). *Models for mortality associated with heatwaves: update of the Portuguese heat health warning system*. «Int J Clim». 28:4, 545-562. DOI: 10.1002/joc.1546.
- PARK, H. E. et al. (2010). *Periodic Variation and Its Effects on Management and Prognosis of Korean Patients with Acute Myocardial Infarction*. «Circ J». 74:5, 970-976. DOI: 10.1253/circj.CJ-09-0344.
- RAGETTLI M. S. et al. (2017). *Exploring the association between heat and mortality in Switzerland between 1995 and 2013*. «Environ Res». 158, 703-709. DOI: 10.1016/j.envres.2017.07.021.
- RAVLJEN, M. et al. (2014). *Influence of Daily Individual Meteorological Parameters on the Incidence of Acute Coronary Syndrome*. «Int J Environ Res Public Health». 11:11, 11616-11626. DOI: 10.3390/ijerph111111616.
- REINSTRUCT-BAUER, G. et al. (1985). *Myocardial infarction and the weather: A significant positive correlation between the onset of hearth infarct and 28 khz atmospheric — A pilot study*. «Clin Cardiol». 8, 149-151. DOI: 10.1002/clc.4960080305.
- RODRIGUES, M.; SANTANA, P.; ROCHA, A. (2019). *Bootstrap approach to validate the performance of models for predicting mortality risk temperature in Portuguese Metropolitan areas*. «Environ Health». 18, 25. DOI: 10.1186/s12940-019-0462-x.
- ROSAHN, P. D. (1937). *Incidence of coronary thrombosis in relation to climate*. «JAMA». 109:16, 1294. DOI: jama.1937.02780420054021.
- ROYÉ, D. (2017). *The effects of hot nights on mortality in Barcelona, Spain*. «Int J Biometeorol». 61, 2127-2140. DOI: 10.1007/s00484-017-1416-z.
- ROYÉ, D. et al. (2019). *Papel de la temperatura aparente y de los contaminantes atmosféricos en los ingresos por infarto agudo de miocardio en el norte de España*. «Rev Esp Cardiol». 72:8, 634-640. DOI: 10.1016/j.recesp.2018.05.032.
- SARNA, S.; ROMO, M.; SILTANEN, P. (1977). *Myocardial-infarction and weather*. «Ann Clin Res». 9, 222-232.
- THE EUROWINTER GROUP (1997). *Cold exposure and winter mortality from ischaemic hearth disease, cerebrovascular disease, respiratory disease, and all causes in warm and cold region of Europe*. «The Lancet». 349:9062, 1341-1346. DOI: 10.1016/S0140-6736(96)12338-2.
- VASCONCELOS, J. et al. (2013). *The impact of Winter cold weather on acute myocardial infarctions in Portugal*. «Environ Pollution». 183, 14-18. DOI: 10.1016/j.envpol.2013.01.037.
- VERBERKMOES, N. J. et al. (2012). *Impact of temperature and atmospheric pressure on the incidence of major acute cardiovascular events*. «Neth Heart J». 20, 193-196. DOI: 10.1007/s12471-012-0258-x.
- VICIANA FERNÁNDEZ, Francisco (2003). *Mortalidad*. In ARROYO PÉREZ, Andrés, coord. *Tendencias demográficas durante el siglo XX en España*. Madrid: Instituto Nacional de Estadística, pp. 79-118.
- WANG, X. et al. (2015). *Effects of Extreme Temperatures on Cause-Specific Cardiovascular Mortality in China*. «Int J Environ Res Public Health». 12:12, 16132-16156. DOI: 10.3390/ijerph121215042.

WICHMANN, J. *et al.* (2012). *Apparent temperature and acute myocardial infarction hospital admissions in Copenhagen, Denmark: a case-crossover study.* «*Environ Health*». 11, 19. DOI: 10.1186/1476-069X-11-19.

YE, X. *et al.* (2012). *Ambient Temperature and Morbidity: A Review of Epidemiological Evidence.* «*Environ Health Perspect*». 120:1, 19-28. DOI: 10.1289/ehp.1003198.

AS AFRO-REPARAÇÕES E O IMPACTO DA COVID-19 NA POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE NAS AMÉRICAS (EUA E BRASIL): DESIGUALDADES DE ONTEM NAS DESIGUALDADES DE HOJE

MARTA FERNANDES DA SILVA*

Resumo: Neste artigo refletimos sobre a causa basilar das exigências de afro-reparações, enfatizando aspetos do pós-abolição, moldado no ideário liberal oitocentista, que destacam a não integração da maioria dos ex-escravos nas sociedades dos EUA e do Brasil. Através de uma análise comparativa, damos visibilidade ao legado histórico coetaneamente vivenciado pelos afro-descendentes naqueles países, selecionando para o efeito indicadores de desigualdades que brotam, em grande medida, do pós-abolição. Sequentemente, intentamos compreender como a elevadíssima mortalidade da população afrodescendente por covid-19, relacionando-a com aqueles indicadores, é projeção da era pós-escravidão, tornando inocultáveis desigualdades e, assim, reforçando a necessidade do debate sobre afro-reparações.

Palavras-chave: Afro-reparações; Pós-abolição; Desigualdades socioeconómicas e raciais; Covid-19.

Abstract: In this paper we reflect on the fundamental cause for the afro-reparations demands, emphasizing some evidences during the post-abolition period, framed in the 19th century liberal ideas, highlighting the non-integration of the majority of former slaves in the United States of America and Brazil. Through a comparative analysis we intend to make more visible a historical legacy for afro-descendants in those countries, selecting indicators of inequalities that currently affect these communities and are, to a large extent, connected with the post-abolition. Subsequently, we tried to understand how the very high mortality of that population by Covid-19, relating it to those indicators, is a projection of the post-slavery era, making those inequalities prominently visible and, thus, reinforcing the need for the debate of afro-reparations.

Keywords: Afro-reparations; Post-abolition; Socioeconomic and racial inequalities; Covid-19.

INTRODUÇÃO

A chave para compreender as desigualdades socioeconómicas e raciais enfrentadas por comunidades afrodescendentes na atualidade reside no período do pós-abolição da escravatura. Através de uma metodologia histórico-sociológica de base compreensiva, analisamos comparativamente alguns aspetos dos pós-abolição nos EUA e Brasil, na tentativa de melhor entender o persistente legado de desigualdades sobre milhões de pessoas daquelas comunidades, iniquidades sublinhadas drasticamente pela pandemia da covid-19. Se não tivesse existido tráfico e escravidão massiva de africanos no Atlântico, jamais se colocariam as

* CITCEM. Email: martitazita@gmail.com.

exigências de afro-reparações¹. Porém, o tráfico de escravos africanos e a escravidão são causas mediatas para aquelas reparações. A causa imediata das afro-reparações está no momento posterior à libertação dos ex-escravos². Estes não foram integrados nas sociedades onde se encontravam. O facto de a liberdade ser legalmente consagrada nas legislações abolicionistas finalizou o processo e não iniciou outro, indispensável para os ex-escravos: o da sua inserção social, que ao não ser promovida gerou desigualdades para comunidades afrodescendentes até aos dias de hoje. Desigualdade, em sentido lato, é

uma «circunstância» associada a uma forma de tratamento [pelo] que o que obriga a falar em circunstâncias para as questões relacionadas à desigualdade é o fato de que qualquer desigualdade que esteja sendo imposta a um grupo ou a um indivíduo está sujeita ela mesma à circunstancialidade histórica, sendo em última instância reversível³.

À desigualdade racial⁴ importa a noção de racismo como comportamento exteriorizado, não bastando preconceito quanto à ascendência étnica, sendo essencial prática discriminatória visando subordinar grupos racializados⁵. Simplificadamente, a discriminação racial corresponde «a qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência dirigida à negação de direitos iguais e à sua proteção, é a negação do princípio da igualdade»⁶. Para que a ação seja discriminatória terá de ser «baseada em categorizações», designadamente, em função «da etnia, cor, ascendência», e com o fim ou tendo por resultado «impedir as vítimas de exercerem e/ou gozarem plenamente os seus direitos humanos e liberdades fundamentais»⁷. As vulnerabilidades advindas das desigualdades vividas pelos afrodescendentes nos EUA e Brasil que aqui realçaremos estão umbilicalmente ligadas ao passado de não integração social dos ex-escravos, projetando continuidade do preconceito racial, fatores que colaboram na compreensão de serem os afrodescendentes um dos segmentos populacionais com mais óbitos por covid-19⁸.

1 A terminologia «afro-reparações», conforme a encontramos originariamente, exprime processo político de auto-determinação de afrodescendentes americanos e latinos, com implicações na redistribuição do poder e riqueza, simultaneamente afirmando os seus valores culturais, em resultado da consciencialização de danos que perduram na atualidade, como as desigualdades sociais e étnicas sobre essas comunidades desencadeadas pela escravidão da era moderna (ROSETO-LABBÉ, BARCELOS, *ed.*, 2007).

2 SILVA, 2019.

3 BARROS, 2005: 345, 347, 348.

4 Raça sendo mera construção social, não existindo cientificamente, é expressão profundamente enraizada no discurso falado e escrito.

5 BETHENCOURT, 2015.

6 MOREIRA, GOMES, *coord.*, 2013: 140.

7 MOREIRA, GOMES, *coord.*, 2013: 141.

8 Do ponto de vista demográfico, nos EUA a população negra é minoria étnica e no Brasil a população afrodescendente representa a maioria populacional. Usamos para o Brasil o critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que agrega estatisticamente pardos e pretos num único grupo, o de negros (afrodescendentes). Quer pardos quer pretos têm semelhanças socioeconómicas e são alvo de discriminação no seu quotidiano, aspetos que justificam a sua inserção numa única categoria (OSÓRIO, 2003).

Esta doença, disseminando-se em meios onde as desigualdades prevalecem, faz dos «historically excluded and marginalized groups, such as the Afro-descendant population, even more vulnerable»⁹.

1. AFRO-REPARAÇÕES: ALGUNS APONTAMENTOS

A sistematização do conceito de afro-reparações dinamizou-se nos séculos XX e XXI nos EUA, Brasil, em alguns países africanos e caribenhos, associando-se retoricamente às ideias de diáspora africana (África Global) e pan-africanismo(s). No debate teórico a respeito abundam a polissemia e multidisciplinaridade, a escassez de análises exclusivamente históricas, prevalecendo análises jurídicas, sociológicas, no âmbito da ciência política, filosofia e ética, sendo transversal à maioria dos autores que as reparações são resposta a injustiças/erros históricos, *in casu*, a escravidão de africanos e tráfico negreiro Atlântico¹⁰. A terminologia foca-se no modo de materializar as afro-reparações, indiciando a sua causação, mormente *apology*/desculpa; arrependimento; reconciliação; justiça distributiva, justiça intergeracional; reconhecimento de atraso no desenvolvimento de comunidades afrodescendentes na atualidade (danos duradouros em resultado do tráfico negreiro e escravidão atlântica, trabalhos forçados, colonialismo); crime contra a humanidade e o preconceito racial como legado do tráfico negreiro atlântico e escravidão¹¹. Genericamente, na literatura científica, uns sobressaem perspectiva eminentemente ligada ao passado, no sentido do ressarcimento das atrocidades pretéritas, como a dor dos antepassados escravizados, numa leitura *backward looking*; outros acentuam perspectiva conexas com factos passados que se repercutem danosamente no presente e futuro de comunidades afrodescendentes, numa visão *forward looking*¹². No entendimento que preconizamos, afro-reparações deverão ser programas focalizados na reparação de danos verificáveis no presente, direta ou indiretamente, originados por factos passados concretos, evitando a armadilha da abstração, neutralizando argumento de que a aceitação deste tipo de reparações abrirá portas a intermináveis pedidos análogos por injustiças históricas.

⁹ UNFPA, 2020.

¹⁰ SILVA, 2019.

¹¹ SILVA, 2019.

¹² BROPHY, 2006, 2008. Para conhecer da transversalidade concetual e, mais detalhadamente, os termos do debate teórico sobre afro-reparações ver, nomeadamente: MAZRUI, 1994; ROBINSON, 2001; BROOKS, 2004; AJAYI, 2004; BROPHY, 2006; 2008; ROSERO-LABBÉ, BARCELOS, *ed.*, 2007; HOWARD-HASSMANN, 2007; HOWARD-HASSMANN, LOMBARDO, 2008; BECKLES, 2013; OBUAH, 2016; OYEKAN, 2016; ARAUJO, 2017; THOMPSON, 2018; DOMINGUES, 2018; SILVA, 2019.

2. O PÓS-ABOLIÇÃO NO ÂMAGO DAS AFRO-REPARAÇÕES NOS EUA E BRASIL

Deve-se à ideologia do liberalismo europeu oitocentista, pela sua exaltação legislativa, o facto de a legislação abolicionista ter sido considerada medida suficiente para os ex-escravos uma vez que, nesse plano legal/formal, restituiu a liberdade *de jure* (embora não a *de facto*) a quem antes tinha sido destituído da mesma. Reacendeu-se conflito entre direitos naturais dos seres humanos como a liberdade (repudiando-se a escravidão sobre qualquer ser humano) e o direito de propriedade dos detentores dos escravos (direito que se consubstanciava não só no escravo ser força de trabalho gratuito como no seu valor venal), sendo a propriedade percebida como extensão do direito de liberdade quando não o suplantava¹³. A preceituação legal da liberdade para os ex-escravos não se materializou em integração social e igualdade de tratamento para aqueles e seus descendentes face à população branca. Pelo contrário, e reportando-nos aos casos dos EUA e Brasil, encontramos denominador comum nas desigualdades socioeconómicas coetâneas, reflexo do insucesso resultante dos processos de abolição para a maioria dos ex-escravos.

Nos EUA, a abolição da escravidão ocorreu em 1865, libertando cerca de 4 milhões de escravos. O período que se seguiu à libertação destacou obstáculos impostos aos negros que condicionaram, quando não impediram, a sua inclusão na sociedade. Nomeadamente, de 1865 a 1866, a implementação de legislação restritiva, como os *Black Codes*, nos estados do Sul (onde o escravismo regional tinha imperado) obstou à mobilidade dos ex-escravos, retendo mão de obra gratuita. Os ex-escravos sem-abrigo eram presos e obrigados a trabalhar gratuitamente nas plantações e fábricas. Algo que ficou evidente neste período foi a ausência duma efetiva planificação federal e/ou estadual para, após extinção legal da escravidão, integrar os ex-escravos, garantindo a segurança mínima para a sua sobrevivência¹⁴. A agência federal Freedman's Bureau (1865-1872) em alguns dos seus relatórios descreve o clima de temor pelas próprias vidas que envolvia o quotidiano dos afrodescendentes: escolas e igrejas para negros incendiadas; a frequente recusa de habitantes brancos em alojar professores brancos que lecionassem em escolas para negros, inclusive exercendo sobre aqueles ações de violência física e coação moral para que desistissem; ex-escravos obrigados a trabalhar para os antigos proprietários por não encontrarem alternativa; perseguição e linchamentos dos ex-escravos e seus descendentes por grupos organizados para o efeito como o Ku Klux Klan¹⁵. A sustentação jurídica da segregação legal racial

¹³ SILVA, 2012.

¹⁴ ARAUJO, 2017.

¹⁵ SILVA, 2019.

dos afrodescendentes que durou cerca de 90 anos, e que na prática já vinha existindo desde a emancipação, teve guarida no Supremo Tribunal pelo Acórdão *Plessy vs Fergusson* de 1896 sustentando a legalidade do *separate but equal*¹⁶.

Um dos exemplos mais reveladores da deliberada não inclusão dos ex-escravos foi a promessa (incumprida) de distribuição gratuita de terras, conhecida como *40 acres and a mule*. 40 mil ex-escravos a quem tinham sido distribuídas terras no Sul, quando já as cultivavam, foram desapossados e expulsos por ordem do presidente Andrew Johnson que sucedeu a Abraham Lincoln¹⁷. Em 1866, o normativo legal do *Southern Homestead Act* tinha disponibilizado para venda (e não mais doação) cerca de 47 milhões de acres nos estados do Sul, em terrenos menos férteis, ainda que a maioria dos ex-escravos não tivesse capacidade económica para os adquirir¹⁸. Sequentemente, os poucos que tinham conseguido comprar lotes foram discriminados já que em «1869, only 4,000 families attempted to secure land, especially in Florida. Despite some exceptions, most land went to whites, and in subsequent years many freedmen and freedwomen lost the lands they originally succeeded in purchasing»¹⁹.

No século XX, as restrições para os negros no acesso à propriedade imobiliária e à habitação continuaram. Em 1936, a agência Federal Housing Administration (FHA) criou vários fatores de determinação do valor patrimonial do imóvel e risco de incumprimento do crédito hipotecário. Entre os fatores que depreciavam aquele valor incluíam-se o fumo, nevoeiro e a presença de «inharmonious racial groups»²⁰. Ora, um dos critérios legais para apurar o valor das propriedades baseava-se na *raça* do proprietário, contribuindo para taxas de juro muito mais altas para os negros, gerando diretamente maior incumprimento e mais execuções hipotecárias, institucionalizando a desigualdade no acesso à habitação e segregação espacial dos negros relativamente aos brancos²¹. Outra prática segregacionista viria a ser introduzida com os «racially restrictive covenants», ainda que em 1968 a legislação do *Fair Housing Act* tenha considerado ilegais tais cláusulas discriminatórias, a lei foi desrespeitada na prática pelo recurso a esquemas de «racial steering» (direcionamento racial)²².

16 ARAUJO, 2017.

17 SILVA, 2019.

18 ARAUJO, 2017.

19 ARAUJO, 2017: 93.

20 HAMMOND, MASSEY, GARZA, 2019: 9.

21 HAMMOND, MASSEY, GARZA, 2019: 9.

22 Os «racially restrictive covenants» visavam excluir negros das comunidades suburbanas pela introdução de cláusulas contratuais proibindo o arrendamento ou venda das propriedades a afrodescendentes. Após a legislação tornar inadmissíveis tais cláusulas, a prática encontrada para contornar a proibição foi o «racial steering», ou seja, agentes imobiliários direcionavam intencionalmente os potenciais compradores para bairros baseando-se na «raça» daqueles. Acreditava-se que o facto de na vizinhança residirem negros reduzia o valor das propriedades (HAMMOND, MASSEY, GARZA, 2019: 8).

No Brasil, a abolição da escravidão ocorreu em 1888, pela publicação da Lei Áurea, tendo sido libertados 1,5 milhões de escravos. Não foi previsto na legislação um regime de segregação racial (como ocorreu nos EUA), mas após a abolição os ex-escravos foram, de uma forma geral, marginalizados no sistema económico e social vigente. Já desde a segunda metade do século XIX as autoridades governamentais brasileiras tinham iniciado projeto de «branqueamento» da população no Brasil através do incentivo à imigração de europeus, incremento à ideologia da *democracia racial* (convém não esquecer que a República instaurada em 1889, 1 ano após a extinção da escravidão, foi ideada por militares e plantadores, ou seja, pelas oligarquias dos interesses escravistas). Não existiu iniciativa governamental de redistribuição de lotes de terra para ex-escravos. Apenas no final do século XX, a Constituição de 1988, após fim do regime autoritário em 1986 (que durava desde 1964) criminalizou o racismo. As disposições transitórias da nova Constituição e o artigo 68.º puseram na letra da lei o direito à titularidade da propriedade de terras ocupadas pelas comunidades dos quilombos²³. Todavia, entre o que a lei prevê e o modo como tais direitos e sua titularidade são efetivamente salvaguardados na prática, no caso dos quilombolas, vai uma imensa diferença. Assim como a proliferação na sociedade brasileira do racismo, apesar de ser crime.

Na vida dos ex-escravos também muito impactaria a ausência de educação/instrução para o exercício da efetiva cidadania, antes mesmo da Lei Áurea. Em 1882, a proibição do voto dos analfabetos (abrangendo homens negros alforriados) promoveu «estatuto de infracidadania [...] exclusão política foi mais impactante na população negra onde o analfabetismo registrava e continua registrando, taxas proporcionalmente bem mais altas do que entre os brancos»²⁴. O mito da *democracia racial*, da convivência harmoniosa e homogênea entre *raças*, viabilizou a ocultação da exclusão social dos afro-brasileiros.

3. DESIGUALDADES SOCIOECONÓMICAS E RACIAIS (ALGUNS INDICADORES DOS EUA E BRASIL)

Demograficamente, os afrodescendentes nos EUA são minoria étnica, correspondendo a 13,4% dos mais de 328 milhões da população total, vivendo a sua maioria (em 2017 correspondendo a 58%) nos estados do Sul²⁵. No Brasil, com uma população total de mais de 212 milhões de habitantes, os afro-brasileiros, constituídos por pardos e pretos, são a maioria da população brasileira, representando 55,8% da população (classificados 46,5% como pardos e 9,3% como pretos)²⁶.

²³ ARAUJO, 2017.

²⁴ ALENCASTRO, 2010: 8.

²⁵ Dados observados em <<https://www.census.gov/quickfacts/fact/table/US/PST045219>>.

²⁶ Dados observados em <<https://www.ibge.gov.br/>>.

Seguidamente aludimos a três expressivos indicadores de desigualdade contemporaneamente vivenciados pela população afrodescendente daqueles dois países e que grandemente se vinculam no legado histórico das abolições socialmente não inclusivas para os ex-escravos.

3.1. PROSPERIDADE ECONÓMICA E BEM-ESTAR

Nos EUA prevalece fosso de riqueza²⁷ entre a população afro-americana e a população branca que reflete os «effects of accumulated inequality and discrimination, as well as differences in power and opportunity that can be traced back to [the] nation's inception»²⁸. No país não é promovida a igualdade de oportunidades «in part because its legacy is passed down generation-to-generation through unequal monetary inheritances which make up a great deal of current wealth»²⁹. Em 2016, as famílias americanas brancas de classe média possuíam 10 vezes mais riqueza do que as famílias afrodescendentes de classe média³⁰. Em 2018 o rendimento médio de um agregado familiar afrodescendente foi de 41 361 dólares, ao passo que num agregado familiar branco o rendimento médio foi de 70 642 dólares. No mesmo ano, a taxa de pobreza entre afro-americanos era de 20,8%, a mais alta entre todos os grupos étnicos existentes nos EUA, mais do dobro da taxa de pobreza dos americanos brancos³¹. Sublinhe-se que, embora 2019 tenha revelado período de crescimento dos rendimentos médios dos agregados familiares americanos, num agregado familiar afro-americano esse incremento foi de «61 cents for every dollar of income the median white household earned»³². E se naquele ano a pobreza registou uma diminuição para todos os grupos étnicos, manteve-se, porém, mais elevada para os afro-americanos (18,7%), seguidos pelos hispânicos (15,7%), asiáticos (7,3%) e brancos (7,3%)³³. As crianças afro-americanas apresentam a mais alta taxa de pobreza, e, em 2019, 25,6% de afro-americanos na faixa etária até aos 18 anos viviam abaixo do nível de pobreza. As crianças e jovens afrodescendentes têm uma probabilidade três vezes maior de viverem na pobreza do que as crianças brancas³⁴. Embora sejam uma minoria étnica, os afro-

27 Riqueza como soma dos recursos disponíveis de um agregado familiar em determinado momento (MCINTOSH *et al.*, 2020). A estabilidade da riqueza familiar alcança-se pela acumulação de capital líquido, poupança líquida e acesso a ativos de investimento. Verifica-se que as famílias afrodescendentes «have uneven access to each of these components, which constrains their ability to develop material and diversified asset portfolios» (NOEL *et al.*, 2019: 11).

28 MCINTOSH *et al.*, 2020: 1.

29 MCINTOSH *et al.*, 2020: 2.

30 MCINTOSH *et al.*, 2020: 1.

31 TAYLOR, 2019: 7.

32 WILSON, 2020: 1.

33 WILSON, 2020: 1.

34 WILSON, 2020: 2.

-americanos compõem «40 percent of the homeless population, and are an over-represented part of this group in every state»³⁵. Acresce dificuldade de acesso dos afro-americanos ao crédito bancário que influi no facto de apenas 40% das famílias afrodescendentes serem proprietárias da casa onde residem, percentagem significativamente mais elevada para as famílias brancas, com 73% a deterem habitação própria³⁶. Este quadro desvantajoso para os afrodescendentes agrava-se pelo sucessivo desinvestimento público em habitações sociais, acarretando que bairros de habitantes maioritariamente negros careçam de serviços públicos essenciais como hospitais, escolas, bibliotecas, potenciando a violência e o abuso de poder não raras vezes encetado por forças policiais³⁷. No geral, uma família afrodescendente pobre tem maior probabilidade do que uma família branca pobre de viver num bairro onde a maioria das famílias que aí residem também é pobre, gerando o que os sociólogos designam de *double burden* da pobreza: «[i]t extends out the door of a family's home and occupies the entire neighborhood around it, touching streets, the schools, the grocery stores»³⁸. Muitos dos afro-americanos inserem-se em comunidades onde a violência de bairro é constante, estando simultaneamente expostos a fatores ambientais nocivos como poluição, falta de água potável, exposição a materiais como chumbo e amianto³⁹.

Relativamente ao Brasil, em 2018, o rendimento médio da população branca foi de 17 reais por hora, e dos afrodescendentes foi de 10,1 reais por hora. Apesar de a população negra ser maioritária (55,8%), este segmento populacional representou somente 27,7% das pessoas ao ter-se por referência os 10% com os rendimentos mais elevados⁴⁰. Nesse ano, os afro-brasileiros auferiram apenas 57,5% dos rendimentos das pessoas brancas. Esta diferença fundamenta-se em vários «fatores como segregação ocupacional, menores oportunidades educacionais e recebimentos inferiores em ocupações semelhantes». O «rendimento médio domiciliar per capita [...] apresentou diferenças entre os dois grupos de cor ou raça»⁴¹. Naquele ano, aquele rendimento na população branca superou quase duas vezes o da população afrodescendente, ou seja, 1846 reais contra 934 reais⁴².

Quanto ao acesso à propriedade imobiliária, identificam-se precárias condições de habitação, particularmente, escassa rede de saneamento básico que «também apontam uma significativa desigualdade, segundo cor ou raça»⁴³. Em 2018, 12,5%

35 TAYLOR, 2019: 9.

36 NOEL *et al.*, 2019: 11-12.

37 TAYLOR, 24 jan. 2019.

38 BADGER, 2015.

39 TAYLOR, 2019: 9.

40 IBGE, 2019: 4.

41 IBGE, 2019: 4.

42 IBGE, 2019: 4.

43 IBGE, 2019: 5.

da população afrodescendente residia em domicílios sem recolha de lixo, enquanto na população branca 6% estavam nessas condições. Relativamente a habitações sem abastecimento de água pela rede pública, a percentagem de afrodescendentes a residirem nessas habitações era de 17,9% e entre a população branca de 11,5%. Apenas estes indicadores revelam já uma «condição de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças. Condições inadequadas de saneamento básico estão entre as causas subjacentes e evitáveis de mortalidade infantil»⁴⁴.

Num quadro de péssimas condições de habitabilidade dos mais pobres, como são a maioria dos afro-brasileiros, verifica-se «o adensamento domiciliar excessivo — situação em que há mais de três moradores por cômodo [divisão da habitação] utilizado como dormitório no domicílio — ocorreu entre as pessoas pretas ou pardas com uma frequência (7,0%) quase duas vezes maior do que a verificada entre as brancas (3,6%)»⁴⁵.

3.2. MERCADO DE TRABALHO

Nos EUA, os trabalhadores negros representam 13% do total da força de trabalho do país «but racial discrimination against this group accounts for 26% of all claims filed with Equal Employment Opportunity Commission and its partner agencies»⁴⁶. Em 2019, os afro-americanos tinham duas vezes maior probabilidade de ficarem desempregados e terem um salário aproximadamente 25% mais baixo do que um trabalhador branco na mesma ocupação⁴⁷, situação agudizada pelo facto de os trabalhadores afrodescendentes «also experience lower rates of professional advancement»⁴⁸. Como forma de escapar à discriminação com que habitualmente são confrontados no local de trabalho, os afro-americanos, especialmente homens, buscaram alternativas fora do mercado laboral tradicional, propiciando o aumento da informalidade laboral. Por conseguinte, «[t]his informal — and growing — economy [...] is a vast array of activity that simply isn't governed by traditional labor laws»⁴⁹. Os trabalhadores afrodescendentes «are more likely to work in low-paying jobs that lack important benefits, including health insurance and paid leave»⁵⁰.

No Brasil, em 2018, os afrodescendentes constituíam o maior número de população ativa no país, mas eram também os mais afetados pelo desemprego

44 IBGE, 2019: 5.

45 IBGE, 2019: 6.

46 NOEL *et al.*, 2019: 13.

47 HAMMOND, MASSEY, GARZA, 2019.

48 NOEL *et al.*, 2019: 13.

49 GLINTON, 2017.

50 TAYLOR, 2019: 7.

«apesar de serem [...] mais de metade da força de trabalho (54,9%) [...] formavam cerca de 2/3 dos desocupados (64,1%)»⁵¹. Também naquele ano, «enquanto 34,6% das pessoas ocupadas de cor ou raça branca estavam em ocupações informais, entre as de cor ou raça preta ou parda esse percentual atingiu 47,3%»⁵². O trabalho informal tem no Brasil lugar de destaque, fragilizando a situação das pessoas que o exercem, devido à precariedade que o caracteriza, como a ausência de «acesso a algum tipo de proteção social, que limita o acesso a direitos básicos, como a remuneração pelo salário mínimo e a aposentadoria»⁵³. É de frisar que, de acordo com o tipo de ocupação, «tanto na ocupação formal, como na informal, as pessoas pretas ou pardas receberam menos do que as de cor ou raça branca»⁵⁴.

3.3. SUJEIÇÃO A VIOLÊNCIA

Nos EUA, uma das principais causas de morte dos afro-americanos é o homicídio. As crianças afrodescendentes «are ten times more likely to die by gun violence than the white children»⁵⁵. Já na idade adulta, os afro-americanos do sexo masculino «were more frequently stopped, searched, arrested, and convicted — including in cases which they were innocent. This practice was often referred to as *racial profiling*»⁵⁶. Ao longo de décadas têm sido recorrentes ações de brutalidade e excesso do uso da força sobre negros por agentes de autoridade, muitas delas com resultado letal, pelo que os sucessivos homicídios de negros nessas circunstâncias fizeram nascer, em 2013, o movimento anti-racista *Black Lives Matter* que vem denunciando casos de brutalidade nas práticas de agentes policiais sobre afrodescendentes e o racismo institucionalizado na sociedade. Relatório de 2019 revelou quão crítica é a situação da violência policial sobre negros aquando da prática de algum tipo de delito, já que no encontro do suspeito afrodescendente com agentes policiais a taxa de probabilidade de vir a ser morto por aqueles era 3,5 vezes maior do que a de um suspeito branco quando a polícia ordena a sua paragem pelo mesmo tipo de delito⁵⁷.

No Brasil, dados de 2017 indicavam que «a taxa de homicídio foi 16,0 entre as pessoas brancas e 43,4 entre as pretas e pardas. Ou seja, uma pessoa preta ou parda tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio intencional do que

51 IBGE, 2019: 2.

52 IBGE, 2019: 2.

53 IBGE, 2019: 2.

54 IBGE, 2019: 3.

55 TAYLOR, 2019: 5.

56 TAYLOR, 2019: 11.

57 TAYLOR, 2019: 12.

uma pessoa branca»⁵⁸. São constantes as ações de violência extrema praticadas por agentes da polícia brasileira sobre negros. Segundo informação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, «quase 8 em cada 10 vítimas fatais da polícia brasileira são afrodescendentes. A população afrodescendente embora represente mais de 55% da população brasileira, os negros são 75,4% dos mortos pela polícia»⁵⁹. A Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH) afeta à Organização dos Estados Americanos (OEA) veio condenar em agosto de 2020 a violência policial com «recordes históricos registrad[o]s durante o primeiro semestre deste ano nos estados do Brasil e o seu perfil de discriminação racial, [ações policiais violentas] agravadas pelo contexto da pandemia». Em 2018, representantes da CIDH deslocaram-se ao país e «[identificaram] que, em contexto de discriminação estrutural, as forças policiais também realizam operações focadas em comunidades em situação de pobreza e com alta concentração de pessoas afrodescendentes sem a observância das normas internacionais e inter-americanas de direitos humanos e sem a existência de mandados judiciais»⁶⁰. Sucede que «a gravidade do aumento das ações policiais violentas nas favelas do Rio de Janeiro, territórios com predominância social de populações pobres e afrodescendentes, levou o Supremo Tribunal Federal a [...] [proibir] operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro enquanto perdurar a pandemia de COVID-19»⁶¹.

4. IMPACTO DA COVID-19 NAS COMUNIDADES AFRODESCENDENTES NOS EUA E BRASIL

Os afrodescendentes nos EUA apresentam, desde o início dos registos da pandemia, taxas de mortalidade por covid-19 das mais elevadas entre a população. No total nacional, registado até 8 de dezembro de 2020, dos mais de 286 mil mortos pela doença, os afro-americanos representavam cerca de 50 mil óbitos (ou seja, 18,5% dos mortos por covid-19 quando populacionalmente representam 13,4% na população dos EUA)⁶². Por conseguinte, 1 em cada 800 afro-americanos morreram vitimados pela doença, o que significa 123,7 mortes por 100 mil habitantes. Comparativamente com a população branca, 1 em cada 1325 brancos morreram por covid-19, ou seja, 75,7 mortes por 100 mil habitantes⁶³. Os afrodescendentes apresentam taxas de mortalidade por covid-19 das mais elevadas no total da popu-

58 IBGE, 2019: 9.

59 OEA. CIDH, 2020.

60 OEA. CIDH, 2020.

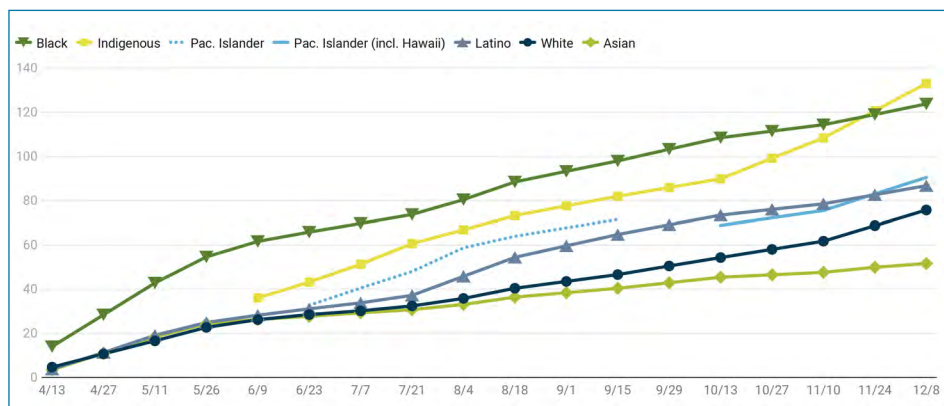
61 OEA. CIDH, 2020.

62 APM RESEARCH LAB, 2020.

63 APM RESEARCH LAB, 2020.

lação dos EUA apenas ligeiramente superados, no mês de dezembro, pela população indígena⁶⁴. O gráfico seguinte reforça o que previamente se descreveu:

Gráfico 1. Taxas de mortalidade por covid-19 por 100 000 habitantes, entre 13-4 e 8-12 de 2020, segundo «raça» e etnia



Fonte: Gráfico reproduzido de APM RESEARCH LAB, 2020

Quanto ao Brasil, em maio de 2020 era já claro que a «progressão dos casos confirmados da COVID-19 [...] tem sido influenciada também pelos fatores socioeconômicos, além da dinâmica de contágio própria de uma epidemia»⁶⁵. Considerando nota técnica de maio de 2020, numa amostra de 29 933 casos, tendo por referência todos os 5565 municípios constantes no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 54,78% dos pardos e pretos (negros/afrodescendentes brasileiros) tinham morrido, enquanto na população branca verificaram-se 37,93% de mortes⁶⁶. A tendência de elevadíssima mortalidade dos afro-brasileiros foi sendo confirmada sucessivamente pelos dados publicados pelo Ministério de Saúde Brasileiro. Para o efeito, considere-se a Tabela 1, ainda que estejamos perante dados brutos, não padronizados, destaca-se lugar cimeiro das mortes por covid-19 entre afro-brasileiros:

⁶⁴ APM RESEARCH LAB, 2020.

⁶⁵ BATISTA *et al.*, 2020: 1.

⁶⁶ BATISTA *et al.*, 2020: 2, 4.

Tabela 1. Óbitos por Síndrome Respiratória Grave (SRAG), segundo classificação final e raça, 2020 até SE 49

Raça	Síndrome Respiratória Grave (SRAG)						
	Covid-19	Influenza	Outros vírus respiratórios	Outros agentes etiológicos	Não especificado	Em investigação	Total
Branca	60 779	143	104	243	26 812	743	88 824
Preta	9578	14	14	36	3875	122	13 639
Amarela	1944	5	2	9	782	24	2766
Parda	63 755	136	77	237	24 140	776	89 121
Indígena	652	1	2	1	132	3	791
Ignorado	25 154	44	51	45	9582	408	35 284
Sem informação	11 326	20	31	21	4362	120	15 880
Total	173 188	363	281	592	69 685	2196	246 305

Nota: Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe. Dados atualizados em 7 de dezembro de 2020 às 12 horas, sujeitos a revisões.

Fonte: Tabela reproduzida de BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, 2020

Analisando o item «raça» e mortes por covid-19 até ao início de dezembro de 2020, à semelhança do previamente verificado em anteriores boletins oficiais (pesem as lacunas nos dados governamentais), os afro-brasileiros, compostos por pardos e pretos, apresentam, no somatório desses dois grupos, o maior número de mortos, com mais de 73 mil óbitos⁶⁷.

Pela conjugação destes dados com os fatores de desigualdade que aludimos no ponto 3, podemos melhor compreender as razões para a intensa propagação do vírus e mortalidade por covid-19 nas comunidades afrodescendentes dos EUA e Brasil, fatores que, aliados ao legado histórico do pós-abolição que realçamos, poderão trazer argumentos mais sólidos para sustentar o debate sobre afro-reparações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo apresentamos um entendimento de afro-reparações que busca a sua fundamentação basilar no pós-abolição que não promoveu a integração dos ex-escravos, conforme resultou da comparação que estabelecemos entre EUA e Brasil, países tão diversos, mas nos quais se acentuam idênticas desigualdades económico-sociais e raciais que tiveram a sua matriz naquele momento. No liberalismo oitocentista imperou o primado da lei e tendo sido os escravos, através da lei, contemplados com a liberdade que lhes era legalmente recusada, foram

⁶⁷ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, 2020: 35.

automaticamente ressarcidos. Para compreensão da abolição, sobretudo do seu impacto nos ex-escravos, não se deverá separar analiticamente a abolição do pós-abolição. A liberdade que foi concedida aos ex-escravos gizou-se mais no sentido de ilegalizar formalmente a escravidão do que propriamente idealizada para assegurar a integração dos libertados nas respetivas sociedades. Para aferir do legado histórico advento do pós-abolição, selecionamos expressivos indicadores de desigualdades nos EUA e Brasil, que ressaltam na atualidade a disparidade entre população afrodescendente e branca. Dessa comparação foi possível traçar paralelismos que transcendem as diferenças entre ambos os países, destacando a realidade apreensível nos indicadores de desigualdades coevos que selecionamos por serem reverberações da não integração dos ex-escravos nos pós-abolição e, conjunta e sequentemente, contribuir para a elevada incidência da doença covid-19 sobre afrodescendentes. O impacto desta doença tem sido agudamente sentido por aqueles, um dos segmentos populacionais mais fustigados desde o início da pandemia, com elevadíssimo número de óbitos nos EUA e Brasil. A maior incidência daquela doença e mortalidade sobre este segmento populacional naqueles países deve ser apreciada pela concatenação dos indicadores de desigualdades atuais com o respaldo histórico que, em grande medida, os explica. A pandemia descobriu e sublinhou dramaticamente (aparentes) invisibilidades sociais naquelas sociedades assentes em desigualdades que só poderão ser erradicadas ou pelo menos atenuadas através de políticas públicas direcionadas para as populações racializadas e estigmatizadas. Para tal será necessário conhecer e concretizar cabalmente o momento desencadeador do processo de acumulação de iniquidades sociais ao longo de séculos sobre comunidades afrodescendentes, para que tais políticas possam trazer resposta eficaz. Após o controlo da pandemia, que na data em que escrevemos permanece incerto, consideramos que a questão das afro-reparações poderá ganhar novo ensejo, afinal, é matéria adstrita à promoção de transformação social capaz de atenuar desigualdades impostas a afrodescendentes, desde que o debate de um tema de *per se* delicado, também por confrontar memórias coletivas discordantes, se faça com seriedade e razoabilidade. Desta forma, talvez as melhores homenagens para os afrodescendentes que feneceram vítimas da doença covid-19 não sejam, primacialmente, cerimónias e construção de memoriais, antes o compromisso daquelas sociedades (e de outras) no obstinado combate das desigualdades que em vida envolveram os que partiram, para que aquelas iniquidades possam vir a ser fardo menor para os seus descendentes.

BIBLIOGRAFIA

- AJAYI, J. F. Ade (2004). *La politique de Réparation dans le contexte de la mondialisation*. «Cahiers d'Études africaines». 1-2:173-174, 41-63. DOI: 10.4000/etudesafriaines.4524.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (2010). *O Pecado Original da Sociedade e da Ordem Jurídica Brasileira*. «Novos estudos CEBRAP». 87, 5-11.
- APM RESEARCH LAB (Dec. 10, 2020). *The Color of Coronavirus: COVID-19 Deaths by Race and Ethnicity in the U.S.* [Consult. 15 dez. 2020]. Disponível em <<https://www.apmresearchlab.org/covid/deaths-by-race-december2020>>.
- ARAÚJO, Ana Lucia (2017). *Reparations for Slavery and the Slave Trade: a Transnational and Comparative History*. London: Bloomsbury Academic.
- BADGER, Emily (2015). *Black Poverty differs from white poverty*. «The Washington Post». (12 ago. 2015). [Consult. 4 set. 2020]. Disponível em <<https://www.washingtonpost.com/news/wonk/wp/2015/08/12/black-poverty-differs-from-white-poverty/>>.
- BARROS, José d'Assunção (2005). *Igualdade, desigualdade e diferença: em torno de três noções. Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. 40.
- BATISTA, Amanda et al. (2020) *Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil. Nota Técnica 11 — 27/05/2020*. [Consult. 12 out. 2020]. pp. 1-12. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/1tSU7mV4OPnLRFMMY47JIXZgzkkvkydO/view>>.
- BECKLES, Hilary McD. (2013). *Britain's Black Debt: Reparations for Caribbean Slavery and Native Genocide*. Kingston: University Press of the West Indies.
- BETHENCOURT, Francisco (2015). *Racismos. Das Cruzadas ao Século XX*. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde (2020). *Boletim Epidemiológico Especial. Semana Epidemiológica (SE) 49 de 2020*. [Consult. 15 dez. 2020] Disponível em <https://www.gov.br/saude/ptbr/media/pdf/2020/dezembro/11/boletim_epidemiologico_covid_40-1.pdf>.
- BROOKS, Roy L. (2004). *Atonement and Forgiveness. A New Model for Black Reparations*. Berkeley: University of California Press.
- BROPHY, Alfred L. (2006). *Reconsidering Reparations*. «Indiana Law Journal». 81:3, 811-849. [Consult. 22 set. 2020]. Disponível em <<http://www.repository.law.indiana.edu/ilj/vol81/iss3/1>>.
- BROPHY, Alfred L. (2008). *Reparations: Pro and Con*. Oxford: Oxford University Press.
- DOMINGUES, Petrônio (2018). *Agenciar raça, reinventar a nação: o Movimento Pelas Reparações no Brasil*. «Análise Social». 53:227, 332-361.
- GLINTON, Sonari (2017). *Some Black Americans Turn To Informal Economy In The Face Of Discrimination*. «KRWG Public Media, NM State». (27 out. 2017). [Consult. 30 out. 2020]. Disponível em <<https://www.krwg.org/post/some-black-americans-turn-informal-economy-face-discrimination>>.
- HAMMOND, Janice H.; MASSEY, A. Kamau; GARZA, Mayra A. (2019). *African American Inequality in the United States*. «Harvard Business School Background Note». N9-620-046. [Consult. 30 out. 2020]. Disponível em <<https://www.utsouthwestern.edu/about-us/assets/harvard-business-school-study-on-african-americans.pdf>>.
- HERINGER, Rosana (2002). *Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas*. «Cadernos de Saúde Pública». 18 (suplemento), 57-65.
- HOWARD-HASSMANN, Rhoda E. (2007). *Reparations for the Slave Trade: Rhetoric, Law, History and Political Realities*. «Canadian Journal of African Studies». 41:3, 427-454.

- HOWARD-HASSMANN, Rhoda E.; LOMBARDO, Anthony P. (2008). *Reparations to Africa, Pennsylvania Studies in Human Rights*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. «Estudo e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica». 41, 1-12. [Consult. 2 out. 2020]. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>.
- MAZRUI, Ali A. (1994). *Global Africa: From Abolitionists to Reparationists*. «African Studies Review». 37:3, 1-18. DOI: <https://doi.org/10.2307/524900>.
- MCINTOSH, Kriston et al. (2020). *Examining the Black-white wealth gap*. In *Brookings*. [Consult. 13 nov. 2020]. Disponível em <<https://www.brookings.edu/blog/up-front/2020/02/27/examining-the-black-white-wealth-gap/>>.
- MOREIRA, Vital; GOMES, Carla de Marcelino, coord. (2013). *Compreender os Direitos Humanos: Manual de Educação para os Direitos Humanos*. Coimbra: Ius Gentium Conimbrigae-Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. [Consult. 22 nov. 2020]. Disponível em <http://igc.fd.uc.pt/manual/pdfs/manual_completo_capas.pdf>.
- NOEL, Nick et al. (2019). *The Economic Impact Of Closing The Racial Wealth Gap*. «McKinsey & Company». 1-19. [Consult. 24 out. 2020]. Disponível em <<https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Industries/Public%20and%20Social%20Sector/Our%20Insights/The%20economic%20impact%20of%20closing%20the%20racial%20wealth%20gap/The-economic-impact-of-closing-the-racial-wealth-gap-final.pdf>>.
- OBUAH, Emmanuel E. (2016). *The Politics of Reparations: The Academic Epistemic Communities and the Implications of Reparation Debate on African-American and Africa's Quest for Reparations*. «Open Journal of Political Science». 6, 44-52. [Consult. 20 set. 2020]. Disponível em <https://www.scirp.org/pdf/OJPS_2016010713592925.pdf>.
- OEA. CIDH: Organização de Estados Americanos. Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2020). *A CIDH condena ações policiais violentas no Brasil e insta a que sejam adotadas medidas para combater discriminação social e racial*. Nota de Imprensa n.º 187/2020. [Consult. 23 out. 2020]. Disponível em <<http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2020/187.asp>>.
- OLIVEIRA, Roberta Gondim de et al. (2020). *Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural*. «Cadernos de Saúde Pública». 36:9, 1-13. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00150120>.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro (2003). *O Sistema classificatório de cor ou raça do IBGE*. Brasília: Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA).
- OYEKAN, Adeolu (2016). *Reparation, slavery and political realism: The challenge of contemporary African leadership*. «Filosofia Theoretica: Journal of African Philosophy, Culture and Religions». 5: 1, 42-58. DOI: <http://dx.doi.org/10.4314/ft.v5i1.4>.
- ROBINSON, Randall (2001). *The Debt: What America Owes to Blacks*. New York: Plume.
- ROSETO-LABBÉ, Claudia; BARCELOS, Luiz, ed. (2007). *Afro-reparaciones: Memorias de la Esclavitud y Justicia Reparativa para negros, afrocolombianos y raizales*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas, Centro de Estudios Sociales (CES).
- SILVA, Cristina Nogueira da (2012). *Abolicionismo*. In MARQUES, António; AURÉLIO, Diogo Pires, coord. *Dicionário de Filosofia Moral e Política*. Lisboa: Instituto de Filosofia da Nova. [Consult. 4 out. 2020]. Disponível em <<https://www.dicionariofmp-ifilnova.pt/wp-content/uploads/2019/07/Abolicionismo.pdf>>.
- SILVA, Marta Alexandra (2019). *Da Escravidão no Espaço Atlântico às Reparações suscitadas por Afrodescendentes*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de

- mestrado. [Consult. 20 set. 2020]. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/123634>>.
- TAYLOR, Jamila (2019). *Racism, Inequality, And Health Care For African Americans*. In *The Century Foundation*, pp. 1-13. [Consult. 20 out. 2020]. Disponível em <<https://tcf.org/content/report/racism-inequality-health-care-african-americans/>>.
- TAYLOR, Keeanga-Yamahtta (24 jan. 2019). *Housing market racism persist despite 'fair housing' laws*. «The Guardian». (24 jan. 2019). [Consult. 1 nov. 2020]. Disponível em <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/jan/24/housing-market-racism-persists-despite-fair-housing-laws>>.
- THOMPSON, Janna (2018). *Should Current Generations Make Reparation for Slavery?* Oxford: Polity Press.
- UNFPA: United Nations Population Fund (2020). *Technical Brief. Implications of COVID-19 for the Afro-descendant population in Latin America and the Caribbean*. [Consult. 2 nov. 2020]. Disponível em <<https://lac.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/2-Covid-Afrodescendientes-ENG.pdf>>.
- WILSON, Valerie (2020). *Racial Disparities In Income And Poverty Remain Largely Unchanged Amid Strong Income Growth in 2019*. In *Economic Policy Institute*. [Consult. 3 nov. 2020]. Disponível em <<https://www.epi.org/blog/racial-disparities-in-income-and-poverty-remain-largely-unchanged-amid-strong-income-growth-in-2019/>>.

VÁRIA

«ENCENAR A NAÇÃO» — A DIPLOMACIA CULTURAL DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS ATRAVÉS DOS CENTROS DE INFORMAÇÕES DE GENEBRA E ROMA

CARLA RIBEIRO*

Resumo: *Este artigo aborda os esforços da diplomacia cultural portuguesa no estrangeiro, no período pós-II Guerra Mundial. Baseando-se na noção de soft power teorizada por Joseph Nye, a investigação centra-se nos primeiros Centros de Informação Portugueses, em Genebra e Roma, criados pelo ministro português nestas cidades, António Ferro. Recorrendo sobretudo a fontes documentais inéditas do fundo do Secretariado Nacional de Informação, procurou-se elucidar sobre a sua orgânica, a sua relação com o poder central, bem como examinar as actividades desenvolvidas e os resultados alcançados. Assumiu-se como hipótese de trabalho que os Centros funcionaram numa lógica de defesa do país, parte de uma estratégia para «seduzir» uma Europa democratizada do pós-guerra, face ao regime ditatorial do Estado Novo, que persistia em manter um Império Colonial.*

Palavras-chave: *Diplomacia cultural; Soft power; Estado Novo; Centros de Informações.*

Abstract: *This article examines the efforts of Portuguese cultural diplomacy abroad in the aftermath of World War II. Drawing on the concept of soft power theorised by Joseph Nye, the research focuses on the first Portuguese Information Centres, in Geneva and Rome, created by the Portuguese Minister in these cities, António Ferro. Drawing mainly on unpublished documentary sources from the National Secretariat for Information fund in the National Archive, the aim was to shed light on its organisation, its relationship with central government, and to examine the activities undertaken and the results achieved. The working hypothesis was that the Centres functioned in a logic of defence of the nation, part of a strategy to «seduce» a post-war democratised Europe, confronted with the Portuguese dictatorship, which persisted in maintaining a Colonial Empire.*

Keywords: *Cultural diplomacy; Soft power; New State; Information Centres.*

INTRODUÇÃO

Este artigo debruça-se sobre a política cultural externa de Portugal no período do pós-II Guerra Mundial, em particular nas décadas de 50 e 60 do século XX, dirigindo o seu foco para os denominados Centros Portugueses de Informações, em Genebra e em Roma, criados pelo ministro de Portugal nestas cidades, António Ferro.

Assumiu-se que esta tipologia de instituições foi recorrentemente instrumento de políticas externas estatais assentes num forte nacionalismo cultural.

* CITCEM; Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico do Porto. Email: carlaribeiro@ese.ipp.pt. A autora não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

Efectivamente, desde o último quartel do século XIX que a diplomacia cultural acompanhou e facilitou o processo de construção dos Estados-nação. Importa, pois, clarificar o conceito de diplomacia cultural aqui utilizado, seguindo a proposta de Richard Arndt, no sentido de um conjunto de acções culturais configuradas pelo Estado e que se encontram ao serviço do interesse nacional¹. Esta instrumentalização política da cultura, em particular da «cultura nacional», nas suas formas de representação externa, foi especialmente notória no contexto do período entreguerras, verificando-se «the close bond forged between external cultural policy and propaganda»², e intensificou-se no contexto da Guerra Fria.

Assim, a diplomacia cultural foi frequentemente associada ao conceito de *soft power* de Joseph Nye: «The ability to affect others to obtain the outcomes one wants through attraction rather than coercion»³. Este exercício de poder serve-se de recursos intangíveis, entre os quais a cultura, por oposição ao *hard power*, que utiliza recursos materiais, como o poder da economia, as forças armadas ou o desenvolvimento tecnológico.

No caso português, a diplomacia cultural, por via de múltiplos organismos, entre os quais os Centros de Informações, foi uma área por excelência de intervenção governamental, tendo como propósito «seduzir» uma Europa pós-guerra democratizada e defensora do Princípio da Autodeterminação dos Povos, face a um regime — o português — de tipo ditatorial, que persistia em manter um Império Colonial.

A investigação aqui apresentada decorre da constatação de que os conhecimentos específicos sobre estes centros, no que ao caso português se refere, são exíguos. Na realidade, não parece existir nenhum estudo sobre este tipo de instituições em particular, com excepção de alguns artigos sobre os leitorados de Português⁴, e a recente tese de doutoramento de Paula Ganhão, sobre as Casas de Portugal⁵. Há, em contrapartida, investigação mais genérica, que se pode dividir em dois pólos de interesse: relativamente à actividade da diplomacia cultural de Portugal no estrangeiro⁶ e sobre as relações culturais entre Portugal e outros países⁷.

Acredito que esta lacuna pode, em parte, ser colmatada mobilizando as fontes documentais inéditas do fundo do Secretariado Nacional de Informação na Torre do Tombo, um fundo muitíssimo extenso (cerca de 7700 caixas e 20 livros, no total), mas essencial para a compreensão da realidade das acções

1 ARNDT, 2011.

2 PASCHALIDIS, 2009: 281.

3 NYE, 2008: 94.

4 GUEDES, 1998.

5 GANHÃO, 2018.

6 MATOS, 2010.

7 NINHOS, 2012, 2016; MINEIRO, 2017; ALVES, ARAÚJO, 2015.

empreendidas pelo Secretariado, ao longo da sua existência. Seleccionaram-se, da Secção de Serviços no Estrangeiro, os relatórios destes Centros, que constituem uma prolífica fonte de informação, apresentando iniciativas, discutindo e pronunciando-se sobre as realidades do quotidiano destas instituições e sobre o seu relacionamento com a tutela. Mas foi igualmente analisada documentação sobre a gestão financeira destes organismos, bem como correspondência expedida e recebida pelos Centros.

A partir desta documentação coligida, procura-se neste texto dar resposta a um conjunto de questões de investigação: Qual a orgânica destes Centros? Qual a sua relação com o poder central? Que tipo de actividades desenvolveram? Que resultados alcançaram?

1. INFORMAÇÃO E PROPAGANDA

O Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) foi o primeiro dos novos organismos criados pelo Estado Novo, fundado em Setembro de 1933, na dependência directa da Presidência do Conselho. Foi um efectivo órgão de governo e um dos alicerces institucionais da política do novo regime. O seu primeiro e mais destacado director foi António Ferro⁸.

O organismo constituiu-se como um dos alicerces institucionais da política de informação e propaganda do novo regime: legitimando-o e promovendo «no País e no estrangeiro a divulgação e a exacta compreensão dos factos mais importantes da vida portuguesa»⁹. Coordenava toda a informação relativa à acção dos diferentes ministérios, organizando-se em duas secções, uma interna e outra externa. Para esta investigação, interessa sobretudo a segunda, uma vez que a essa se encontravam adstritas as obrigações que, no campo da propaganda no estrangeiro, cabiam ao Secretariado, e que incluíam a supervisão de todos os serviços de imprensa oficiais fora do país, a realização de conferências e o intercâmbio com intelectuais e jornalistas estrangeiros, promovendo cultural e turisticamente o país, e moldando a opinião internacional sobre o regime e a sua política colonial¹⁰.

Porém, a actividade propagandística no exterior cabia igualmente a outras instituições estatais, como embaixadas, legações, consulados e Casas de Portugal, com as quais o Secretariado deveria colaborar. Neste âmbito, importa em especial a relação estabelecida com as Casas de Portugal, organismos subordinados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

⁸ Sobre Ferro, ver RIBEIRO, 2014; ACCIAIUOLI, 2013; Ó, 1999; RODRIGUES, 1995; LEAL, 1994; HENRIQUES, 1990.

⁹ SNI, 1955: 11.

¹⁰ PORTUGAL. Presidência do Conselho, 1933: 1675.

As primeiras Casas, em Londres e Paris (1931), seguiam os passos de outras nações, que teriam já entendido a importância deste tipo de instituições para a promoção do seu país no estrangeiro. A estas seguem-se Antuérpia (1933) e Nova Iorque (1939). A estrutura orgânica compreendia uma Secção de Propaganda Comercial, cujas competências passavam pelo estudo dos meios de incremento das relações comerciais bilaterais e pela defesa das marcas de origem nacional, e uma Secção de Turismo, incumbida da propaganda das belezas naturais e artísticas do país, da divulgação das estâncias termais e de repouso, da organização de itinerários e programas de excursões turísticas e da publicação de monografias, folhetos e cartazes de propaganda turística¹¹.

Actuando como meios de divulgação e defesa da imagem nacional no estrangeiro, as Casas de Portugal, mais concretamente as Secções de Turismo, colaboravam activamente com o Secretariado desde o início, uma vez que este era a principal fonte de publicações oficiais sobre o país e principal promotor da sua propaganda turística.

O final da II Guerra Mundial, e o novo contexto internacional resultante, trouxe a Portugal a necessidade de se reajustar. Mais do que reajustar: a de criar e difundir uma imagem positiva, «através de um conjunto referencial fiduciário»¹², face ao desgaste da imagem do regime e do próprio Presidente do Conselho. A própria sobrevivência do Estado Novo parecia posta em causa.

Assim, por um lado, a vitória das democracias parlamentares na Europa Ocidental colocou Portugal, e a sua ditadura, sob intenso escrutínio internacional. Este escrutínio correu os diferentes aspectos da vida nacional e focou-se nos assuntos que potencialmente enfraqueciam o autoritarismo do regime. Por exemplo, dando visibilidade a um conjunto de acontecimentos que o punham em causa, como as greves dos operários da construção naval da região de Lisboa, em 1947, os protestos e prisão de dirigentes estudantis, ou as denúncias do MUD relativamente à falta de liberdade de expressão e à perseguição a opositores políticos. Este deteriorar da imagem do país na opinião pública internacional (ou em parte dela, pelo menos) reflectiu-se (de forma espectacular, poder-se-ia dizer) em artigo da revista «Time» de Julho de 1946, *Portugal Salazar's: Dean of Dictators — How Bad is the Best?*, com uma imagem de Salazar na capa, ao lado de uma maçã aparentemente comestível, mas podre no seu interior; o trabalho resultara da recolha de informação por parte do editor Percy Knauth e de um correspondente em Lisboa, o italiano Piero Saporiti, radicado na capital portuguesa desde 1944, e redundou na proibição de circulação da revista em Portugal (até 1952) e na expulsão do país de Saporiti.

¹¹ GANHÃO, 2018.

¹² MATOS, 2010: 142.

Por outro lado, o início do processo descolonizador na Ásia, e o subsequente alastramento para o continente africano, perante o qual o Estado Novo se mostrava teimosamente intransigente, colocou a tónica na necessidade de defesa da imagem do país, e do seu projecto colonial. Ao longo da década de 50, a questão desenrolou-se nos fóruns internacionais e junto da opinião pública mundial, tendo influenciado, por exemplo, a recusa da União Soviética, da Polónia e do México face ao (primeiro) pedido de entrada de Portugal na ONU, em 1946.

Portugal era agora visto no estrangeiro como terra de gente melancólica, empobrecida, confusa e assustada, dominada por um regime fascista¹³. Era tudo aquilo que não convinha ao poder. Que se mobiliza para mudanças, que foram, sobretudo, meras «operações de cosmética», inscrevendo-se num processo de aparente democratização. Foi o caso da remodelação que o Secretariado sofreu, ainda em 1944, quando passou a ser designado Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). Tratava-se de um processo de reforço dos poderes e meios de actuação do organismo: o SNI passava a tutelar os Serviços de Imprensa, os Serviços de Exposições Nacionais, os Serviços de Radiodifusão e a Inspeção dos Espectáculos, que incluía o exercício da censura. O Secretariado passou, pois, a ter poderes para fiscalizar, superintender e vigiar a vida cultural e artística do país, funcionando como agente de controlo político, sobretudo pela via de repressão.

É neste contexto do pós-guerra — a remodelação do Secretariado, com a atribuição de funções mais acentuadamente políticas, e a óbvia necessidade de reposicionar a imagem externa do país¹⁴ — que se entende a passagem da tutela das Casas de Portugal para o SNI, em 1953. Assim, depois de um período de estagnação vivido por estes organismos durante os anos de guerra, a transição suscitou nova fase de desenvolvimento, e as Casas passaram a funcionar como delegações do SNI no exterior, operando no sentido de «evidenciar e divulgar, em países estrangeiros, os valores nacionais de ordem espiritual e material, cultural e económica»¹⁵. Este realinhamento institucional tornou evidente a relação que o regime estabelecia entre informação e propaganda.

Mantendo-se em funcionamento as Casas de Portugal de Paris, Londres e Nova Iorque¹⁶, foram criadas, nas décadas de 50 e 60, em várias cidades europeias, representações portuguesas que se inspiravam directamente nas Casas, emulando a sua orgânica bipartida, mas com tutelas diferenciadas: os Centros de

¹³ RIBEIRO, 2018.

¹⁴ Exemplos ainda desta estratégia de adaptação e, mesmo, de integração no novo sistema internacional foram a adesão ao Plano Marshall e à Organização do Tratado do Atlântico Norte, em 1949, a assinatura com os Estados Unidos de dois acordos bilaterais de defesa e de auxílio mútuo, em 1951 e, finalmente, a entrada na ONU, em 1955.

¹⁵ PORTUGAL. Presidência do Conselho, 1953: 1599.

¹⁶ A Casa de Antuérpia tinha sido encerrada em finais de 1939, depois de uma curta e atribulada existência.

Turismo de Portugal (Bruxelas, Estocolmo) e os Centros de Informações (Genebra, Roma, Bona e Hamburgo). Enquanto os primeiros foram colocados sob a dependência do Comissariado de Turismo, órgão do SNI, os segundos ficaram na alçada do Fundo de Fomento de Exportação (FFE), embora com subsídios específicos do Secretariado destinados à propaganda turística e cultural¹⁷.

Por terem sido os primeiros, e terem servido de modelo aos restantes centros (quer de Turismo, quer de Informações), e pelo papel essencial desempenhado pelo antigo director do Secretariado, António Ferro, nas páginas seguintes analisar-se-ão os Centros de Informações de Genebra e Roma.

2. ANTÓNIO FERRO E OS CENTROS DE INFORMAÇÕES

Depois de 17 anos na direcção do Secretariado, a 7 de Novembro de 1949 António Ferro era nomeado ministro de Portugal em Berna. Esta saída do Secretariado marcava o fim de um ciclo de vida do regime. Sobre tal muito se especulou¹⁸. Neste artigo, assume-se a tese de que a saída não se fez por decisão de Ferro, mas antes de Salazar, tendo na sua base razões políticas, sobretudo devido às mudanças ocorridas internacionalmente depois do final da II Guerra Mundial, a que se aludiu já, indicativas de que a política personificada por Ferro já não se encaixava neste «novo» Estado Novo.

Decorrente da sua actividade diplomática na Suíça, onde esteve cinco anos, e em Itália, onde permaneceu até 1956, data da sua morte, foi o responsável pela concepção e criação dos dois primeiros Centros Portugueses de Informações, em Genebra e em Roma. A sua acção pautou-se pelo entendimento de que a história e a cultura lusas deveriam ser os referenciais identitários fundamentais que guiassem a política externa do país.

Na Suíça, a missão que Ferro se atribuiu na Legação, de intérprete e divulgador daquilo que considerava ser a personalidade portuguesa, apoiada pelo capital simbólico relevante que detinha junto da imprensa internacional e de artistas e escritores europeus de nomeada, foi complementada com a proposta ao Presidente do Conselho, de um novo organismo, um Centro de Informações em Genebra, cidade onde existia um espaço que tinha sido ocupado pela delegação portuguesa na antiga Sociedade das Nações, então fechado e sem finalidade prática. Para o ministro de Portugal, o Centro teria como orientação fundamental uma acção de propaganda política num país fulcral como a Suíça, pela sua posição geográfica no centro da Europa, constituindo o «esboço, projecto duma futura Casa de Portugal»¹⁹. Ferro via-o mesmo como uma «base discreta à [sua] acção

¹⁷ MELO, 1999.

¹⁸ Ver RIBEIRO, 2014 e VICTORINO, 2018.

¹⁹ ANTT. *Secretariado Nacional da Informação*, cx. 3098, fl. 4.

diplomática»²⁰. A esta actuação política, acrescentava duas outras linhas de acção complementares: uma de cariz turístico e cultural, através de iniciativas «que alimentem a curiosidade, o interesse pela nossa terra»²¹, e outra de activa propaganda económica dos produtos portugueses, dada a importância do mercado suíço. De acordo com Ferro, a acção do Centro deveria estender-se por toda a Suíça, apresentando mesmo um plano de semanas portuguesas a realizar em várias cidades do país.

Quando Ferro é nomeado ministro de Portugal em Roma, em 1954, verificava-se, na estratégia política externa dos dois países, uma aproximação assente no argumento dos interesses espirituais comuns da latinidade. Chegado a Roma, Ferro cedo se apercebeu de que a visibilidade de Portugal, e da cultura portuguesa, era diminuta, por comparação com a acção de outras representações diplomáticas estrangeiras, que desenvolviam a sua acção através de institutos, cursos de línguas, concertos, conferências, projecção de filmes e publicação de boletins. Face à óbvia necessidade de diminuir a «patente desigualdade» em que Portugal se encontrava, levado por «considerações de prestígio»²², por um lado e, por outro, convicto de que uma aposta cultural forte era indispensável à projecção política da nação, em Dezembro o novo ministro propunha ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a criação de um Centro de Informações, em tudo semelhante ao de Genebra, e que seria, na sua visão, o primeiro dos elementos para a concretização de uma grande ambição: a fundação de um bairro português na Via dei Portoghesi.

Nos dois casos, os objectivos de propaganda cultural e turística de Portugal eram idênticos. O vector turístico era, aliás, crucial para o país e para o seu regime, parte essencial no granjear de uma imagem positiva na opinião pública internacional. Como Paula Ganhão sublinha,

*quantas maiores as dúvidas em relação à natureza autoritária ou fascista dos regimes, maiores as necessidades de assegurar uma imagem de normalidade, reiterada pela possibilidade de visitar, ver e circular dentro do país*²³.

Mas não se tratava apenas da reputação de Portugal. Dizia respeito igualmente às suas finanças: o início da década de 60 foi marcado pela Guerra Colonial em que Portugal se tinha envolvido, que comprometia o equilíbrio das contas com o exterior. Em simultâneo, esta foi a época da explosão do turismo em massa do Centro e Norte da Europa e, como país de sol e praia, Portugal inscrevia-se como um destino turístico apetecível. Estes novos fluxos eram enca-

20 ANTT. *Secretariado Nacional da Informação*, cx. 3098, fl. 4.

21 ANTT. *Secretariado Nacional da Informação*, cx. 3098, fl. 4.

22 ANTT. *Secretariado Nacional da Informação*, cx. 698, fls. 3-4.

23 GANHÃO, 2018: 37.

rados pelo regime como forma de equilibrar a balança de pagamentos, graças ao crescimento das entradas de visitantes estrangeiros, que passam de 55 000 em 1950 para 352 000 em 1960²⁴.

No caso italiano, todavia, acrescia outro factor de peso: o da propaganda política do regime, e das suas opções. Recorde-se que foi em 1953 que se verificou a revisão constitucional que transformava as colónias portuguesas em províncias ultramarinas. Ora, a posição oficial assumida pelo governo italiano desde o final da II Guerra Mundial, uma postura anticolonialista, vinha sofrendo ajustes em função do pragmatismo dos seus interesses económicos, optando ora por apoiar as potências coloniais ora os nacionalismos africanos. Tal fazia da prontidão da acção informativa portuguesa um elemento essencial para a formação de uma opinião externa favorável. O Secretariado, na pessoa do seu director, entendia a situação da mesma forma que Ferro, tendo apoiado a sua proposta de criação de um novo Centro em Roma, considerando que tal se enquadrava dentro do plano «concebido pelo Secretariado como indispensável à cada vez mais imprescindível difusão da informação portuguesa em países estrangeiros»²⁵.

3. OS CENTROS DE GENEBRA E ROMA

Os Centros de Informações de Genebra e Roma assumiram um modelo de funcionamento bicéfalo, dependendo em simultâneo do FFE — e, por inerência, do Ministério da Economia — e do Secretariado.

Esta forma de organização administrativa entendia-se pelas próprias tarefas que a estes centros foram atribuídas. De propaganda económica, cultural, turística e, claro, funções políticas. Neste sentido, as funções de estudo, informação e observação de mercados, bem como a propaganda e defesa dos produtos portugueses em contextos extranacionais levada a cabo pelos Centros, justificaram a criação de uma secção autónoma, gerida directamente pelo FFE. Previa-se que o director dos Centros fosse delegado do Ministério da Economia, e por ele pago, exercendo cumulativamente essas funções com as restantes, asseguradas pelo financiamento proveniente do Secretariado.

Ora, tal trouxe óbvias dificuldades ao normal funcionamento dos Centros, uma vez que a dependência em simultâneo do Fundo de Fomento e Exportação e do Secretariado impedia, desde logo, a necessária autonomia administrativa e financeira que lhes permitisse outras ambições.

Para esta investigação, interessa sobretudo a relação estabelecida entre António Ferro, os Centros e o Secretariado. Nesse sentido, o estudo da verba

²⁴ LOBO, 2010.

²⁵ ANTT. *Secretariado Nacional de Informação*, cx. 698, fls. 1-2.

atribuída por este último é de especial relevância para o conhecimento das actividades desenvolvidas e das apostas estratégicas efectuadas.

Da análise das propostas de orçamentos e contas de gerência dos Centros, sabe-se que o valor atribuído ao Centro de Roma foi de 150 000\$00 entre 1954 e 1958, vendo o seu orçamento crescer gradualmente, com as verbas a oscilarem entre 270 000\$00 (1960-1962) e 375 000\$00 (1964-1965). Já o orçamento do Centro de Genebra manteve-se o mesmo, no valor de 180 000\$00 anuais, isto apesar dos pedidos insistentes para um aumento. Se compararmos estes valores com os atribuídos pelo Secretariado às Casas de Portugal em Paris e Londres, verificamos que no primeiro caso se passou de 220 000\$00 anuais em 1951 para 2 299 000\$00 uma década depois; no caso de Londres, de 300 000\$00 para um orçamento anual de 2 970 000\$00 no mesmo período²⁶. Uma diferença (e um aumento) substancial, portanto.

Se parte desta disparidade de dotação orçamental entre Centros e Casas se deve aos distintos custos de vida em cada país, outros motivos se poderão apontar. Desde logo, as desigualdades de importância política e estratégica das cidades onde estes organismos se encontravam. Depois, a própria figura de António Ferro. Podemos-nos interrogar se os Centros de Genebra e Roma não constituíram uma tentativa da sua parte de readquirir protagonismo político depois da saída do Secretariado e do seu afastamento do «coração do poder». E, ao dar a Ferro permissão para a sua criação, não estaria Salazar a compensá-lo pela sua decisão de o afastar do Secretariado e de Portugal? A verdade é que, apesar de os Centros terem os seus directores, da análise da documentação do SNI facilmente se compreende que o homem por detrás destes organismos foi, até 1956, data da sua morte, António Ferro. Tal é visível, por exemplo, nos orçamentos do Centro de Genebra, com verbas dedicadas a custear as múltiplas viagens de Ferro, de Berna a esta cidade, para tratar de assuntos do Centro.

Outra conjectura: Ferro parecia encarar a sua acção nos Centros como uma espécie de extensão da anterior actividade no Secretariado ou, melhor dizendo, como se o Secretariado assumisse agora dois directores, um para as questões internas e outro, o próprio Ferro, para as questões externas. Todavia, a colaboração entre os Centros e o Secretariado, tal como Ferro a via, nunca aconteceu, verificando-se antes uma resistência por parte do SNI em apoiar, mesmo que a nível material, as actividades idealizadas por Ferro para os Centros de Informação. Desta forma, o facto de serem apenas dois os centros criados neste período, com orçamentos muito inferiores às Casas de Portugal — sob a tutela exclusiva do Secretariado desde 1953, lembre-se —, constituiria um sinal das limitações do poder de Ferro? São questões para as quais neste momento não é possível apre-

²⁶ GANHÃO, 2018.

sentar respostas definitivas. Tal não impede que se analise as actividades desenvolvidas pelos dois Centros.

Estas eram, acima de tudo, acções de propaganda e promoção da imagem de Portugal, comuns aos dois Centros, condicionadas, como se referiu já, pelos constrangimentos orçamentais, por um lado e, por outro, pelo facto de os recursos humanos serem consideravelmente inferiores quando comparados com outros países, o que dificultava sobremaneira a gestão da pluralidade de tarefas que lhes tinham sido atribuídas.

Desde logo, em publicações diversas, nomeadamente boletins de informação semanais, considerados muito eficazes na divulgação do país: no caso suíço, um «Boletim de Informações», em francês e alemão, e, em Roma, o boletim «Notizie dal Portogallo». A isto se acrescentavam edições como o álbum *Portugal welcomes you*, e o envio regular de publicações, material de propaganda e informação atinentes a Portugal, à imprensa, agências de viagens, bibliotecas, consulados estrangeiros e diferentes delegações.

Depois, as campanhas publicitárias, formas relativamente económicas de promover Portugal. Estas campanhas recorriam a estratégias como a organização de exposições de fotografias e a decoração de montras, quer em locais de interesse para a promoção do país (agências de viagens, companhias aéreas, bancos, espaços comerciais), quer nos edifícios dos Centros, chamando a atenção para as suas belezas naturais e o seu património material e imaterial.

No campo cultural, o investimento recaía num conjunto variado de actividades.

Mostras de arte popular, como a organizada em 1954 pelo Centro de Informações de Genebra, em colaboração com Paulo Ferreira, então chefe dos Serviços Artísticos das Casas de Portugal, e a *Exposição de Lisboa* e a *Exposição de Arte Popular Portuguesa*, estas últimas em Roma, em 1955.

Ou conferências sobre a vida nacional. Alguns exemplos: em Genebra, a conferência sobre Portugal por Gonzague de Reynold, na comemoração do Dia da Raça, em 1952, e sobre o Ultramar português, pelo jornalista Lucien Offenber, em 1958; em Roma, a colaboração com o Grupo Amigos de Portugal, que permitiu a concretização de palestras sobre o país ou assuntos portugueses.

Ainda, pela exibição de filmes (como *Camões* ou o documentário *Uma revolução na paz*) e *performances* de artistas, em eventos organizados ou patrocinados pelos Centros, casos da apresentação do Rancho das Cantarinhas em Zurique e do recital de fado de Amália Rodrigues em Berna.

A promoção de Portugal como país de turismo conseguia-se através de acções de diplomacia de charme, junto da comunicação social e pelo relacionamento pessoal com os seus responsáveis e colaboradores. Numa acção conjunta, os Centros e o Secretariado patrocinaram viagens educacionais a Portugal de jornalistas, mas também de executivos e operadores de agências de viagens, e de

personalidades (dos meios artístico, cultural ou social) reputadas como sendo *opinion makers*. Mas conseguia-se também pela presença em feiras internacionais, onde se fazia a promoção dos produtos portugueses e de Portugal como destino turístico, com exposição de cartazes e distribuição de material de propaganda.

Por fim, quanto à acção política, esta era uma valência particularmente sensível, em especial na década de 60, face à conjuntura política internacional, que colocava o país sob pressão, relativamente à sua política ultramarina, e tornava prioritária a defesa do «bom nome de Portugal». Face à ausência de serviços de imprensa ou de um adido de imprensa junto das respectivas embaixadas portuguesas, coube aos Centros também esta tarefa: pela observação de periódicos e revistas, e a respectiva remessa para os Serviços de Informação do Secretariado e, em sentido inverso, pela distribuição nestes países de publicações de carácter político editadas e enviadas pelo Secretariado e pela Agência Geral do Ultramar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As linhas que antecedem estas notas finais apresentam dados de um trabalho ainda em curso. Não obstante, e mesmo considerando as muitas interrogações que ficam no ar, procura-se dar respostas, ainda que parciais, a algumas das questões de investigação lançadas.

A abordagem conceptual utilizada decorreu da aplicação do conceito de *soft power* a estes dois casos, no contexto de um pós-guerra em que se fazia sentir a importância cada vez maior da dimensão cultural nas relações externas das nações. No caso português, o Estado Novo assumiu o *soft power*, traduzido nas actividades de diplomacia cultural, como um instrumento para a obtenção de poder simbólico, entendido como um poder transmutador, o «poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo»²⁷. Desta forma, através do uso deliberado de uma diplomacia cultural controlada e gerida pelo Estado, procedeu-se à projecção externa de uma comunidade coesa, portadora de uma cultura distintiva, «united by an uncontroversial, shared reality [...], a sanitised culture, that excludes all embarrassing or controversial elements»²⁸.

Nesse sentido, as actividades desenvolvidas pelos Centros de Genebra e Roma são bem elucidativas deste modelo de acção, nos campos da propaganda turística, da literatura, da história, da arte e do folclore nacionais. O Estado Novo usa, portanto, o seu aparelho cultural com um objectivo claro: promover, divulgar

²⁷ BOURDIEU, 1989: 14.

²⁸ PASCHALIDIS, 2009: 287.

e defender a imagem de Portugal no exterior, uma imagem de unidade multirracional do povo português e de pluricontinentalidade do espaço territorial nacional. Os Centros foram, em síntese, parte de um conjunto de instrumentos de legitimação do regime e da nação, dois conceitos intrinsecamente unidos na narrativa oficial do Estado Novo, e do seu império colonial.

Procurou-se enfatizar o papel central que António Ferro desempenhou na criação destes centros, pensados como elo de ligação entre as Legações de Portugal por si dirigidas e o SNI. Paralelamente, examinaram-se as relações que estabeleceu, nas suas funções diplomáticas, com o Secretariado e as Casas de Portugal. Na tese aqui proposta, os Centros, mas também as Casas de Portugal, seriam peças essenciais de um plano que lhe permitiria assegurar o controlo da propaganda externa do país e recuperar uma influência política que perdera.

Quanto às actividades desenvolvidas, foram as possíveis, relativamente aos projectos e planos dos seus directores, às orientações provenientes das tutelas — FFE e SNI —, às prioridades traçadas para os Centros em cada momento e, sobretudo, às disponibilidades financeiras.

Este aspecto era, aliás, um dos constrangimentos mais severos à sua actuação, colocando em causa a eficácia da propaganda de Portugal. As crónicas limitações financeiras, decorrentes de insuficientes dotações, eram uma constante nas missivas enviadas ao Secretariado, com pedidos de aumento, uma vez que os orçamentos eram reduzidos para os mercados a que se dirigiam, sendo absorvidos, na sua quase totalidade, pelos encargos de pessoal e de manutenção, pelo que a verba remanescente era manifestamente insuficiente para o atingir dos resultados pretendidos. Em particular, face aos orçamentos, muito mais robustos, de departamentos congéneres de países directamente concorrentes de Portugal, como a Espanha e França.

É igualmente importante notar outras dificuldades. Desde logo, as decorrentes da dupla tutela destes Centros, o que originou uma excessiva burocratização e desorganização, tornando-os pouco funcionais. Também a existência de outras formas de representação de Portugal no estrangeiro, como mencionado: com funções similares aos Centros, mas ministérios diferentes no que dizia respeito à sua gestão, e que operavam a maior parte das vezes de forma concorrencial entre si. Por fim, a complexidade e diversidade de atribuições destes Centros revelou-se um obstáculo ao normal e eficaz funcionamento dos mesmos.

Quais os efeitos e consequências destas iniciativas? A verdade é que os relatórios analisados não permitem dar uma resposta clara a esta interrogação. Para se compreender a perspectiva dos receptores destas actividades, quer entre a imprensa internacional, quer no contexto doméstico, torna-se necessário prosseguir com o levantamento da informação disponível no fundo do Secretariado na Torre do Tombo, ainda parcialmente concretizado, bem como com a consulta das

actas dos Debates Parlamentares, uma vez que a actuação deste tipo de estrutura no estrangeiro foi alvo de discussão no decorrer de várias sessões.

Por fim, interessa reflectir sobre a ideia da nação portuguesa difundida por via da acção destes Centros.

Tratava-se de um estilo misto. Moderno por um lado, no sentido de uma modernidade económica, representada pela mostra das indústrias nacionais de pesca e de energia eléctrica, minas, transportes e comunicações. Tal era fruto da intervenção do FFE, cujo principal interesse residia em fomentar a capacidade competitiva dos produtos portugueses no mercado internacional. Tradicional, por outro lado, ao projectar-se um país assente num discurso histórico, de uma nação antiga, uma narrativa sustentada na matriz ideológica de um Portugal imperial, «do Minho a Timor»; ainda, pela representação de um etos tradicionalista como emblema da portugalidade, pela valorização da cultura popular. Era, ainda, o Portugal do galo de Barcelos. Das aldeias brancas. De um recanto na Europa pleno de tranquilidade e belezas naturais intocadas. De uma ruralidade que pretendia traduzir a alma de um povo.

Esta representação resultava directamente da influência e do trabalho de Ferro nas Legações e nos Centros de Genebra e Roma. Era sobretudo uma realidade encenada, mais do que uma factualidade retratada, pelas mãos de um «realizador» com larga experiência em moldar a imagem de Portugal, do poder e do seu chefe, após 17 anos de Secretariado. A sua função permanecia inalterável: tornar o país inteligível e identificar a nação externamente, conferindo-lhe um «rostro» próprio.

Tudo isto apesar dos ventos de mudança que percorreram a Europa, e o mundo, depois de 1945. Para Portugal, o vector central da sua actuação no estrangeiro passou a ser a questão das colónias, e a defesa da imagem do país nesse âmbito, numa altura em que a oposição ao regime e à sua política ultramarina era cada vez mais evidente.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT. *Secretariado Nacional de Informação*, cx. 698, 1954.

ANTT. *Secretariado Nacional de Informação*, cx. 3098, [1950].

Fontes Legislativas

PORTUGAL. Presidência do Conselho (1933). *Decreto-Lei n.º 23054*. «Diário do Governo I Série». 218 (1933-09-25) 1675-1676.

PORTUGAL. Presidência do Conselho (1953). *Decreto-Lei n.º 39475*. «Diário do Governo I Série». 282 (1953-12-21) 1599-1602.

BIBLIOGRAFIA

- ACCIAIUOLI, Margarida (2013). *António Ferro: a Vertigem da Palavra. Retórica, política e propaganda no Estado Novo*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- ALVES, Luís Alberto; ARAÚJO, Francisco (2015). *Camões, Instituto da Cooperação e da Língua (Portugal)*. «Revista Internacional de Linguística Iberoamericana». 13:1, 53-66.
- ARNDT, Richard (2011). *Cultural Diplomacy and International Understanding*. Minneapolis: Global Programs and Strategy Alliance at the University of Minnesota.
- BOURDIEU, Pierre (1989). *O Poder Simbólico*. 4.ª edição. Lisboa: Difel.
- GANHÃO, Paula (2018). *A Imagem da Nação: as Casas de Portugal no Estrangeiro durante o Estado Novo*. Lisboa: ISCTE. Tese de doutoramento.
- GUEDES, Armando Marques (1998). *A identidade, a propaganda e o nacionalismo: o projecto de leitorados de língua e cultura portuguesas, 1921-1997*. «Lusotopie». 5, 107-132.
- HENRIQUES, Raquel Pereira (1990). *António Ferro. Estudo e Antologia*. Lisboa: Publicações Alfa.
- LEAL, Ernesto Castro (1994). *António Ferro. Espaço Público e Imaginário Social: 1918-32*. Lisboa: Edições Cosmos.
- LOBO, Susana (2010). *Sun, Sand, Sea & Bikini. Arquitectura e turismo: Portugal anos 60*. «Revista Crítica de Ciências Sociais». 91, 91-106.
- MATOS, Vera (2010). *Portugal e Itália. Relações diplomáticas (1943-1974)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MELO, Daniel (1999). *Casas de Portugal*. In SERRÃO, Joel, dir. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, p. 245. Vol. VII: Suplemento A-E.
- MINEIRO, Gonçalo (2017). *O envio de bolseiros portugueses para os EUA, 1945-1952*. «Ler História». 71, 53-74.
- NINHOS, Cláudia (2012). «Com luvas de veludo». *A estratégia cultural alemã em Portugal (1933-1945)*. «Relações Internacionais». 35, 103-118.
- NINHOS, Cláudia (2016). «Para que Marte não afugente as Musas». *A Política Cultural Alemã em Portugal e o Intercâmbio Académico (1933-1945)*. Lisboa: NOVA FCSH. Tese de doutoramento.
- NYE, Joseph (2008). *Public Diplomacy and Soft Power*. «The Annals of the American Academy of Political and Social Science». 616, 94-109.
- Ó, Jorge Ramos do (1999). *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a “Política de Espírito” (1933-1949): ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa.
- PASCHALIDIS, Gregory (2009). *Exporting National Culture: Histories of Cultural Institutes Abroad*. «International Journal of Cultural Policy». 15:3, 275-289.
- RIBEIRO, Carla (2014). *Imagens e Representações de Portugal. António Ferro e a elaboração identitária da Nação*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- RIBEIRO, Vasco (2018). *A empresa de relações públicas norte-americana contratada por Salazar (1951-1962). A estreia da ditadura no modelo assimétrico bidirecional no período pós-António Ferro*. «Media & Jornalismo». 8:33, 155-168.
- RODRIGUES, António da Piedade (1995). *António Ferro na idade do jazz-band*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SNI: Secretariado Nacional da Informação (1955). *Legislação (Contém o Regulamento e Programa dos Concursos)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VICTORINO, José Guilherme (2018). *Propaganda e Turismo no Estado Novo. António Ferro e a revista Panorama 1941-1949*. Lisboa: Alêtheia Editores.

A CRISE DO ABASTECIMENTO PORTUGUÊS (1914-1918) — OS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÓMICOS DA GUERRA SUBMARINA ALEMÃ

MIGUEL CASTRO BRANDÃO*

Resumo: *Segundo os nossos cálculos, mais de duas centenas de navios foram afundados pela arma submarina alemã ao largo da costa portuguesa durante a Primeira Guerra Mundial. Nos últimos anos a historiografia produziu várias páginas sobre a operacionalidade da guerra submarina alemã, porém a mesma desconhece os impactos sociais e económicos provocados pelo seu raio de ação. Tendo em conta os últimos progressos científicos, propomos novas problemáticas em torno desta temática com base num estudo correlativo que visa apurar os impactos diretos e indiretos da arma submarina alemã na sociedade e na economia portuguesas aquando da Grande Guerra.*

Palavras-chave: *Primeira Guerra Mundial; Guerra submarina; Abastecimento; Naufrágios.*

Abstract: *According to our calculations, more than two hundred ships were sunk by German submarines off the Portuguese coast during the First World War. In the last few years, historiography has produced several pages about the operability of German submarine warfare, although we still do not know its social and economic impacts. Taking into account the latest scientific advances, we propose new problematics around this subject by correlating new data, in order to ascertain the direct and indirect impacts of German submarine warfare on Portuguese society and economy during the Great War.*

Keywords: *World War I; Submarine war; Supply; Wrecks.*

1. OS AVANÇOS DA HISTORIOGRAFIA

O estudo da ação submarina alemã na frente marítima portuguesa durante a Primeira Guerra Mundial conheceu um forte impulso científico no quadriénio da evocação do centenário desta conflagração. Precedentemente, as obras de Jaime do Inso¹, Costa Júnior², Saturnino Monteiro³, António José Telo⁴ e José António Rodrigues Pereira⁵ consubstanciaram as primeiras produções historiográficas neste campo, porém é com a evocação deste centenário que surgem títulos mais substantivos, tanto de carácter generalista como de cunho micro-histórico.

* Faculdade de Letras do Porto; História e Arqueologia Marítima dos Conflitos (HistArc); Centro de Investigação Naval (CINAV); CITCEM. Email: miguelbrandao1992@gmail.com.

¹ INSO, 2006.

² COSTA JÚNIOR, 1944.

³ MONTEIRO, 1997.

⁴ TELO, 1993.

⁵ PEREIRA, 2010.

Nesta baliza temporal, destacam-se as obras de Augusto Salgado⁶, Jorge Russo⁷, António José Telo⁸ e Miguel Brandão⁹, que enquadram horizontalmente o teatro naval português. A somar, os textos de Jorge Russo¹⁰, Augusto Salgado¹¹, Paulo Costa¹², Miguel Brandão¹³, Mathias Saecker¹⁴ e Eberhard Axel Wilhelm¹⁵ adensaram diametralmente o nosso conhecimento sobre a ação submarina de um modo casuístico.

No que concerne aos impactos socioeconómicos da arma submarina alemã no contexto português, a historiografia é surpreendentemente silenciosa. Apesar do elã científico vivido nestes anos, o foco analítico das produções historiográficas hodiernas incide essencialmente na análise da operacionalidade destas unidades navais numa lógica quase estritamente militar. A historiografia económica tão-pouco considerou a guerra submarina como um dado correlativo no estudo da desorganização do comércio marítimo português durante esta baliza cronológica, assumindo que a desarticulação das rotas oceânicas se deveu exclusivamente à crise dos fretes marítimos, à parca condição da marinha mercante e à kafkiana gestão dos navios alemães requisitados pelo governo português, em fevereiro de 1916. Deste modo, a historiografia nunca equacionou a ação submarina como uma causalidade *per se* no agudizar da degenerescência da economia portuguesa aquando da Grande Guerra. Em suma, um estudo sobre esta temática está por fazer — desconhecemos por completo os impactos socioeconómicos da guerra submarina na sociedade e economia portuguesas. Atendendo às insuficiências do estado da arte, será pertinente formular a seguinte questão-base: em que medida a ação submarina alemã aprofundou a crise económica portuguesa durante a Primeira Guerra Mundial? Em trabalhos anteriores, redigimos algumas considerações sobre esta problemática, contudo estamos cientes de que esta questão não foi respondida de um modo conclusivo¹⁶.

Nos últimos anos alcançámos inúmeros progressos nesta área, pelo que pretendemos explanar os últimos desenvolvimentos heurísticos e epistemológicos. Para o efeito recorreremos aos dados fornecidos pelas fontes hemerográficas¹⁷

⁶ SALGADO, 2017: 91-121; TELO, SALGADO, 2018; SALGADO, RUSSO, 2015d: 173-191.

⁷ SALGADO, RUSSO, 2015d: 173-191.

⁸ TELO, SALGADO, 2018; TELO, 2014: 56-69.

⁹ BRANDÃO, 2015: 45-78.

¹⁰ RUSSO, SALGADO, 2017: 145-201; RUSSO, 2018a: 21-22.

¹¹ RUSSO, SALGADO, 2017: 145-201.

¹² COSTA, 2015: 224-233; 2018a: 97-104; 2018b: 105-120; 2018c: 16-17; 2016: 153-165; COSTA, MONTEIRO, 2016: 318-324.

¹³ BRANDÃO, 2018: 24.

¹⁴ SAECKER, 2018: 9-37; 2021: 383-420.

¹⁵ WILHELM, 2011: 97-120.

¹⁶ BRANDÃO, 2015: 141-161.

¹⁷ Para o efeito analisamos os seguintes periódicos: «A Capital», «O Diário de Notícias», «O Século», e «O Comércio do Porto».

e à análise dos demais acervos documentais presentes no Arquivo Histórico de Marinha e na Lloyd's Register of Shipping¹⁸. A par destas fontes, o exame dos diários dos Debates Parlamentares e dos volumes da *Estatística Comercial — Comércio e Navegação* possibilitou um cruzamento inédito de fontes primárias, o que permitiu um avanço científico considerável neste campo historiográfico. Por fim, os recursos eletrônicos uboat.net e wrecksite.eu¹⁹ permitiram-nos aferir os naufrágios provocados pelos *U-boats* germânicos.

2. OS NAUFRÁGIOS PORTUGUESES

Portugal tinha uma das mais pequenas frotas mercantis do mundo, aquando do eclodir do conflito. Por conseguinte, a marinha de comércio portuguesa dispunha de uma tonelagem de arqueação bruta deficitária que não respondia às exigências da indústria nacional de *import/export*: segundo as tabelas elaboradas pela Lloyd's, Portugal, entre 1914 e 1915, teria sensivelmente 210 embarcações, o que perfazia um total de 120 931 toneladas de arqueação bruta²⁰. A par dos seus escassos números, a frota mercantil portuguesa era obsoleta e pouco preparada para os desafios da navegação de longo curso à época, tendo em conta que boa parte destas embarcações era de dimensão e arqueação modestas: aspeto paradoxal, considerando a oceanicidade do extenso império colonial da nação republicana.

Neste quadro, Portugal estava umbilicalmente dependente do fluxo das frotas comerciais de pavilhão estrangeiro para saciar os seus consumos internos, considerando que quase todo o comércio externo português se articulava maritimamente²¹: em 1914, 63% dos navios entrados nos portos nacionais arriavam o pavilhão estrangeiro, num universo de 9107 navios mercantes²². O porto de Lisboa filtrava assimetricamente o fluxo do diálogo comercial português, absorvendo boa parte dos bens importados: cerca de 90% das mercadorias provenientes do exterior davam a sua entrada no porto lisiponense²³. A guerra demonstraria, inequivocamente, a dependência da nação republicana perante os fluxos comerciais estrangeiros e a iniquidade do movimento portuário português, com o porto de Lisboa a cativar os víveres essenciais para a coesão socioeconómica de uma nação degenerada pelo conflito mundial. Contudo, como podemos aferir na

¹⁸ A Lloyd's Register of Shipping foi a primeira sociedade de classificação naval do globo, sendo uma entidade agregada à célebre seguradora e instituição bancária britânica Lloyd's of London. A sociedade começou a operar em 1760, registando todos os navios mercantes ao abrigo dos seus seguros marítimos desde então.

¹⁹ Estes endereços eletrónicos contam com a colaboração de vários investigadores e arquivos.

²⁰ *Lloyd's Register of Shipping*, [1915]: 961.

²¹ *Navios*, 31 mai. 1917: 3.

²² REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério das Finanças. DGE, 1916: 519.

²³ ROSAS, 2018: 59.

Tabela 1, a frota mercantil portuguesa sai materialmente beneficiada após a Grande Guerra. Este reforço mercantil deve-se sobretudo à nacionalização dos navios austro-alemães²⁴.

Tabela 1. Números da frota mercante portuguesa segundo a Lloyd's Register of Shipping por biénios

	1914-1915	1915-1916	1916-1917	1919-1920
Navios portugueses	210	206	267	227
Tonelagem	120 931 t	122 726 t	334 491 t	261 212 t

Fonte: *Lloyd's Register of Shipping*, [1915]: 961; [1916]: 931; [1917]: 851; [1920]: 960²⁵

Com o advento das campanhas submarinas sem restrições e com a participação portuguesa na conflagração mundial, a partir de 9 de março de 1916, a operacionalidade da frota mercantil portuguesa seria progressivamente coartada: a marinha mercante registou baixas consideráveis. A historiografia não é unânime quanto ao número de naufrágios portugueses durante a Grande Guerra, verificando-se algumas discrepâncias no que toca à metodologia empregue nas publicações disponíveis. Alguns autores propuseram listagens assinaláveis²⁶, porém, no âmbito deste artigo, apenas considerámos os naufrágios verificados ao largo da costa portuguesa. A nossa análise fará uso de uma grandeza por nós apurada em estudos anteriores.

3. OS NAUFRÁGIOS NA FRENTE MARÍTIMA PORTUGUESA

Neste artigo compreendemos a *Frente Marítima Portuguesa* como uma ampla área marítima que é limitada pelos espaços insulares macaronésios sob administração portuguesa à época — Açores, Madeira e Cabo Verde — e a costa continental de Portugal: o nosso meridiano tem como extremo norte o cabo Villano (Galiza, Espanha) e como extremo sul a ponta de Nhô Martinho (ilha Brava, Cabo Verde); no tocante ao nosso paralelo, os limites são fixados a oeste pelo ilhéu de Monchique (ilha das Flores, Açores) e a este pela cidade portuária espanhola de Huelva, na foz dos rios Odiel e Tinto (Andaluzia, Espanha).

²⁴ A partir de 23 de fevereiro de 1916, Portugal requisitou 72 austro-alemães, a pedido da Grã-Bretanha, num total de 242 441 toneladas.

²⁵ Os registos da *Lloyd's Register of Shipping* não apresentam dados sobre a frota mercante portuguesa durante o ano de 1918.

²⁶ BRANDÃO, 2015: 162-188; COSTA, 2015; INSO, 2006: 155-158; MONIZ, 1919: 354-357; PEREIRA, 2010: 489-519; RUSSO, 2018b; SILVA, 2017: 413-423.

Compreendemos a *Frente Marítima Portuguesa* não como um espaço de domínio naval exercido pela nação republicana, mas sim como uma demarcação geográfica utilitária, com o objetivo de aglutinar boa parte das operações navais que tiveram repercussões diretas em Portugal. Incluímos igualmente uma parte considerável da costa galega e andaluza na nossa demarcação, de modo a proporcionar uma margem confortável para analisarmos alguns naufrágios tanto a norte do arquipélago açoriano como a este da costa algarvia. Uma boa referência neste âmbito será a obra de António José Telo e Augusto Salgado, que propõe uma delimitação semelhante com o nome de *Atlântico Português*. Contudo, esta mundividência atlântica difere ligeiramente da nossa. Para os autores em causa, o *Atlântico Português* é demarcado pelos vértices Finisterra e Cabo Verde, a norte e a sul, respetivamente, e, no que toca aos extremos oeste e este, o *limes* é definido pelos Açores e por Portugal continental²⁷.

No que concerne à quantificação dos naufrágios portugueses, a obra destes autores apresenta, na nossa ótica, o valor mais verosímil em relação às baixas registadas neste espaço marítimo. Tal consideração deve-se, sobretudo, ao caráter holístico deste estudo: segundo os seus cálculos, os submarinos alemães afundaram 275 embarcações²⁸ nesta extensão oceanográfica, perfazendo um total de 605 700 toneladas²⁹. De acordo com Telo e Salgado, este universo de naufrágios representa menos de 5% do total dos navios afundados em toda a guerra³⁰, considerando que os *U-boats* destruíram 6349 embarcações durante a Primeira Guerra Mundial, num total de 11,9 milhões de toneladas³¹.

Apesar dos avanços de Telo e Salgado, a nossa análise socioeconómica tem como base uma grandeza esboçada em estudos anteriores, no espaço por nós demarcado — 172 naufrágios, dos quais 54 arriavam o pavilhão português e 118 pavilhão estrangeiro³². As nossas investigações mais recentes apontam para um número ligeiramente superior, contudo a escolha desta amostra reside no facto de que se trata efetivamente de um universo que conhecemos bem à luz da erudição histórica. Apesar de o diâmetro da nossa amostra espelhar de um modo considerável os impactos em análise, admitimos que estes números possam ser alterados num futuro próximo.

²⁷ TELO, SALGADO, 2018: I, 10.

²⁸ Este valor compreende navios de pavilhão português e estrangeiro.

²⁹ TELO, SALGADO, 2018: II, 128.

³⁰ TELO, SALGADO, 2018: II, 128.

³¹ FAULKNER, 2015: 61.

³² Os números em questão baseiam-se na listagem da dissertação (*Con*) *Viver com o Inimigo — A Atividade Submarina Alemã durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. No âmbito deste artigo excluímos os caça-minas NRP *Roberto Ivens* e o vapor patrulha NRP *Augusto de Castilho*, pois não eram navios mercantes; por esta mesma razão não incluímos o navio de guerra francês *Suffren* — um dos maiores navios afundados durante a Primeira Guerra Mundial. Este número também não contabiliza alguns navios que em trabalhos anteriores consideramos afundados, como é o caso das embarcações *Desertas*, *Cabo Blanco*, *Benledi* e *Triana*.

4. OS NAUFRÁGIOS DE PAVILHÃO ESTRANGEIRO E MOVIMENTO PORTUÁRIO

É-nos fundamental correlacionar o número de naufrágios provocados pela arma submarina alemã com as informações disponíveis sobre o movimento portuário português durante esta fatia temporal. Nesta conjuntura, as fontes primárias fornecem-nos um panorama bastante elucidativo sobre o agravamento da anemia económica vivenciada em Portugal: a dependência portuguesa do fluxo mercantil estrangeiro, já de si crónica, conhece o seu paroxismo com a Grande Guerra, como é visível no Gráfico 1.

O número de navios fundeados nos portos portugueses sofre um decréscimo periclitante desde 1914, verificando-se a maior queda entre os anos de 1914 e 1915. Esta descida acentuada é explicada pela disrupção comercial entre a Alemanha e Portugal: centenas de navios mercantes alemães refugiaram-se em vários portos neutrais, incluindo os portugueses³³. Com o eclodir da conflagração mundial, Portugal perdia o seu segundo maior parceiro comercial — a Alemanha: se em 1913 entravam 2013 navios de pavilhão alemão nos portos portugueses (18,9% de todos os navios entrados em Portugal nesse ano), em 1915, só se registou a chegada de um único navio teutónico. Homologamente, entre 1916 e 1917, assiste-se a uma diminuição drástica do número de navios mercantes estrangeiros com destino aos ancoradouros portugueses, o que teve como consequência direta uma revalorização dos ativos mercantis nacionais. Concludentemente e sem surpresas, o número total de navios entrados em Portugal não parou de diminuir entre 1914 e 1918.

Tabela 2. Número de navios entrados em Portugal entre 1914-1918

	1914	1915	1916	1917	1918
Navios portugueses	3359	3387	3515	4074	3961
Navios estrangeiros	5748	4168	3769	1786	1605
Total de navios entrados em Portugal	9107	7555	7284	5860	5566

Fonte: REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério das Finanças. DGE, 1916: 518-519; 1918: 466-467; 1919: 442-443; 1920: 359; 1921: 324-325

No que toca aos navios de pavilhão estrangeiro, os britânicos foram os que registaram mais baixas nestas águas, com uma perda total de 32 navios. Este número não é particularmente surpreendente, porque a Grã-Bretanha era o principal parceiro comercial de Portugal à época e detinha, indubitavelmente, a maior força mercantil do globo nas vésperas do conflito: em 1914, o Império Britânico

³³ FERRO, 1990: 169.

contava com 11 287 embarcações, num total de 20 431 543 toneladas de arqueação, representando 47% de toda a tonelagem mundial³⁴. A guerra iria subverter a predominância comercial britânica somente em 1918, verificando-se uma diminuição acentuada das visitas britânicas ao longo da guerra. Logo a seguir aos britânicos, os noruegueses foram os que registaram uma perda significativa de ativos navais, com 22 naufrágios. Em terceiro lugar estão os navios de pavilhão italiano, com uma perda de 18 embarcações. Outras nações apresentam uma representatividade considerável, como é observável no Gráfico 1.

No que diz respeito aos naufrágios de pavilhão estrangeiro, é interessante examinar os dados proporcionados pela *Estatística Comercial* durante o quadriênio 1914-1918. Como mencionámos anteriormente, há uma clara diminuição do tráfego portuário português durante o conflito, pelo que, com base nos Gráficos 1 e 2, podemos concluir três aspetos de relevo científico.

Em primeiro lugar, são as nações anglo-saxónicas que asseguram em grande medida o fluxo do comércio externo português. Os navios mercantes britânicos são os que mais visitam a costa portuguesa durante toda a guerra, exceto no último ano do conflito quando são superados pelas embarcações de pavilhão americano. Neste domínio, é particularmente curioso averiguar o papel dos Estados Unidos da América. Se em 1914 os Estados Unidos eram um parceiro comercial de importância marginal, em 1918, são o principal interlocutor mercantil de Portugal: no primeiro ano da guerra entraram apenas 10 navios norte-americanos nos portos portugueses; em 1918, registava-se a chegada de 576 navios desta nacionalidade, num total de 856 675 toneladas de arqueação bruta³⁵ — um crescimento extraordinário. De acordo com os nossos dados, somente os navios de pavilhão americano registaram um aumento consistente durante toda a guerra, o que espelha o crescente predomínio americano verificado no pós-guerra, enquanto potência marítima incumbente.

Em segundo lugar, damos enfoque ao papel dos navios de pavilhão neutro, que não colmataram efetivamente os vazios comerciais deixados pelas nações beligerantes. Este fenómeno é talvez explicável pela intensificação da guerra submarina no Atlântico, a partir do inverno de 1916, assim como noutros teatros de guerra naval, como o mar do Norte, o golfo da Biscaia e o Mediterrâneo. Há um claro decréscimo no que toca às entradas das embarcações mercantis de pavilhão neutral, como é o caso dos navios noruegueses, dinamarqueses, holandeses e suecos. De um modo geral, entre 1914 e 1918, o número de entradas de navios de pavilhão neutral minorou, salvo algumas oscilações pontuais. Algumas nações neutras, como a Suécia ou os Países Baixos, que eram parceiros comer-

³⁴ *Lloyd's Register of Shipping*, [1915]: 961.

³⁵ REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério das Finanças. DGE, 1916: 518-519; 1921: 324-325.

ciais relativamente importantes para Portugal no início do conflito, tornaram-se comercialmente insignificantes em 1918.

Por último, destacamos a descida abrupta da tonelagem de arqueação bruta estrangeira (cf. Gráfico 2). Em 1914, Portugal recebia 20 505 334 t de arqueação³⁶; e, em 1918, os cais portugueses acolheram apenas 3 285 833 t — uma queda muitíssimo acentuada, ao ponto de estes valores estarem relativamente próximos da tonelagem portuguesa disponível no último ano da guerra³⁷. Houve evidentemente um *continuum* no decréscimo do número de navios de pavilhão estrangeiro nesta cronologia, o que, para uma economia totalmente dependente dos fretes provenientes do exterior, era catastrófico. Porém, é seguro concluir que Portugal, apesar dos seus recursos navais modestos, otimizou a sua frota mercantil durante o conflito mundial numa tentativa de assegurar o difícil diálogo comercial com o exterior: se no primeiro ano do conflito a frota mercantil portuguesa representava 8,4% de todas as entradas portuárias, em 1918, esta percentagem rondava os 39,2%. Naturalmente, a adição das unidades alemãs requisitadas na frota comercial portuguesa protagonizou esta mudança no panorama portuário nacional.

Os dados por nós recolhidos dão-nos um quadro muito preciso sobre o agravamento da crise das subsistências e do crescente agudizar da crise alimentar portuguesa, com a diminuição dos ancoramentos de embarcações de pavilhão estrangeiro; um dos epifenómenos mais nefastos para a economia e sociedade portuguesa. Faltavam praticamente todos os bens essenciais e não essenciais, como as demais fontes primárias e a historiografia nos sugerem, com claro destaque para o trigo, que se tornava crescentemente escasso ao longo da guerra. Se aprioristicamente Portugal já vivenciava uma grave escassez frumentária, com a conflagração mundial, o trigo tornou-se verdadeiramente exótico: em 1916, a república peninsular importava 182 000 toneladas de trigo (metade do seu consumo); no ano seguinte, os portos portugueses apenas conseguiram aceder a 55 000 toneladas deste cereal³⁸. A. H. de Oliveira Marques sugere mesmo que a revolução sidonista de dezembro de 1917 foi em parte motivada pelo agravamento da carestia do pão, fruto da desorganização da navegação mercantil e da redução das importações de trigo³⁹. Em 1918, registaram-se igualmente convulsões sociais significativas pelos mesmos motivos.

36 REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério das Finanças. DGE, 1916: 518-519.

37 REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério das Finanças. DGE, 1921: 324-325.

38 RAMOS, MONTEIRO, SOUSA, 2009.

39 MARQUES, 2010: 21.

5. OS NAUFRÁGIOS DE PAVILHÃO PORTUGUÊS E MOVIMENTO PORTUÁRIO

No que concerne às perdas portuguesas, contabilizámos um total de 54 embarcações afundadas, o que perfaz um total de 31% do total dos naufrágios de acordo com a nossa amostra. Grande parte dos navios nacionais naufragados no *Atlântico Português* eram navios que empregavam o velame: eram sobretudo veleiros, escunas, traineiras, palhabotes, lugres, caíques e outros tipos de embarcações. Dos 58 navios portugueses afundados, somente 14 eram vapores.

De acordo com as Tabelas 2 e 3, podemos retirar algumas conclusões importantes. As Tabelas objetivam produzir uma correlação entre os navios portugueses perdidos e os dados empíricos fornecidos pelos volumes da *Estatística Comercial* remetentes aos anos em análise. De acordo com as Tabelas 2 e 3, podemos confirmar ligeiras oscilações no número de navios aportados e devida arqueação entre 1914 e 1916, contudo é verificável que entre o biénio 1916-1917 há um ligeiro aumento no número de embarcações que dão entrada em Portugal, porém a arqueação é ligeiramente menor. A partir de 1917, há uma ténue descida no número de entradas e a tonelagem segue a tendência verificada a partir de 1916, de um modo bastante mais expressivo. Os valores verificados no ano de 1917 são síncronos com a intensificação da guerra submarina em termos globais — em 1917, os alemães afundaram aproximadamente 3 255 600 toneladas em todos os teatros marítimos⁴⁰. Neste mesmo ano, Portugal perde 35 embarcações ao largo da sua costa.

Tabela 3. Tonelagem de arqueação dos navios entrados em Portugal entre 1914-1918

	1914	1915	1916	1917	1918
Navios portugueses	1 735 298 t	1 647 459 t	1 795 260 t	1 537 902 t	1 288 066 t
Navios estrangeiros	18 770 036 t	11 398 442 t	7 982 851 t	3 368 697 t	1 997 767 t
Arqueação bruta total	20 505 334 t	13 045 901 t	9 778 111 t	4 906 599 t	3 285 833 t

Fonte: REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério das Finanças. DGE, 1916: 518-519; 1918: 466-467; 1919: 442-443; 1920: 359; 1921: 324-325

Em relação à Tabela 4, é notório que as viagens de longo curso e a pequena cabotagem ganham importância ao longo do conflito. A grande cabotagem, apesar de um tímido aumento entre 1914 e 1916, desce consideravelmente a partir de 1917. Em conformidade com os dados exibidos na *Estatística Comercial*, é possível comprovar que o emprego dos vapores em rotas de longo curso conhece um crescimento até 1916, porém, a partir do ano seguinte, há pratica-

⁴⁰ GIBSON, PRENDERGAST, 2003: 382.

mente uma estagnação. É também verificável que a aplicação de vapores na grande e pequena cabotagem perde importância ao longo da guerra. No que toca aos veleiros, denota-se um crescimento sustentado nas suas rotas de longo curso e pequena cabotagem, especialmente nos últimos três anos. A grande cabotagem raramente empregou este tipo de embarcações durante esta cronologia.

Tabela 4. Navegação e emprego dos navios de pavilhão português entrados em Portugal entre 1914-1918

	1914	1915	1916	1917	1918
Longo curso	209	301	393	344	411
Grande cabotagem	111	131	150	92	68
Pequena cabotagem	3039	2955	2972	3638	3482

Fonte: REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério das Finanças. DGE, 1916: 518-519; 1918: 466-467; 1919: 442-443; 1920: 359; 1921: 324-325

Neste quadro, é natural que formulemos a seguinte questão: terá a ação da guerra submarina alterado os principais eixos de navegação dos navios de pavilhão português durante a Primeira Guerra Mundial? Muito provavelmente sim, todavia, não podemos sustentá-lo com segurança em alguns pontos do país. Algumas fontes dão-nos pistas neste sentido, porém, ainda não possuímos dados suficientes para concebermos um quadro verdadeiramente esclarecedor. Segundo a nossa investigação, foram os espaços insulares que mais sofreram com a guerra submarina: é o caso dos Açores, de Cabo Verde e da Madeira.

Talvez o caso mais paradigmático neste ponto seja o do arquipélago da Madeira. Segundo o periódico «Diário da Madeira», o vapor *San Miguel*, uma das poucas embarcações portuguesas que visitavam os arquipélagos da Madeira e dos Açores durante este período, alterou imediatamente a sua rota, após o bombardeamento do Funchal, a 3 de dezembro de 1916⁴¹. Outro testemunho importante será o de Silvano Sátiro Silva, um estudante de direito madeirense, que redigiu um artigo no periódico «A Capital» sobre a precária situação vivida no seu arquipélago, após o segundo bombardeamento à capital madeirense, a 12 de dezembro de 1917. Segundo o estudante, vários navios estrangeiros deixaram de ancorar no Funchal devido ao perigo da ação submarina, o que agravou definitivamente a fome neste território insular⁴². A par da diminuição do movimento portuário no porto funchalense, vários estratos sociais, cujo sustento advinha do mar, foram severamente afetados pela ação submarina⁴³. Silvano fala-nos de um «bloqueio submarino» que circundava a Madeira⁴⁴. Neste quadro, os parlamentares republi-

⁴¹ Vapor *San Miguel* [...], 3 jan. 1917: 2.

⁴² Fome na Madeira, 27 dez. 1917: 1.

⁴³ Fome na Madeira, 27 dez. 1917: 1.

⁴⁴ Fome na Madeira, 27 dez. 1917: 1.

canos, que representam a Madeira e Cabo Verde, pedem ao governo mais carreiras para estes espaços insulares, sugerindo mesmo a obrigatoriedade de visita dos navios das companhias marítimas nacionais⁴⁵. No que toca aos Açores, a navegação não parece tão preocupante como na Madeira a confiar nos testemunhos dos deputados republicanos, apesar dos torpedeamentos registados ao largo do arquipélago e a manifesta falta de transportes marítimos⁴⁶. Mais tarde, o apoio americano nos Açores iria assegurar a sustentabilidade alimentar e económica do arquipélago⁴⁷.

6. OS IMPACTOS SOCIOECONÓMICOS

As fontes primárias consultadas são bastante elucidativas sobre o modo como a sociedade portuguesa percecionava as campanhas submarinas alemãs no atlântico luso: os tripulantes dos *U-boats* germânicos são apelidados de *piratas*⁴⁸ e os seus atos bélicos são designados como *pirataria boche*⁴⁹ ou *obra dos piratas*⁵⁰. A par da imprensa, a classe política portuguesa não era indiferente à arma submarina: em novembro de 1916, António José de Almeida, presidente do Ministério da União Sagrada, alegava que a ação submarina no Algarve era um dos motivos para o adiamento das eleições dos corpos administrativos⁵¹. Este sinistro episódio fez com que alguns deputados e senadores oposicionistas se referissem jocosamente às justificações de Almeida pelo adiamento de eleições⁵². Não obstante, este incidente parlamentar não ofuscou os demais problemas económicos consequentes da guerra submarina. Em dezembro de 1916, António José de Almeida, após o bombardeamento do Funchal e o ataque à canhoeira *Ibo* em Cabo Verde, declarava ao país que o Atlântico estava salpicado de submarinos⁵³. A partir deste momento, é notório que a guerra submarina se tornou uma temática bastante recorrente no debate parlamentar republicano, ao ponto de o Ministro da Marinha do governo da União Sagrada, Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, listar todas as embarcações afundadas no Senado⁵⁴. A listagem do ministro foi aplaudida, tendo em conta os precedentes censórios sobre esta matéria⁵⁵.

45 *Navegação para a Madeira e Cabo Verde*, 4 jan. 1917: 1.

46 REPÚBLICA PORTUGUESA, 1917e: 13.

47 TELO, SALGADO, 2018: II, 43.

48 *De que modo os piratas são reabastecidos no mar*, 5 mai. 1916: 1.

49 *A Pirataria Boche* [...], 9 out. 1918: 1.

50 *Obra de Piratas* [...], 5 set. 1918: 1.

51 REPÚBLICA PORTUGUESA, 1916c: 7.

52 REPÚBLICA PORTUGUESA, 1917b: 23; 1917c: 37.

53 REPÚBLICA PORTUGUESA, 1916a: 7.

54 REPÚBLICA PORTUGUESA, 1917d: 21.

55 REPÚBLICA PORTUGUESA, 1917d: 21.

No que toca aos impactos económicos propriamente ditos, há testemunhos bastante esclarecedores contidos nas fontes consultadas. A análise dos Debates Parlamentares é particularmente profícua neste âmbito, sendo observável a percepção política e social sobre a guerra submarina. Em dezembro de 1916, a situação não parecia preocupante. O deputado Costa Júnior afirmou que Portugal era o país onde a crise das subsistências menos se fazia sentir, devido à situação geográfica do país e à atividade marginal dos submarinos alemães perante as linhas de abastecimento marítimas⁵⁶. No mês seguinte, o tom parlamentar era completamente diferente: o deputado Jorge Vasconcelos Nunes interpelou os Ministros do Trabalho e das Finanças na Câmara dos Deputados, aludindo ao aumento exponencial do preço do trigo, devido à escassez de transportes e à relutância dos armadores em criar mais carreiras de navegação, fruto da ação submarina⁵⁷. Praticamente um ano depois, o Senado republicano admite uma situação ainda mais difícil: a intensidade da guerra submarina tinha aumentado exponencialmente o preço dos fretes e dos seguros marítimos, assim como o abastecimento de trigo⁵⁸.

As fontes primárias consultadas são claras quanto aos impactos produzidos pela operacionalidade dos submarinos. De acordo com a nossa investigação, os óbices à navegação afetaram sobretudo o preço dos bens de primeira e segunda necessidade; o preço dos fretes e seguros marítimos; o agravamento da crise das subsistências e a sustentabilidade da metrópole e respetivos territórios insulares. Através da consulta das fontes hemerográficas e acesso ao endereço eletrónico uboat.net, foi-nos possível apurar a carga e destino dos navios naufragados ao largo da costa portuguesa. Pelo menos 24 dos navios afundados destinavam-se aos portos portugueses, como é o caso do vapor dinamarquês *Terje Vikken*, que continha 5500 toneladas de trigo destinadas à praça de Lisboa⁵⁹. No que diz respeito à carga dos navios naufragados, podemos aferir que a esmagadora maioria destes transportava víveres e recursos energéticos, numa amostra de 61 navios.

Neste enquadramento, permanece a seguinte questão: quais os setores económicos mais afetados pela arma submarina? De acordo com a nossa investigação, conseguimos apurar quais as franjas económicas incorridas neste teatro marítimo. Destacamos, em primeiro lugar, o setor pesqueiro português. Existem fortes indícios de que este setor vivenciou uma crise assinalável durante este período. De acordo com a nossa amostra, conseguimos aferir pelo menos 10 naufrágios que pertenciam a entidades ligadas ao setor das pescas e das conservas, como é o caso das companhias da Sociedade das Pescarias de Viana, a Lusitânia

⁵⁶ REPÚBLICA PORTUGUESA, 1916b: 7.

⁵⁷ REPÚBLICA PORTUGUESA, 1917b: 22.

⁵⁸ REPÚBLICA PORTUGUESA, 1917a: 11.

⁵⁹ *Afundamento de um vapor norueguês com carregamento de trigo*, 19 abr. 1916: 2.

Companhia Portuguesa de Pesca e Parceria de Pescaria Portuense, por exemplo (cf. Tabela 5). Outro ponto importante será a inoperância das unidades pesqueiras. A título de exemplo, em dezembro de 1917, várias traineiras pesqueiras permaneceram no porto de Leixões com receio da atividade submarina no norte da costa portuguesa, verificando-se uma paralisação na indústria pesqueira local⁶⁰.

Em segundo lugar, verificámos que alguns dos navios afundados tinham como operadoras entidades empresariais ou industriais portuguesas, como é o caso do vapor *Lusitano*, que pertencia à Companhia União Fabril, e o lugre *Gamo*, que pertencia à Empresa Salles (cf. Tabela 5). Outros exemplos paradigmáticos são o afundamento do vapor *Espinho*, que pertencia aos Transportes Marítimos do Estado; e a destruição do navio *Serra do Gerês*, que pertencia à Empresa Industrial Marítima (cf. Tabela 5). Neste campo contabilizámos 37 embarcações portuguesas pertencentes a particulares ou a unidades do tecido empresarial português (cf. Tabela 5). De acordo com a nossa investigação, são sobretudo as entidades ligadas à indústria conserveira, os armadores de importância regional e as companhias de navegação que registaram mais baixas marítimas. Podemos também identificar os impactos económicos a nível regional, dado que boa parte destas embarcações pertencia a entidades sediadas em Aveiro, Figueira da Foz, Lisboa, Porto, Olhão e Viana do Castelo, a «gravitas» da indústria naval, conserveira e pesqueira do país.

A nível social, destacamos dois fenómenos que conseguimos identificar através das fontes primárias. À cabeça, destacamos a mobilização da sociedade civil perante as vítimas da guerra submarina. Várias entidades e personalidades civis reuniram esforços para acudir os demais náufragos portugueses. É o caso da iniciativa dos cabos da Armada na primavera de 1917, que recolheram várias verbas no sentido de auxiliar os náufragos dos quatro caíques pesqueiros atacados pelo submarino UC-67. Entidades como a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, Companhia União Fabril e Companhia Fluvial de Navegação doaram somas significativas aos cabos da Armada no âmbito desta iniciativa⁶¹. Mais tarde juntar-se-iam personalidades ilustres como o escritor Guerra Junqueiro, a Marquesa de Fontes ou o industrial Leopoldo Wagner⁶². Outro exemplo neste sentido será a distribuição de donativos aos familiares das vítimas do bombardeamento ao Funchal, a 3 de dezembro de 1916, pelas principais figuras do arquipélago⁶³.

Por fim, no campo social, destacamos os aparentes casos de cooperação civil com o inimigo, como conseguimos verificar na Madeira, no Algarve e mais mediaticamente em Esposende. O caso de Esposende é particularmente inte-

⁶⁰ *Submarinos na costa norte*, 18 dez. 1917: 1.

⁶¹ *Iniciativa dos cabos da Armada*, 13 abr. 1917: 3.

⁶² *Vítimas do Submarino Boche*, 14 abr. 1917: 3.

⁶³ *Ainda o torpedeamento de 3 de dezembro no porto do Funchal* [...], 1 jul. 1917: 1.

ressante, verificando-se a apreensão de várias caixas com ovos, aparentemente destinadas ao abastecimento das tripulações submarinas alemãs, por parte das autoridades locais⁶⁴. Não temos qualquer evidência que tal tenha efetivamente acontecido, porém tal episódio fez com que o governador civil de Braga, Eduardo Cruz, visitasse o local a fim de averiguar o caso⁶⁵. Algumas fontes confirmam que Eduardo Cruz confirmou esta cooperação civil, cuja prática se verificava numa extensa faixa do litoral norte português, entre Apúlia e S. Bartolomeu do Mar⁶⁶. O caso ganharia notoriedade: o Ministério da Marinha averiguou casos semelhantes nas demais capitânias do país⁶⁷, e, após este incidente, o assunto chega mesmo à Câmara dos Deputados⁶⁸. Independentemente da veracidade deste episódio, o clima de suspeição, por parte das autoridades locais e governamentais, é inegável. A própria Grã-Bretanha admitia esta realidade em todo o território peninsular⁶⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos desenvolvimentos da nossa investigação, não é ainda possível compreender se os impactos diretos foram mais determinantes que os indiretos, no que toca à ação submarina nos demais teatros da guerra naval: o apuramento das correlações e causalidades indiretas necessitará de um cruzamento exaustivo com fontes estrangeiras. No entanto, é absolutamente claro que os espaços insulares portugueses foram particularmente fustigados pela guerra submarina. As incursões alemãs periferezavam inevitavelmente estes territórios: as suas parcas defesas costeiras e a sua posição geográfica fizeram com que as próprias companhias de navegação nacionais evitassem ancorar nos seus cais. Conjunturalmente, o preço dos fretes aumentou a pique, ao ponto de a Empresa Insulana de Navegação cobrar uma sobretaxa de 100% em meados de 1917⁷⁰. Em contraste, a situação vivida no território metropolitano não parece tão grave, porém, o porto de Lisboa, o principal epicentro portuário do país, não escoava as mercadorias provenientes do exterior por decisão governamental⁷¹.

Como verificámos, são identificáveis várias alterações na navegação e no movimento portuário português. Não obstante, valerá perguntar: terão sido estas dinâmicas de navegação e comércio intensificadas pela ação submarina ao largo

⁶⁴ *A iniciativa dos marinheiros*, 3 mai. 1917: 3.

⁶⁵ AHDM. *Ministério das Finanças. Direção Geral das Alfândegas*, 2.ª Repartição, 2.ª Secção, Núcleo 419 (19 mai. 1917).

⁶⁶ *Visita de Eduardo Cruz a Espozende*, 6 mai. 1917: 1.

⁶⁷ AHDM. Documentação avulsa. Núcleo 419.

⁶⁸ REPÚBLICA PORTUGUESA, 1917f: 25.

⁶⁹ TELO, SALGADO, 2018: II, 102-103.

⁷⁰ *Marinhas de Comércio Portugal*, 1917: 291.

⁷¹ VAN ROSSUM, 2011: 102.

da costa portuguesa, em primeiro lugar, ou pelas incursões navais alemãs nos teatros centrais da guerra no mar, que já se faziam sentir no inverno de 1915? Cremos que uma conjugação de ambas as causalidades será a resposta mais prudente por agora. É certo que o bombardeamento de Valentiner ao Funchal, a 3 de dezembro de 1916, inaugurou a guerra submarina no Atlântico, deixando os Aliados receosos e surpresos⁷², todavia, a *Frente Marítima Portuguesa*, de um modo geral, apresenta-se como um teatro de guerra periférico ao longo do conflito, apesar de que, Portugal, em 1914, detinha o sétimo lugar entre os países com maior provimento portuário⁷³.

Segundo o autor Lawrence Sondhaus, o bombardeamento ao Funchal pelo *U-38* e as incursões do *U-35* na *Frente Marítima Portuguesa* (Atlântico) foram na verdade uma extroversão momentânea do palco naval mediterrânico⁷⁴. O mesmo autor assume que a operacionalidade dos *U-boats* neste espaço oceânico (eixo Açores-Madeira-Gibraltar-Lisboa), no período 1917-1918, se deve, em grande parte, à incapacidade alemã em detetar as principais linhas de comboios aliados⁷⁵. Segundo Augusto Salgado, a secundariedade do espaço atlântico português deveu-se sobretudo à tardia operacionalidade dos *submarinos-cruzadores*⁷⁶, cujo raio de ação era muito considerável à época, e à eficácia da *naval intelligence* dos britânicos, que melhoraram o sistema de alerta no Atlântico, mesmo antes de o sistema de comboios dos Aliados apresentar uma solução eficaz na guerra anti-submarina, a partir de abril de 1918⁷⁷.

Em suma, o teatro naval português era incurso consoante a dilatação das campanhas submarinas provenientes dos principais teatros do conflito. Assim, a aglutinação da *Frente Marítima Portuguesa* no raio da ação submarina poderá ter agravado a crise das subsistências portuguesa de um modo centrífugo, mesmo que esta já fosse danosa de um modo indireto desde 1914. Não obstante, é seguro admitir que a atividade submarina na *Frente Marítima Portuguesa* teve obviamente impactos socioeconómicos nefastos para economias insulares portuguesas, e, em menor escala, no Portugal continental. A compreensão destas dinâmicas, enleadas e contextualizadas de acordo com a progressão do conflito global no mar, é evidentemente o maior desafio científico nesta área.

72 GIBSON, PRENDERGAST, 2003: 134.

73 PIRES, 2011: 74.

74 SONDHHAUS, 2017: 182.

75 SONDHHAUS, 2017: 193.

76 Os *submarinos-cruzadores* alemães, da classe *U-151*, foram concebidos para grandes viagens oceânicas, com fins comerciais e logísticos. Estes submarinos começaram a operar com maior frequência a partir do ano de 1917.

77 SALGADO, 2019: 16.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Histórico de Marinha

AHDM. Ministério das Finanças. Direção Geral das Alfândegas, 2.ª Repartição, 2.ª Secção, Núcleo 419. P/26/388/1.

AHDM. Documentação avulsa. Núcleo 419. P8/H58/F177.

FONTES IMPRESSAS

[LLOYD'S Register of Shipping]. *From 1st July, 1913, to the 30th June, 1914*. London: Printed by [Lloyd's Register of Shipping], at the Society's Printing House, [1914]. Disponível em <<https://archive.org/details/HECROS1914SV/page/n9/mode/2up>>.

LLOYD'S Register of Shipping. *From 1st July, 1914, to the 30th June, 1915*. London: Printed by Lloyd's Register of Shipping, at the Society's Printing House, [1915]. Disponível em <<https://archive.org/details/HECROS1915SV>>.

LLOYD'S Register of Shipping. *From 1st July, 1915, to the 30th June, 1916*. London: Printed by Lloyd's Register of Shipping, at the Society's Printing House, [1916]. Disponível em <<https://archive.org/details/HECROS1916SV/page/n5/mode/2up>>.

LLOYD'S Register of Shipping. *From 1st July, 1916, to the 30th June, 1917*. London: Printed by Lloyd's Register of Shipping, at the Society's Printing House, [1917]. Disponível em <<https://archive.org/details/HECROS1917SV/page/n9/mode/2up>>.

LLOYD'S Register of Shipping. *From 1st July, 1919, to the 30th June, 1920*. London: Printed by Lloyd's Register of Shipping, at the Society's Printing House, [1920]. Disponível em <<https://archive.org/details/HECROS1920ST/ROS1920ST%20Combined/page/n959/mode/2up?q=960>>.

MARINHAS de Comércio Portugal. «Anais do Clube Militar Naval». XVIII (1917) 291.

REPÚBLICA PORTUGUESA (1916a). *Sessão n.º 4*. «Diário do Senado». (1916-12-06) 7.

REPÚBLICA PORTUGUESA (1916b). *Sessão n.º 12*. «Diário da Câmara dos Deputados». (1916-12-20) 7.

REPÚBLICA PORTUGUESA (1916c). *Sessão n.º 96 (extraordinária)*. «Diário da Câmara dos Deputados». (1916-11-08) 7.

REPÚBLICA PORTUGUESA (1917a). *Sessão n.º 18*. «Diário do Senado». (1917-02-02) 11.

REPÚBLICA PORTUGUESA (1917b). *Sessão n.º 21*. «Diário da Câmara dos Deputados». (1917-01-24) 22-23.

REPÚBLICA PORTUGUESA (1917c). *Sessão n.º 29*. «Diário da Câmara dos Deputados». (1917-02-09) 37.

REPÚBLICA PORTUGUESA (1917d). *Sessão n.º 38*. «Diário do Senado». (1917-03-15) 21.

REPÚBLICA PORTUGUESA (1917e). *Sessão n.º 51*. «Diário do Senado». (1917-05-08) 13.

REPÚBLICA PORTUGUESA (1917f). *Sessão n.º 64*. «Diário da Câmara dos Deputados». (1917-05-08) 4, 25.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério das Finanças. DGE (1916). *Estatística Comercial — Comércio e Navegação 1914*. Lisboa: Imprensa Nacional.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério das Finanças. DGE (1918). *Estatística Comercial — Comércio e Navegação 1915*. Lisboa: Imprensa Nacional.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério das Finanças. DGE (1919). *Estatística Comercial — Comércio e Navegação 1916*. Lisboa: Imprensa Nacional.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério das Finanças. DGE (1920). *Estatística Comercial — Comércio e Navegação 1917*. Lisboa: Imprensa Nacional.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério das Finanças. DGE (1921). *Estatística Comercial — Comércio e Navegação 1918*. Lisboa: Imprensa Nacional.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

- A INICIATIVA dos marinheiros. «O Século». (3 mai. 1917) 3.
- A PIRATARIA Boche. *Como foi afundado o Brava — Trágica odisseia da sua tripulação sobrevivente.* «O Século». (9 out. 1918) 1.
- AINDA o torpedeamento de 3 de dezembro no porto do Funchal — 175\$20 vindos de Luanda para serem distribuídos às famílias das vítimas por intermédio do Diário da Madeira. «Diário da Madeira». (1 jul. 1917) 1.
- AFUNDAMENTO de um vapor norueguês com carregamento de trigo. «O Comércio do Porto». (19 abr. 1916) 2.
- DE QUE MODO os piratas são reabastecidos no mar. «A Capital» (5 mai. 1916) 1.
- FOME na Madeira. «A Capital». (27 dez. 1917) 1.
- INICIATIVA dos cabos da Armada. «A Capital». (13 abr. 1917) 3.
- NAVIOS! «O Século». (31 mai. 1917) 3.
- NAVEGAÇÃO para a Madeira e Cabo Verde. «Diário da Madeira». (4 jan. 1917) 1.
- OBRA de piratas — *As tristes proezas de um submarino boche — A três milhas da nossa barra — Foram metidos no fundo um rebocador, uma fragata, um hiate e outros pequenos barcos.* «O Século». (5 set. 1918) 1.
- SUBMARINOS na costa norte. «O Comércio do Porto». (18 dez. 1917) 1.
- VAPOR San Miguel — *Porque não tocou na Madeira na penúltima viagem, seguinte diretamente dos Açores para Lisboa.* «Diário da Madeira». (3 jan. 1917) 2.
- VISITA de Eduardo Cruz a Espozende. «O Primeiro de Janeiro» (6 mai. 1917) 1.
- VÍTIMAS do Submarino Boche. «A Capital». (14 abr. 1917) 3.

BIBLIOGRAFIA

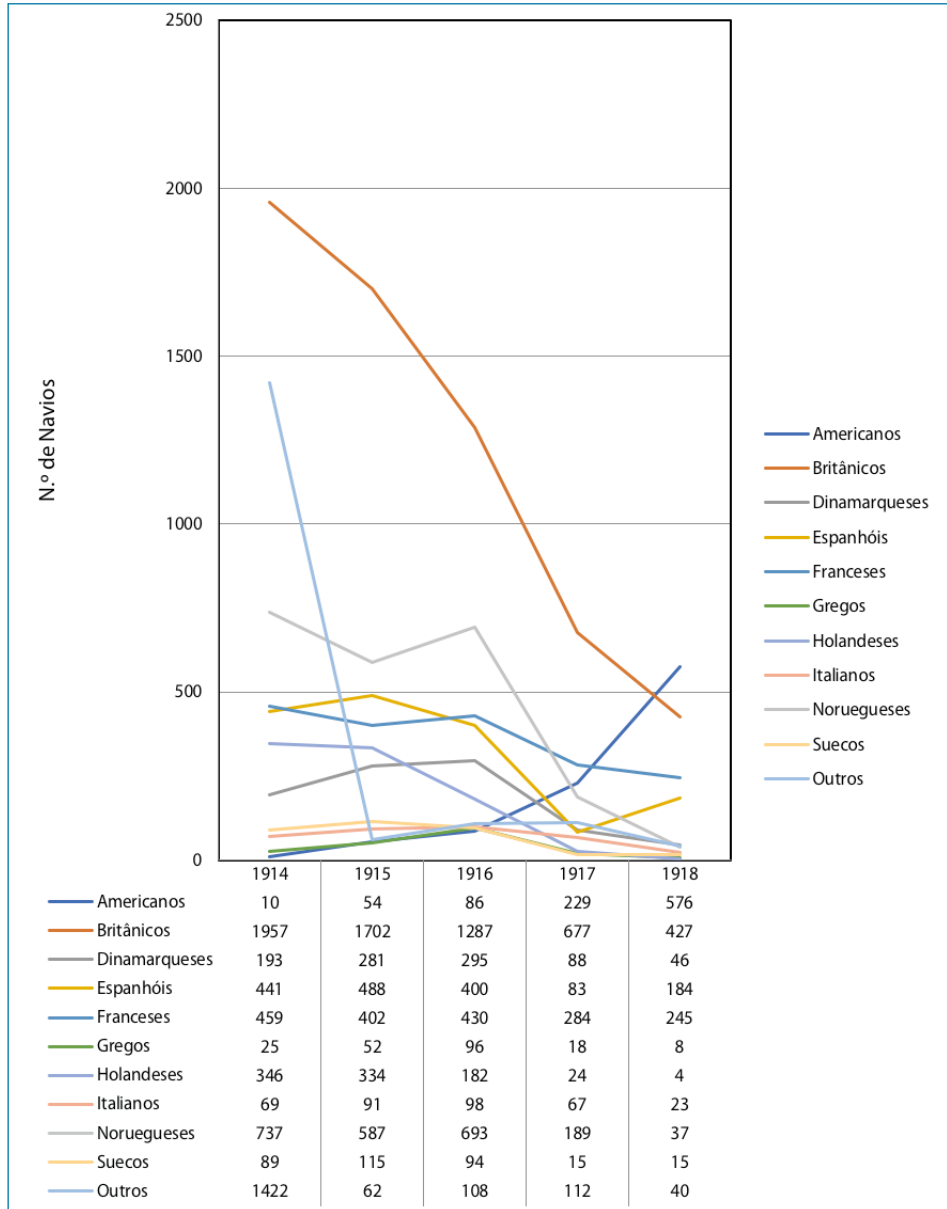
- BRANDÃO, Miguel Castro (2015). *(Con)Viver com o Inimigo — A Atividade Submarina Alemã durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Interações na Costa de Espozende.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- BRANDÃO, Miguel Castro (2018). *Ataque do UC 67 e as Perdas da Frota Pesqueira Portuguesa (17 de Março de 1917).* «Revista da Armada». XLVIII:534 (nov.) 24.
- COSTA, Paulo (2015). *As perdas da frota mercante portuguesa durante a Primeira Grande Guerra.* In *Mar: uma Onda de Progresso. Jornadas do Mar 2014.* Almada: Escola Naval, pp. 224-233.
- COSTA, Paulo (2016). *A Guerra no Mar durante a Grande Guerra: Aspectos Militares e Civis no Envolvimento Português — Fontes para o seu Estudo: o Caso do Lugre Rio Cávado.* «Nação e Defesa». 145, 153-165.
- COSTA, Paulo (2018a). *O Afundamento do Caça-minas Roberto Ivens: Fontes para o seu estudo — As Versões da Imprensa, a Nota Oficiosa do Ministério da Marinha e o Diário Náutico do Rebocador Bérrio.* In COSTA, Paulo; VALENTIM, Carlos, coord. *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra.* Lisboa: Comissão Cultural de Marinha, pp. 97-104.
- COSTA, Paulo (2018b). *A Guarnição do Caça-minas Roberto Ivens: Militares e Civis, tornados Irmãos de Armas.* In COSTA, Paulo; VALENTIM, Carlos, coord. *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra.* Lisboa: Comissão Cultural de Marinha, pp. 105-120.
- COSTA, Paulo (2018c). *A perda da Lancha-Canhóeira Tete.* «Revista da Armada». 527 (mar.) 16-17.
- COSTA JÚNIOR, José Maria Marques da (1944). *Ao Serviço da Pátria: A Marinha Mercante Portuguesa na I Grande Guerra.* Lisboa: Editora Marítimo-Colonial.
- COSTA, Paulo; MONTEIRO, Alexandre (2016). *“Tombaram combatendo um inimigo invisível”: perda e achamento do caça-minas Roberto Ivens (1917).* In *Jornadas do Mar 2016.* Alfeite: Escola Naval, pp. 318-324.

- COSTA, Paulo; MONTEIRO, Alexandre (2017). *Património Cultural Subaquático da Grande Guerra — Localização e identificação do destroço do caça-minas Roberto Ivens (1917)*. «Al-Madan». II Série. 21, 86-95. Dossier Património Cultural Subaquático da Época Contemporânea.
- COSTA, Paulo; SANTOS, Maria João; MONTEIRO, Alexandre (2016). *O Gomizianes da Graça Odemira? Investigação histórico-arqueológica sobre um sítio de naufrágio (Santo André, Santiago do Cacém)*. «Al-Madan Online». II Série. 21:1 (jul.) 72-79.
- FAULKNER, Marcus (2015). *The Great War at Sea. A Naval Atlas 1914-1919*. London: Seaforth.
- FERRO, Marc (1990). *A Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Edições 70.
- GIBSON, R. H.; PRENDERGAST, Maurice (2003). *The German Submarine War (1914-1918)*. London: Naval Institute Press.
- INSO, Jaime Correia do (2006). *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha. (Edições Culturais da Marinha).
- MARQUES, A. H. de Oliveira (2010). *A Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores.
- MONIZ, Egas (1919). *Um Ano de Política*. Lisboa: Portugal-Brasil Lda.; Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana.
- MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino (1997). *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. Vol. VIII: 1808-1975.
- PEREIRA, José António Rodrigues (2010). *Marinha Portuguesa. Nove Séculos de História*. Lisboa: Comissão Cultural de Marinha.
- PIRES, Ana Paula (2011). *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SOUSA, Bernardo Vasconcelos (2009). *A República durante e depois da guerra (1917-1926)*. In RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SOUSA, Bernardo Vasconcelos. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, cap. VII, pp. 605-627.
- ROSAS, Fernando (2018). *A Primeira República — 1910-1926*. Lisboa: Bertrand Editora.
- RUSSO, Jorge (2018a). *O Galgo e o U-35. Um David e um Golias na Grande Guerra*. «Revista da Armada». XLVIII: 534 (nov.) 21-22.
- RUSSO, Jorge (2018b). *Os navios portugueses afundados pela arma submarina alemã na Grande Guerra*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado.
- RUSSO, Jorge; SALGADO, Augusto (2014). *O Património Cultural Subaquático e a 1.ª Guerra Mundial*. «Anais do Clube Militar Naval». CXLIV, 747-567.
- RUSSO, Jorge; SALGADO, Augusto (2017). *A Arqueologia*. In RUSSO, Jorge; TELO, António José; SALGADO, Augusto. *Ações do U 35 no Algarve — 24 de Abril de 1917*. Vila do Bispo: Câmara Municipal de Vila do Bispo, pp. 145-201.
- SAECKER, Mathias (2018). *O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã*. «História: Revista da FLUP». IV Série. 8:2, 9-37.
- SAECKER, Mathias (2021). *O Ataque do Submarino Alemão U 156 ao Funchal à Luz das Alterações da Guerra Naval em 1917*. «Arquivo Histórico da Madeira». Nova Série. 3, 383-420.
- SALGADO, Augusto (2017). *A ameaça submarina Alemã na Costa Portuguesa*. In RUSSO, Jorge; TELO, António José; SALGADO, Augusto, coord. *Ações do U 35 no Algarve — 24 de Abril de 1917*. Vila do Bispo: Câmara Municipal de Vila do Bispo, pp. 91-121.
- SALGADO, Augusto (2019). *O Sistema de Comboios Aliados no Atlântico Português*. In TELO, António José; MATOS, Jorge Semedo de; MONTEIRO, Nuno Sardinha, coord. *Política e Poder Naval (1895-1922). Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Comissão Cultural de Marinha, p. 16.
- SALGADO, Augusto; RUSSO, Jorge (2015a). *O Projecto do U-35. O Afundamento do SS Nordsoen*. «Revista de Marinha». 984, 62-63.

- SALGADO, Augusto; RUSSO, Jorge (2015b). *O Projeto U-35. A Busca do Veleiro Italiano Bienaimé Prof. Luigi*. «Revista de Marinha». 983, 62-63.
- SALGADO, Augusto; RUSSO, Jorge (2015c). *O Projeto do U-35. O fim do SS Vilhelm Krag*. «Revista de Marinha». 985, 62-63.
- SALGADO, Augusto; RUSSO, Jorge (2015d). *Submarinos Alemães na Costa Portuguesa*. In *Atas do Colóquio Internacional «A Grande Guerra — Um Século Depois*. Lisboa: Fronteira do Caos Editores, pp. 173-191.
- SILVA, Joaquim Ferreira da (2017). *A Marinha de Comércio na Grande Guerra (1914-18)*. In MAIA, José dos Santos; SOARES, Luís Couto, coord. *Memórias 2016*. Lisboa: Academia de Marinha, pp. 413-423.
- SONDHAUS, Lawrence (2017). *German Submarine Warfare in World War I*. London: Rowman & Littlefield.
- TELO, António José (1993). *Os Açores e o Controlo do Atlântico*. Lisboa: Editora Asa.
- TELO, António José (2014). *A Estratégia Naval Portuguesa*. In AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos, coord. *Portugal e a Grande Guerra. As Trincheiras 1915-1917*. Vila do Conde: Verso da História, vol. 3, pp. 56-61.
- TELO, António José; SALGADO, Augusto (2018). *A Grande Guerra no Atlântico Português*. Porto: Fronteira do Caos Editores, vols. I e II.
- VAN ROSSUM, Arnold Arie (2011). *A Questão das Subsistências no Porto, no período da Grande Guerra*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- WILHELM, Eberhard Axel (2011). *O ataque de um submarino alemão no porto do Funchal em 1916*. «Revista Ilsenha». 48, 97-120.

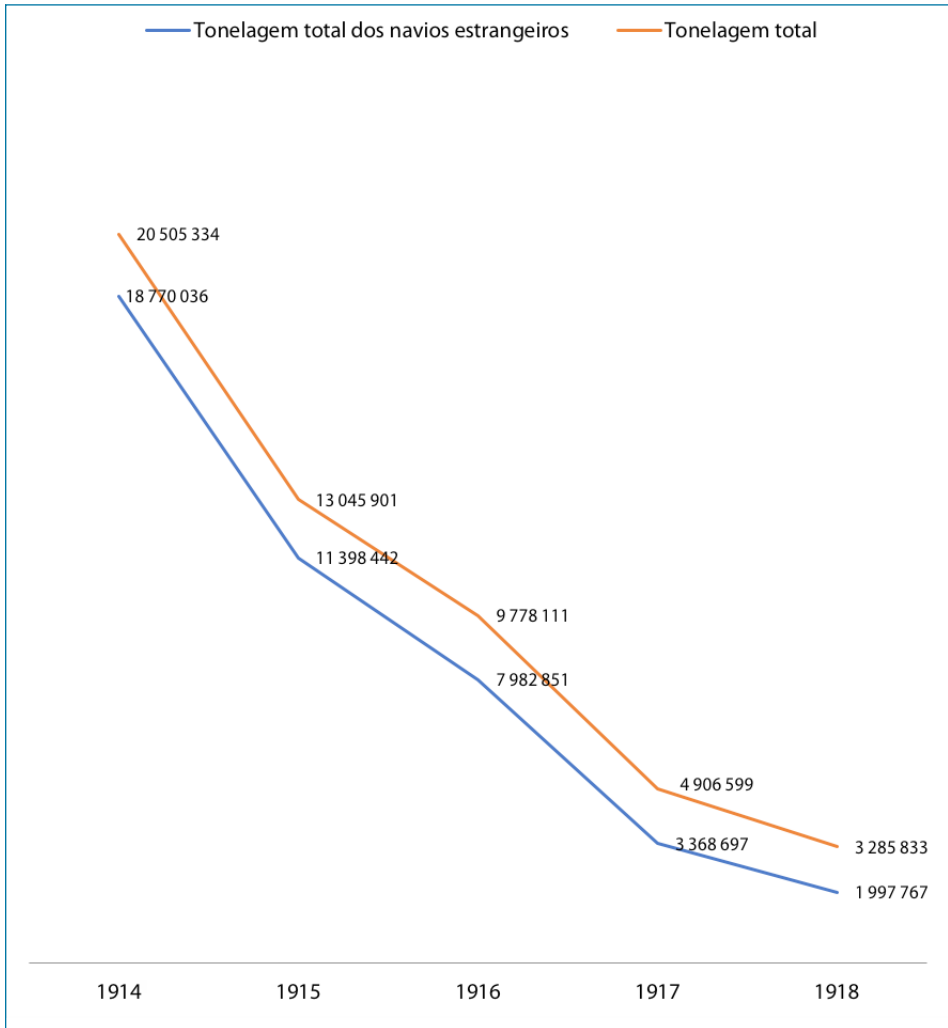
ANEXOS

Gráfico 1. Nacionalidade dos navios estrangeiros entrados em Portugal entre 1914-1918



Fonte: REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério das Finanças, DGE, 1916: 518-519; 1918: 466-467; 1919: 442-443; 1920: 359; 1921: 324-325

Gráfico 2. Tonelagem de arqueação bruta entrada em Portugal entre 1914-1918



Fonte: REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério das Finanças, DGE, 1916: 518-519; 1918: 466-467; 1919: 442-443; 1920: 359; 1921: 324-325

Tabela 5. Naufrágios pertencentes a unidades do tecido empresarial português provocados por submarinos alemães ao largo da costa portuguesa, entre 1916-1918

Nome do navio	Data do afundamento	Proprietário	Local do afundamento	Função do navio	Tipo de navio	Rota aquando do naufrágio
<i>Brizella</i>	09/12/1916	Empresa de Pesca Boa Esperança, Aveiro	Largo de Lisboa	Transporte	Lugre	Lisboa – Madeira – Nova Orleães
<i>Lima</i>	17/02/1917	A.P da Costa, Ltda., Lisboa	Próximo do Cabo Espichel	Transporte	–	Lisboa – Setúbal
<i>Primeira Flor d’Abril</i>	17/03/1917	João José Mendes, Olhão	Próximo do Cabo da Roca	Pesca	–	–
<i>Santa Rita Segunda</i>	17/03/1917	João Baptista Mendes, Olhão	Próximo do Cabo da Roca	Pesca	Caíque	–
<i>Senhora do Rosário</i>	17/03/1917	Manuel Luís Golveira, Olhão	Próximo do Cabo da Roca	Pesca	–	–
<i>Três Macs</i>	14/04/1917	J. M. da Silva Teillas, Lisboa	Próxima do Cabo Santa Maria	Transporte	–	–
<i>Ligeiro</i>	10/06/1917	Pereira & Morais, Figueira da Foz	Largo de Viana do Castelo	Transporte	Escuna	–
<i>Santa Maria</i>	10/06/1917	Sociedade das Pescarias de Viana, Viana do Castelo	Próximo das Berlengas	Pesca	–	Porto – Guiné portuguesa
<i>Espinho</i>	15/06/1917	Transportes Marítimos do Estado	Largo da costa alentejana	Transporte	Cargueiro	Casablanca – Bordéus
<i>Loanda</i>	13/07/1917	Sociedade Africana (P. dos Reis Gomes), Figueira da Foz	Próximo do Cabo da Roca	Transporte	late	–
<i>Bertha</i>	(?)/07/1917	Empresa Castro, (?)	Próximo de Vila do Conde	Transporte	late	Bordéus – Lisboa
<i>Venturoso</i>	26/07/1917	Manuel P. Serrão, Lisboa	Próximo de Póvoa do Varzim	Transporte	Lugre	Lisboa – Bordéus – Ruão
<i>Açôr</i>	17/08/1917	Parceria Portuguesa de Pescarias, Lisboa	Entre S. Vicente e Portimão	Transporte	Escuna	–
<i>Gomesianes da Graça Odemira</i>	13/09/1917	J.G. Oliveira & Cia., Lisboa	Próximo de Vila Nova de Milfontes	–	late	–
<i>Correio de Sines</i>	13/09/1917	J.M. Rodrigues & Cia., Lisboa	Próximo do Cabo de Sines	–	late	–
<i>Sado</i>	14/09/1917	A.P. da Costa, Ltda., Lisboa	Próximo do Cabo de Sines	Transporte	Lugre	Málaga – Lisboa
<i>Viajante</i>	02/10/1917	A. P. da Costa, Lisboa	Nordeste de Porto Santo	Transporte	Barca	–

Nome do navio	Data do afundamento	Proprietário	Local do afundamento	Função do navio	Tipo de navio	Rota aquando do naufrágio
<i>Trombetas</i>	(?)/11/1917	Lusitânia Cia Portuguesa de Pesca, Figueira da Foz	Sudeste da Ilha de Santa Maria	Transporte	Lugre	Figueira da Foz – St. John's, Newfoundland
<i>A Portuguesa</i>	11/12/1917	Arthur José Rebelo de Lima, Porto	Próximo de Leixões	Transporte	Veleiro	Lisboa – Porto
<i>Açoriano</i>	17/12/1917	José Patrício Alvares Ferreira, Lisboa	Noroeste da Madeira	Transporte	Escuna	Bissau – Valência
<i>Lídia</i>	26/12/1917	Joaquim José Gouveia, Porto	Sul da Ilha do Faial	Transporte	Lugre	Nova Orleães – Porto
<i>Germano</i>	26/01/1918	Empresa Salles Ltd., Lisboa	Próximo do Cabo Mondego	Pesca	Traineira	–
<i>Serra do Gerês</i>	26/01/1918	Empresa Industrial Marítima, Lisboa	Próximo das Berlengas	Pesca	Traineira	–
<i>Neptuno</i>	28/01/1918	João e Freitas Malinez, Funchal	Próximo de Lisboa	Transporte	Cargueiro	Lisboa–Funchal
<i>Rio Ave</i>	25/03/1918	Parceria Pescaria Portuense (E. Soares), Porto	Entre os Açores e a Madeira	Transporte	late	? – Lisboa
<i>Beira Alta</i>	26/03/1918	José de Almeida Júnior & Co., Figueira da Foz	Este dos Açores	Transporte	Veleiro	Lisboa – Madeira
<i>Lusitano</i>	31/03/1918	Companhia Cia União Fabril, Lisboa	Este dos Açores	Transporte	Brigantina	Nova Orleães – Porto
<i>Leonor</i>	–	P. Bastos, Lisboa	Sul do Algarve	Pesca	Traineira	–
<i>Restaurador</i>	23/04/1918	João António de Magalhães Júnior, Viana do Castelo	Próximo de Ericeira	–	late	Lisboa–Viana do Castelo
<i>Magalhães Lima</i>	20/08/1918	A. Vallarinho & Co., Porto	Próximo do Cabo Espichel	Pesca	Vapor de pesca	–
<i>Maria Luíza</i>	22/08/1918	Parceria Marítima Ilhavense, Aveiro	Costa portuguesa (?)	Transporte	Escuna	Porto – Lisboa
<i>Glória</i>	27/08/1918	M. D. Oliveira, Lisboa	Próximo de Porto Santo	Transporte	Escuna	Lisboa – Pernambuco
<i>Gamo</i>	31/08/1918	Parceria Geral De Pescarias – Bensaude & Co., Lisboa	Mar dos Açores	Pesca	Escuna	St. John's, Newfoundland – Lisboa
<i>Libertador</i>	01/09/1918	Auguste J. de Castro, Lisboa	Sul do Cabo S. Vicente	Pesca	Traineira	–

Fonte: BRANDÃO, 2015: 157-159; www.uboat.net; www.wrecksite.eu

O JOGO DO PAU EM BUCOS ATRAVÉS DE NARRATIVAS ORAIS: A FAMÍLIA DE MESTRE ORIDES

LÍDIA AGUIAR*

Resumo: *Neste artigo aborda-se o tradicional jogo do pau, praticado na freguesia de Bucos, concelho de Cabeceiras de Basto. Este jogo, de raiz popular e cariz fortemente nortenho, teve origem numa sociedade eminentemente rural, como arte de defesa e ataque, sendo preservado por dinâmicas familiares e sociais enquanto maestria mantida durante gerações. Subsiste em Bucos a possibilidade de recuperar memórias individuais e de famílias recuando aos anos 40 do século XX, apesar da forte desertificação populacional, fruto de sucessivas vagas migratórias. Foi possível verificar-se, em trabalho empírico, que as memórias de mestres e aprendizes do jogo do pau se mantiveram através de estratégias de união e transmissão familiar. Pretende-se, então, observar a importância desta tradição, património cultural intangível, ao nível dos indivíduos seus praticantes e relação com as dinâmicas familiares de Bucos, e qual o seu contributo para a respetiva salvaguarda sociocultural.*

Palavras-chave: *Bucos; Cabeceiras de Basto; Jogo do pau; Dinâmicas familiares; Mobilidades populacionais.*

Abstract: *This article discusses the traditional game of the stick, practiced in the parish of Bucos, municipality of Cabeceiras de Basto. This game, of popular roots and strongly northern character, originated in an eminently rural society, served as an art of defence and attack, is now preserved by family and social dynamics as a mastery to be maintained from generation to generation. In Bucos, the possibility of recovering individual and family memories remains, going back to the 40s of the 20th century, despite the strong desertification as a result of successive migratory waves. It was possible to verify, through empirical work, that the memories of teachers and apprentices of the game of the stick allowed to maintain the union and family transmission. It is intended, then, to observe the importance of this tradition, intangible cultural heritage, at the level of its practitioners and how it relates to family dynamics in Bucos. It also aims to investigate their contribution to the respective sociocultural safeguard.*

Keywords: *Bucos; Cabeceiras of Basto; Game of the stick; Family dynamics; Population mobility.*

INTRODUÇÃO

Neste artigo, aborda-se a história do jogo do pau e as suas origens, no concelho de Cabeceiras de Basto e, mais em concreto, na freguesia de Bucos, onde esta tradição se conserva. Constata-se, através das narrativas orais recolhidas em entrevistas locais pelo autor, como ainda se mantém uma memória individual e coletiva bem presente nessa comunidade. No entanto, verifica-se que tal como era outrora utilizada, como arte de defesa/ataque, até aos anos 30/40 do século XX não é mais possível concretizá-la. Conclui-se, então, estar perante a necessidade

* CITCEM; ISCET. Email: lidia-aguiar@hotmail.com.

de se vir a proceder à patrimonialização deste bem cultural imaterial próprio, num quadro de reinvenção da tradição, em sua ancoragem histórica, para que lhe seja reconhecido o devido interesse cultural, histórico, e, assim, garantir a sua preservação e divulgação.

Como ilustração, apresenta-se o caso paradigmático da família de Mestre Orides Oliveira, enquanto exemplo elucidativo de manutenção e transição de uma tradição de geração em geração, e também como evidência de que as dinâmicas familiares são de grande importância para a salvaguarda desta modalidade de património cultural.

1. O JOGO DO PAU EM BUCOS: MEMÓRIA SOCIAL E COLETIVA

A freguesia de Bucos, paróquia denominada S. João Batista de Bucos, integra o concelho de Cabeceiras de Basto, distrito de Braga, estendendo-se por uma área aproximada de 16,5 km², com cerca de 550 habitantes, segundo os censos de 2011.

Geograficamente, situa-se nas fraldas da serra da Cabreira, sendo que a população sempre teve a sua atividade económica ligada à pastorícia do gado bovino, caprino e ovino. A agricultura praticada era meramente de subsistência, para que nada faltasse ao sustento da casa e da família¹.

Segundo o informante Eng.º Joaquim Barreto², esta tipologia de jogo do pau está muito associada ao mundo rural das aldeias do interior norte de Portugal e aos seus pastores.

Encontra-se as raízes históricas deste jogo nas aldeias do interior norte ligadas ao pastoreio e à proteção dos pastores, uma vez que não existiam armas de fogo. Os pastores tocavam os seus rebanhos e defendiam-se dos animais bravos com o pau. Na aldeia os homens andavam sempre com o pau ou varapau e com decorrer dos tempos na ida às feiras o pau tornou-se indispensável. Era nas feiras que se fazia os ajustes de contas, como desavenças familiares, problemas de consortes de águas e outra qualquer quezília, onde o pau se tornava arma de arremesso e defesa poderosa, sendo quem melhor o manejava e o grupo que o acompanhava reconhecido pela comunidade pela sua força e valentia. Chamava-se varrer a feira e era certo por vezes existir algumas cabeças partidas³.

Estes varrimentos de feira e o uso do pau como arma para resolução de quezílias pessoais em festas e romarias terminam nos anos 30/40 do século XX,

¹ FERNANDES, coord., 2013: 13-29.

² Presidente da Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto e Deputado da Assembleia da República.

³ Eng.º Joaquim Barreto. Cabeceiras de Basto. Entrevista vídeo gravada não editada (21/10/2020).

com a intervenção da guarda, confiscando esta arma tão simples, mas que permitia a qualquer bom jogador enfrentar o mais duro adversário, fosse qual fosse a arma que este usasse⁴.

O reputado etnólogo Ernesto Veiga de Oliveira⁵ corrobora todas as informações precedentes, quando afirma que o homem do campo não possuía armas de fogo, utilizando o pau como utensílio nas suas lides agrícolas e de pastoreio, bem como arma de defesa que aprendia a manejar desde tenra idade. No Norte, os homens saíam de casa munidos com o seu pau, prevenidos para qualquer encontro fortuito, ou alguma *espera* no caminho. Enquanto caminhavam a pé, o pau seguia na mão deitado, porém, se a jornada era a cavalo, o transporte da arma era feito debaixo de uma perna.

Ainda segundo o mesmo autor, era sobretudo nas feiras e romarias que se desencadeavam grandes rixas, onde como pretexto servia uma qualquer provocação. O desafiante levantava o pau, enquanto o desafiado respondia: «Eh amigos; é agora!!!» Logo dos dois lados se juntavam os respetivos grupos, lutando entre si. Era o *varrer da feira*, uma verdadeira batalha campal, onde no meio da poeira só era possível ouvir os gritos das mulheres que fugiam espavoridas. Não existiam limites, quase sempre terminando com vários homens ensanguentados e de cabeça rachada no meio do terreiro. Apenas um código de conduta nunca era ultrapassado: não se atacava inimigo que não tivesse pau na mão⁶.

A aprendizagem e o domínio destas técnicas do jogo do pau conseguiam-se junto dos jogadores mais consagrados da região. Para Oliveira⁷, estes mestres nunca ensinavam a designada *última ponta*, ou seja, certos golpes de defesa e contra-ataques rápidos. Estes ensinamentos guardavam para si, pois alongavam o tempo de aprendizagem, sentindo-se mais protegidos, pois não eram raras as vezes que das suas escolas surgiam novos e muito capazes jogadores.

A intervenção da guarda nas feiras e romarias e a desagregação da sociedade campesina fruto da abertura do mundo rural à urbanidade, pela influência de várias vagas migratórias, contribuíram para o esmorecimento da prática, especialmente no Minho, muito embora os migrantes a levassem um pouco a todo o país⁸.

A aldeia de Bucos, de clima muito agreste, extremamente frio no inverno e com verões escaldantes, transforma a vida de pastores e agricultores numa árdua e dura tarefa. Como se constatou nas entrevistas realizadas, muitos dos seus habitantes, exímios jogadores do pau, partiram rumo à emigração, não pela fome, ou falta de casa, mas na busca de melhores condições de vida.

4 RUSSO, 1980.

5 Ex-diretor do Museu de Etnologia de Lisboa. OLIVEIRA, 1984: 1-2.

6 OLIVEIRA, 1984: 1-2.

7 OLIVEIRA, 1984.

8 OLIVEIRA, 1984: 1-2.

Segundo Hopfer⁹, o jogo do pau era habitualmente exercitado nos pátios e quintais de Lisboa, por jovens ordeiros e trabalhadores, contrariando a ideia da burguesia de que esta prática indicava a presença de criaturas pouco recomendáveis.

Estes jovens eram na sua maioria provincianos chegados do Minho e outras regiões do Norte que tinham um gosto especial pela prática deste exercício, tendo já praticado nas suas regiões de origem, onde era muito prestigiado. Nestes pátios e quintais, que o autor refere ter frequentado, até entrar no Real Ginásio Club Português, nunca verificou qualquer desacato. O mesmo autor regista, sim, um elevado respeito aos mestres e a todos os seus ensinamentos¹⁰.

Em ambiente urbano, a arte altera-se bastante. Torna-se um desporto de ginásio, sujeito a regras, por consequência muito mais disciplinado. Para Russo¹¹, é possível afirmar a existência de duas escolas: a do Sul e a do Norte, sendo que esta última mantém as suas características de um jogo rude, mais viril, característica das zonas montanhosas ligadas ao pastoreio, apesar de atualmente também ser um jogo para entretenimento e espetáculo.

Os referidos fluxos migratórios, que se estima ascenderem a mais de 70% do total da população de Bucos, encontram-se em várias regiões de Portugal, Brasil e na Europa. Vieram a ter grande influência no declínio da arte do manejo do pau, mas a dinâmica dos mestres caceteiros que permaneceram na sua terra natal e dos seus descendentes tornou possível passar esta prática até às gerações atuais, mantendo-a viva na memória social de toda a população de Bucos.

Todas as comunidades possuem um passado histórico, de maior ou menor densidade, mas que lhes incute de certa forma uma determinada consciência social. Da ação de cada um, juntando o entrelaçar dos múltiplos passados individuais e/ou plurais com as suas diversas projeções sobre o futuro, emerge o que podemos designar de memória social, fundamental suporte à vida coletiva.

A memória é essencial ao ser humano, já que ele vive em função do que se recorda, não conseguindo ter existência plena sem memória. É através dela que ele se insere na sociedade e ganha a sua identidade, podendo, pois, dizer-se que memória e identidade são duas realidades indissociáveis¹².

A memória individual forma-se quando cada indivíduo se revê no seu grupo (familiar, social, regional...), com maior ou menor intensidade, com um elevado grau de tensão ou, ao invés, de uma forma pacífica. Daqui decorre que a recordação necessariamente envolve vários indivíduos, evocando a sua recordação como verosímil, através do recurso à comparação com as recordações dos diversos

⁹ HOPFER, 1924.

¹⁰ HOPFER, 1924: 14.

¹¹ RUSSO, 1980.

¹² FERNANDES, 2002: 28.

sujeitos. Por consequência, as diversas narrativas desde que coincidentes tornam-se uma memória social¹³.

Saliente-se que cada indivíduo tem como suporte da memória o grupo social em que se insere, sustentando-se assim que cada ser humano se deve apoiar na memória do grupo¹⁴. Esta memória social é que permitirá situar os acontecimentos no espaço e no tempo, já que ela própria foi influenciada por estes dois elementos, sendo transmitida através das narrativas orais¹⁵.

Constatando-se que o jogo do pau é uma técnica de ataque/defesa, implicando sempre a presença de dois ou mais jogadores, por consequência, as narrativas de memórias só poderão ser válidas na medida em que os indivíduos se integrem na comunidade para recordar. Ou seja, uma memória individual necessita sempre do outro para reviver, já que cada lembrança pessoal se articula com as lembranças do grupo social, criando assim uma cadeia onde se articulam recordações recíprocas. Daí que não existe um vazio cultural, já que a memória social propicia a que cada indivíduo tenha uma visão comum sobre o meio onde decorreu a ação narrada¹⁶.

Neste pressuposto conceptual e atendendo ainda a que a linguagem é um meio por excelência de expressão da memória, recorreremos aqui a um conjunto de narrativas selecionadas neste contexto para tentar entender e evidenciar como antigos jogadores do pau se posicionam na sua relação com a comunidade de Bucos, onde nasceram e vivem, tornando-se agentes da construção de uma identidade social.

Eu emigrei logo depois da tropa. Se cá tivesse ficado, não tinha abandonado a prática do jogo, mas agora estou velho, já não tenho saúde. Mas o meu primo e os filhos ainda praticam e eu vou sempre ver.

Era uma atividade que eu sempre gostei de praticar. Além de conviver com os colegas, era um bom meio de defesa. Foi uma boa escola de vida¹⁷.

Este jogo, tal como refere o Sr. Fernando Lima, não era encarado como um mero desporto. O tempo passado nas montanhas com os rebanhos tornava-se menos pesado quando, com os companheiros de pastoreio, jogavam o pau e se treinavam para qualquer eventualidade perigosa ou mesmo fatídica que lhes ocorresse. Os treinos semanais eram encarados como uma forma de se desenvolverem nesta arte, bem como a única forma de passarem algum tempo agradável com os amigos.

¹³ CATROGA, 2016: 12.

¹⁴ HALBWACHS, 1968: 101.

¹⁵ DURKHEIM, 1967: 50-55.

¹⁶ CATROGA, 2016: 13-14.

¹⁷ Fernando Lima, Vila Boa de Bucos. Entrevista vídeo gravada não editada (23/10/2020).

A referência a esta prática cultural como um bom meio de defesa e uma escola de vida verificou-se ser uma constante nas narrativas dos nossos informantes.

Antes de emigrar, eu era agricultor. Ia todos os dias com o meu rebanho para a serra. Lá me encontrava com os colegas e passar um bom bocado a jogar o pau fazia com que o tempo fosse mais ligeiro e até nos aquecíamos¹⁸.

Custódio Henriques Bastos também emigrou para França, mas foi grande jogador do pau. Filho do Mestre Manuel Henriques Bastos, não deixa de salientar que além dos ensinamentos do pai o seu maior professor foi o Mestre Calado filho.

Eu sempre gostei de jogar o pau. Os rapazes da minha idade andavam todos com um pau na mão. Dessa época vivos só estamos dois. Sou eu e o Fernando Lima que foi sempre o meu parceiro de jogo.

É uma tradição que não se devia deixar perder. O meu sobrinho lá vai mantendo a escola, o que é bonito. Quando anunciam uma apresentação, junta-se muita gente. Eu estou sempre lá.

Neste jogo o importante é botar bem os olhos. Logo se fica a saber de que lado vem a porrada [...] eu gostava de jogar [...] mas a idade não perdoa e o coração não ajuda. Mas ainda guardo o meu pau de lódão. É uma recordação para a vida¹⁹.

Como se pode verificar, o Sr. Custódio Bastos só não volta a jogar porque impedido por motivos de saúde. Mas considera de grande importância que os mais jovens mantenham esta aprendizagem. A sua ligação à prática, apesar de, temporariamente, suspensa por ter emigrado, é tão forte que não larga o seu velho pau de lódão. Consegue explicar todas as técnicas essenciais para defesa/ ataque e faz recomendações aos mais novos. No seu entender, este jogo não é só o uso da força, mas a concentração máxima no parceiro e o desenvolvimento de reflexos rápidos.

A gente que vem de fora não sabe o que é o pau!!!

No meu tempo era um pouco diferente.

Por vezes ainda nos aparecia um estranho para nos desafiar quando íamos a qualquer feira. Do nosso grupo era sempre o meu irmão que avançava. Uma vez foi um grande rebuliço, porque desafiaram o nosso mestre, o Calado. Aí foi o meu pai que não deixou jogar. Ai Jesus, é que não sei quem sairia vivo...

Mas esse tal de Barroso não ficou satisfeito e, na feira seguinte, juntou um grupo de homens, todos enganados, pois eram de fora da freguesia, e vieram fazer um ajuste

¹⁸ Fernando Lima, Vila Boa de Bucos. Entrevista vídeo gravada não editada (23/10/2020).

¹⁹ Custódio Bastos, Além do Rio — Bucos. Entrevista vídeo gravada não editada (24/10/2020).

*de contas. O meu pai soube uns dias antes, avisou a guarda que lhes faz uma espera e lhes tirou todos os paus. Foi o que valeu, pois até armas escondidas havia para dar cabo deles, ia ser uma desgraça*²⁰.

Através das memórias do Sr. Custódio Bastos, é possível ter a percepção da gravidade dos acertos de contas, ou varrimentos de feiras referidos anteriormente, dado que este informante viveu presencialmente o acontecimento. A defesa do grupo e em particular do seu mestre indica-nos quanto esta arte era vivida e sentida pela comunidade. Na hora de acerto de contas avançava sempre não o desafiado, mas aquele que do grupo era tido como mais capaz para vencer a quezília.

De memória mais esbatida, dada a sua avançada idade, António Santos, com 94 anos, nascido na freguesia de Bucos em 1926, mas atualmente a residir no Brasil, prestou-nos, via zoom, informações importantes. A família Santos era composta por vários irmãos, todos eles bons jogadores do pau. António Santos jogou durante 17 anos, desde a idade dos 10 anos até aos 27 anos, altura em que emigrou para o Brasil. Revelou-nos ser irmão de Ernesto Santos, um exímio jogador, que partiu para Leiria, onde trabalhou numa grande fábrica, tendo regressado a Bucos quando se reformou. Estes dois irmãos atuaram em Braga no ano de 1945 num espetáculo público a que assistiu António de Oliveira Salazar.



Fig. 1. Da esquerda para a direita: Ernesto Santos e António Santos, Braga 1945

Fonte: Acervo pessoal de António Santos

Essa apresentação oficial desta arte esteve inserida no concurso *A Aldeia Mais Portuguesa de Portugal*, onde Carrazedo de Bucos terminou em segundo lugar. Para a exibição e elaboração do filme de candidatura contou com o apoio do Governo Civil de Braga, da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto e da Junta de Freguesia²¹.

²⁰ Custódio Bastos, Além do Rio — Bucos. Entrevista vídeo gravada não editada (24/10/2020).

²¹ António dos Santos. Entrevista em 19/12/2020 via zoom.

Esta memória de António Santos é a primeira que nos refere o jogo do pau como uma maestria não de defesa/ataque, mas, sim, de pura exibição. Pode ser encarada dentro do contexto político-ideológico do Estado Novo, sendo também certo que a partir do final da década de 50 do século XX o jogo do pau, na forma prática e integrada na vivência comunitária, como até então era conhecido, entra em decadência.

Até ao final da década de 40 do século XX, o jogo do pau aqui em Bucos teve o seu apogeu. Por aqui passaram grandes mestres que formaram vários grupos. Era ainda o tempo das feiras e romarias, local onde se faziam os acertos de contas. O jogo tornou-se por isso muito violento, pelo que a GNR teve de intervir. Espetáculo não davam, juntavam-se nos treinos e aí muita gente os ia ver, até porque muitas vezes se pegavam entre eles. É a essência do próprio jogo, em que o objetivo é atingir o adversário. Quando isso acontece sai alguém ferido, normalmente na cabeça, que aqui a nossa prática é atingir essa parte do corpo.

Houve jogadores que fizeram fama com esta arma na mão, a única que existia naquele tempo. Depois muitos emigraram, a intervenção da guarda começou a ser constante e o jogo como prática para acerto de contas decaiu. Dos grandes mestres ainda se encontra vivo o António Santos, que emigrou para o Brasil, irmão do Ernesto Santos, que migrou para Leiria. Reformado e conhecido entre nós por Ti Ernesto, voltou a Bucos, onde se dedicou a ensinar a arte do jogo do pau às gerações mais novas. Foi com ele e com o meu pai que eu aprendi. O Ti Ernesto ensinou várias gerações²².

Este excerto da entrevista do Professor Fernando Oliveira permite redirecionar o olhar sobre o jogo, agora em nova dimensão. Se até certa altura esta maestria era usada como defesa/ataque, no decorrer da década de 40 e início da década de 50 do século XX passou a ser encarada como uma tradição, com o dever de se transmitir de geração em geração, dentro da comunidade. Veja-se o exemplo de *Ti Ernesto*, que, regressado à sua terra natal, logo formou um grupo e se dedicou a formar os mais novos nesta prática.

As memórias individuais aqui expressas indiciam a presença de uma memória social, que se pode reconfigurar numa identidade cultural. Torna-se, no entanto, necessário inseri-las no contexto histórico e compreendê-las nas suas diversas vertentes.

Assim se poderá ter acesso a um vasto conjunto de práticas sociais e culturais que, inscritas na sua historicidade, poderão conduzir à (re)invenção de tradições. Estas alteraram-se com a mudança social, não podendo mais ser as mesmas de quando surgiram e já não será mais possível replicá-las. Deve então atender-se devidamente à história singular desta comunidade rural em transformação

²² Fernando Oliveira, Bucos. Entrevista vídeo não editada (10/10/2020).

reconstituída através destas suas memórias e tradições, práticas rituais e simbólicas, em processo de (re)invenção²³.

Segundo Hobsbawm, as tradições inventadas devem ser constituídas por práticas de natureza simbólica ou rituais, oriundos de normas desde sempre aceites por um grupo social e que procurem transmitir determinados comportamentos, através da repetição, de determinados atos, o que implica necessariamente uma continuidade do passado.

As alterações de um mundo em constante inovação e conseqüente nova estrutura da vida social tornaram a «invenção das tradições» uma noção verdadeiramente interessante, principalmente para os historiadores, que passaram a adicionar ao seu saber a descoberta de novas práticas. Salienta ainda o mesmo autor que todas as tradições inventadas devem ter na sua base a história como fonte de legitimação da ação, usando-a como cimento de coesão entre o grupo.

A tradição do varrer de feiras e ajustes de contas, com as características de que vimos dando conta, transformou-se com o decurso da história e o seu sentido sociocultural foi-se reinventando. Subsiste hoje, na memória individual de todos quantos a vivenciaram e transmitiram, os quais constituem uma comunidade própria e singular, com uma memória coletiva única, que, ao nível local, tentam reinventar a tradição da prática do jogo do pau, hoje sobretudo como atividade histórica e cultural de exibição social identitária e patrimonial.

Nesta sequência, ousamos considerar que se pode estar perante a necessidade de se abrir aqui para um processo de patrimonialização, pois o património permite a atribuição a estas práticas de um significado valorativo que lhes confere o estatuto de suporte de memória e de identidade. Estas mesmas práticas passam a constituir uma herança que a comunidade protege e transmite às gerações vindouras como fator de enriquecimento e coesão.

Esta prática configura-se com as recomendações da UNESCO conforme reconhecido na Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial, documento emanado da 32.ª Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, realizada a 17 de outubro de 2003, pela qual se deve considerar património imaterial todas as práticas, representações e expressões, entre outros associados, que comunidades e grupos reconheçam como parte integrante do seu património cultural.

Este reconhecimento tem como condição fundamental ser transmitido de geração em geração, mantendo-se em permanência a sua recriação no seio das comunidades, com a autenticidade inerente e sempre com o sentimento de identidade presente.

²³ HOBBSAWM, RANGER, 2012: 28.

Em Portugal, cabe à Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), pelo disposto no *Decreto-Lei n.º 139/2009*²⁴, a coordenação a nível nacional de todas as iniciativas conducentes à preservação do PCI, com diversos eixos de atuação.

Estas candidaturas, por sua vez, devem estar suportadas num estudo científico, inserindo-se na Lei de Bases do Património Cultural²⁵, segundo a qual o património cultural é constituído por todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização. O conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever de todos, assegurando a transmissão de uma herança nacional, cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular.

2. ORIDES GONÇALVES DE OLIVEIRA — UM LEGADO DE FAMÍLIA PERPETUADO

Em março de 1980, foi fundada a Associação Desportiva Cultural de São João de Bucos, dedicada à ocupação de tempos livres dos associados, designadamente através da prática de várias atividades, tal como o futebol e jogos tradicionais. A fundação desta associação ficou a dever-se a um grupo de amigos e jovens em que se destacou o Sr. Orides Gonçalves de Oliveira. Com o decorrer do tempo, veio a verificar-se que a atividade que mais atraía os jovens era o jogo do pau.

A Escola de Jogo do Pau de Bucos tem raízes em antigos mestres caceteiros que deixaram o seu legado na freguesia. O Sr. Orides Oliveira e Manuel de Oliveira Urjais, grandes amigos, ambos alunos de grandes mestres, tais como Mestre Calado Filho e Mestre Manuel Henriques Bastos. O informante Professor Fernando Machado Oliveira refere na sua narrativa que, aquando da formação da Associação Desportiva e Cultural São João de Bucos, não existia falta de jogadores ávidos de aperfeiçoarem a sua maestria. Foi desta forma que a Escola de Bucos viveu anos de grande atividade com participações em feiras e romarias e várias deslocações por Portugal e mesmo na Europa, onde eram sempre muito bem recebidos pelas comunidades de emigrantes portugueses.

Mestre Orides Gonçalves de Oliveira nasceu no dia 24 de junho de 1930, como atesta o assento de nascimento do Registo Civil de Cabeceiras de Basto. Natural da freguesia de Bucos, terá ainda vivenciado alguns ajustes de contas e varrimentos de feiras.

Pelos averbamentos do mesmo assento de nascimento, pode-se constatar que veio a casar com Maria Henriques Bastos, no dia 10 de dezembro de 1962, na igreja da freguesia de Bucos, tendo falecido com 86 anos, em 2016, fora da sua terra natal.

²⁴ PORTUGAL. Ministério da Cultura, 2009.

²⁵ PORTUGAL. Assembleia da República, 2001.

Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial Cabeceiras de Basto
Assento de Nascimento n.º 3774 do ano de 2011

Registando

Nome próprio: **Orides *****
Apelidos: **Gonçalves de Oliveira *****
Sexo: **Masculino *****
Hora e data do nascimento: **dia 24 de Junho de 1930 *****
Naturalidade: freguesia de **Bucos *****
concelho de **Cabeceiras de Basto *****

Pai

Nome: **Manuel Gonçalves *****
Idade: *******
Estado: *******
Naturalidade: freguesia de **Bucos *****
concelho de **Cabeceiras de Basto *****
Residência habitual: *******

Mãe

Nome: **Maria de Jesus Oliveira Urjais *****
Idade: *******
Estado: *******
Naturalidade: freguesia de **Bucos *****
concelho de **Cabeceiras de Basto *****
Residência habitual: *******

Fig. 2. Assento de Nascimento

Fonte: Registo Informático da CRCCB

Assento de Nascimento 3774/2011, Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial Cabeceiras de Basto

Averbamento nº. 1, de 2011-05-31
Casou catolicamente com Maria Henriques Simões, em 10 de Dezembro 1962, na Igreja da freguesia de Bucos, concelho de Cabeceiras de Basto. Assento de casamento nº 139 de 1962 da Conservatória de Cabeceiras de Basto. Em 12 de Dezembro de 1962.

Escriturário Superior(a) Fernanda Maria Sousa Teixeira Magalhães, Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de Cabeceiras de Basto

Cota : Informatização do assento nº 401/1930, lavrado em 22/07/1930, na Conservatória de Cabeceiras de Basto - 2011-05-31

Averbamento nº. 2, de 2016-05-31
Faleceu em 26 de Maio de 2016, na freguesia de Creixomil, concelho de Guimarães. Assento de Óbito nº 89 de 2016 da Conservatória do Registo Civil de Cabeceiras de Basto.

Fig. 3. Averbamento de casamento

Fonte: Registo Informático do CRCCC

Maria Henriques Bastos, sua esposa, era filha de um dos mais afamados mestres desta freguesia, Manuel Henriques Bastos. Como já narrado pelo irmão de D. Maria, o Senhor Custódio Henriques Bastos, seu pai, e Mestre Calado filho mantinham um grupo muito ativo de jogo do pau, em Bucos. Deste grupo, surgiram vários mestres caceteiros, entre eles Mestre Orides Gonçalves de Oliveira.

Com grande maestria para este jogo, entregou-se à dinamização da escola e ao ensinamento desta arte a muitos jovens.

Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial Cabeceiras de Basto	
Assento de Nascimento n.º 1489 do ano de 2013	
Registando	
Nome próprio	Maria ***
Apelidos:	Henriques Simões ***
Sexo:	Feminino ***
Hora e data do nascimento:	dia 13 de Junho de 1935 ***
Naturalidade:	freguesia de Bucos *** concelho de Cabeceiras de Basto ***
Pai	
Nome:	Manuel Henriques Bastos ***
Idade:	28 anos ***
Estado:	***
Naturalidade:	freguesia de Bucos *** concelho de Cabeceiras de Basto ***
Residência habitual:	***
Mãe	
Nome:	Maria Benta Bastos Sanoane ***
Idade:	23 anos ***
Estado:	***
Naturalidade:	freguesia de Bucos *** concelho de Cabeceiras de Basto ***
Residência habitual:	***
Avós paternos:	Avelino Henriques Bastos e Maria Simões ***
Avós maternos:	José António Francisco Bastos Sanoane e Constança Fernandes ***

Fig. 4. Assento de Nascimento de Maria Simões

Fonte: Registo Informático da CRCCB

A tradição que se foi transmitindo de geração em geração mantém-se ainda hoje na família do Mestre Orides. O filho, Manuel Henriques Oliveira, começou a jogar com 16 anos, sendo por largo tempo o parceiro de jogo do seu pai. Hoje, é um dos mestres que mantêm a escola de Bucos ainda viva.

O avô Orides Oliveira ainda sentiria o orgulho de passar a sua maestria ao neto Gonçalo Urjais. Viria a falecer a 26 de maio de 2016.

Falecido Mestre Orides, assume o comando da escola o seu filho Manuel Gonçalves de Oliveira. Em 2016 já a escola começava a esmorecer. Bucos passa a viver também a desertificação demográfica das aldeias do interior e os poucos jovens partem para estudar ou trabalhar nas grandes cidades. Juntar semanalmente o grupo para treinar tornava-se cada vez mais difícil.

Porém, Manuel Gonçalves de Oliveira mantém, com toda a dedicação, a escola ativa. Quando surgem convites para alguma atuação, liga para todos os membros do grupo, que, espalhados pelo país, tudo fazem para voltar à terra natal e participar nas atividades.



Fig. 5. Jogo de caras: Mestre Orides e o filho

Fonte: Espólio de família



Fig. 6. Pancada na cabeça: Mestre Orides e neto Gonçalo

Fonte: Espólio de família

Na linha de geração familiar seguem-no os seus filhos. Pela primeira vez o grupo integrou um elemento do sexo feminino, Inês do Mar Oliveira Urjais, que se iniciou com 12 anos. Lembra-se vagamente do avô Orides, mas é com orgulho que segue a prática deste jogo que se mantém há gerações na família.

Já Gonçalo Oliveira Urjais, que chegou a ser parceiro do avô Orides e joga agora com o pai Manuel, afirma ter este jogo no sangue. Está na faculdade, mas vem a Bucos todos os fins de semana. Não falta a nenhum treino, mostrando-se sempre disponível para dar o seu contributo de modo que esta prática cultural volte a ter a pujança de outrora.

CONCLUSÃO

Neste artigo pretendeu-se demonstrar como o jogo do pau, na freguesia de Bucos, concelho de Cabeceiras de Basto, ainda se encontra vivo, quer na memória individual e coletiva desta comunidade, quer na sua prática ativa e sustentada. Conclui-se que, por isso, se justifica e torna necessário patrimonializar esta maestria, reconhecendo-lhe valor sociocultural e histórico para garantir a sua preservação e identidade comunitária, não como era praticada até aos anos 40 do século XX, pois as alterações sociais do mundo atual já não mais o permitem, mas como uma reinvenção da tradição, devidamente alicerçada na história deste jogo popular, capacitado para se tornar hoje património cultural imaterial, não deixando assim cair no esquecimento uma arte com raízes na comunidade de pastores e agricultores que caracterizou a população de Bucos, antes de se abrir à urbanidade.

Abordou-se, com maior detalhe, o caso da família de Mestre Orides Oliveira, um dos fundadores da atual Escola de Jogo do Pau de Bucos, que conseguiu criar raízes familiares que perduraram até ao presente, mantendo a escola que fundou, sempre em plena atividade. Esta família é a prova de que as dinâmicas familiares se revestem de grande importância para manter vivas tradições que se conservam, transmitem e recriam de geração em geração.

BIBLIOGRAFIA

- CATROGA, Fernando (2016). *Os Passos do Homem como Restolho do Tempo: Memória e fim do fim da História*. Coimbra: Edições Almedina.
- DURKHEIM, Émile (1967). *De la Division du Travail Social*. Paris: PUF.
- FERNANDES, António Teixeira (2002). *Memória e Identidade em Comunidade Autárquica: Arouca na encruzilhada do passado e do futuro*. Arouca: Câmara Municipal de Arouca.
- FERNANDES, Isabel Maria, coord. (2013). *Cabeceiras de Basto: História e Património*. Cabeceiras de Basto: Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto.
- HALBWACHS, Maurice (1968). *La Mémoire Collective*. Paris: PUF.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence, (2012). *L'Invention de la Tradition*. Paris: Éditions Amsterdam.
- HOPFER, Frederico (1924). *Dois Palavras sobre o Jogo do Pau*. Lisboa: J. Rodrigues & Ca.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1984). *Festividades Cíclicas em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- PORTUGAL. Assembleia da República (2001). *Lei n.º 107/2001*. «Diário da República I Série A». 209 (2001-09-08) 5808-5829. Lei de Bases do Património Cultural.
- PORTUGAL. Ministério da Cultura (2009). *Decreto-Lei n.º 139/2009*. «Diário da República I Série». 113 (2009-06-15) 3647-3653.
- RUSSO, Nuno (1980). *O Jogo do Pau. Intervenção*. «Revista de animação socio-cultural». 14 (jan.-fev.) 8-13.

O DOURO SUPERIOR, DA PRODUÇÃO CEREALÍFERA À VINHATEIRA: A AFIRMAÇÃO DO VINHO DO PORTO*

CARLA SEQUEIRA**
OTÍLIA LAGE***

Resumo: Este artigo centra-se na afirmação e sustentabilidade da vinha e do vinho, em articulação com a cerealicultura, no território do Douro Superior, e segue como linhas de análise três fases da sua evolução vinhateira: a primeira, embrionária e de reduzida expressão comercial, anterior à filoxera; a segunda, de lenta mas progressiva afirmação, do último quartel do século XIX às demarcações de 1907-1908, com o reconhecimento institucional do alargamento da Região Demarcada do Douro até à fronteira com Espanha; a terceira, ocorrida no decurso do século XX, que corresponde ao desenvolvimento e consolidação vitivinícola desta sub-região, hoje produtora de vinho do Porto e vinhos DOC de elevada qualidade. Integra-se num vasto campo de pesquisa sobre o processo de transformações do espaço regional duriense¹, a expansão do vinhedo com diferenças intra-regionais e as alterações económicas e institucionais no sector do vinho do Porto, no decurso do arco temporal considerado.

Palavras-chave: Região Demarcada do Douro; Douro Superior; Espaço Regional Duriense.

Abstract: This article focuses on the affirmation and sustainability of vines and wine, articulated with cereal farming in the Douro Superior, and analyses three phases of its vineyard evolution: the first, embryonic and of reduced commercial expression, prior to the phylloxera outbreak; the second, of progressive affirmation, from the last quarter of the 19th century to the demarcations of 1907-1908, with the institutional recognition of the enlargement of the Douro Demarcated Region to the border with Spain; the third, in the course of 20th century, corresponding to the development and wine consolidation of this sub-region, which today produces Port wine and high quality DOC wines. It is part of a vast field of research on the process of transformations of the Douro Regional Space², the expansion of the vineyard with intra-regional differences and the economic and institutional changes in the Port wine sector, during the temporal arc considered.

Keywords: Douro Demarcated Region; Douro Superior; Douro Regional Space.

INTRODUÇÃO

Com base em fontes históricas e estudos específicos, esboça-se um panorama diacrónico e dinâmico de avanços, recuos e incremento da produção cerealífera e da cultura vitícola no Douro Superior, comparando a correspondente dominância ao longo dos três últimos séculos, quando aí se iniciou a expansão das vinhas,

* Versão revista e aumentada da comunicação apresentada no Congresso *Douro e Porto: memória com futuro*. As autoras não seguem o Acordo Ortográfico de 1990.

** CITCEM/FLUP. Email: cferreira@letras.up.pt.

*** CITCEM/FLUP. Email: otillialage@sapo.pt.

¹ PEREIRA, 1996: 155-165.

² PEREIRA, 1996: 155-165.

a partir das margens do Douro e de jusante para montante. Configura-se, assim, o fio condutor deste artigo que se desenvolve em três rubricas, desde o século XVIII até aos tempos mais recentes, com o objectivo de compreender e explicar o processo de expansão da viticultura mercantil nesta mais tardia sub-região da Região Demarcada do Douro (RDD) em cujo âmbito, após muitas vicissitudes, afirmou a sua posição destacada e a qualidade dos seus vinhos de origem e marca «Porto».

A relevância da viticultura no território do Douro Superior (vale do Douro e seus afluentes entre os maciços graníticos do Cachão da Valeira e da fronteira com Espanha), apesar de uma tradição milenar da vinha e do vinho comprovada por achados arqueológicos, forais concelhios e várias fontes históricas medievais e modernas, é mais recente face às anteriores sub-regiões da RDD: o Baixo Corgo e o Cima Corgo³ também de longa tradição vinícola, porém e comparativamente, de expressão comercial bem mais precoce e predominância de um regime de monocultura.

Foi e é ainda diverso o significado histórico da vitivinicultura na economia e sociedade agrária das sub-regiões durienses marcadas por diferenciações micro e intra-regionais, acentuadas no território do Douro Superior, área física mais voltada para Espanha e, secularmente, a nível material e simbólico, zona periférica, em relação ao Porto e Gaia, centro dos circuitos mercantis vinícolas e núcleo central do vinho do Porto, «produto de exportação» e mercadoria «fiscal» de um sector produtivo e comercial de intensa intervenção estatal⁴, longa penetração e influência estrangeira.

1. EVOLUÇÃO DA PAISAGEM CEREALÍFERA E VITÍCOLA DO DOURO SUPERIOR (SÉCULOS XVIII-XIX)

Nos séculos XVII e XVIII, quando a vitivinicultura mercantil se expandia no Alto Douro (correspondendo às sub-regiões do Baixo Corgo e Cima Corgo, de onde se exportavam os vinhos de feitoria), o Douro Superior era uma área económica e cultural muito diversa⁵.

Segundo as Memórias Paroquiais de 1758, que dão conta, entre muitas outras informações, das principais produções agrícolas das respectivas paróquias, destacava-se, no actual território do Douro Superior, a cerealicultura (trigo, centeio, cevada e milho), para além das referências diferenciais à vinicultura e olivicultura, produção de amêndoa e dominância do sumagre de maior valor comercial.

³ PEREIRA, TEIXEIRA, 1998: 77-84.

⁴ BARRETO, 1988: 373.

⁵ PEREIRA, TEIXEIRA, 1998: 77-84.

Até esse ano a situação vitícola parece manter-se, a nível geral, na base do autoconsumo, com excepção das freguesias de Ansiães confinantes com o Tua. Em Pombal, em 1758, «havia vinho bom e generoso»⁶. Noutras freguesias de Foz Côa aparece também referido o «bom vinho». Quanto a vias de comunicação e transportes, então ruins e escassos, no que se referia à navegabilidade do Douro, argumentava-se que a destruição do rochedo da Valeira «sendo obra já principiada por hum particular, o publico a devia concluir». O que só aconteceria anos depois, com financiamento da Companhia pombalina, entre 1785 e 1792, removendo-se, a montante, o obstáculo natural à circulação de gentes e produtos ao longo do rio Douro, só de todo navegável a partir de 1807.

Quanto à importância global da vinicultura no Douro nas Memórias Paroquiais de 1758, da pesquisa abrangente, feita por Francisco Ribeiro da Silva, desta «microfonte» setecentista sobre um conjunto de 153 dessas memórias⁷ correspondentes a freguesias que integram a actual RDD, salientam-se as seguintes observações gerais:

área em que o vinho é indicado como produto mais abundante ou, aquele de que os lavradores maiores proveitos extraíam. São à volta de 60 freguesias, correspondentes a 39% do conjunto. Situa-se, grosso modo, nessa zona o vale do Douro entre Mesão Frio e a Foz do Tua, alongando-se para norte pelos vales do Corgo, do Pinhão e do Tua e menos para sul pelos vales do Varosa, do Tedo e do Távora. [...] reafirma-se a importância do vinho ao longo do rio Douro entre Mesão Frio e São João da Pesqueira⁸ no conjunto das freguesias estudadas, o vinho nem sempre era o produto agrícola mais generalizado. [...] no conjunto das Memórias contamos 119 referências ao cultivo de cereais (centeio, trigo, cevada e milho) contra 108 das referências ao vinho. E em 69 das freguesias a produção de pão é mesmo indicada como primeira produção. [...] Por conseguinte, vinho, cereais, azeite, castanha e outras diversas frutas, sumagre, amêndoa, cânhamo, linho, seda, associados de forma diferente consoante as condições do lugar, são as produções do Douro, grande parte das quais eram remetidas rio abaixo para a cidade do Porto e aí consumidas ou reexportadas, reforçando-se assim a complementaridade inter-regional que a Natureza sugeria⁹.

Mais questões e respostas são ainda sugeridas neste estudo: monocultura do vinho e/ou de outro produto com informações e depoimentos/testemunhos de párocos sobre quantidade e qualidade de vinhos maduros, finos e generosos (por exemplo, Sabrosa, Pinhal de Ansiães, Pombal, etc.); rendas paroquiais, conflitos de

⁶ REBANDA, 2003: 259.

⁷ SILVA, 2003: 59-70. Observa o autor ter ficado «sem resposta para 16 das freguesias das quais não existe Memória escrita. É pena porque algumas delas são hoje bem importantes e provavelmente já o eram no século XVIII».

⁸ SILVA, 2003: 61.

⁹ SILVA, 2003: 61-62.

área geográfica e económica do último troço do vale do Douro, refere para o Douro Superior que «o valor efectivo das culturas não está realmente nos vinhos mas noutras culturas que se lhes sobrepõem em valores absolutos. Em primeiro lugar os cereais de sequeiro (centeios e trigos) e azeite. O vinho ocupa tão só o quarto lugar»¹¹. Excepção era a freguesia de Marzagão (concelho de Carrazeda de Ansiães, termo inicial da *Descrição...*), onde o rendimento do vinho ultrapassava o total do trigo e do centeio. Mas, no geral, o volume e valor dos centeios tinham a primazia, sendo o valor numérico do azeite superior ao dos vinhos.

Como refere Gaspar Martins Pereira, o Douro Superior não é uma área tradicional de grandes vinhedos, já que «a demarcação pombalina excluía todo o território a montante do Cachão da Valeira»¹².

Por esta altura, no conjunto do Noroeste, a produção agrícola experimentava sérias dificuldades, elevados gastos com a circulação e escoamento dos produtos (vias terrestres deficientes e/ou inexistentes, fracos e reduzidos acessos ao rio Douro e ancoradouros). Conforme refere Aurélio de Oliveira, «aqui a generalidade dos produtos (excepção feita para os vinhos e azeites) era controlada por mercados locais...»¹³; os vinhos e azeites eram escoados para o Porto a partir dos mercados reguladores das comarcas ou concelhos, como o de Freixo de Espada à Cinta. «As culturas que mais uniformemente se» distribuíam «pelas áreas contempladas» eram-no «por ordem genérica do seu real peso económico. O centeio, seguido do azeite (irregularmente distribuído)». Seguia-se o «trigo e só depois os vinhos» que ocupavam o «quarto lugar em valor económico, [...] mais significativos na margem sul do que na margem norte» do rio. Vinham «depois as lãs (e os gados) e, finalmente, a cevada, também regularmente distribuída por toda a área mas com um peso manifestamente inferior a indicar um claro recuo deste cereal em termos gerais»¹⁴.

Segundo o manuscrito de 1796 de Columbano Pinto Ribeiro e Castro¹⁵, juiz demarcante da província de Trás-os-Montes, com importantes informações sobre a vida económica da região, que inclui o Douro Superior, os cereais («o pão») mantinham-se como principais produções, com particular relevo para o centeio. «A vinha cultivava-se intensamente na região do Douro», entre Vilarinho da Castanheira e Vila Flor a leste, Barqueiros e Ermelo a oeste, Murça e Lamas de Orelhão¹⁶ (correspondendo ao Alto Douro — Baixo e Cima Corgo), havendo igualmente referências ao desenvolvimento da cultura vinícola em Abreiro e

11 OLIVEIRA, FAUVRELLE, 1996: 202.

12 PEREIRA, 1995: 35.

13 OLIVEIRA, FAUVRELLE, 1996: 207.

14 OLIVEIRA, FAUVRELLE, 1996: 209.

15 *Apud* MENDES, 1981.

16 MENDES, 1981: 72-73.

Gouvães e a outros locais mais próximos e de melhores acessos ao Douro, como Alijó, Teixeira e Santa Marta de Penaguião. «Em menor grau, em algumas outras zonas mais propícias ao seu cultivo»¹⁷, embora na área norte e nordeste de Trás-os-Montes a produção fosse relativamente pequena. Por isso, Columbano preconizava a intensificação da cultura da vinha em várias povoações do território do Douro Superior. E, efectivamente, após 1796, assistiu-se a uma alteração na paisagem, com a expansão por várias zonas «à medida que se foram arroteando os terrenos na altura ainda incultos»¹⁸, levando o autor a tecer as seguintes apreciações relativamente, por exemplo, a Carrazeda de Ansiães: «Em que mais abunda hé em vinhos. [...] Este hé o negócio de que tirão maior vantagem e o género que mais exportam»¹⁹. Em Vilarinho da Castanheira, a maior produção era o centeio mas em «lugares e quintas que ficão na vizinhança do Douro, em sítios abrigados, que neles se colhe muito azeite e vinho, devem cuidar em plantar vinhas nos sítios próprios, de que se tira grande vantagem, pois como este districto confina com o rio Douro, com muita facilidade se transportão os vinhos para a cidade do Porto»²⁰. E ainda em Vila Flor, «a sua agricultura vai em adiantamento. Colhe muito azeite e vinho»²¹, ou em Alfândega da Fé «a agricultura está em aumento em pão e vinho»²².

De acordo com a mesma fonte, «a plantação de vinhas está em grande aumento não só nas margens do Douro e sítio [do vinho] de melhor lotação, mas em toda a província, porque geralmente se tem posto muita quantidade de bacelo, rompendo para esse fim montes e terras de toda a qualidade, reduzindo-as à cultura, sendo hoje neste distrito, um dos ramos mais interessantes e de maior comércio»²³.

Os dados fornecidos por Columbano Ribeiro e Castro permitem comparar os valores pagos nesta província, entre 1793 e 1796, de «subsídio literário»²⁴ (imposto sobre o comércio dos vinhos para custear a instrução pública, criado em 1772 pelo marquês de Pombal).

No decurso do século XVIII «a produção vinícola da região demarcada do Douro subiu de 152 000 hl em 1772-1774 para 220 000 hl em 1785-1789, 295 000 hl em 1790-1794 e 374 000 hl em 1800-1804»²⁵.

¹⁷ MENDES, 1981: 148.

¹⁸ MENDES, 1981: 74.

¹⁹ MENDES, 1981: 252.

²⁰ MENDES, 1981: 314.

²¹ MENDES, 1981: 311.

²² MENDES, 1981: 245.

²³ MENDES, 1981: 159.

²⁴ MENDES, 1981: 232, 242, 247, 269, 275, 308, 311.

²⁵ MARTINS, 1988: 396.

Tabela 1. Subsídio literário na Comarca de Moncorvo em 1795

Concelhos	Valores (rs.) / «subsídio literário»
Freixo de Espada à Cinta	10 426
Torre de Moncorvo	35 000
Vila Flor	78 900
Vilarinho da Castanheira	78 900
Carrazeda de Ansiães	510 000
Alfândega da Fé	53 000
Mirandela	95 000

Fonte: MENDES, 1981

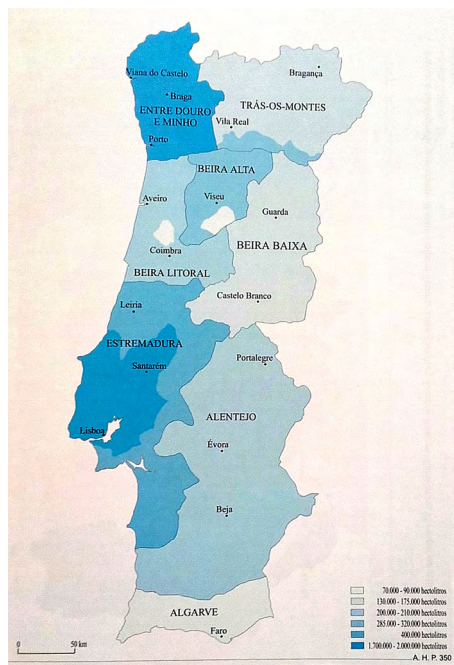
No final do mesmo século, apesar desses valores e informação genérica meramente indicativa para determinados locais, a plantação de vinhas na generalidade do Douro Superior mantinha-se restrita e dispersa. A expansão do vinhedo a montante do Cachão da Valeira foi bem mais tardia devido, em parte, às severas penas da Companhia das Vinhas do Alto Douro contra a introdução dos vinhos de fora dos limites legais da região então demarcada (1758-1761). Mesmo num contexto de expansão comercial, o Douro Superior continuava excluído das demarcações subsidiárias de D. Maria (1788-1793) que valorizavam vinhos entre o Pinhão e Tua²⁶.

2. EXPANSÃO VITIVINÍCOLA NO DOURO SUPERIOR (SÉCULOS XIX-XX)

A cultura da vinha em Portugal, nos meados do século XIX, predominava a norte do Tejo, como se pode observar no mapa seguinte em que se destacam três sub-áreas mais significativas: o Minho, com produção de vinho verde destinado sobretudo ao consumo local; o Alto Douro, região do vinho do Porto maioritariamente para exportação, com grande relevância na economia nacional; e a Estremadura e Ribatejo, com vinhos de fraca qualidade e destinados ao consumo corrente. Estes três pólos concentravam perto de dois terços da produção, e o outro terço era repartido pela Bairrada, Covilhã, Fundão e Leiria a norte do Tejo e as áreas da Vidigueira, Borba, Évora e Lagoa a sul²⁷.

²⁶ PEREIRA, TEIXEIRA, 1998: 79.

²⁷ Cf. LEITÃO, 2015: 20-23.



Mapa 1. Distribuição geográfica da vinha/produção vinícola em finais do século XIX

Fonte: MARQUES, DIAS, 2003: 393

Na região do Alto Douro, na primeira metade do século XIX, com a Revolução Liberal e a primeira legislação vintista (Carta de Lei de 21 de Maio de 1822), desaparece a divisão entre as zonas de vinho de feitoria e de ramo, conservando-se somente a linha exterior da demarcação, abrangendo o Baixo e o Cima Corgo. A Carta de Lei de 21 de Agosto de 1823, na sequência da «vilafrancada», repôs a legislação anterior a 1820, embora confirmando a supressão de alguns dos privilégios da Companhia, particularmente o exclusivo da venda de vinho nas tabernas do Porto e o monopólio do comércio no Brasil. A vitória do liberalismo, em 1834, trouxe consigo a extinção da Companhia. A Lei de 30 de Maio desse ano revoga algumas das suas funções públicas, restaurando a liberdade de produção e comércio de vinhos e a liberdade de os exportar pela barra do Douro. Contudo, na sequência da concorrência dos vinhos espanhóis e franceses no mercado britânico, do desenvolvimento de fraudes e falsificações e do debate parlamentar, a Lei de 7 de Abril de 1838 viria a restabelecer a Companhia como instância reguladora, mas com muito menos poderes.

Aproveitando o progressivo afrouxamento dos poderes da CGAVAD, alguns comerciantes, grandes proprietários e viticultores influentes compravam no Douro Superior uvas e vinhos exportados clandestinamente e plantavam vinha formando quintas pioneiras (nos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Vila Nova de Foz Côa, Freixo de Numão, entre outros).

É o caso, a partir de 1820-1821, de Miguel António Ferreira, proprietário da Quinta do Silho; desde 1823, de António Bernardo Ferreira, da Régua (tio e sogro de D. Antónia Adelaide Ferreira²⁸), proprietário da Quinta das Figueiras (designada Quinta do Vesúvio em 1830, ano de excelente colheita, e muito ampliada por D. Antónia a partir de 1850²⁹) e ainda de António Bernardo de Brito e Cunha, «deputado» da Companhia, contador da Real Fazenda da Comarca do Porto e proprietário da Quinta de Vargelas (S. João da Pesqueira), cujos vinhos adquiriam já grande notoriedade no mercado londrino.

O visconde de Villa Maior, que descreve minuciosamente a Quinta do Silho³⁰, considera então que o Douro Superior, designação que cunhará, se encontra ainda na generalidade inculco do ponto de vista agrícola, e num nível de desenvolvimento territorial e populacional muito diferente, quando comparado com o Alto Douro, onde predomina a cultura e produção vitivinícola:

O Alto Douro e o Douro superior diferem consideravelmente entre si em relação ao estado de adiantamento agrícola em que se acham. O primeiro está completamente entregue a cultura da vinha, o segundo, ainda em grande parte inculco, apresenta em geral um aspecto bem diferente. No primeiro a população é notavelmente mais densa, a propriedade mais dividida, e a produção mais regular e considerável. No segundo os pequenos centros de população acham-se afastados das margens do rio, são raras as habitações rurais, menos bem repartida a propriedade, restritas as plantações e pobre a cultura³¹.

De facto, até meados de Oitocentos, a expansão do vinhedo para leste do Douro continua a ser relativamente lenta devido a dificuldades de comercialização. Em 1865, é proclamado o regime de ampla liberdade de comércio dos vinhos³², precedido das leis de desamortização dos vínculos (1863), a que se seguiu a legislação dos baldios nos finais da década de 60 do século XIX.

Entretanto, as doenças das videiras, sobretudo o oídio (anos 50 do século XIX) mas também o míldio e, a partir da década seguinte, a filoxera, afectaram precoce e violentamente as vinhas do Baixo e Cima Corgo, menos resistentes e «em terreno depauperado e esgotado por uma cultura prolongada e falta de adubos»³³.

Em resultado da conjugação desses e de outros factores de mudança como a abolição da demarcação e o regime de liberdade comercial, em 1865, o impacto da «crise filoxérica», indutor de «uma nova matriz cultural para a vinha»³⁴, e as

28 PEREIRA, OLAZABAL, 1996.

29 VILLA MAIOR, 1865.

30 VILLA MAIOR, 1865: 13-45.

31 VILLA MAIOR, 1865: 6-7.

32 SEQUEIRA, 2008: 67-76; MARTINS, 1996: 413-435.

33 CABRAL, 1895: 346.

34 PEREIRA, 2009: 130.

maiores facilidades de acesso e transporte do caminho-de-ferro do Douro (1875-1887) — «elemento de vitalidade» que permitiu a maior parte das replantações³⁵ —, veio a verificar-se a grande expansão do vinhedo em todo o Douro Superior alastrando com um dinamismo significativo até final do século XIX. Destaque-se a Quinta de Vale de Meão, fundada por Dona Antónia com a compra de baldios em hasta pública à Câmara de Foz Côa (1877-1879), onde chegaram a trabalhar nas plantações, iniciadas em 1887, mais de 1000 trabalhadores por dia³⁶, bem como a Quinta do Lubazim, no Vilarinho da Castanheira (fornecedora de vinhos generosos à conhecida firma britânica Cockburn's, desde finais do século XIX), que segundo o abade de Miragaia (1887):

É hoje absolutamente a primeira e a mais importante desta freguesia e deste concelho e uma das primeiras do Alto Douro e desta província, porque a sua produção dominante foi sempre azeite: [...] oitenta a cem pipas de 550 litros por ano; tem 25 a 30 mil oliveiras, duas casas de habitação brasonadas e dezanove com abegoarias e outras oficinas; mede cinco quilómetros ao longo do Douro, no qual tem as azenhas [...], com três rodas de moinhos, que andam arrendadas por cem alqueires de pão; apascenta mil cabeças de gado lanígero; produz também mil a 1.500 medidas de centeio de quinze litros, e vinte a trinta arrobas de amêndoa; tem, finalmente, um forno de telha na margem do Douro e magníficas lodeiras que, plantadas de vides, podem dar cem a duzentas pipas de vinho por ano³⁷.

Por esta altura, alguns autores coetâneos realçavam a importância de que o Douro Superior se ia revestindo. Por exemplo, João Ferreira Lapa considerava que, apesar de estar ainda numa fase de desenvolvimento e crescimento, produzia já vinhos de qualidade superior, em particular no que respeitava aos vinhos de mesa³⁸.

Afonso Vale Coelho Pereira Cabral, proprietário das Quintas do Monsul e do Cachão e autor do importante relatório técnico *A região vinhateira desde Barca de Alva até ao Cachão da Valeira* (1895), afirmava mesmo: «se hoje existem diferenças, são todas a favor do Douro Superior, onde dia a dia o esforço hercúleo e verdadeiramente patriótico de alguns proprietários faz surgir novas e esplêndidas quintas, que vestem de viçosos e pujantes vinhedos as suas ásperas montanhas»³⁹.

Afonso Pereira Cabral alertava que «a emigração compromete e ameaça o futuro da propriedade no Douro» ao mesmo tempo que considerava a «viticultura a principal fibra produtora do Alto Douro, e sendo o seu afamado «vinho do Porto» um produto necessariamente caro pelo excessivo dispêndio a que obriga a sua

³⁵ CABRAL, 1895: 459

³⁶ PEREIRA, TEIXEIRA, 1998: 80.

³⁷ LAGE, 2018: 307-308.

³⁸ LAPA, 1875.

³⁹ CABRAL, 1895: 346.

cultura, deve procurar-se atenuar-lhe os encargos que sobrevêm desde o momento em que é colhido até ao dia em que é apresentado no mercado». Realçava o preço e qualidade como factores fundamentais para a exportação vinícola que «há-de necessariamente aumentar, desde que se torne mais económica»⁴⁰. Para o que preconizava, premonitoriamente, medidas administrativas como «o barateamento dos artigos e matérias-primas essenciais à nossa indústria vinícola e, entre estas, principalmente a aguardente; facilidades e vantagens concedidas à entrada dos nossos vinhos nos mercados estrangeiros, por meio de equitativas concessões nos tratados de comércio»⁴¹.

Porém, entre finais do século XIX e inícios do século XX, num panorama de crise comercial e de superprodução, e com a revitalização de antigos ideais proteccionistas, continuaria o cereal a progredir em grande escala, até em terrenos pouco propícios⁴².

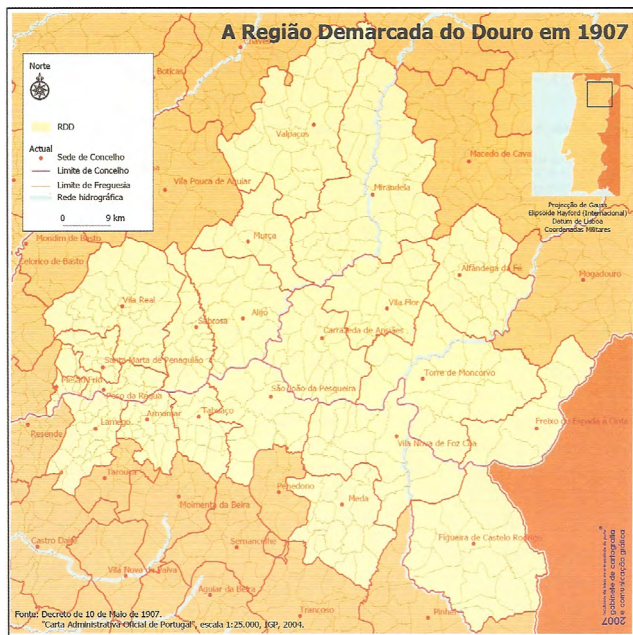
3. INTEGRAÇÃO NA RDD E CONSOLIDAÇÃO VITIVINÍCOLA DO DOURO SUPERIOR (SÉCULOS XX-XXI)

Nos inícios do século XX, assiste-se ao reconhecimento oficial da importância vitícola do Douro Superior, patente na demarcação de João Franco, em 1907, que consagrava o alargamento da região duriense para leste até à fronteira, abrangendo os concelhos de Mesão Frio, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Régua, Sabrosa, Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça, Valpaços, Vila Flor, Alfândega da Fé, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Armamar, Tabuaço, S. João da Pesqueira, Meda, Figueira de Castelo Rodrigo, Vila Nova de Foz Côa e a freguesia de Barrô do concelho de Resende. Esta demarcação seria restringida drasticamente em 1908, passando a ter por base a freguesia e não o concelho. Ao mesmo tempo, demarcava-se a região de vinhos de mesa do Douro, em que se incluíam, além dos concelhos de Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Foz Côa, Meda, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta (com freguesias na região produtora de vinhos generosos), também os de Alfândega da Fé e Figueira de Castelo Rodrigo.

⁴⁰ CABRAL, 1895: 463.

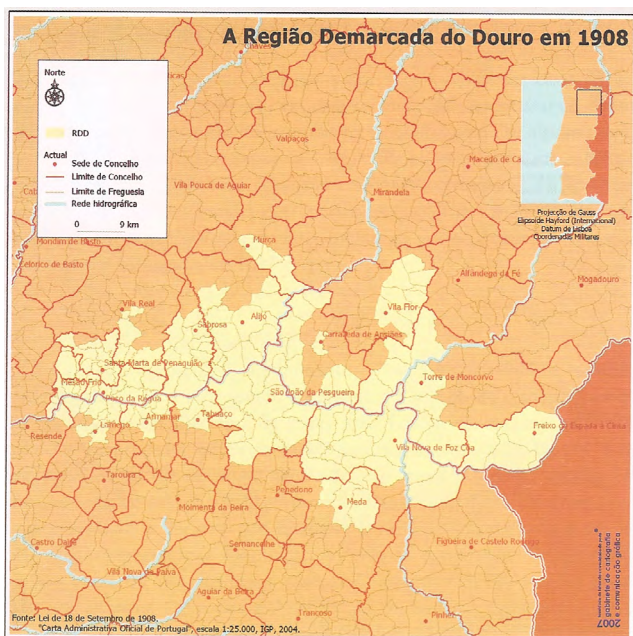
⁴¹ CABRAL, 1895: 463.

⁴² REBANDA, 2003: 282.



Mapa 2. Demarcação de 1907

Fonte: PEREIRA, coord., 2010: 41



Mapa 3. Demarcação de 1908

Fonte: PEREIRA, coord., 2010: 42

Ainda na primeira metade do século XX, a expansão da viticultura no Douro Superior irá ressentir-se com os efeitos de novas e profundas crises comerciais, só parecendo retomar novo impulso nos anos 60, com a recuperação geral

do sector vitivinícola e a afirmação das adegas cooperativas. Nas décadas de 30 e 40, regressou-se de novo e em força à produção cerealífera, erodindo-se e esgotando-se solos de difícil mecanização, com as campanhas dos cereais (sobretudo trigo) do Estado Novo e seus organismos corporativos de controlo estatal (Federação Nacional dos Produtores de Trigo, Federação Nacional dos Industriais de Moagem e Instituto dos Cereais).

Notável é que, num processo continuado de avanços e recuos, a cultura da vinha, complementar ou marginal, foi-se afirmando e disputando terreno a outras culturas até que, nas últimas décadas do século XX e dealbar do século XXI, a expansão dos vinhedos no Douro Superior (10% de área de vinha na área da sub-região que representa 40% da área total da RDD) tem vindo a reforçar a sua importância estratégica no seio da actual Região Demarcada do Douro, quer enquanto produtora de vinho com denominação de origem «Porto», quer ainda na produção de alguns dos nossos melhores vinhos de mesa, reforçando a sua imagem de qualidade nos mercados. São elucidativos dessa importância outros indicadores estatísticos: a quase duplicação do número de viticultores entre 1972 e 1997 (passando de 3500 para 5741); no mesmo período, a área de vinha triplicou (de 3278 para 10 105 hectares), com aumento da quantidade e qualidade da produção recente, a qual atingia mais de 300 000 hectolitros⁴³.

Tabela 2. Produção vinícola declarada nos concelhos que integram o Douro Superior (em hectolitros)

Concelhos	1972	2003/2004
Carraceda de Ansiães	30 899	40 674
Vila Flor	18 755	35 219
Vila Nova de Foz Côa	39 669	155 687
Meda	34 676	39 322
Torre de Moncorvo	11 443	29 668
Freixo de Espada à Cinta	7864	17 674

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Instituto da Vinha e do Vinho

A partir dos anos 80/90 até à actualidade, a vinha tem sido a cultura de maior expansão e dinamismo no Douro Superior, com destaque para as grandes quintas, beneficiando dos apoios do Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes (PDRITM), que autoriza na RDD reconversões de vinhas e plantação de vinhas novas, num total de 2500 ha, «em terrenos cujas vinhas a implantar sejam susceptíveis das classificações A ou B e, eventualmente, C»⁴⁴.

⁴³ PEREIRA, TEIXEIRA, 1998: 80-83.

⁴⁴ Vd. Portaria n.º 863/85 de 14 de Novembro. PORTUGAL. Ministério da Agricultura, 1985.

A valorização dos vinhos de mesa certificados com a denominação de origem «Douro» suscitou o surgimento de muitas marcas novas no Douro Superior, para além do clássico Barca Velha (1952), da Quinta do Vale Meão, e contribuiu para a expansão de adegas e linhas de produção e engarrafamento próprias. Algumas quintas da região têm vindo a associar a produção de vinho do Porto ao enoturismo, criação de rota do vinho do Porto e turismo rural, enquanto os pequenos e médios produtores continuam a fidelizar as antigas adegas cooperativas, algumas das quais se têm vindo a modernizar, como a de Freixo de Espada à Cinta⁴⁵.

Os aspectos enumerados, e outros que se lhes associam, são tanto mais relevantes quanto se verifica, hoje, nesta sub-região duriense, um forte decréscimo demográfico e grande redução da população activa agrícola, à semelhança do que ocorre no restante Douro Vinhateiro.

4. O CASO DO VINHO DO PORTO

Importa agora considerar em particular, pela sua relevância económica e simbólica, o caso específico da produção e exportação do vinho do Porto. Esboça-se um panorama evolutivo macro e micro ao longo do século XX e primeiras décadas do século XXI⁴⁶.

Considerando, embora, que o comércio do vinho do Porto no século XX é já bem conhecido, através dos estudos de Conceição Andrade Martins⁴⁷ e de Teresa da Silva Lopes⁴⁸, é oportuno observar aqui, sinteticamente, a evolução quer da produção quer da exportação do vinho de Porto a partir das décadas subsequentes do século XX até aos nossos dias.

Quadro 1. Produção de vinho do Porto (1970-2016)

Anos	Pipas (pipa/550 l.)	Anos	Pipas	Anos	Pipas
1970	75 375	1986	148 329	2002	172 404
1971	77 137	1987	169 177	2003	138 415
1972	99 666	1988	153 696	2004	159 881
1973	157 521	1989	216 825	2005	153 666
1974	119 333	1990	193 194	2006	157 656

(continua na página seguinte)

⁴⁵ REBANDA, 2003: 292.

⁴⁶ Cf. LAGE, 2018: 434-437.

⁴⁷ MARTINS, 1990.

⁴⁸ LOPES, 2003: 131-149.

Anos	Pipas (pipa/550 l.)	Anos	Pipas	Anos	Pipas
1975	99 787	1991	147 456	2007	159 528
1976	110 877	1992	101 333	2008	158 521
1977	126 539	1993	108 184	2009	140 676
1978	105 616	1994	136 818	2010	140 323
1979	123 090	1995	163 528	2011	107 354
1980	127 972	1996	164 651	2012	122 672
1981	100 536	1997	166 606	2013	125 641
1982	109 079	1998	156 439	2014	133 295
1983	102 395	1999	198 973	2015	140 928
1984	108 861	2000	194 554	2016	146 394
1985	120 851	2001	198 352		

Fonte: PORTUGAL. Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, [1970-2001]

Como se pode observar no quadro acima, os volumes de produção de vinho do Porto, no longo arco temporal de mais de meio século, evidenciam uma subida inicial pronunciada na década de 70 com um pico acentuado em 1973, mantendo-se no patamar superior das 100 000 pipas, até aos inícios dos anos 80, período em que regista uma considerável subida, atingindo o pico máximo superior a 200 000 pipas, em 1989. Segue-se uma queda abrupta, sucedida, porém, de nova subida que atingiu a plataforma trienal das 200 000 pipas na transição do século XX para o século XXI, altura a partir da qual os volumes de produção sofreram uma quebra até voltarem a tocar, em 2011, o patamar atingido nos anos 70, tendo, no entanto, voltado a recuperar ainda que parcialmente. Aliás, estas oscilações traduzem relativa instabilidade e variabilidade multifactorial, embora dentro de uma tendência consistente de subida dos volumes de produção.

Quadro 2. Exportações de vinho do Porto — volumes e valores (1970-2016)

Anos	Hectolitros (hl)	Milhares de euros	Anos	Hectolitros (hl)	Milhares de euros
1970	350 530	2953	1994	771 001	246 164
1971	368 171	3324	1995	807 835	261 615
1972	434 946	4401	1996	807 256	282 213
1973	475 907	6355	1997	780 850	302 536
1974	437 086	9385	1998	816 166	315 129
1975	379 492	7696	1999	824 449	335 193
1976	410 967	8576	2000	826 417	350 026
1977	485 948	12 656	2001	820 210	343 815

(continua na página seguinte)

Anos	Hectolitros (hl)	Milhares de euros	Anos	Hectolitros (hl)	Milhares de euros
1978	521 053	18 736	2002	797 375	357 688
1979	628 690	29 232	2003	806 602	346 808
1980	614 502	36 001	2004	798 397	337 548
1981	546 428	36 699	2005	807 729	341 930
1982	572 865	48 387	2006	785 278	331 685
1983	582 444	64 742	2007	814 041	342 550
1984	592 494	79 009	2008	767 133	316 223
1985	634 596	100 785	2009	725 973	300 226
1986	682 921	123 911	2010	741 604	315 474
1987	684 238	137 667	2011	718 624	305 592
1988	718 351	156 426	2012	715 274	306 980
1989	702 738	168 513	2013	688 134	313 254
1990	686 103	206 184	2014	673 510	308 420
1991	661 608	197 254	2015	656 811	305 833
1992	660 322	195 997	2016	646 886	307 528
1993	711 592	223 252			

Fonte: PORTUGAL. Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, [1970-2001]

No que se refere, concretamente, à produção, no Douro Superior, de vinhos generosos aptos a serem certificados como vinho do Porto, no caso específico de Carrazeda de Ansiães, concelho de fronteira no contexto das duas sub-regiões (Cima Corgo e Douro Superior), vale a pena determo-nos, mais em pormenor, na evolução que registou, após a respectiva integração na RDD, com as demarcações de 1907 e 1908.

Verifica-se que, na primeira metade do século XX, a produção de vinhos generosos deste concelho, entre 1916 e 1930, quase duplicou, ao subir de 2400 pipas para 4459, tendo atingido neste período uma média anual de 3344 pipas e um total de 50 173,8 pipas. Já entre 1933 e 1942 (exceptuando 1937 e 1938), a produção total de vinho generoso foi de 23 309 pipas, numa média anual de 2920 pipas.

Quadro 3. Produção de vinho generoso do concelho de Carrazeda de Ansiães e sub-regiões Cima Corgo e Douro Superior (em litros)

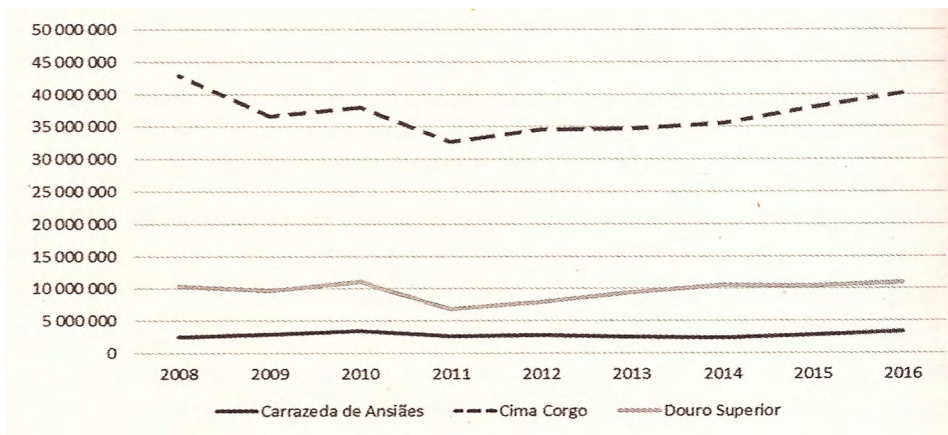
Anos	Carrazeda de Ansiães	Cima Corgo	Douro Superior
2008	2 567 720	42 915 247	10 433 771
2009	2 896 602	36 621 565	9 653 096
2010	3 473 774	37 977 601	11 135 357

(continua na página seguinte)

Anos	Carrazeda de Ansiães	Cima Corgo	Douro Superior
2011	2 658 899	32 687 758	6 864 334
2012	2 845 834	34 591 722	7 982 121
2013	2 553 855	34 709 223	9 413 971
2014	2 444 183	35 507 808	10 550 565
2015	2 792 997	37 934 972	10 437 312
2016	3 327 448	40 094 220	10 876 780

Fonte: PORTUGAL. Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, [1970-2001]

Gráfico 1. Produção de vinho generoso do concelho de Carrazeda de Ansiães e sub-regiões Cima Corgo e Douro Superior (em litros)



Fonte: LAGE, 2018: 436

Mais recentemente, nos anos de 2008 a 2016, pode observar-se, por amostragem (ver Quadro 3 e gráfico correspondente), um comportamento de maior estabilidade dos seus volumes de produção, o que se torna ainda mais evidente quando comparado, em igual período, sobretudo com as produções em ritmo crescente, nos últimos anos, da sub-região de Cima Corgo, onde, para efeitos de contabilização estatística, foi oficialmente enquadrado.

CONCLUSÕES, PERSPECTIVAS E PROBLEMATIZAÇÕES

Como se pôde observar no amplo horizonte temporal esquematicamente traçado da transformação da paisagem agrária do Douro Superior, importante território e totalidade multidimensional, do interior rural norte do país, é-lhe transversal um processo de sucessivas e cumulativas mudanças, em que a vitivinicultura acabou por suplantar a produção cerealífera, duas das culturas dominantes nesta região entre os séculos XVIII e XXI.

Já noutra dimensão, a viticultura, como a produção cerealífera e outras culturas, não tem oferecido, historicamente, nem hoje ainda parece oferecer ao lavrador duriense compensação razoável do trabalho. «Eis a razão por que os lavradores do Douro não deviam recear de tornar conhecida a sua história; porque do seu conhecimento não pode resultar senão a convicção profunda das enormes dificuldades que sobre eles impendem e do muito auxílio que carecem, e merecem, para poderem sustentar, defender e engrandecer a sua preciosa cultura; que se o não é para eles, em consequência dos sacrifícios que reclama, é para a nação onde representa o mais valioso elemento de receita pública...»⁴⁹

De acordo com esta asserção de notável actualidade de Afonso do Vale Pereira Coelho Cabral, autor do século XIX, que já então diferenciava, favoravelmente, o Douro Superior, tem de reconhecer-se que aí a vinha, apesar da recente expansão, ocupa apenas 10% da área desta sub-região que representa mais de 40% da Região Demarcada do Douro, tal como se evidenciou ao longo deste trabalho.

Nesta perspectiva de diferenciação intra-regional multifactorial, considera-se o presente artigo como ponto de partida para uma análise a enriquecer pelo recurso crítico a outros dados, quantitativos e qualitativos, novas informações e problemáticas convergentes, com vista a uma conceptualização mais sólida em próximos estudos sobre a temática central aqui abordada.

No entanto, e por fim, importa problematizar a questão dos valores da área de cultivo e da área de vinha, que em Portugal sempre foi controversa e de difícil resolução, mantendo-se, no século XX, as discrepâncias em relação à superfície cultivada quer devido à fidedignidade das fontes, quer, especificamente, por falta de fixação de uma «área de vinha base», que se traduz, ainda hoje, em disparidades de valores entre diversos organismos. A propósito das estatísticas da geografia da produção agrícola, em especial a cerealífera e a vinhateira, lembre-se que, após 1986, existem duas fontes de dados oficiais: o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Instituto da Vinha e do Vinho (IVV). Por exemplo, em 2012, a área de vinha considerada pelo INE foi de 176 985 hectares, valor bastante mais baixo que a área que o IVV referiu. Por outro lado, «o valor que a UE e a OCDE irão considerar é a do cadastro da vinha, ou seja, a que o IVV enviar para Bruxelas». E as reuniões entre estes dois institutos para uniformizarem valores prosseguem⁵⁰.

⁴⁹ CABRAL, 1895: 466-467.

⁵⁰ Cf. LEITÃO, 2015: 20-23, 26-27, 42.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

PORTUGAL. Instituto dos Vinhos do Douro e Porto [1970-2001]. [*Informação Estatística*]. Recolha de informação disponível em IVDP, Porto, Portugal.

FONTES IMPRESSAS

- CABRAL, Afonso Vale Coelho Pereira (1895). *A região vinhateira desde Barca de Alva até ao Cachão da Valeira*. «Boletim da Direcção Geral da Agricultura». 6:3, 313-482.
- LAPA, João Ferreira (1875). *A vinicultura portuguesa*. «Jornal de Horticultura Prática». Vol. VI, 129-133, 145-148, 168-170, 188-192.
- MENDES, J. M. Amado (1981). *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*. Coimbra: INIC.
- OLIVEIRA, Aurélio; FAUVRELLE, Natália (1996). *Um manuscrito inédito sobre o Douro Superior em finais do século XVIII*. «Douro — Estudos & Documentos». 1:1, 196-258.
- PORTUGAL. Ministério da Agricultura (1985). *Portaria n.º 863/85*. «Diário da República I Série». 262 (1985-11-14) 3824.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (2003). *As Memórias Paroquiais de 1758: uma microfonte para a macro-história do vinho do Douro*. «População e Sociedade». 10, 59-70.
- VILLA MAIOR, Visconde de (1865). *Preliminares de Ampelographia e Oenologia no País Vinhateiro*. Lisboa: Imprensa Nacional.

FONTES ELECTRÓNICAS

- HISTORICAL Atlas. [Consult. 15 Jun. 2021]. Disponível em <<http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php>>.
- PORTUGAL. Instituto da Vinha e do Vinho [s.d.]. *Produção por Distrito / Concelho. Série 2003/2004 a 2020/2021*. [Consult. 16 Jun. 2021]. Disponível em <<https://www.ivv.gov.pt/np4/2336.html>>.
- PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (1973). *Estatísticas Agrícolas e Alimentares: Continente e Ilhas Adjacentes 1972*. Lisboa: [s.n.]. [Consult. 16 Jun. 2021]. Disponível em <<https://www.ine.pt/xurl/pub/258747350>>.

BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, António (1988). *O vinho do Porto e a intervenção do Estado*. «Análise Social». XXIV (1.º):100, 373-390.
- LAGE, Maria Otilia Pereira (2018). *Um caso de fronteira no «Douro Novo»: Carrazeda de Ansiães. Para a história do vinho do Porto*. Porto: CITCEM; Edições Afrontamento.
- LEITÃO, João Carlos Farinha (2015). *A cultura da vinha em Portugal e as consequências da adesão à União Europeia. Caso de estudo: A Região Demarcada do Douro*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de mestrado.
- LOPES, Teresa Silva (2003). *Os mercados do vinho do Porto*. In PEREIRA, Gaspar Martins, coord. *O vinho do Porto*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, pp. 131-149.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João Alves (2003). *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos.

- MARTINS, Conceição Andrade (1988). *Os ciclos de vinho do Porto: ensaio de periodização*. «Análise Social». XXIV (1.º):100, 391-429.
- MARTINS, Conceição Andrade (1990). *Memória do vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- MARTINS, Conceição Andrade (1991). *A filoxera na viticultura nacional*. «Análise Social». XXVI (3.º-4.º):112-113, 653-688.
- MARTINS, Conceição Andrade (1996). *A intervenção política dos vinhateiros no século XIX*. «Análise Social». XXXI (2.º-3.º):136-137, 413-435.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1995). *Notas para a história contemporânea de Foz Côa*. «Boletim da Universidade do Porto». 5:25, 33-36.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1996). *A viticultura duriense e o vinho do Porto na época contemporânea (notas para um programa de pesquisa)*. «Douro — Estudos & Documentos». 1:2, 155-165.
- PEREIRA, Gaspar Martins (2009). *Crises e renovação da viticultura duriense na segunda metade do século XIX*. In SERRÃO, José Vicente; PINHEIRO, Magda de Avelar; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo, org. *Desenvolvimento Económico e Mudança Social: Portugal nos últimos dois séculos. Homenagem a Miriam Halpern Pereira*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 115-131.
- PEREIRA, Gaspar Martins, coord. (2010). *História do Douro e do Vinho do Porto. Crise e reconstrução. O Douro e o vinho do Porto no Século XIX*. Porto: Edições Afrontamento.
- PEREIRA, Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa de (1996). *Dona Antónia*. Porto: Edições Asa.
- PEREIRA, Gaspar Martins; TEIXEIRA, Ricardo (1998). *Apontamentos sobre a Vinha e o Vinho no Douro Superior*. In LIMA, Alexandra Cerveira., coord. *Terras do Côa: da Malcata ao Reboredo*. Guarda: Ed. Estrela-Côa, pp. 77-84.
- REBANDA, Nelson Campos (2003). *A evolução da paisagem agrária no Douro Superior*. In SOEIRO, Teresa, coord. *Viver e saber fazer. Tecnologias tradicionais na região do Douro. Estudos preliminares*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro, pp. 240-315.
- SEQUEIRA, Carla (2008). *O Alto Douro entre sistemas de regulação: do protecçãoismo ao livre-cambismo (1852-1865)*. «História Unisinos». 12:1, 67-76.

LA RECUPERACIÓN DEL PATRIMONIO ARQUEOLÓGICO DEL SAHARA OCCIDENTAL Y LA EMERGENCIA DE LAS BASES DEL CONOCIMIENTO CIENTÍFICO DEL PASADO

ANDONI SÁENZ DE BURUAGA*

Resumen: *La compleja coyuntura geopolítica que envuelve al Sahara Occidental tiene una grave incidencia en la situación de desamparo y desprotección del patrimonio arqueológico. Desde 2005, desarrollamos un proyecto de investigación y cooperación cultural en los territorios que gestionan las autoridades de la República Árabe Saharaui Democrática: en concreto, en la región de Tiris, en el extremo SE del territorio. La aportación al conocimiento científico del pasado del Sahara Occidental está resultando altamente satisfactoria: (1) por el importante efectivo de yacimientos y manifestaciones arqueológicas registradas; (2) por el avance sustancial experimentado en los procesos de ocupación del territorio en conexión con las dinámicas climáticas y medioambientales; y, (3) por las informaciones aportadas por la excavación de monumentos líticos. Así mismo, la experiencia ha puesto en evidencia las adversidades y peligros que circundan a estas expresiones del pasado, e impulsa un debate urgente sobre su situación de alto riesgo.*

Palabras clave: *Arqueología; Patrimonio cultural; Sahara Occidental.*

Abstract: *The complex geopolitical context which encompasses the Western Sahara has a serious impact on the unsheltered and vulnerable situation of the archaeological heritage. Since 2005, we have implemented a cultural cooperation and research project in the territories which are managed by the authorities of the Saharawi Arab Democratic Republic: specifically in the Tiris region, in the SE zone of the territory. The contribution to scientific knowledge of Western Sahara's past has proven to be highly satisfactory: (1) due to the significant number of registered archaeological sites and manifestations; (2) due to the substantial progress experienced in the territorial occupation processes in connection with the climate and environmental dynamics; and (3) based on the information provided by the excavation of the lithic monuments. Likewise, the experience has clearly highlighted the adversities and hazards which besiege the expressions from the past, and requires an urgent debate about their high risk situation.*

Keywords: *Archaeology; Cultural heritage; Western Sahara.*

Recuperación y salvaguarda de los bienes patrimoniales, e interpretación científica del pasado han sido los objetivos sustantivos que han marcado nuestra labor en el Sahara Occidental. Con estos propósitos nos desplazábamos allá en 2004, a la franja oriental del territorio bajo la tutela de las autoridades saharauis que proclamaran hace más de 4 décadas la RASD, y comenzábamos a trabajar, de

* Universidad del País Vasco-Euskal Herriko Unibertsitatea. Email: andoni.buruaga@ehu.eus.

forma sistemática y metódica, desde 2005, en un proyecto de investigación y cooperación cultural. Una experiencia que de forma continuada ha venido desarrollándose hasta nuestros días.

En estos años, varias han sido las líneas de investigación patrimonial en que se ha venido operando sobre el terreno: Arqueología, Etno-antropología, Paleoclimatología, Toponimia, etc. En esta ocasión, centraremos la atención en una de ellas: el patrimonio arqueológico y su contribución a un novedoso relato de la historia de este sector occidental del Sahara.

Los resultados obtenidos en este campo, junto a una exhaustiva y ponderada evaluación del potencial patrimonial y científico del pasado del territorio, comienzan a desvelar intelectualmente algunos de los procesos culturales más remarcables de la dinámica del poblamiento de esta parte del Sahara atlántico, especialmente a lo largo de las etapas más avanzadas de la Prehistoria y su transición a los tiempos históricos.

Ello, unido a la valoración alarmante que se desprende del grave estado de conservación de las expresiones socioculturales del pasado y de las muy adversas circunstancias en que se enmarcan, ratifican e impulsan la práctica de iniciativas de investigación cultural y cooperación humanitaria en contextos social y territorialmente «desfavorecidos», como la que venimos conduciendo.

1. EL MARCO GEOPOLÍTICO DEL SAHARA OCCIDENTAL: UN TERRITORIO FRACTURADO E IGNORADO DEL NW DE ÁFRICA

Hoy el Sahara Occidental es un territorio «no autónomo» del NW de África, encajado geográficamente junto al litoral atlántico entre Marruecos, Mauritania y una pequeña parte de Argelia, e incluido por las Naciones Unidas desde 1960 en la relación de países de la Tierra pendientes de descolonización.

Desde 1884 a 1975 formó parte de las posesiones españolas, primero como colonia y luego como provincia. Una relación colonial estable de casi un siglo que concluyó ciertamente con un final traumático. De hecho, el desacertado proceso de descolonización española, a finales de 1975, desencadenó 3 hechos dramáticos en el devenir del Sahara Occidental:

1) El estallido de un «conflicto bélico» entre los originarios pobladores saharauis, organizados en el Frente Polisario, y los estados vecinos de Marruecos y Mauritania, con intereses expansionistas. Una guerra abierta por el control del territorio que se extenderá desde 1975 a 1991, y que desde 1991 a nuestros días permanece en una situación de «alto el fuego» supervisada por fuerzas militares de la ONU.

2) La concentración en un exilio forzoso de una parte significativa de la población saharauí en los «Campamentos de Refugiados de Tindouf», al W de Argelia y en las inmediaciones de la franja fronteriza con el Sahara Occidental, con lo que ello ha supuesto de «fractura social y humana» en la población nativa.

3) La «ruptura de la entidad geográfica del Sahara Occidental» en 2 partes separadas interiormente por un «muro defensivo» levantado por las fuerzas marroquíes a lo largo de los años 80 que, con trazado NE-SW se extiende a lo largo de más de 2500 km de recorrido y acumula en su entorno inmediato más de 7 millones de minas explosivas, según las últimas estimaciones de observadores internacionales reconocidos. De esta suerte, en la actualidad, 4/5 partes del territorio original las ocupa el reino de Marruecos y la 1/5 parte restante la administran las autoridades saharauíes que, tras la salida definitiva de España en febrero de 2016, proclamaron la República Árabe Saharaí Democrática (RASD) y que, frente a la anexión de Marruecos, reclaman la autodeterminación y la soberanía de la integridad del Sahara Occidental (Mapa 1).



Mapa 1. Mapa del Sahara Occidental elaborado por las Naciones Unidas, con el trazado del «muro» interior. En la parte inferior derecha, hemos remarcado la región de Tiris, que ha focalizado nuestra investigación arqueológica¹

¹ Todas las figuras que componen el artículo tienen como fuente: Asociación Vasco-Saharauí de la Evolución Cultural. Disponible en <<http://www.kultursahar.org>>.

Un conflicto bélico cuyas consecuencias no sólo tienen una lectura social, económica, geográfica o humana, sino que asimismo inciden de forma directa sobre el patrimonio cultural y arqueológico. Y, no solamente en relación a la propia existencia y conservación de los bienes arqueológicos, sino en el particular estatus que rodea la gestión de los mismos. Al fin y al cabo, ¿de quién es o en quién recae *de iure* la responsabilidad última en el cuidado y protección eficientes de las expresiones patrimoniales? Conforme a algunas de las convenciones de la UNESCO, nos encontraríamos, cuando menos, por un lado, delante de un «patrimonio en peligro» a consecuencia de una situación de conflicto bélico, y, por el otro, frente a un «patrimonio vulnerable», merced a su exposición indefensa y a la falta absoluta de seguridad frente al expolio y el pillaje de sujetos de la cultura material, y, en general, a la práctica del tráfico ilícito de los bienes culturales... Pudiera intuirse que acaso la UNESCO debiera tener alguna implicación en la salvaguarda de ello, mas no es así. Y del ámbito del Sahara, por otro lado, tampoco puede esperarse nada: aquí, las manifestaciones y referencias culturales del pasado, relegadas jerárquicamente a un plano más que secundario por la prioridad del conflicto y las permanentemente acuciantes necesidades sociales y humanitarias del contexto, se encuentran aquí *de facto* en un marco de inacción patrimonial... Lo que se traduce en una situación generalizada de desamparo y desatención internacional que hace elevar notoriamente la preocupación e incertidumbre por el devenir del rico patrimonio cultural del pasado del Sahara Occidental.

Por conciencia humanitaria y deber ético con la situación de injusticia histórica hacia los saharauis, y sensibilidad a la vez con los bienes patrimoniales, dirigimos nuestros propósitos de estudio a esa franja de terreno que ellos gestionan, seleccionando como marco de actuación arqueológica la mitad meridional de la misma: la parte correspondiente a la región de Tiris. En cualquier caso, hablamos de un territorio social y políticamente olvidado e ignorado del cuadrante noroccidental del inmenso desierto del Sahara, y de un patrimonio arqueológico desconocido e indefenso.

2. BREVES APUNTES DEL PROCESO DE INVESTIGACIÓN ARQUEOLÓGICA EN EL SAHARA OCCIDENTAL

El estado de conocimiento del pasado del Sahara Occidental es, en general, más que deficiente sino acaso decepcionante, y frustrante además para quien se interesa por su significado y comprensión. La suma de carencias es de tal magnitud que verdaderamente abruma a quien se inicia en el rastreo de cualquier dimensión de las sociedades prehistóricas¹.

¹ SÁENZ DE BURUAGA, 2016.

En esta percepción tan adversa no sólo debe retenerse la nefasta incidencia del contemporáneo «Conflicto del Sahara», sino que su gestación se ha visto históricamente favorecida por una cierta conducta de apatía y consecuente desatención en la investigación arqueológica durante la época colonial.

A diferencia de las interpretaciones coloniales vigentes en la primera mitad del siglo XX sobre el poblamiento de otras partes de África², en el Sahara Occidental no existió conceptualmente una «arqueología de colonos». No ya sólo porque quienes la practicaron, ni eran nacidos o residentes allá como colonos, sino porque ni entre las apetencias coloniales se promovió sociedad alguna de carácter científico o de aficionados preocupada por el conocimiento del pasado sahariano. No hubo, pues, un discurso arqueológico propiamente colonial, pues primó el desinterés generalizado sobre los testimonios de la Antigüedad en los 90 años de presencia española. O quizás pudiera decirse que, en el mejor de los casos, la práctica arqueológica colonialista —cuando se hizo, siempre configurada y materializada por las mentes y manos de foráneos— se planteó sin pensar excesivamente en los antiguos procesos históricos y sociales del Sahara Occidental, o más bien con indiferencia y al margen de cualquier espíritu integrador.

A ello tampoco ayudó mucho la creencia de buena parte de los saharauis en unos orígenes fuera del territorio, en Yemen, y en su asentamiento en estas tierras del Occidente del Sahara a consecuencia de las invasiones árabes del N de África en un momento avanzado de la Edad Media. Unas raíces foráneas que inducían un desapego con el pasado preislámico del territorio, al no compartirse lazos filéticos ni culturales con esos pobladores. Una desconexión con los antiguos grupos humanos saharianos que acrecentaría posiblemente un desinterés o indiferencia por las expresiones del pasado cultural de épocas pretéritas que no se sentían como «propias». Un hecho a su vez negativo de cara a la conservación y cuidado de los bienes arqueológicos.

Ello no quiere decir que no se hiciera nada en el campo arqueológico, sino que, por limitadas que fueren, las iniciativas que se llevaron a cabo, en buena parte, se plantearon a modo de «encargos» puntuales a investigadores de la metrópoli, o bien se debieron al altruismo, curiosidad o interés particular que algunos sujetos arqueológicos despertaron coyunturalmente en algunas personas desplazadas de forma eventual a la colonia. Así, si hubiera que remarcar los episodios intelectualmente más activos en la gestión arqueológica en el siglo XX en el Sahara Occidental, en opinión nuestra debieran retenerse los siguientes³:

² SHEPHERD, 2017.

³ SÁENZ DE BURUAGA, 2018a: 127-132.

- En la primera mitad del siglo: la década de los años 40. En estos momentos, confluirán 3 hechos destacados en la producción científica: (1) la publicación por M. Almagro Basch de la primera monografía de síntesis sobre la Antigüedad del Sahara Occidental con el título *Prehistoria del Norte de África y del Sahara español*⁴ que, a modo de una especie de «carta arqueológica», bien pudiera haber servido como compendio de base para vertebrar y organizar la búsqueda y el proceso de análisis y conocimiento del pasado, pero cuya transcendencia finalmente apenas tuvo reflejo en la concepción y dinámica de la investigación arqueológica en las décadas posteriores; (2) la determinación del arte rupestre prehistórico como sujeto de atención arqueológica preferente, tal como lo avalarían una buena serie de textos editados en esos momentos⁵; y (3) la confección de 2 monografías científicas de notable relevancia que contribuirán a contextualizar, en su medida, ciertas dimensiones del pasado y la cultura del territorio: una sobre los aspectos geográfico, geológico y botánico del Sahara Occidental, confeccionada por el equipo integrado por E. Hernández-Pacheco, F. Hernández-Pacheco, M. Alía Medina, C. Vidal Box y E. Guinea López⁶, y otra de contenido etnográfico y materializada en un muy importante trabajo de síntesis sobre la cultura nómada saharauí redactado por el antropólogo J. Caro Baroja⁷.

- En la segunda mitad del siglo XX: el tramo de los años 1970-1975. En este breve intervalo, van a converger en el Sahara diversos equipos y colectivos de investigadores internacionales con alta especialización en los temas de arte rupestre y sobre monumentos líticos de usos funerarios y rituales. En estas coordenadas, debe subrayarse: (1) la labor de R. de Balbín Behrmann, bajo el auspicio del Museo Arqueológico Nacional (Madrid), que culminará con la realización de su tesis doctoral sobre las expresiones artísticas de la todavía «provincia» española⁸; (2) la revisión y el estudio pormenorizado de las estaciones rupestres que emprendería el equipo de la Universidad de La Laguna (Tenerife, Islas Canarias) dirigido por M. Pellicer y P. Acosta, así como la excavación de algunas decenas de túmulos funerarios en la región septentrional de Saguia El Hamra⁹; (3) las actuaciones del Institutum Canarium de Viena en torno a las estaciones de arte rupestre y a los monumentos líticos, merced a los programas de estudio encabezados, por un lado, por H. Nowak¹⁰ y, por el otro, por M. Milburn¹¹; y (4) las misiones

4 ALMAGRO BASCH, 1946.

5 ALMAGRO BASCH, 1944, 1946; MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, 1941a, 1941b, 1941c, 1944; MATEU, 1946, 1948; MORALES AGACINO, 1942, 1944; QUINTERO ATAURI, 1941.

6 HERNÁNDEZ-PACHECO *et al.*, 1940.

7 CARO BAROJA, 1955.

8 BALBÍN BEHRMANN, 1975.

9 PELLICER, ACOSTA, 1972, 1991; PELLICER *et al.*, 1974.

10 NOWAK, 1971, 1975, 1976; NOWAK, ORTNER, ORTNER, 1975.

11 MILBURN, 1971, 1972, 1973, 1974a, 1974b, 1975a, 1975b, 1977, 1978, 1988; MILBURN, KÖBEL-WETTLAUFFER, 1973, 1975.

multidisciplinares a lo largo del litoral atlántico sahariano que entre 1970 y 1974 organizara el Laboratorio de Geología del Cuaternario del CNRS (París), bajo la dirección de N. Petit-Maire, contando con la implicación de distintos especialistas en Arqueología, Zoología, Geología, etc. y cuyos resultados aparecerían compilados en una monografía de síntesis¹².

A pesar de poder tenerse la impresión de una cierta desorganización en la concepción de la investigación arqueológica de campo, al confluír esos mismos años distintos equipos trabajando de forma autónoma sobre los mismos sujetos temáticos en las mismas áreas geográficas del territorio, es indudable que la primera mitad de la década de los años 70 anunciaba una novedosa y esperanzadora orientación en el proceso de la investigación del pasado del Sahara Occidental. Sin embargo, el estallido de la guerra a finales de 1975 iba a cortar drásticamente la presunción y, consecuencia de ello, un período de absoluta y forzosa inactividad se iba a extender durante más de dos largas décadas.

Alcanzada la última década del siglo XX, se acordaba la firma de un «alto el fuego» en un inédito y extraño diseño cartográfico del territorio. El Sahara Occidental de la historia colonial se había desvanecido, fragmentándose en 2 partes desiguales entre los contendientes: la mayor, incluyendo todo el tramo occidental y central de la antigua «provincia» española, asimilado administrativamente al reino de Marruecos; y, la menor, en el sector oriental, como «territorio liberado» del anterior y reducto geográfico y político de la RASD.

En este anómalo escenario, la mayor parte de los grupos de investigación internacionales que, desde el último quinquenio de la centuria, retomarán el interés por el pasado del Sahara Occidental unirán a los estímulos científicos la sensibilidad humanitaria y solidaria con la «causa saharauí», radicando sus intervenciones en distintas áreas de esos «territorios liberados» al E del Sahara Occidental. En esta dimensión se enmarcarán: (1) los esfuerzos del equipo de la Universitat de Girona, bajo la dirección de N. Soler Masferrer, especialmente entre 1996 y 2007, y una de cuyas aportaciones más relevantes será la confección de la tesis doctoral de J. Soler Subils sobre las pinturas rupestres de la región septentrional del Zemmur¹³; (2) las puntuales actuaciones de un equipo de la Universidad de Granada desde 1998, bajo la tutela de F. Carrión Méndez¹⁴; (3) las distintas campañas llevadas a cabo entre 2002 y 2009 por un equipo de la Universidad de East Anglia (Inglaterra), bajo la dirección de N. Brooks¹⁵; y (4) nuestra particular contribución al patrimonio cultural y especialmente arqueológico de la región meridional de Tiris desde 2005 hasta el presente¹⁶.

¹² PETIT-MAIRE, 1979.

¹³ SOLER SUBILS, 2007.

¹⁴ CARRIÓN MÉNDEZ, 2012.

¹⁵ CLARKE, BROOKS, 2018.

¹⁶ SÁENZ DE BURUAGA, 2008, 2010, 2014, 2018b; SÁENZ DE BURUAGA, ARRUABARRENA, 2015.

Así, pues, tras la difícil situación generada por el episodio bélico, podemos decir que, superado provisionalmente el tramo de enfrentamiento militar más agudo, en estas dos últimas décadas, de alguna manera, se ha conseguido enlazar con aquel alentador ambiente de atracción por el conocimiento del pasado saharauí que súbitamente quedó frenado y descabezado en 1975.

3. LA INVESTIGACIÓN PATRIMONIAL EN UN CONTEXTO DE «CAMPAMENTO DE REFUGIADOS»: UNA APUESTA CIENTÍFICA DESDE EL COMPROMISO HUMANITARIO

Plantear un proyecto sobre el antiguo patrimonio cultural en el marco de unos «Campamentos de Refugiados» puede parecer, en principio, una oferta no suficientemente razonable, atractiva, eficaz, realista y comprensible.

Hacíamos referencia, líneas atrás, a las acuciantes necesidades que permanentemente envuelven la atmósfera social de un contexto tan deficitario como el de un «Campamento de Refugiados»: unas carencias que relegan a una plaza secundaria la preocupación —no como sentimiento potencial, sino como acción eficiente en la práctica— por los bienes patrimoniales del pasado. Ello, indudablemente, resulta perfectamente entendible. Mas, de igual manera, lo es el que programas como el que nosotros hemos activado en el Sahara puedan intentar, de alguna manera, paliar la situación de desatención patrimonial.

En este particular medio, además de las fórmulas y mecanismos de cooperación social habituales en ámbitos desfavorecidos —en campos de primera necesidad, como la alimentación, sanidad, educación, etc., el Patrimonio cultural, observado científicamente, podía también constituir un vector o dimensión social activa plena de la solidaridad y la cooperación internacional en el marco de la Cultura. Esa era nuestra convicción (Fig. 1).

El ambiente poco propicio que circundaba a los bienes patrimoniales, su impotencia y lejanía latentes en el seno de un colectivo y territorio humanamente necesitado y humanitariamente dependiente, y la proyección científica y social que inherentemente entendíamos de los mismos, se complementaban como argumentos justificativos del propósito científico y solidario.

Teníamos la presunción de que nuestra propuesta de control, registro, cuidado y tratamiento del Patrimonio cultural era la mejor oferta y ayuda con que podíamos contribuir al desarrollo intelectual y social de la comunidad saharauí desde la investigación y el compromiso solidario en el campo de la cultura del pasado, y junto con ello a su empoderamiento como sujeto constitutivo activo del Patrimonio Intelectual de la Humanidad.

De acuerdo con ello, con nuestra labor de recuperación y estudio patrimonial en el Sahara Occidental, por un lado, contribuiríamos a la salvaguarda, custo-



Fig. 1. Panorámica del Campamento de Refugiados Saharauis de «Auserd» en la región de Tindouf (Argelia)

dia y socialización de una parte del Patrimonio de la Humanidad y, por el otro, ayudaríamos intelectual, social y políticamente al Pueblo Saharaui.

Quedaba, pues, incardinar pragmáticamente el sentido del patrimonio en esa particular realidad social.

Además de la valía *per se* de los vestigios y demás expresiones patrimoniales, en tanto en cuanto referencias materiales, simbólicas e ideológicas de los avatares del proceso histórico, ¿cómo podía ser útil la Arqueología al desarrollo y progreso del conocimiento en la sociedad saharauí?

Con frecuencia, la imagen que se ha venido construyendo de la Arqueología es la de vivir al margen de las preocupaciones e intereses de la sociedad contemporánea desde la que opera; es decir, el estar ubicada en otro contexto social y temporal, del pasado, desvinculado de su presente. Una disciplina de estudio de dudosa aportación eficiente y útil, y de cuestionable proyección social.

Una visión anacrónica y peyorativa que se ha retroalimentado con la percepción diletante y ociosa que se ha dispensado al estudio y la búsqueda del significado de los testimonios del pasado. Un diagnóstico socialmente bastante habitual, salvo lógicamente en los círculos de los abnegados y entusiastas arqueólogos, pues como alguien se cuestionaría: ¿qué lectura eficiente puede hacerse para el presente contemporáneo si aquello de lo que se parte ya no existe, no tiene vida?

Sin embargo, en contraposición a ello, conviene recordar que, por definición, la Arqueología es eminentemente una ciencia social. Y, en el marco de dependencia colonial o postcolonial de un territorio desfavorecido, como este del Sahara en que nos encontramos, es además una humanidad: tanto en términos

del ayer —como vía de aproximación al entendimiento del progreso social de nuestra especie—, como en los del hoy —en cuanto proyecto de conocimiento sensible y preocupado por el avance intelectual de aquellos colectivos y espacios humanos más marginados. Es decir, es una ciencia con conciencia intelectual, que se preocupa por las sociedades del ayer y del hoy.

En consecuencia, conforme a nuestra comprensión de los bienes culturales del pasado como expresiones vivas de las dinámicas sociales, el patrimonio no quedaría limitado y simplificado a proyectar un mero registro y listado riguroso de sujetos temática, tipológica, funcional y cronológicamente diferentes y atractivos en distintos niveles, sino que debía erigirse en el soporte científico de valoración y aproximación a la diversidad cultural en el espacio y el tiempo del Sahara Occidental. Lo cual inexorablemente conllevaría el análisis especializado y el estudio en profundidad de las diferentes «culturas» documentadas en nuestras metódicas inspecciones territoriales, merced a la constatación de sus variadas y genuinas expresiones artísticas, a sus poblados y lugares de asentamiento, a sus enterramientos, a los utensilios de uso doméstico, a los elementos de ornamento personal, etc. Abordar bajo esta perspectiva el patrimonio arqueológico implicaba desvelar, ordenar y articular los procesos culturales del territorio.

Las evidencias y expresiones arqueológicas no son, en consecuencia, simples objetos y sujetos estáticos y estéticos, sino pertinentes herramientas de transmisión intelectual de las sociedades del pasado a las del presente.

En otros términos, entendíamos el patrimonio arqueológico como un agente dinámico de implicación social: la cosificación simplificada del sujeto cultural debía ser remplazada conceptualmente por la vivificación histórica de los sucesos. El patrimonio, en suma, debía aportar los argumentos oportunos para la reflexión crítica del relato ideológico y, simultáneamente, fundamentar las bases científicas de conocimiento para la construcción racional de la historia del Sahara Occidental. En la lectura de los materiales del pasado estaría encerrada, pues, la clave para contribuir al progreso intelectual de la sociedad saharauí.

Este propósito, además, debía enriquecerse simultáneamente con la formación especializada de distintos cuadros saharauíes que, en acuerdo con el Ministerio de Cultura de la RASD, han venido formando parte, desde el inicio, de nuestro equipo de trabajo. De esta manera, intentaríamos aportar a la sociedad saharauí no sólo las pruebas del pasado histórico del territorio, sino los recursos técnicos y humanos convenientes para la gestión futura de su antiguo Patrimonio cultural.

Finalmente, todo este proceso conllevaría necesariamente el asumir unos compromisos en aras a la transmisión y difusión científica y social de las informaciones registradas y de sus enseñanzas derivadas. Lo entendíamos como una

expresión consustancial e imperativa con la propia vigencia de nuestro Proyecto del Sahara¹⁷.

Trabajamos en el Sahara y por el Sahara, con la ciencia y para la ciencia, desde las sociedades del pasado a las del presente. Inexorablemente, formamos parte de la cadena de transmisión del conocimiento. Aportamos los datos de base que luego se transformarán en sujetos intelectuales de reflexión a través de su difusión en los espacios de debate científico y de su comunicación social en los marcos de enseñanza. ¿Cómo vamos a contribuir al progreso intelectual del conocimiento científico y del avance social si no comunicamos lo que vamos advirtiendo y asimilando? Nuestro compromiso con la ciencia era claro, y no digamos ya con el medio social en que desarrollábamos nuestro trabajo¹⁸.

4. LA REGIÓN DE TIRIS COMO ESPACIO GEOGRÁFICO OPERATIVO DE INVESTIGACIÓN ARQUEOLÓGICA

La siguiente cuestión que había que solventar era dónde llevar a la práctica sobre el terreno ese planteamiento sobre el patrimonio arqueológico.

De cara a una correcta y eficiente gestión de nuestra apuesta patrimonial e investigadora, entendíamos conveniente la definición de un marco geográfico de actuación preciso. Dentro del contexto de los «territorios liberados» de la RASD, nuestra elección iba a concentrarse en toda la mitad meridional de los mismos, en lo que se conoce como la región de Tiris.

Se trata de un área ciertamente importante en extensión, de unos 30 000 km² de superficie, con el inconveniente de tratarse del espacio más alejado que gestionan los saharauis, situándose su extremo meridional a prácticamente los 1000 km lineales de los Campamentos de Refugiados de Tindouf. A pesar de ello, conformaba un marco operativo idóneo para nuestros propósitos de actuación arqueológica, pues, desde el conocimiento científico del pasado, se erigía en una de las partes menos conocidas y reconocidas del Occidente del Sahara. El Tiris arqueológico representaba, pues, un vacío cartográfico e intelectual en la investigación arqueológica. Una seria dificultad científica y simultáneamente un magnífico atractivo en el planteamiento y praxis de la investigación.

Desde la perspectiva geomorfológica, constituye el Tiris una vastísima planicie cristalina precámbrica que ocupa todo el tercio suroriental del Sahara Occidental, prolongándose sin solución de continuidad por las tierras de Mauritania hacia el E (Fig. 2).

¹⁷ SÁENZ DE BURUAGA, 2011.

¹⁸ SÁENZ DE BURUAGA, ARRUIBARRENA, 2015: 11.



Fig. 2. Cordón dunar sobre la planicie al S del Tiris

En su tránsito interno, se ofrece como una grandiosa región allanada por diferentes e intensos procesos y ciclos de erosión, a modo de gigantesca penillanura, en la que en ciertas partes, especialmente del sector meridional, asoman unos singulares relieves montañosos, de morfología hemisférica o cordiforme —a la manera de inselberges, o especies de «montes-islas»— que comparten el espacio, incluso, con verdaderas cadenas montañosas, de perfiles aserrados o denticulados, de abruptas pendientes formadas de negruzcos materiales magmáticos que le procuran una cierta apariencia volcánica.

A ello, se suma la presencia en el extremo SE del importante campo de dunas de Azefal que, en disposición NE-SW, culminará su recorrido en el borde oceánico atlántico, a unos 500 km más al SW, en la costa de Mauritania.

Desde el punto de vista climático, el Tiris es, en general, una región árida, con un régimen de precipitaciones que no sobrepasa la isoyeta de 50 mm de lluvias anuales, lo que hace que sus reservas de agua sean muy escasas, emplazándose las disponibles a una considerable profundidad en el subsuelo.

A pesar de la relativa homogeneidad geográfica y de su clima propiamente «sahariano», el Tiris, sin embargo, ha sido históricamente uno de los espacios de asiento preferidos por los grupos humanos nómadas del Occidente del Sahara. La presencia de una gramínea denominada *askaf* (*Nucularia perrini*, Batt.) —una planta endémica de este sector occidental del Sahara, muy apreciada como pasto para los dromedarios, a quienes además aporta la sal en su dieta¹⁹— convirtió al Tiris en una especie de crisol en el que se fundían una pluralidad de colectivos

¹⁹ BARRERA MARTÍNEZ *et al.*, 2007: 17-18.

humanos desplazados desde muy distantes lugares de este extremo del Gran Desierto: desde el Alto Atlas, a más de 1300 km al NE; desde los ríos Senegal y Níger, a 750 km y 1250 km, al S y SE respectivamente; y desde el área colindante con los Tuareg, en el Sahara central de Malí o Argelia, a otros 1500 km al E. Una imagen de recorrido poblacional centrífugo que hacia mediados del siglo XIX trasladaría vivamente L. C. Faidherbe, quien fuera gobernador por aquel tiempo del Senegal²⁰ (Fig. 3).



Fig. 3. Rebaño de dromedarios junto a la *dhâya* de Lâarig (Mijek)

Así, pues, un territorio de unión y atracción para una gran parte de los habitantes del gigantesco Occidente sahariano y, a la vez, un particular espacio simbólico, mitológico, ritual, en el que se funden especulaciones y creencias ancestrales de los antiguos *bidán*, o etnónimo por el que se denominan entre sí los poblado-

²⁰ Escribía literalmente L. C. Faidherbe: «Dans le nord-ouest du país d'Adrar, et à quelques journées de marche, il y a une grande sebkha où toute cette partie de l'Afrique, jusqu'à Tenboktou, se procure du sel, et autour de laquelle de nombreuses populations et caravanes viennent camper. Elle n'a pas d'autre nom que El Sebkha; elle ne doit pas être omise sur les cartes. Elle appartient en droit à la tribu des Kountah. Entre cette Sebkha et la mer, se trouve un pays qui n'est indiqué sur aucune carte ni dans aucune géographie, et dont le nom est cependant continuellement dans la bouche de tous ceux qui parlent de cette partie de l'Afrique ou qui y habitent ou qui y voyagent: c'est le Tiris. Or, qu'est-ce que le Tiris? C'est un pays où il n'y a ni un village ni un arbre, ni, bien entendu, le plus petit ruisseau; jusque-là il ne paraît pas bien important de le faire figurer sur les cartes. Mais d'octobre en mai, il se couvre de pâturages, et toutes les tribus, depuis l'Oued Noun, au nord, jusqu'au Sénégal, au sud, et jusqu'à Tichit, à l'est, c'est-à-dire habitant un espace de 40,000 lieues carrées, se portent vers le Tiris avec leurs troupeaux de chameaux et de moutons pour y trouver de l'herbe; le Tiris s'étend jusqu'à la mer. Pendant notre hivernage du Sénégal, au contraire, de juin en octobre, saison des pluies, il n'y a plus d'herbe dans le Tiris, et les tribus retournent chacune dans leur pays, où elles trouvent alors des pâturages. Cette année même Mohammed el Habib, cheikh des Trarza est allé jusqu'au Tiris. C'est donc un nom à faire figurer sur la carte, car il joue un grand rôle dans l'existence des populations de toute cette partie du Sahara» (FAIDHERBE, 1859: 130-131).

res nómadas de estas tierras. Por ello, no es raro que para muchos saharauis resulte, como así lo afirman, el más bello de los rincones saharianos. Y no en vano se trata del ámbito geográfico tradicionalmente preferido para ser cantado y loado por los poetas de la vieja cultura nómada característica de esta parte occidental del desierto.

5. LA ESTRATEGIA DE LA INVESTIGACIÓN ARQUEOLÓGICA: MISIONES EXPLORATORIAS Y DIFICULTADES EN LA PRÁCTICA DE CAMPO

Una vez seleccionado el marco operativo espacial de investigación arqueológica, quedaba ahora cómo poner en práctica y conducir sobre él nuestro dispositivo ideológico.

La trayectoria investigadora que ha orientado buena parte de nuestra labor arqueológica en el Tiris se ha sustentado en el control y la recuperación de los documentos del pasado a través de la prospección sistemática y metódica del terreno. Entendíamos que ambos sujetos —el control y la recuperación patrimonial— eran indisociables y complementarios, en la medida que concebíamos el control como una forma de preservación; aspecto éste que abordaremos en un capítulo ulterior.

En un espacio geográfico históricamente desatendido de iniciativas e interés arqueológicos y con mínimas referencias bibliográficas de yacimientos consignados, no había duda que la primera tarea a realizar era saber de qué se podía disponer para, en función de ello, trazar las oportunas vías tácticas para conducirnos intelectualmente. La prioridad, pues, estaba más que clara: el documentar para conocer y poder avanzar. Y este ha sido el planteamiento con el que nos hemos guiado arqueológicamente de 2005 a 2016 (Fig. 4).

El acierto en la empresa con el muy importante avance experimentado en el descubrimiento y registro de las plurales expresiones del pasado que, en el espacio y en el tiempo, testimonian la gran riqueza patrimonial de esta tierra, ha propiciado, a partir de 2017, un cambio cualitativo de aquella estrategia de investigación: pasando de la documentación por la prospección a la búsqueda de secuencias en la evolución social a través de la excavación arqueológica de una muestra selectiva del repertorio de referencias previamente identificadas.

Con todo, en estos últimos 15 años, hemos llevado a cabo un total de 28 misiones de estudio sobre el terreno en el Occidente del Sahara, de las que 18 han estado orientadas esencialmente a la investigación arqueológica y medioambiental, destinándose buena parte de las restantes a la recuperación y conocimiento de la cultura nómada beduina.



Fig. 4. Proceso de selección *in situ* de una muestra de industrias representativas tras la inspección de un área

Como bien podrá suponerse, una empresa de estas características conlleva inexorablemente distintas dificultades que, en el particular marco del Sahara Occidental, se agudizan. Pues, si por definición pudiera resultar complicado el trabajar en un medio adverso y hostil como el desierto, el hacerlo en el caso singular de los territorios saharauis se traduce en incorporar nuevos e importantes inconvenientes al propósito, merced a la especial situación geopolítica del contexto y a su gestión desde un marco social de «Campamentos de Refugiados».

En efecto, el «Conflicto del Sahara» condiciona, de partida, seriamente el recorrido del territorio y la inspección del terreno, pudiéndose verse restringidas o limitadas de reconocimiento algunas zonas por las estrategias operativas de las distintas regiones militares en que se reparte internamente el Tiris, y evidentemente por la presencia del «muro marroquí» y los «campos de minas» asociados.

A ello, por otra parte, hay que añadir la lógica incertidumbre por la deriva que pudiera tomar inesperadamente la tensa «tregua bélica» entre los contendientes: no sólo determinando y alterando sustancialmente la dinámica y puesta en marcha de los programas en curso, sino supeditando irremediamente la planificación de cualquier previsión teórica de futuro en el proceso de investigación. Aquí, tras la conclusión de una campaña, uno no tiene la certeza de que podrá continuar la tarea pendiente en otra próxima. Por ello, no resultará extraño llegar a entender que nuestra máxima de trabajo estos años haya venido priorizando la recuperación y recogida del mayor número de datos en el menor tiempo posible. Una táctica, en verdad, poco aconsejable para conducir la investigación de campo, pero que aquí no hay otro remedio que contemplarla forzosamente (Fig. 5).



Fig. 5. Campamento-vivac en el campo de dunas de Azefal

Por su lado, decíamos que el marco social de los «Campamentos de Refugiados de Tindouf» también incidía adversamente en los programas sobre el terreno. De partida, está claro que la infraestructura y los recursos que puede procurar un contexto urbano de estas características, supeditado en su mantenimiento y supervivencia a la ayuda internacional, resultarán, bajo todo punto de vista, insuficientes e inseguros. Y si a ello se suma el hecho de que el área de trabajo llega a distar los 1000 km con relación a ese marco de gestión administrativa y, a la vez, núcleo urbano de referencia y de obligado avituallamiento para nosotros, se perfilará fácilmente la envergadura del obstáculo.

Mas no cabe lamentarse por ello y soñar con imposibles: con lo que no se tiene, ni se puede tener. Sólo queda ser consciente de dónde hace uno su trabajo y de aquello de que puede disponer, y asumido ello mirar adelante. Y tener presente que lo importante no es solamente culminar con éxito una misión, o acceder a un lugar de trayecto complicado y realizar un hallazgo relevante, sino el haber sido capaces de lograrlo con los medios que contamos. Si cabe, la precariedad de la infraestructura y los recursos aquí disponibles, multiplica la valía de los datos obtenidos.

En resumen, pues, la imprevisible dirección del «Conflicto del Sahara», las graves limitaciones y carencias en infraestructura, y la falta de un tiempo normalizado para el desarrollo de la tarea investigadora —tanto científicamente como organizativamente, por la incertidumbre que se genera a la hora de contemplar la continuidad de un programa sobre el terreno— planean irremediabilmente sobre cualquier planteamiento de estudio de campo que se pretenda abordar aquí, condicionando sensiblemente su praxis²¹.

21 SÁENZ DE BURUAGA, 2018b: 28-32.

6. UN PATRIMONIO DESCONOCIDO EN RIESGO DE DESAPARICIÓN

Todo aquello que no se conoce corre serio riesgo de desaparecer. Por incongruente que aparentemente pudiera parecer la afirmación, hay una razón lógica para formularla y a la vez sustentarla.

Como ya hemos señalado líneas previas, registrar y salvaguardar las distintas expresiones de las culturas del pasado ha constituido el primero de nuestros propósitos preferentes sobre el terreno: a una buena serie de argumentos científicos, se unía inexorablemente la sensibilidad y el compromiso con los bienes del Patrimonio Intelectual de la Humanidad.

Necesitábamos documentar para conocer, saber de qué podíamos disponer para diseñar estrategias de investigación pertinentes sobre las transformaciones del proceso histórico. Era un primer paso, de obligado cumplimiento, en la dinámica del conocimiento. Y la prospección arqueológica ha sido la herramienta metodológica que nos ha posibilitado una aproximación fidedigna a esa realidad patrimonial y a valorar sus contenidos.

Eso sí, conviene precisar que las exploraciones sobre el terreno se han conducido conforme a una concepción inclusiva de los gestos y expresiones del patrimonio arqueológico. Cualquier clase de manifestación cultural, independientemente de su cronología cultural, ha sido objetivo de la investigación y, en consecuencia, se ha registrado y catalogado en el fichero correspondiente. Nosotros hemos abordado el patrimonio arqueológico desde una perspectiva integral e integradora. Es por ello que la prioridad no ha sido puesta sobre el conocimiento especializado de un sujeto arqueológico particular, o incluso atractivo a los ojos del especialista, como por ejemplo el arte rupestre, la arquitectura funeraria, los antiguos sitios achelenses, etc.

Así, pues, nuestra labor arqueológica de campo (y de estudio) ha estado orientada, como primera medida, hacia la recuperación exhaustiva de los gestos y expresiones del patrimonio: lo que implica identificar, registrar, clasificar, recuperar y preservar la biodiversidad y la pluralidad de la cultura del pasado documentada (Fig. 6).

En coherencia con ello, se procedía al registro sistemático de las diversas situaciones y sujetos controlados, a través de la elaboración de los correspondientes ficheros analíticos, en los que se incluían unos campos descriptivos que debían ser leídos y cumplimentados directamente sobre el terreno y otros aspectos que requerían de una valoración cualitativa ulterior, como, entre otros, así lo exigían la evaluación tecno-tipológica de la muestra de industrias seleccionadas en el lugar o la identificación pormenorizada de algunos restos faunísticos.

Teníamos el convencimiento que la elaboración del inventario arqueológico, a partir de esas fichas debidamente cumplimentadas, no sólo era una manera

operativa de ordenar y organizar el repertorio de bienes socioculturales del pasado o, en su caso, de preludiar y perfilar las potenciales vías de análisis para el progreso del conocimiento científico, sino que suponía una forma de denunciar la existencia de algo, es decir, de dar a conocer y hacer reconocer la presencia de los bienes patrimoniales y, con ello —queremos pensar en nuestro caso—, de contribuir, de alguna manera, a su preservación.



Fig. 6. Monumento funerario con frente esteliforme ubicado en el entorno de la sebja de Oum Duayat (Agüenit)

La elaboración, por lo tanto, de un inventario del patrimonio arqueológico resultaba, por múltiples razones, indispensable. Un catálogo patrimonial suponía, conforme a esta lógica, un registro compilatorio, un compendio de enseñanzas derivadas, y un instrumento de defensa y salvaguarda de los bienes materiales de la Antigüedad. Su difusión, por consiguiente, además de útil, podía resultar un recomendable recurso de conservación y de potencial prevención del pasado histórico ante los distintos avatares y situaciones de riesgo a que pudiera verse sometido. Era, pues, imperativa la publicación, y la oportuna difusión internacional, de esos compendios. Y esta ha constituido una de nuestras prioridades²².

Bajo esta exigencia, hoy podemos congratularnos de haber culminado el propósito. Merced al compromiso del Departamento de Cultura del Gobierno Vasco, las plurales expresiones culturales del pasado registradas en nuestras misiones exploratorias de 2005 a 2016, que conforman el *Inventario Arqueológico*

²² SÁENZ DE BURUAGA, 2012.

del Tiris, se encuentran recogidas y editadas en 3 monografías que incluyen, respectivamente, las aportaciones efectuadas entre los años 2005-2007²³, 2008-2011²⁴ y 2012-2016²⁵.

Insistimos que entendemos esta apuesta como una potencial fórmula de auxilio y preservación de los sujetos culturales del pasado. Lo cual, en absoluto implica una solución eficiente a la problemática de protección patrimonial, mas acaso sí pueda contribuir a abordar la cuestión y a impulsar algunas vías oportunas de intervención.

En efecto, es el real quien se encarga de establecer los términos precisos y el alcance en profundidad del problema, y de ponderar debidamente nuestro benévolo desiderátum. Trabajando sobre el terreno, uno tiene la oportunidad inmejorable de poder establecer un diagnóstico objetivo y riguroso sobre el estado de conservación en que se encuentran los bienes del pasado. Y aquí, verdaderamente, la preocupación que surge es muy grande y emerge una profunda sensación de impotencia, a la vez que de tristeza y dolor. Un rico y magnífico legado cultural, original e irrepetible, parece irremediabilmente condenado a su desmoronamiento y desaparición: la degradación de las expresiones del arte rupestre prehistórico avanza de forma irreversible, la destrucción de los monumentos líticos de carácter funerario y ritual resulta irremediable, etc. (Fig. 7).



Fig. 7. Gran bloque con múltiples fracturas mostrando bellos grabados de círculos concéntricos en las inmediaciones del pozo de Oum El Mami (Duguech)

²³ SÁENZ DE BURUAGA, 2008.

²⁴ SÁENZ DE BURUAGA, 2014.

²⁵ SÁENZ DE BURUAGA, 2018b.

Como ya denunciábamos previamente, el patrimonio cultural saharauí se encuentra en una situación muy delicada y de alto riesgo. En él confluye reiteradamente un abanico de adversidades que hacen verdaderamente de él un problema estructural. Entre estas deficiencias y anomalías, deben recordarse al menos: (1) el endeble estado de conservación, con una marcada degradación progresiva de las evidencias, y la falta de medidas preventivas y paliativas esenciales; (2) la vulnerabilidad de las expresiones y testimonios del pasado: expuestos abiertamente a prácticas indiscriminadas de expolio y pillaje; (3) la situación de peligro que conlleva el marco bélico latente en que se encuentra el «Conflicto del Sahara»; (4) la falta de un tratamiento normativo básico de los bienes registrados: inventarios de materiales, valoración del arte rupestre, protección de monumentos líticos, etc.; (5) la carencia absoluta de un marco elemental en el que se asegure debidamente el depósito de los testimonios culturales recuperados; o (6) la falta de una infraestructura organizativa de base, con un mínimo de dotaciones imprescindibles, bajo la tutela de las autoridades de la República Saharauí y de organismos implicados en el cuidado y la conservación de los sujetos culturales de la Humanidad.

Después de estos enunciados, en nuestra opinión, por una parte, hay una necesidad de informar y dar a conocer esta realidad, precisamente, en marcos internacionales competentes en la significación de los bienes patrimoniales; y, por otra parte, creemos que resulta apremiante el impulsar y abordar institucionalmente un debate para valorar la situación del patrimonio arqueológico, y estudiar y proponer urgentemente las medidas más eficaces para, cuando menos, intentar aminorar y frenar su proceso de deterioro, y estabilizar su conservación²⁶.

7. LA APORTACIÓN AL CONOCIMIENTO CIENTÍFICO DEL PASADO DEL SAHARA OCCIDENTAL

Estos años de experiencia arqueológica han contribuido a generar una imagen patrimonial e histórica del Tiris que nos era absolutamente desconocida, y con ello a valorar y perfilar el potencial de manifestaciones y procesos del pasado en el Sahara Occidental.

De forma simplificada, he aquí algunas de las contribuciones que entendemos de mayor relevancia para el conocimiento científico de la Antigüedad en esta parte del Occidente del Sahara:

²⁶ SÁENZ DE BURUAGA, 2016.

1) Entre 2005 y 2016 nuestras misiones exploratorias han redactado un total de 1053 fichas arqueológicas representativas de una vasta pluralidad de situaciones arqueológicas, de amplia variación temática, funcional y cronológica. El fichero se ha distribuido en 5 categorías mayores:

- *Habitats y conjuntos industriales*: 462 (43,9%), en gran parte de ambientación prehistórica postpaleolítica, y con una muestra cualitativamente muy interesante de situaciones paleolíticas, especialmente del Achelense en el Pleistoceno medio.
- *Conjuntos de monumentos líticos, sepulcrales y rituales*: 437 (41,5%), entre los que se han identificado más de 6000 ejemplares de muy variada tipología constructiva, acaso representativos de las distintas culturas y tradiciones monumentales a lo largo del Neolítico y de la Antigüedad preislámica.
- *Estaciones de arte rupestre*: 113 (10,7%), en los que se incluyen varios millares de pinturas y grabados realizados sobre abrigos rupestres y bloques rocosos al aire libre, esencialmente a lo largo del Neolítico y de la inmediata etapa protobereber.
- *«Talleres» de rocas silíceas*: 32 (3,0%), asentados sobre afloramientos primarios de sílex y de cuarzo que fueron explotados como lugares especializados en la talla de las industrias líticas especialmente durante la Prehistoria postpaleolítica.
- *Piezas aisladas*: 9 (0,9%), pertenecientes en su mayoría a molinos y moletas de considerables dimensiones localizados de forma individualizada sobre la superficie de las planicies.

Por los testimonios recabados, no hay duda en catalogar al Tiris como un espacio extraordinariamente rico en expresiones socioculturales del pasado. De hecho, el flujo de informaciones que hemos logrado acumular es tan importante y notorio que ciertamente ha supuesto una transformación en la concepción patrimonial del territorio. Así, un espacio prácticamente desconocido en esta dimensión hasta hace pocos años se ha convertido actualmente en una de las áreas saharianas con mejores informaciones arqueológicas reconocidas. De esta suerte, a la vez que el Tiris ha pasado a erigirse en una referencia intelectual ineludible en el estudio del pasado del NW de África, simultáneamente ha contribuido, de forma decidida, al desvelamiento de una nueva «provincia prehistórica» en el Occidente del Sahara (Fig. 8).

En correspondencia con este exultante ambiente, la materialización cartográfica de las numerosas expresiones arqueológicas del Tiris, además de poner en evidencia el vacío de informaciones comparativamente con el sector del Sahara Occidental controlado por las autoridades marroquíes, hace emerger un nuevo



Fig. 8. Escena de caza de un gran bovino, en tinta roja, en el abrigo rupestre de Legteitira 3 (Agüenit) (Imagen contrastada cromáticamente con el programa de análisis «Image J/DStretch»)

«muro cultural», en este caso como resultado y denuncia de una injusta y olvidada situación geopolítica que padecen desde hace varias décadas los originarios pobladores saharauis²⁷.

2) Los avances en el registro del patrimonio han tenido su lógica incidencia en la mejora sustancial del conocimiento de las distintas culturas que conforman el proceso de evolución histórica del territorio, conforme a la entidad de las expresiones materiales aportadas por los diferentes flujos humanos que hemos documentado.

Una gran parte de los hallazgos se asimilan con yacimientos y situaciones prehistóricas del Holoceno, especialmente concentrados entre el VIII y el III milenio B.P., coincidiendo con el desarrollo de las sociedades neolíticas y proto-bereberes: en forma de poblados y asentamientos o hábitats varios, túmulos y monumentos líticos de usos funerarios y rituales, estaciones artísticas de pinturas y grabados rupestres, «talleres» de explotación de sílex y cuarzo...

Frente a éstos, los testimonios industriales del Paleolítico son mucho más restringidos y escuetos. Aquí, las mejores referencias se asimilan con algunos de los tecno-complejos del Paleolítico inferior, durante diversas fases del Pleistoceno medio (*ca.* 780 000-128 000 B.P.), especialmente en relación con el Achelense superior y final (*ca.* 500 000-200 000 B.P.). Y más secundarias se ofrecen las manifestaciones encuadrables en el Pleistoceno superior (*ca.* 128 000-12 000 B.P.), con puntuales conjuntos industriales del Musteriense y Ateriense (Fig. 9).

²⁷ SÁENZ DE BURUAGA, 2018a: 134-137; 2018b: 125-ss.

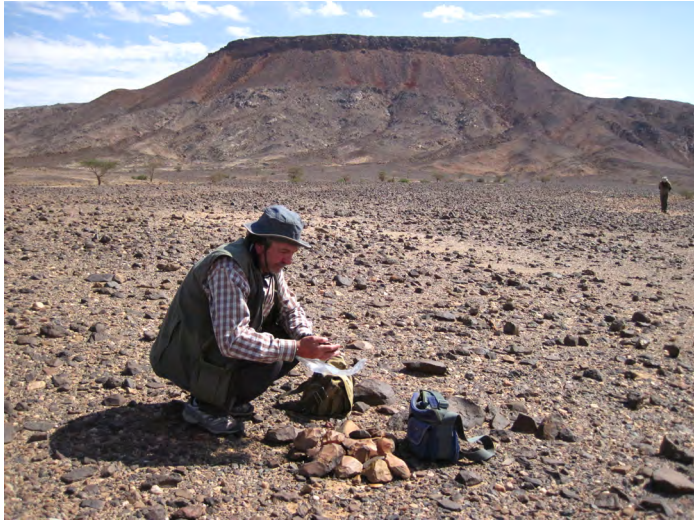


Fig. 9. En torno a la base de la montaña de Agsumal (Mijek) se localizan muy importantes conjuntos líticos tallados del Achelense evolucionado

Evidentemente, toda dinámica de avance intelectual conlleva la asimilación de diferentes niveles de conocimiento en los sujetos y tramos organizativos de un proceso. En nuestro caso, esta percepción queda bien reflejada en muy distintas partes del modelo histórico. De ahí, que a pesar de los avances experimentados, deba remarcarse que queden todavía muchas y muy importantes lagunas e inestabilidades en el registro patrimonial y en el conocimiento de distintos tramos de la Prehistoria. Como hemos señalado, esto resulta más que evidente en la imagen que disponemos de los complejos industriales paleolíticos, donde por ejemplo carecemos de cualquier testimonio de las más antiguas referencias materiales del Paleolítico inferior, es decir de los períodos normativos conocidos como Olduvayense y Achelense antiguo.

3) La distribución espacial de los sujetos arqueológicos en conexión con la interpretación de algunas formaciones y depósitos hidroclimáticos descubiertos en las prospecciones en el Tiris nos han permitido plantear una reconstrucción geográfica, original y novedosa, del territorio durante la Prehistoria del Holoceno, y a la vez explicar una parte de los procesos de ocupación del mismo a consecuencia de la incidencia de importantes factores climáticos y su reflejo medioambiental en las distintas áreas (Fig. 10).

De acuerdo con ello, pensamos que el VI milenio B.P., coincidiendo con el final del denominado por los paleoclimatólogos como *African Humid Period*, debió suponer un momento de transformación y cambio demográfico en la dinámica del poblamiento del Sahara Occidental, merced a la sostenibilidad en recursos de subsistencia que pudieron ofrecer buenas áreas del mismo ante el impacto



Fig. 10. Tomando muestras de la superficie del depósito de travertino lacustre de la sebja de Lemelha-2 (Agüenit)

de unas condiciones de adversidad climática cuyo alcance y efectos más severos se habrían dejado sentir en otros espacios más interiores y continentales del Sahara. De esta suerte, en esos momentos, algunas áreas del Sahara atlántico habrían actuado como verdaderas «reservas medioambientales» para distintos grupos humanos en retirada de esas partes más degradadas del Sahara central. En estas nuevas latitudes occidentales, aquellos colectivos encontrarían unas condiciones ambientales menos adversas y más favorables para el adecuado sostenimiento y desarrollo de sus tradicionales modos de vida neolíticos y de sus fundamentos socioeconómicos sustentados esencialmente en la ganadería de bovinos, la caza de especies salvajes y la recolección de vegetales silvestres.

No obstante, si una relativamente equilibrada red hidrográfica persistente, entre otros condicionantes, pudo haber facilitado e impulsado la llegada de importantes flujos humanos desde el inicio de la segunda mitad del Holoceno, creemos asimismo que un exceso en la envergadura y amplitud superficial del sistema hídrico pudiera haber dificultado y restringido, como contrapunto, la presencia de las poblaciones durante buena parte de la primera mitad del Holoceno. En esta ocasión, la entidad y extensión de importantes «mantos hidrográficos superficiales» en distintos tramos del territorio habría actuado marcadamente como barrera natural, geográfica y demográfica, en la ocupación del espacio. Una circunstancia que ayudaría a entender la escasísima documentación que poseemos de los episodios socioculturales del Epipaleolítico y del Neolítico antiguo²⁸.

²⁸ SÁENZ DE BURUAGA, 2018b: 93-116.

4) Los resultados logrados en el registro arqueológico y consecuentemente en la organización y repartición temática y espacial de la documentación disponible del pasado del Tiris nos han posibilitado impulsar una nueva estrategia en el proceso de investigación. De esta suerte, tal como lo avanzábamos en un punto previo, hemos creído oportuno estos últimos años priorizar sobre la prospección del terreno, que habíamos venido desarrollando entre 2005 y 2016, la aproximación a la dinámica evolutiva de los grupos sociales por medio de la excavación arqueológica.

De cara a avanzar en el nuevo propósito, como primera alternativa, hemos focalizado la atención en aquellos episodios culturales que ofrecían el mayor y mejor número de testimonios culturales: la etapa neolítica y el sucesivo episodio protobereber. Uno y otro, ya lo hemos advertido, aglutinan el mayor efectivo de yacimientos y de variadas referencias arqueológicas documentadas, procurando asimismo la imagen cartográfica más destacada y completa de la repartición en el territorio de cara a la práctica de eventuales comparaciones territoriales y tipológicas.

Y, junto a esta selección, entendíamos que, frente a la generalizada descontextualización que genera en los hábitats, sean al aire libre o en abrigos rupestres, la intensa y agresiva acción erosiva del medio desértico, la opción más conveniente de análisis venía determinada por los monumentos líticos. Unas estructuras pétreas que, en principio, merced a su carácter de «depósitos cerrados», podían mantener en su seno o en el subsuelo restos originales de su función, es decir, evidencias contextualizadas con el mismo monumento (Fig. 11).



Fig. 11. Enterramiento humano flexionado en le interior de una fosa practicada bajo el monumento en plataforma tumular de LJ/G11-M9 (Lejuad, Duguech), excavado en la campaña de Febrero-Marzo de 2019

Constituían en potencia, pues, la mejor oferta arqueológica de análisis, al poder conservar las informaciones crono-culturales suficientemente precisas y pertinentes de cara a construir una primera seriación ordenada y coherente del proceso del poblamiento del territorio.

Además, como expresiones culturales del ideario social, los monumentos líticos representan una variedad de sujetos interconectados con otra pluralidad de manifestaciones arqueológicas con las que comparten una común ideología social: lugares de habitación y poblados, estaciones artísticas, etc. Por esta razón, la evaluación de estas estructuras pétreas no se limitaría estrictamente a la dimensión funeraria, ritual y religiosa de aquellos colectivos, en buena parte de ellas deducible, sino que trascendería forzosamente hacia distintas expresiones relativamente sincrónicas que esos mismos grupos humanos también plasmaron en los mismos contextos. De hecho, y sirva como ejemplo, la determinación de cronologías absolutas a partir de las inhumaciones documentadas en los sepulcros líticos, además de posibilitar la ordenación temporal, tipológica y cultural de las distintas morfologías monumentales testimoniadas un marco geográfico, tendría igualmente su incidencia en la estimación de las expresiones pictóricas y grabados del entorno, al igual que en los lugares de habitación culturalmente asimilables allá documentados, aportando precisiones *ante quem* o *post quem* a los sucesos, marcando límites a un proceso en forma de *terminus a quo* o *terminus ad quem*, etc.

En consecuencia, conforme a estos propósitos, desde 2017 hemos iniciado un programa de excavaciones arqueológicas centrado en la evaluación científica de la dimensión estructural, técnica, funcional y simbólica de distintas tipologías de monumentos arquitectónicos identificados previamente en nuestras misiones de prospección arqueológica acometidas en distintos sectores geográficos del Tiris. En estos 3 últimos años, un total de 23 estructuras pétreas, en su mayor parte de uso funerario, han sido convenientemente analizadas, aportando datos sustanciales que se extienden temporalmente desde mediados del V a mediados del II milenio B.P.; la mayor parte de ellas se sitúan en el entorno del área de Lejuad, en el tramo meridional del Tiris saharauí. Una tarea que, si todo transcurre conforme a nuestros deseos, proseguiremos estos próximos años.

8. UNA BREVE REFLEXIÓN SOBRE LA IMPLICACIÓN DEL PATRIMONIO ARQUEOLÓGICO EN CONTEXTOS «DESFAVORECIDOS»

No queremos concluir esta exposición del espíritu que ha fomentado nuestra conducta científica y humanitaria con el Patrimonio arqueológico del Sahara

Occidental, sin enunciar sumariamente estas 3 ideas que, entre otras muchas, nos ha aportado la experiencia de llevarla a la práctica en un contexto económica y socialmente «desfavorecido» (Fig. 12).



Fig. 12. Dos jóvenes pastores junto al rebaño de dromedarios en torno al brocal del pozo de Zug (Duguech)

Unas cuestiones clave que planteamos a modo de debate a aquellos colectivos que, de alguna manera, pudieran converger en estímulos con los nuestros:

- La primera consideración surge después de constatar y valorar sobre el terreno el estado de conservación alarmante en que se encuentran muchas referencias arqueológicas del Tiris saharauí, de determinar las distintas circunstancias y los adversos agentes que convergen en él y lo sitúan en una posición de alto riesgo, y del conocimiento particular del contexto y la atmósfera social en que se ubica el sujeto. Unos factores no exclusivos de nuestro ámbito sahariano, sino que acaso, en una proporción diferente, bien pudieran reflejarse y repetirse en otros territorios asimismo «desfavorecidos».

Ante ello, creemos en la necesidad de impulsar iniciativas patrimoniales como las que hemos activado en el Sahara Occidental para intentar superar la desatención e inacción generalizada a que se ven sometidos los antiguos bienes culturales en sus ámbitos territoriales de asiento.

Como personas que formamos parte de las Ciencias de las Sociedades y de las Culturas no debemos permanecer de forma pasiva ante la falta de implicación y atención generalizada que se oferta. Al contrario, hemos de tomar la iniciativa en el planteamiento y ejecución de los programas e intervenciones a acometer. Como la experiencia lamentablemente ha puesto de manifiesto en los últimos

años, no debemos esperar a que se produzcan situaciones patrimoniales agresivas y destructivas, como en los conflictos de Irak, Siria, Afganistán o Malí, para darnos cuenta mediáticamente de la valía del Patrimonio cultural: debemos actuar con antelación, e impulsar y aplicar con rigor unas estrategias de prevención, salvaguarda y defensa de los bienes culturales. Así, pues, las dinámicas en pro del Patrimonio arqueológico y cultural de los contextos «desfavorecidos» dependen, en buena medida, de nuestros propios estímulos, y la determinación e implicación en el propósito.

- La segunda reflexión fluye como personas éticamente comprometidas con la difícil y adversa situación en que se desenvuelven los colectivos sociales en esos marcos «desfavorecidos», y a la vez como estudiosos alarmados por el incierto y temeroso devenir de los bienes patrimoniales, bien entendidos como sujetos explicativos de nuestra historia humana común y, por consiguiente, como partes de esa propiedad colectiva que nos concierne.

Y es que debemos incidir precisamente que, como hemos entendido en nuestra apuesta en el Sahara Occidental, la investigación arqueológica no puede avanzar al margen de la moral humanitaria y del compromiso (y la preocupación) con el Patrimonio Intelectual de la Humanidad.

La realidad que allá experimentamos nos hizo entender rápidamente que los propósitos científicos no debían trazarse independientemente del medio patrimonial y social en que se emplazan. Ignorar esos aspectos y utilizar la investigación como una praxis introspectiva de aislamiento de las circunstancias que rodean a los sujetos de estudio hubiera sido tan indigno como poco decente por parte nuestra.

Por atractivo que pudiera resultar «mi» campo arqueológico preciso de análisis, no podía cerrar los ojos ante el estado de conservación, indiferencia y desconocimiento de «nuestro» común Patrimonio arqueológico. Había una tarea prioritaria que hacer a todas luces: el intentar recuperar y preservar, antes de nada y lo más rápido posible, los testimonios y pruebas materiales del pasado desde su riguroso control y registro científico. El deber, pues, con el Patrimonio arqueológico se antepone a otras pretensiones, y relegaba a un segundo plano el interés personal por la investigación de una expresión o sujeto preciso del pasado. Simplemente, tener conciencia que el patrimonio cultural no es un capital individual o privado, sino un bien común, de la comunidad, de todos nosotros.

Y, por otro lado, junto a esto, igual de impúdico resultaría el ignorar la situación social, de pobreza, de injusticia, y las adversas circunstancias que confluyen en ese medio y laceran a las personas. Por propia honestidad conmigo mismo, tengo un deber ético con esta realidad humana, intentado aportar todos aquellos medios a mi alcance que puedan ayudar a los «otros» a paliar relativamente parte de su dolor y sufrimiento. En consecuencia, el compromiso humanitario y solida-

rio resultaba consustancial con los propósitos científicos, patrimoniales y arqueológicos. Y es que trabajar en Arqueología en África conlleva ineludiblemente desarrollar la dimensión humana de esta ciencia del pasado.

- Y la tercera y última idea, o mejor deseo, tiene que ver con la posible renovación y transformación intelectual de la Historia de la Humanidad desde el patrimonio ignorado y oculto de los territorios socialmente «desfavorecidos» (Fig. 13).



Fig. 13. Perspectiva de los inselbergs de Stal Legleia (Agüenit), en el erg de Azefal, que pudimos prospectar en una de las misiones investigadoras de 2013

Sabemos lo que por nuestras propias circunstancias hemos llegado a conocer, y hemos entendido que debía ser sujeto de conocimiento. Ignoramos, por lo tanto, todo aquello que desconocemos y que se escapa de esa consideración.

En esta tesitura, probablemente, un cambio significativo en la lectura e interpretación de la Historia de la Humanidad pudiera conllevar el análisis de los potenciales sucesos que deben encerrarse en el subsuelo de los países del Tercer Mundo.

En efecto, la Historia que conocemos es estructuralmente un relato eurocéntrico, construido desde Occidente, por occidentales para occidentales, y fundamentado, en buena medida, en el conocimiento del pasado de Occidente. Ciertamente, con esta base intelectual es muy difícil que puedan producirse alteraciones remarcables en el esquema interpretativo desde nuevas aportaciones y descubrimientos relevantes en Occidente.

Frente a ello, habría que entender como bastante más plausible la posibilidad de que aquello que no se conoce en otros lugares, porque no se ha rastreado,

o porque el colonialismo no tuvo interés en hacerlo, como en el caso de los países y territorios «desfavorecidos» de la Tierra, pueda modificar relativamente el predicado interpretativo de la Historia humana tal y como lo entendemos.

Como lo denunciara P. Watson en su colosal monografía *Ideas*²⁹, si estos países económicamente «pobres», mayormente de África y Asia, dispusieran de unas prestaciones en infraestructuras y servicios arqueológicos similares a los de los «ricos» occidentales, que les permitieran multiplicar los hallazgos e interpretar científicamente su significado, el cuadro del conocimiento histórico probablemente pudiera ser muy diferente.

De la misma manera que el legado de bienes arqueológicos que venimos documentado en el Tiris resulta, en verdad, extraordinario, no dudamos que la riqueza patrimonial del Sahara y, en general, de África es tan desconocida como excepcional. Por ello, como afirmábamos en otra ocasión, «tampoco ponemos en cuestión que llegará el momento en que sus hallazgos y aportaciones sean de tal relevancia que nuestra percepción de la aventura intelectual humana experimente sensibles modificaciones»³⁰. Estamos, pues, sembrando el germen de una nueva lectura e interpretación de la Historia de la Humanidad.

En síntesis, bajo nuestra experiencia arqueológica y cultural en el Sahara, trabajar en contextos «desfavorecidos» conlleva inexorablemente armonizar en un frente común la sensibilidad patrimonial, la responsabilidad científica, y la conciencia humanitaria y solidaria.

De esta manera, por la convicción en nuestra apuesta, nuestra conducta científica en el Sahara Occidental ha tenido bien presente estas 3 exigencias o requerimientos a los que acabamos de aludir: un deber con la custodia del Patrimonio cultural de la Humanidad; un deber con la situación de pobreza e injusticia en las personas y colectivos sociales; y un deber con una rigurosa interpretación científica de la Historia.

Por todo ello, y entre otras razones, creemos que merece la pena y el esfuerzo, y es tan importante lo que, desde el Patrimonio arqueológico y cultural, hacemos en el Sahara Occidental³¹.

²⁹ WATSON, 2014: 50.

³⁰ SÁENZ DE BURUAGA, ARRUBARRENA, 2015: 26.

³¹ El texto presentado corresponde a la versión literal del documento preparado para la conferencia impartida en la Facultad de Letras de la Universidad de Porto, el 20 de noviembre de 2019, con motivo del VIII Encontro do CITCEM *Em Tempos de Guerra*. Conste nuestro profundo agradecimiento a sus organizadores por la invitación que entonces nos cursaron, así como por posibilitarnos publicar ahora aquel trabajo.

BIBLIOGRAFÍA

- ALMAGRO BASCH, Martín (1944). *El arte prehistórico del Sahara español*. «Ampurias». 6, 273-284.
- ALMAGRO BASCH, Martín (1946). *Prehistoria del Norte de África y del Sahara español*. Madrid: Instituto de Estudios Africanos-CSIC.
- BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo de (1975). *Contribución al estudio del Arte Rupestre del Sáhara Español*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Resumen de Tesis Doctoral.
- BARRELA MARTÍNEZ, Ildefonso *et al.* (2007). *Sahara Occidental. Plantas y Usos*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid; Ministerio de Cultura de la RASD.
- CARO BAROJA, Julio (1955). *Estudios Saharianos*. Madrid: Instituto de Estudios Africanos-CSIC.
- CARRIÓN MÉNDEZ, Francisco (2012). *Megalitismo y cambio climático en el Sáhara Occidental*. «Akros». 11, 90-99.
- CLARKE, Joanne; BROOKS, Nick (2018). *The Archaeology of Western Sahara*. Oxford-Philadelphia: Oxbow.
- FAIDHERBE, Louis César (1859). *Renseignements géographiques sur la partie du Sahara comprise entre le Oued Noun et le Soudan*. «Nouvelles Annales des voyages». 3, 129-156.
- HERNÁNDEZ-PACHECO, Eduardo *et al.* (1940). *El Sahara Español. Estudio geológico, geográfico y botánico*. Madrid: Instituto de Estudios Africanos, CSIC.
- MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, Julio (1941a). *Los primeros grabados rupestres del Sahara español*. «Atlantis». XVI/I-II, 163-167.
- MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, Julio (1941b). *Sobre las huellas del Sahara prehistórico antes de que fuera desierto*. «Revista Geográfica Española». 10, 1-9.
- MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, Julio (1941c). *Obras de arte prehistóricas en el Sahara español*. «Mauritania». XIV:100, 232-235.
- MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, Julio (1944). *El Sáhara Español Anteislámico (Algunos resultados de la primera expedición paleontológica al Sahara. Julio-Septiembre 1943)*. Madrid: Acta Arqueológica Hispánica, vol. II.
- MATEU, Joaquín (1946). *Nuevas aportaciones al conocimiento del arte rupestre del Sahara español*. «Ampurias». 7-8, 49-67.
- MATEU, Joaquín (1948). *Grabados rupestres de los alrededores de Smara (Sáhara Español)*. «Ampurias». 9-10, 301-307.
- MILBURN, Mark (1971). *Contribution to the study of two Saharan rock carving sites*. «Boletín de la Real Sociedad Geográfica». CVII, 379-384.
- MILBURN, Mark (1972). *Felsbilder und Steinbauten in der östlichen Saguia el Hamra, Spanische Sahara*. «Almogaren». III, 197-206.
- MILBURN, Mark (1973). *Sur quelques gravures du Sahara Espagnol. La station rupestre de Ras Lantereg*. «Anuario de Estudios Atlánticos». 19, 197-206.
- MILBURN, Mark (1974a). *Observaciones sobre algunos monumentos de paredes rectas del Sáhara Occidental*. «Ampurias». 36, 199-214.
- MILBURN, Mark (1974b). *Some stone monuments of Spanish Sahara, Mauritania and the far south of Morocco*. «Journal de la Société des Africanistes». XLIV:2, 99-111.
- MILBURN, Mark (1975a). *Note de préhistoire saharienne: les énigmatiques gravures des régions du Djado, de l'Atlas Saharien, du Sud-Marocain et de la Saguaiat el Hamra*. «IC-Nachrichten». 20, 3-4.
- MILBURN, Mark (1975b). *Gravures tardives du Sahara espagnol: la station rupestre de Ras Lantereg*. «Bolletino del Centro Camuno di Studi Preistorici». 169-173.

- MILBURN, Mark (1977). *Sobre unos monumentos megalíticos y arte rupestre en Canarias y Sáhara Occidental*. «Boletín de la Asociación Española de los Amigos de la Arqueología». 7, 19-25.
- MILBURN, Mark (1978). *Notes on old stone constructions of West and Central Sahara*. «Zephyrus». XXVIII-XXIX, 359-362.
- MILBURN, Mark (1988). *A typological enquire into some dry-stone funerary and cult monuments of the Sahara (Mauritania, Morocco and N.W. Níger)*. «Scientific Reviews on Arid Zone Research». 6, 1-126.
- MILBURN, Mark; KÖBEL-WETTTLAUFFER, Irma (1973). *Contribution to the study of some lithic monuments of West Sahara*. «Almogaren». IV, 103-150.
- MILBURN, Mark; KÖBEL-WETTTLAUFFER, Irma (1975). *Reflections on two types of protohistoric monuments of West Sahara*. «Almogaren». V-VI, 99-118.
- MORALES AGACINO, Eugenio (1942). *Sobre algunos grabados, dibujos e inscripciones del Sahara español*. «Mauritania». 181, 373-379.
- MORALES AGACINO, Eugenio (1944). *Grabados e inscripciones de la Alta Saguía El Hamra, en el Sahara español*. «Atlantis». XIX/I-V, 137-151.
- NOWAK, Herbert (1971). *Steinsetzungen im südlichen Río de Oro. Spanische Sahara*. «Almogaren». II, 47-65.
- NOWAK, Herbert (1975). *Neue felsbildstationen in der Spanischen Sahara*. «Almogaren». V-VI, 143-163.
- NOWAK, Herbert (1976). *Die Felsbilder von Amghala, Westsahara*. «Almogaren». VII, 123-131.
- NOWAK, Herbert; ORTNER, Sigrid; ORTNER, Dieter (1975). *Felsbilder der Spanischen Sahara*. Graz: Akademische Druck-und Verlagsanstalt.
- PELLICER, Manuel; ACOSTA, Pilar (1972). *Aportaciones al estudio de los grabados rupestres del Sáhara español*. «Tabona». 1, 1-26.
- PELLICER, Manuel; ACOSTA, Pilar (1991). *Enterramientos tumulares preislámicos del Sahara Occidental*. «Tabona». 7, 127-157.
- PELLICER, Manuel et al. (1974). *Aportaciones al estudio del arte rupestre del Sáhara español (Zona Meridional)*. «Tabona». 2, 1-91.
- PETIT-MAIRE, Nicole (1979). *Le Sahara Atlantique à l'Holocène. Peuplement et Écologie*. Alger: Mémoires du Centre de Recherches Anthropologiques, Préhistoriques et Ethnographiques, vol. XXVIII.
- QUINTERO ATAURI, Pelayo (1941). *Apuntes sobre arqueología mauritana en la zona española*. Tetuán: Instituto General Franco.
- SÁENZ DE BURUAGA, Andoni (2008). *Contribución al conocimiento del pasado cultural del Tiris. Sahara Occidental. Inventario del patrimonio arqueológico, 2005-2007*. Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco-Departamento de Cultura.
- SÁENZ DE BURUAGA, Andoni (2010). *Pinceladas de un desierto vivo desde la región del Tiris, en las tierras libres del Sahara Occidental*. Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco-Departamento de Cultura.
- SÁENZ DE BURUAGA, Andoni (2011). *Patrimonio y pasado cultural del Sahara Occidental. Seis años de investigaciones sistemáticas vasco-saharauís en la región del Tiris (2005-2010)*. «Euskonews & Media». 592-593. Disponible en <<http://www.euskonews.com/0592z/bk/gaia59201es.html>>.
- SÁENZ DE BURUAGA, Andoni (2012). *Investigación científica del patrimonio cultural y difusión social del conocimiento en el Sahara Occidental*. «Euskonews & Media». 643-644. Disponible en <<http://www.euskonews.com/0643z/bk/gaia64301es.html>>.

- SÁENZ DE BURUAGA, Andoni (2014). *Nuevas aportaciones al conocimiento del pasado cultural del Tiris. Sahara Occidental. Inventario del patrimonio arqueológico, 2008-2011*. Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco-Departamento de Cultura.
- SÁENZ DE BURUAGA, Andoni (2016). *Balace sumario de una década de trabajos en el Sahara Occidental en torno al registro, el cuidado y la defensa del Patrimonio cultural (2005-2015)*. «Euskonews & Media». 711. Disponible en <<http://www.euskonews.com/0711zkb/gaia71104es.html>>.
- SÁENZ DE BURUAGA, Andoni (2018a). *Notas y reflexiones acerca del proceso de la investigación arqueológica en el Sahara Occidental: hitos históricos, implicaciones políticas y orientaciones teóricas de futuro en la gestión patrimonial*. «Almogaren». 48-49, 125-158.
- SÁENZ DE BURUAGA, Andoni (2018b). *Avances en el conocimiento del pasado cultural del Tiris. Sahara Occidental. Inventario del patrimonio arqueológico, 2012-2016*. Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco-Departamento de Cultura.
- SÁENZ DE BURUAGA, Andoni; ARRUABARRENA, Juan María (2015). *Un recorrido por las imágenes pintadas y grabadas del Tiris. Arte rupestre y territorio en el extremo suroriental del Sahara Occidental*. Vitoria-Gasteiz: Asociación Vasco-Saharai de la Evolución Cultural.
- SHEPHERD, Nick (2017). *La mano del arqueólogo. Ensayos 2002-2015*. Madrid: JAS Arqueología.
- SOLER SUBILS, Joaquim (2007). *Les pintures rupestres prehistòriques del Zemmur (Sahara Occidental)*. Girona: Universitat de Girona.
- WATSON, Piter (2014). *Ideas. Historia intelectual de la Humanidad*. Barcelona: Crítica.

A ORGANIZAÇÃO DO FUNDO GAVETAS DA TORRE DO TOMBO: PONTO DE SITUAÇÃO BIBLIOGRÁFICO

JOANA LENCART*

Resumo: *A Torre do Tombo é o maior arquivo português. O seu espólio, custodiado inicialmente na torre albarrã do castelo de São Jorge em Lisboa, foi sendo dilatado ao longo dos séculos, não obstante os incidentes históricos e naturais que cercaram o seu inestimável património em certas épocas da nossa história. Uma das mais amplas coleções do arquivo nacional diz respeito ao fundo Gavetas, composto por milhares de documentos desde o século XII até à atualidade. Este trabalho pretende fazer um ponto de situação sobre a produção bibliográfica relativa a esta coleção das Gavetas do arquivo nacional, de modo a sistematizar a informação compilada que poderá servir para futuros trabalhos de carácter histórico e historiográfico.*

Palavras-chave: *Torre do Tombo; Arquivo; Gavetas; História custodial; Memória histórica.*

Abstract: *Torre do Tombo is the largest Portuguese archive. Its content, initially kept in a tower of the São Jorge castle in Lisbon, has been expanded over the centuries, despite the historical and natural incidents that have surrounded its priceless heritage, at certain times in our history. One of the broadest collections in the national archive concerns the fund Gavetas, composed of thousands of documents from the 12th century to the present. This paper intends to make a state of the art about the bibliographic production related to this collection Gavetas and its content, in order to systematise the compiled information that could be used for future historical and historiographic works.*

Keywords: *Torre do Tombo; Archive; Gavetas; Custodial history; Historical memory.*

1. O ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

A conservação e guarda dos diplomas e atos jurídicos emanados do rei era uma prática remota. Os documentos considerados mais necessários acompanhavam, frequentemente, a corte na sua itinerância e os outros eram entregues à guarda de instituições religiosas, nos alvares da nacionalidade, como foi o caso do mosteiro da Costa em Guimarães ou o de Santa Cruz de Coimbra¹.

Inicialmente, era recolhida no arquivo régio documentação sobretudo de carácter fiscal, como os tombos da Coroa ou os Próprios da Coroa. Também os registos de Chancelaria, exarados pelos serviços administrativos da Coroa, passaram a ser guardados no arquivo². No reinado de D. Manuel é empreendida uma

* CITCEM/FLUP. Email: jlencart@letras.up.pt.

¹ RAMOS, 2001: 41.

² RIBEIRO, 2003a: I, 69. Sobre a prática da conservação e registo da documentação em Portugal e outros reinos medievais ver a bibliografia citada em RIBEIRO, 2003a: I, 699; para o caso espanhol, em particular, ver JANEIRO, 2017. Refram-se, ainda, as publicações dedicadas exclusivamente à bibliotecária e arquivística: «Cadernos BAD» (desde 1963) e «Páginas a&b» (desde 1997).

importante reforma da Torre do Tombo, sobretudo a nível da organização do arquivo³, e que será continuada nos reinados de D. João III e D. Sebastião, com Damião de Góis.

Autores como Cristóvão de Benavente (1583) afirmam que, desde o tempo do rei D. Dinis, haveria torre do tombo, enquanto arquivo régio⁴. Outros autores avançam para o reinado de D. Fernando a localização do referido arquivo numa das torres do castelo de Lisboa⁵. No reinado de D. João I, o arquivo já se designava torre com as escrituras do tombo⁶. Em 2003, Fernanda Ribeiro fez um ponto da situação sobre esta questão da primitiva instalação do arquivo da Coroa⁷.

Na sequência da resolução de D. Sebastião de se instalar nos velhos paços da Alcáçova, no castelo de S. Jorge, o monarca informou das suas intenções Damião de Góis, responsável pelo cartório da Torre do Tombo, instalado nos referidos paços. Numa carta enviada ao dito guarda-mor (1569), o rei dá-lhe ordens para mudar toda a documentação do cartório para a câmara do rei D. Fernando, encarregando-o de separar os papéis, ordenando-os por matérias, e de os guardar depois em caixas, cofres e escritórios que para tal existiam na dita torre⁸.

Uns anos antes do terramoto de 1755, a torre do castelo de Lisboa onde se encontrava o arquivo régio já estaria em mau estado de conservação, o que contribuiu para a sua ruína nesse dia⁹. Além do desmoronamento, não só se perdeu a primitiva ordem dos documentos e respetivas séries arquivísticas, mas também foram muito elevados os danos em grande parte dos livros, cujas encadernações se desfizeram provocando a separação dos cadernos e folhas¹⁰. Após o terramoto, o arquivo foi transferido para o mosteiro de São Bento, junto à calçada da Estrela, tendo aí permanecido desde 1757 até 1862, ano em que foi trasladado para outra ala do mosteiro, do lado da praça de São Bento¹¹. O decreto de 1834, que ditou a extinção das ordens religiosas, ordenou a incorporação progressiva, no arquivo da Torre do Tombo, de centenas de cartórios das instituições religiosas extintas¹², obrigando ainda à conseqüente adaptação do espaço para acolher tamanho volume de documentação. A necessidade de erigir um edifício condigno

3 RIBEIRO, 2003a: I, 70.

4 RIBEIRO, 2003a: I, 60-61. Documento de Cristóvão de Benavente publicado em DINIS, 1968: 153.

5 RIBEIRO, 2003a: I, 60-62.

6 ANTT. *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, Documentos Particulares, mç. 5, n.º 6 (1405).

7 RIBEIRO, 2003b: 1401-1414.

8 CRUZ, 2006: 155.

9 AZEVEDO, BAIÃO, 1905: 6.

10 RIBEIRO, 2003b: 1401.

11 BAIÃO, 1929: 5-6. Em 1862 foi sendo necessário ocupar outros espaços dentro do edifício, devido ao afluir das incorporações dos cartórios das instituições extintas. O deficiente acondicionamento aliado à humidade do edifício provocou a destruição de inúmeros documentos (RIBEIRO, 2003a: I, 410).

12 RIBEIRO, 2020: 8.

para albergar o arquivo nacional justificou a construção de um imóvel de raiz. Em dezembro de 1990, foi inaugurado o atual edifício do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na Alameda da Universidade de Lisboa¹³.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo enquanto instituição destinada à conservação da documentação do aparelho do Estado com valor histórico é uma criação do século XIX¹⁴. Em 1802, foi emitido um conjunto de *Ordens que se devem observar neste Real Arquivo daqui em diante*¹⁵, o qual tem sido considerado por alguns autores como o seu primeiro regulamento¹⁶. O advento do liberalismo deu origem à instituição do Arquivo Nacional, cujo regulamento, propriamente dito, data de 1823¹⁷. Não obstante, data apenas de um decreto de 1901 a primeira referência à possibilidade de aceder publicamente, pelos estudiosos, à documentação. Aceder publicamente sim, mas não indiscriminadamente, pois a leitura de documentos posteriores a 1501 carecia de autorização do diretor do arquivo e os posteriores a 1801 exigiam o consentimento do ministro do Reino¹⁸.

Ao longo dos séculos, a seleção da documentação a preservar conduziu, obrigatoriamente, à eliminação de documentos que hoje, para nós, teriam valor histórico. Procedeu-se, assim, a uma reorganização da documentação custodiada pelo arquivo régio. Gomes Eanes de Zurara, nomeado guarda-mor da Torre do Tombo em 1454, efetuou uma importante reforma a nível da seleção e preservação de documentação do arquivo régio. O cronista e guarda-mor copiou para novos códices documentos considerados importantes e resumos de outros, de acordo com a utilidade administrativa e o valor histórico de cada um¹⁹.

A par desta necessidade seletiva de preservação, outros fatores contribuíram para o depauperamento do património arquivístico, nomeadamente destruições e roubos. Refira-se, a título de exemplo, que entre 1526 e 1532 foram destruídos 76 livros de chancelarias régias²⁰. O domínio filipino infligiu pesadas perdas ao arquivo. Segundo o relatório de Jorge da Cunha, de 1631, «faltão muitos escritórios cheos de papeis de muita importancia que se levarão do archivo [...] e assy faltão vinte e tantos cofres lavrados e caixas encoiradas que estavam cheas de papeis»²¹. Também o hábito de altos funcionários do Estado levarem para casa documentos do Estado propiciou a dispersão documental²². Gregório de Mascarenhas Homem, desembargador da Casa da Suplicação e guarda-mor da

13 MENDONÇA, 1991: 3-4.

14 SERRÃO, *coord.*, 1984: 23.

15 Publ. em RIBEIRO, 2003a: I, 98.

16 AZEVEDO, BAIÃO, 1905: 16; RIBEIRO, 2020: 7.

17 Regulamento de 1823 publicado no «Diário do Governo». 112 (1823-05-12) 911-912 (ref. por RIBEIRO, 2003b: 1402).

18 SERRÃO, *coord.*, 1984: 27.

19 RIBEIRO, 2003a: I, 74-75.

20 SERRÃO, *coord.*, 1984: 24.

21 Cit. COSTA, 1982: 12.

22 SERRÃO, *coord.*, 1984: 21.

Torre do Tombo, redigiu, a 12 de maio de 1639, um auto relativamente à falta, no arquivo, do livro antigo de leis de D. Afonso II²³. Cerca de dois anos mais tarde, em setembro de 1641, foi passada uma provisão por D. João IV, a pedido do mesmo Gregório de Mascarenhas Homem, guarda-mor da Torre do Tombo, para que este guardasse no arquivo a cópia que achara do *Livro de Linhagens* de Damião de Góis, em virtude de ter desaparecido o original²⁴. A 9 de outubro de 1641, o mesmo monarca decretou a proibição do empréstimo de livros do arquivo, mandando ainda recolher à Torre os que andavam extraviados em mãos particulares²⁵.

Conhecem-se, atualmente, alguns instrumentos de acesso à informação, nomeadamente, inventários, relatórios e catálogos, relativos à documentação existente no Arquivo da Torre do Tombo e que remontam, os mais antigos, ao século XVI.

O mais antigo inventário, ou relatório, conhecido acerca do acervo do arquivo nacional data de 2 de março de 1526. A pedido de D. João III, Tomé Lopes, escrivão do dito arquivo, informa o monarca da «calidade de cousas deste Tombo»²⁶. O escrivão cita a existência de «149 volumes de livros», que seriam da chancelaria e de 47 livros da *Leitura Nova*, dez dos quais apenas começados. Esclarece ainda que os documentos que se costumavam conservar no arquivo diziam respeito à Coroa, a pessoas particulares, a igrejas e mosteiros, entre outros²⁷. O segundo e terceiro inventários, também da autoria de Tomé Lopes, datam de 1529 e 1532, e reportam-se à entrega do arquivo ao guarda-mor Fernão de Pina. O escrivão discrimina toda a documentação conservada no arquivo, referindo pormenorizadamente os diferentes livros, cartas, rolos, cadernos em papel e pergaminho, com ou sem selo²⁸. Todos três foram publicados por José Pessanha em 1905²⁹.

Em finais do século XVI, mais concretamente em 1583, Cristóvão de Benavente, a pedido de Filipe II, redige o *Memorial das cousas tocantes a Torre do Tombo*. Este relatório foi transcrito e publicado por Dias Dinis, em 1968³⁰. Trata-se de um documento com seis folhas, em papel, redigido pelo escrivão da Torre do Tombo, Cristóvão de Benavente (desde 1556), e que fazia parte de um manuscrito da Biblioteca Nacional de Espanha. Segundo o dito escrivão, havia no arquivo, naquele ano de 1583, «muitas gavetas e armários fechados, dos originais

23 ANTT, *Gavetas*, Gav. 10, mç. 5, n.º 35.

24 ANTT, *Gavetas*, Gav. 10, mç. 5, n.º 34.

25 CRUZ, 1963: 202.

26 DINIS, 1968: 136.

27 RIBEIRO, 2003b: 1406.

28 RIBEIRO, 2003b: 1406.

29 PESSANHA, 1905: 288-303.

30 DINIS, 1968: 152-158.

das coisas que não são da matéria da chancelaria, como bulas, contratos de pazes e casamentos, demarcações dentre os reinos e outras matérias»³¹. Em 1622, Manuel Jácome Bravo terá elaborado novo inventário, mas desconhece-se a sua existência. Conhece-se, porém, uma minuta de carta que Jácome Bravo (guarda-mor desde 1632) dirigiu ao rei Filipe III, em 1634, a respeito das coleções do arquivo e a relatar o seu estado de conservação³², e transcrita no Apêndice 1 deste artigo. Lê-se no texto que redigiu que, no arquivo, havia 403 livros aos quais «convirá fazerem-se alfabetos». O dito guarda-mor acrescenta ainda que havia papéis soltos nos armários e caixotes do arquivo, mas que desses não trataria pois «para esses se concertarem pellas antiguidades e materias e se alfabetarem sera necessario huma idade inteira»³³.

Da segunda metade do século XVII, mais concretamente de finais do reinado de D. João IV (1656), data o documento intitulado *Livros e papeis que estão nos almarios da Caza da Coroa*, publicado por Fernanda Ribeiro, em 2003. Nas palavras da investigadora, trata-se de um «inventário topográfico que identifica o acervo documental dos 15 armários onde estava acondicionado o arquivo régio, nas instalações da torre do castelo de São Jorge»³⁴. Em 1675, D. António Alves da Cunha, por ocasião da sua nomeação, é incumbido da redação de um novo inventário do arquivo³⁵.

Em 1729-1730, no inventário topográfico redigido por António Dantas Barbosa, é-nos dado a conhecer o modo como estava organizado o arquivo da Casa da Coroa, o qual era composto então por 20 armários³⁶. Em 1776, o guarda-mor João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho redigiu o *Inventario dos livros, maços e documentos que se guardam no Real Archivo da Torre do Tombo*. É considerado o mais antigo instrumento de acesso à informação, sobre a organização do referido arquivo, feito depois do terramoto de 1755, refletindo não a estrutura primitiva do arquivo, mas a remodelação iluminista na sequência da mudança para São Bento³⁷.

O primeiro «guia» do Arquivo a ser publicado pode dizer-se que foi a obra de Pedro de Azevedo e António Baião intitulada *O Archivo da Torre do Tombo. Sua história, corpos que o compõem e organização* (1905), prestando um auxílio notável aos investigadores. Nesta obra, os autores têm um capítulo dedicado aos inventários e catálogos do arquivo, que recuam precisamente ao registo de

31 Cit. DINIS, 1968: 138 (transcrição p. 156).

32 Publ. em RIBEIRO, 1813: 163-165.

33 ANTT. Gavetas, Gav. 13, mç. 8, n.º 13.

34 RIBEIRO, 2003b: 1409, apêndice 1: 1409-1414.

35 RIBEIRO, 2003b: 1409.

36 RIBEIRO, 2003b: 1409.

37 RIBEIRO, 2003b: 1402.

Tomé Lopes³⁸. Esta iniciativa de Azevedo e de Baião só teria continuidade quase um século mais tarde, em 1998, com o início da publicação do *Guia Geral de Fundos da Torre do Tombo*³⁹.

Em 1922, António Mesquita de Figueiredo publicou um *Roteiro prático* do arquivo nacional que incluía a enumeração dos inventários e catálogos existentes até então no arquivo, a descrição sumária do conteúdo de algumas salas da Torre do Tombo e a notícia dos seus principais corpos⁴⁰.

António Baião, em 1929, num texto dedicado ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, percorre as várias coleções que compõem o arquivo. Designa por fundo antigo todo o acervo anterior a 1820, o qual era composto por diversas coleções, entre as quais as *Gavetas*. Entre as incorporações posteriores a 1820, destacam-se centenas de cartórios dos extintos conventos (após 1834). Após 1911, deram entrada no arquivo nacional livros dos extintos conventos que se encontravam na Inspeção das Bibliotecas, nomeadamente do convento de Santa Cruz de Coimbra, que o autor destaca pela sua excecional importância⁴¹.

João Martins da Silva Marques (posteriormente diretor do arquivo nacional entre 1951 e 1960) publicou, no primeiro volume da revista «Ethnos» (1935), aquilo a que ele designou um «manual do Arquivo da Torre do Tombo», tratando-se do primeiro de três volumes que ele iria dedicar ao arquivo nacional, no género de trabalhos similares que se faziam para outros arquivos europeus, mas que nunca chegou a concluir. Neste primeiro e único volume, dedicou-se ao estudo dos índices, inventários, catálogos, roteiros, entre outros, do arquivo nacional, que o autor classificou como: a) não muito antigos (século XVI); b) fragmentários; c) incompletos; d) tecnicamente muito rudimentares e por vezes erróneos; e) dispersos e f) pouco acessíveis⁴².

Em 1984, sob a coordenação de Joel Serrão, inicia-se a publicação da coleção *Fontes da História Portuguesa Contemporânea*, cujo primeiro volume é dedicado ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo⁴³.

Em abril de 1989 foi publicado o primeiro número de «Memória», revista anual editada pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Não obstante ser um projeto que poderia ter dinamizado o conhecimento do acervo do arquivo nacional e promovido a publicação de fontes, só foi publicado mais um número em 1990. A revista era dirigida por Humberto Baquero Moreno, então diretor do

³⁸ AZEVEDO, BAIÃO, 1905: 43-49.

³⁹ FARINHA, GARCIA, 2001: 113. O *Guia Geral de Fundos da Torre do Tombo* tem seis volumes: os quatro primeiros volumes (1998-2002) são dedicados a instituições do Antigo Regime; o quinto (2004) a instituições contemporâneas e o sexto (2005) a coleções e arquivos de pessoas singulares, famílias, empresas, associações e outros.

⁴⁰ FIGUEIREDO, 1922 cit. RIBEIRO, 2003b: 1403.

⁴¹ BAIÃO, 1929: 6-35.

⁴² MARQUES, 1935: 118-119.

⁴³ SERRÃO, coord., 1984.

arquivo, e apostava na edição de fontes documentais, na descrição de fundos e na publicação de estudos e ensaios⁴⁴.

As publicações dedicadas ao Arquivo da Torre do Tombo são, como vimos, muito numerosas e já foram sistematizadas por vários autores⁴⁵. A mais abrangente publicação relativa às coleções e aos fundos do arquivo nacional está discriminada nos seis volumes do *Guia Geral de Fundos da Torre do Tombo*, publicados entre 1998 e 2005.

Em 2020, Fernanda Ribeiro publica, no *Dicionário de Historiadores Portugueses*, o trabalho intitulado *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, que se assume não apenas como uma sistematização sobre a constituição e evolução histórica do arquivo nacional, mas também como uma seleção da legislação mais relevante relativa ao arquivo. Paralelamente, apresenta uma completa resenha bibliográfica sobre o Arquivo da Torre do Tombo⁴⁶.

2. O FUNDO GAVETAS DA TORRE DO TOMBO: PONTO DE SITUAÇÃO BIBLIOGRÁFICO

O ponto de situação bibliográfico relativo ao fundo *Gavetas* da Torre do Tombo, apresentado neste trabalho, surge como ponto de partida de uma investigação mais ampla intitulada *A história do fundo Gavetas da Torre do Tombo e o seu impacto na memória régia e no património escrito*⁴⁷ e que visa estudar esta coleção na perspetiva da história custodial e da memória histórica.

O fundo *Gavetas* da Torre do Tombo é constituído por milhares de documentos distribuídos por 242 maços e arrumados em 25 *Gavetas*. O seu âmbito cronológico é muito amplo, guardando documentos desde o século XII até ao século XX, em pergaminho e papel. Existem aí documentos em oito línguas diferentes: português, latim, castelhano, francês, italiano, árabe, chinês e manchu⁴⁸.

O nome *Gavetas* corresponde à forma como os diplomas e documentos em geral foram arrumados no antigo Arquivo Real, ou arquivo da Casa da Coroa. Não obstante, desconhece-se quando os pergaminhos passaram a ter essa arrumação. Tomé Lopes, nos seus já referidos relatórios, faz referência a pergaminhos guardados em gavetas⁴⁹. Em finais do século XVI, mais concretamente em 1580, já era usada essa classificação⁵⁰. A arrumação dos diplomas e documentos em gavetas não era exclusiva do arquivo régio. Também os arquivos eclesiásticos

44 «Memória», 1989.

45 Ver em particular RIBEIRO, 2003a: II, 158-169.

46 RIBEIRO, 2020.

47 Projeto aprovado no âmbito do Estímulo ao Emprego Científico da FCT (CEECIND/03863/2018).

48 ANTT. *Gavetas*.

49 RIBEIRO, 2020: 5.

50 AZEVEDO, 1906: 2.

estavam devidamente acondicionados em armários e gavetas. A título de exemplo cite-se o mosteiro de Alcobaça, cujo cartório, em 1716, constava de «onze caixoens com suas gavetas»⁵¹. Num comentário marginal a uma bula de 1531, copiada no *Livro das Escrituras da Ordem de Cristo*, outrora no cartório do convento de Tomar, lê-se: «Esta bulla [...] ha de se buscar na gaveta das bulas»⁵², pelo que podemos inferir que as gavetas dos armários do cartório de Tomar estavam, num determinado momento, organizadas por matérias.

Inicialmente, cada *Gaveta* do arquivo régio guardava documentos que diziam respeito a um determinado assunto, nomeadamente, forais, testamentos, tratados, sentenças, morgados, entre outros. Frei Francisco Brandão (*Monarquia Lusitana*, tomo V, 1650) menciona a «gaveta das Cortes», «a gaveta segunda das bulas», a «gaveta dos testamentos», entre outras. Em 1739, D. António Caetano de Sousa (*Provas da História Genealógica*) ainda se refere às gavetas do arquivo pela natureza dos documentos aí contidos⁵³. Após o terramoto de 1755, Manuel da Maia procedeu a uma reorganização dos maços das antigas gavetas e essa nomenclatura foi substituída pela numeração sequencial dos documentos nos maços das *Gavetas*, a qual permanece atualmente. Por outro lado, houve gavetas, como a dos *Forais* e a dos *Morgados*, que foram constituídas em séries autónomas⁵⁴. Ao longo do tempo, inúmeros documentos foram retirados dos maços das *Gavetas* para integrarem outros fundos, nomeadamente o fundo das *Leis e Ordenações*, o das *Aclamações e Cortes*, o da *Casa Forte*, o das *Bulas*, o das *Chancelarias* e o da *Mesa da Consciência e Ordens*⁵⁵.

Os inventários e índices das *Gavetas* começaram a ser redigidos na segunda metade do século XVIII. A numeração das *Gavetas* e o seu respetivo inventário foram iniciados no século XVIII por Manuel da Maia⁵⁶, o qual contou, nos 195 maços que enchiam 20 gavetas, 5274 documentos⁵⁷. O guarda-mor Manuel da Maia e o escrivão Eusébio Manuel da Silva redigiram os dois volumes do *Índice dos documentos que se guardavam nas XX Gavetas antigas deste Real Archivo da Torre do Tombo*⁵⁸, que ainda hoje é possível consultar no arquivo⁵⁹. Deste período será também o *Inventario dos documentos chamados das Gavetas*, catálogo redigido pelo mesmo Manuel da Maia e também disponível para consulta na sala de referências do arquivo nacional⁶⁰. No final do século XVIII, o guarda-mor João

51 Cit. COSTA, 1980: 524.

52 ANTT. *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 235, 3.ª parte, fl. 107v.

53 RIBEIRO, 2013a: I, 83.

54 PORTUGAL. IAN-TT, 1998b: 64.

55 ANTT. *Gavetas*.

56 SERRÃO, coord., 1984: 30.

57 AZEVEDO, BAIÃO, 1905: 24.

58 AZEVEDO, 1906: 3.

59 ANTT. *Instrumentos de descrição*, L 267-L 268.

60 ANTT. *Instrumentos de descrição*, L 271-L 273.

Pereira Ramos de Azeredo Coutinho mandou elaborar um inventário do arquivo para tomar conhecimento dos seus fundos e para facilitar as pesquisas. Neste inventário, dividido em seis partes distintas e englobando todas as coleções e fundos do Arquivo da Casa da Coroa, a coleção das *Gavetas* surgia na parte III do dito inventário⁶¹.

Na sequência das invasões francesas, foi decidido, em 1809 e novamente em 1810, proceder à evacuação de documentos do Real Arquivo da Torre do Tombo para o Rio de Janeiro. Nos 45 caixotes preparados para expedir para o Brasil encontravam-se, entre outros, documentos das *Gavetas*, a *Leitura Nova*, livros da *Chancelaria* e o *Armário Jesuítico*. Várias listas e inventários se produziram então, os quais refletiam uma seleção documental em função da sua natureza e do seu valor para o reino em situação de guerra. Afastada em definitivo a ameaça de novas invasões, a evacuação do Real Arquivo não chegou a efetuar-se⁶².

Talvez na sequência desta situação, ficou patente a necessidade de preservar muitos dos documentos originais das *Gavetas*, os quais foram copiados, cerca de dez anos mais tarde, para a *Reforma das Gavetas*, uma série documental constituída por 53 livros e redigida entre 1817 e 1818. Nesta série foram copiados os originais das *Gavetas* até ao maço 10 da *Gaveta 21*⁶³. Em 1912, foram compostos os índices *Gavetas: índice suplementar de Próprios (A-V) e Comuns (A-Z)*, que incluem entradas de documentos omitidos nos índices anteriores, bem como os das *Gavetas 22 e 23*⁶⁴.

Em 1906, Pedro de Azevedo afirmava que as *Gavetas* eram caixas de madeira com tampa corrediça e que a numeração dentro de cada maço fora atribuída pela gerência de Manuel da Maia, ou pouco antes⁶⁵. Neste trabalho, o autor incluiu um apêndice com os sumários do primeiro maço da *Gaveta 1*. É interessante compararmos as suas descrições com as que figuram no volume I das *Gavetas* (1960) e com as da base de dados do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A título de exemplo, vemos que na descrição do documento n.º 4, Azevedo refere que o documento tinha um selo de chumbo de D. Afonso IV⁶⁶; o mesmo selo ainda é registado na publicação do volume I das *Gavetas*⁶⁷, mas na descrição da página da base de dados do arquivo nacional (2010) é anotado: «O documento tinha selo de chumbo»⁶⁸, o que significa que, entretanto, se perdeu.

61 ANTT. *Gavetas*.

62 CUNHA, 2001: 75-76.

63 PORTUGAL. IAN-TT, 1998b: 65; ANTT. *Reforma das Gavetas*.

64 ANTT. *Instrumentos de descrição*, L 269-L 270.

65 AZEVEDO, 1906: 2-3.

66 AZEVEDO, 1906: 6.

67 *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1960: I, 1.

68 ANTT. *Gavetas*, Gav. 1, mç. 1, n.º 4.

Em 1929, António Baião registava que a coleção *Gavetas* continuava a guardar-se em caixas de madeira e eram então as mesmas 20 *Gavetas*, distribuídas por 195 maços com 5274 documentos⁶⁹, como na inventariação de Manuel da Maia.

João Martins da Silva Marques, no seu *Index indicum* (1935), ou «manual do Arquivo da Torre do Tombo»⁷⁰, identifica cinco inventários relativos ao fundo *Gavetas*: o *Índice dos documentos que se guardavam nas XX Gavetas antigas*, redigido segundo Silva Marques em 1765; o índice suplementar de Próprios e Comuns, já com as *Gavetas* 21 a 23; os três volumes do *Inventario dos documentos chamados das Gavetas*, até à *Gaveta* 21; *Relação do número de documentos que contem os vários manuscritos desta coleção, com indicação dos documentos que faltam*, da segunda metade do século XIX, e até ao mç. 10 da *Gaveta* 21; o trabalho publicado por Pedro de Azevedo, *Gavetas da Torre do Tombo. Maço I da I Gaveta* (1906); e o *Índice das Gavetas*, que o autor classifica como a minuta do *Índice* de 1765⁷¹.

Entre os anos 1960 e 1977, sob a coordenação de António da Silva Rego, foram publicados, em 12 volumes, os sumários de quase todos os documentos da coleção das *Gavetas*, mais concretamente até ao final do maço 8 da *Gaveta* 23. Além da publicação dos sumários, foram transcritas várias centenas de documentos e o volume XII inclui ainda um apêndice com a transcrição de mais diplomas de *Gavetas* anteriores⁷². A Biblioteca Nacional de Portugal, através da sua Biblioteca Digital, disponibiliza a consulta de todos os volumes desta coleção bem como o *download* dos mesmos⁷³.

Em 1984, inicia-se a publicação da coleção *Fontes da História Portuguesa Contemporânea*, cujo primeiro volume é dedicado ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo⁷⁴. Em virtude de tratar-se de uma coleção sobre fontes de história portuguesa contemporânea, a referência ao fundo *Gavetas* é muito breve e genérica e remete, naturalmente, para a publicação dos 12 volumes das *Gavetas da Torre do Tombo*, coordenada por Silva Rego⁷⁵.

No início da década de 90 do século XX, foi iniciada uma coleção intitulada *Guia de Fontes Portuguesas para a História da Ásia* (1991), de *África* (1997) e da *América Latina* (1998), que inclui referências ao fundo *Gavetas*. O ano de 1998 coincide com o início da publicação do *Guia Geral de Fundos da Torre do Tombo* e o fundo *Gavetas* está descrito no primeiro volume⁷⁶.

⁶⁹ BAIÃO, 1929: 6.

⁷⁰ MARQUES, 1935: 118-119.

⁷¹ MARQUES, 1935: 160-161.

⁷² *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1960-1977.

⁷³ *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1960-1977.

⁷⁴ SERRÃO, coord., 1984.

⁷⁵ SERRÃO, coord., 1984: 235-236.

⁷⁶ PORTUGAL. IAN-TT, 1998b.

Atualmente, a base de dados para consulta dos sumários dos documentos das *Gavetas da Torre do Tombo* está em permanente atualização, disponibilizando gratuitamente milhares de imagens digitais desses mesmos documentos. Os campos de pesquisa da base de dados são bastante amplos e completos e fornecem informações diversas, por exemplo, quanto à data, à dimensão e ao suporte, ao âmbito e ao conteúdo e às unidades de descrição relacionadas que remetem para outros fundos e eventual bibliografia dos documentos⁷⁷.

Na tabela seguinte apresentamos a distribuição dos documentos por maços e conforme a *Gaveta* a que dizem respeito no Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Tabela 1. A distribuição dos documentos no fundo *Gavetas da Torre do Tombo*

Distribuição dos documentos do fundo <i>Gavetas da Torre do Tombo</i>					
Gaveta	Maços	Docs.	Gaveta	Maços	Docs.
1	7	166	14	8	251
2	11	606	15	24	780
3	12	229	16	5	362
4	2	54	17	9	188
5	4	84	18	13	345
6	1	40	19	15	603
7	18	315	20	16	877
8	6	87	21	10	603
9	10	427	22	6	118
10	12	234	23	11	383
11	11	371	24	2	36
12	13	319	25	5	109
13	11	245	TOTAL	242	7832

Fonte: ANTT. *Gavetas*

Como podemos constatar, não há qualquer uniformidade na distribuição dos maços e documentos pelas *Gavetas*. Por exemplo, a *Gaveta* 6 tem apenas 1 maço, enquanto a *Gaveta* 15 tem 24 maços. A *Gaveta* 24 tem 36 documentos, enquanto a *Gaveta* 20 tem 877 documentos.

A arrumação dos documentos nas *Gavetas* poderá ter tido por base a sua temática. Por exemplo, os documentos das *Gavetas* 4, 5, 6 e 7 dizem sobretudo respeito às Ordens Militares de Avis, Santiago, Hospital, Templo e Cristo⁷⁸.

⁷⁷ ANTT. *Gavetas*.

⁷⁸ Os documentos destas *Gavetas* respeitantes às Ordens Militares (742 docs.) encontram-se digitalizados: *Gavetas da Torre do Tombo. Documentos sobre Ordens Militares*. Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/bases-de-dados/ordem-militar/res_pesq_biblioteca>.

A *Gaveta* 21 contém documentação relativa ao mosteiro de Santos da Ordem de Santiago. A *Gaveta* 1 contém sobretudo documentação respeitante a mosteiros. A *Gaveta* 2 é constituída maioritariamente por documentos que respeitam à Inquisição e ao Concílio de Trento. Da *Gaveta* 8 fazem parte inquirições e cartas régias. A *Gaveta* 9 é composta por doações, confirmações de posse, rendimentos de igrejas, entre outros. As *Gavetas* 10, 11 e 12 contêm, sobretudo, sentenças a favor da Coroa. A *Gaveta* 13 contém documentos relativos a doações, aforamentos e sentenças. Na *Gaveta* 14 encontramos novamente inquirições e cartas régias, enquanto na *Gaveta* 15 estão sobretudo cartas com notícias de territórios ultramarinos. A *Gaveta* 16 tem maioritariamente testamentos da família real e da nobreza. A *Gaveta* 17 é muito eclética, pois contém documentos referentes a contratos matrimoniais, autos de demarcações de vilas, a ratificação do Tratado de Tordesilhas e do Tratado de Alcáçovas, sentenças, arrematações de bens, entre outros. O mesmo se aplica à *Gaveta* 19, que contém documentos relativos a sentenças, certidões, procurações, cartas e traslados de cartas de escambo, posse e confirmações de posse de igrejas. A *Gaveta* 22 possui documentos relativos a autos de nascimento e morte, termos de batismo dos infantes de Portugal, árvores genealógicas, entre outros. Na *Gaveta* 23 destacam-se os documentos que relatam a revolução do 5 de Outubro de 1910 e ainda um livro de cópias de documentos portugueses em arquivos estrangeiros⁷⁹.

Como constatado por investigações anteriores, impunha-se uma revisão e atualização das descrições de alguns documentos do fundo *Gavetas*, em virtude de não corresponderem ao conteúdo dos mesmos e de estarem incorretamente datados. Tarefa hercúlea, sem dúvida, mas a que os investigadores que consultam o fundo, aliados aos arquivistas, poderão dar valioso contributo. O contexto pandémico atual veio dificultar a consulta *in loco* da documentação, sujeita a horários e condições ainda mais restritivos. Pudessem a direção do arquivo nacional aproveitar este contexto para investir na «política de divulgação e fruição do nosso património arquivístico», defendendo a memória dos povos e não permitindo que estes «tesouros sejam esquecidos e abandonados», como defendeu o seu diretor⁸⁰.

CONCLUSÃO

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo é uma instituição que resultou da necessidade de guardar e preservar diplomas relevantes associados ao poder político. Desde o século XII, a Corte, em itinerância, fazia-se acompanhar desses diplomas

⁷⁹ ANTT. *Gavetas*.

⁸⁰ LACERDA, 2008: 11.

ou entregava-os a instituições eclesiásticas para os custodiarem. A partir do século XIII, uma das torres do castelo de Lisboa, a cidade mais importante do reino, afirma-se como o local eleito para a preservação do arquivo régio.

Atualmente, o Arquivo é constituído por numerosos fundos, entre os quais o das *Gavetas* da Torre do Tombo. Inicialmente, a arrumação da documentação nas *Gavetas* tinha carácter temático. Hoje em dia, este fundo é constituído por milhares de documentos, repartidos por 242 maços e distribuídos por 25 *Gavetas*. Apesar de, aparentemente, ter havido uma tentativa de juntar na mesma *Gaveta* documentos provenientes de uma determinada instituição, como é o caso concreto das *Gavetas* com documentação relativa às Ordens Militares, a composição do conteúdo do fundo é bastante eclética, encontrando-se aí, por exemplo, documentos relativos à Inquisição, à demarcação de vilas e a tratados internacionais.

Remontam ao século XVIII os primeiros instrumentos de acesso à informação existente no fundo *Gavetas*, mas foi na segunda metade do século XX que se procedeu a uma descrição mais exaustiva deste fundo, complementada com centenas de transcrições de documentos, e que deu origem a uma publicação de doze volumes. Atualmente, o próprio Arquivo Nacional da Torre do Tombo disponibiliza, em acesso aberto, uma base de dados com a descrição do fundo e que inclui, em numerosos casos, as imagens digitais dos documentos.

Este trabalho assume-se, por sua vez, como o ponto de partida para uma investigação mais ampla sobre o fundo *Gavetas* da Torre do Tombo, cujo objetivo é estudar a sua história e o seu impacto na memória régia e no património escrito.

APÊNDICE DOCUMENTAL

1634.03.04, Lisboa

ANTT. *Gavetas*, Gav. 13, mç. 8, n.º 13

Jácome Bravo, guarda-mor da Torre do Tombo, informa o monarca do estado de conservação de alguns livros e coleções do Arquivo da Torre do Tombo.

Documento em papel, rasgado. Tem cópia em papel, datada de 1 de abril de 1713.

Pub.: RIBEIRO, 1813: 163-165.

[fl. 1r.] Demaes do que tinha visto nos livros da Torre do Tombo quando per mandado de Vossa Magestade fiz inventario delles ha onze annos, agora pella nova obrigação que me corre como goarda mor da dita Torre do Tombo de que Vossa Magestade foi servido encarregar me, reconheci particularmente os mesmos livros que estão naquelle archivo, e me pareceu dar conta a Vossa Magestade das cousas em que de presente convem prover se que são as seguintes.

Estão sem alfabetos todos os livros do registo da chancelaria de el rey Dom João 3º que são cento e nove livros.

E todos os livros da chancelaria de el rey Dom Sebastião e de el rey Dom Henrique que são cento e [...]ze⁸¹ livros.

E os livros do registo de litigimações, perdões, privilegios, igrejas, capellas e registo miudo de tempo de el rey Dom Phelippe primeiro, e de el rey Dom Phelippe segundo que são cento settenta e dous livros porque somente estão alfabetados os livros de registo de padrões officios e doações dos ditos dous reys e ainda a esses alfabetos lhes faltam algumas folhas que de novo se ajustarão pello escrivão que agora serve, posto que estão tão gastados que merecem tresladarem se de novo avendo occasião para isso.

Estão tambem por alfabetar os livros de registo das confirmações que fes el rey Dom Sebastião, e el rey Dom Phelippe primeiro que são dez livros.

A todos estes 403 livros convira fazerem se alfabetos [fl. 1v.] e tresladarem se <os taes alfabetos> em hum livro ou dous aparte pellos quaes se busque com pouca perda de tempo o que nelles estiver registado e se possa tambem entender com certeza o que não está.

Demaes disto el rey Dom Manoel mandou tresladar em livros novos de folhas de purgaminho respançado com enquadernações e iluminações custozas as chancelarias dos reys antes delle⁸², e a sua, e no rosto de cada livro esta tirado

⁸¹ Orificio no papel que impede a leitura do texto. Na cópia da Reforma das Gavetas, a palavra «onze» encontra-se riscada e, por cima, foi escrito «doze».

⁸² Na cópia da Reforma das Gavetas, lê-se «deles», mas o s final foi cortado.

a alfabeto⁸³ o que <se contem>⁸⁴ nelle. São estes livros muito grandes e pezados e com os baxarem das estantes em que estão, e os sobirem a ellas todas as vezes que he necessa[rio] buscar se alguma couza, se daneficão as emquadrernações em forma que estão algumas ja mal tratadas.

Offerecesse me por remedio a evitar este dano que em hum livro aparte se tresladem todos aquelles alfabetos e por aly se busquem as couzas, porque com isso se baxarão somente os livros onde se achar o que se busca e não todos hum e hum como agora se faz. E são estes livros maes de cinquenta.

Para isto tudo se fazer sera necessario aplicar se hum homem ao menos ao escrivão da Torre que faça boa letra e tenha noticia de negocio para que ajudando se hum ao outro o possão obrar. E parece me boa esta occasião em que [fl. 2r.] Luiz Alvarez⁸⁵ Temudo⁸⁶ serve na Torre de escrivão porque entendo que o fara com perfeição e que se disporá a isso dizendo se lhe da parte de Vossa Magestade que lho avera em serviço para lhe fazer por elle merce.

Mas ao homem que o ouver de ajudar he necesario sinalar se lhe porção com que se sustente possa aestir con tino e me parece se poderão aplicar a isso os trinta mil reis que são ordenados ao officio de escrivão da Torre do Tombo pagos na chancelaria, os quaes não leva Luiz Alvares por aver o ordenado de contador⁸⁷ de maneira que sem se fazer [no]va⁸⁸ despeza se podera fazer este serviço.

Tambem ha outros [livros]⁸⁹ <antiquisimos> das chancellarias⁹⁰ dos primeiros reys deste reyno <de> que se podera tratar⁹¹ depoes de vistos e alfabetados os que aqui se contem porque ainda que o sustancial delles esta lançado na leitura nova que mandou fazer el rey Dom Manoel <não esta lançado tudo o que nelles se registou e> sempre convira concerva llos⁹² emquanto se⁹³ puder e estarem alfabetados em forma que se saiba o que nelles he escrito <porque algumas veses he necessario recorrer se a elles> e parece me que para isto se poder fazer serão necessarios quatro ou sinquo annos de tempo.

83 Na cópia da Reforma das Gavetas, lê-se «tirado <a> alfabeto».

84 Escrito sobre o riscado «está».

85 Na cópia da Reforma das Gavetas lê-se «Alves».

86 Na cópia da Reforma das Gavetas lê-se «Temido», mas o *i* está riscado e foi acrescentado um *u* por cima. Na margem foi acrescentado «Temudo».

87 Seguem-se duas palavras riscadas.

88 Na cópia da Reforma das Gavetas tem um espaço em branco seguindo de «na».

89 Papel rasgado, reconstituição feita com base na cópia da Reforma das Gavetas.

90 Na cópia da Reforma das Gavetas lê-se «Tambem ha outros antiquissimos das igrejas», mas foi corrigido na margem.

91 Segue-se riscado «deles».

92 Na cópia da Reforma das Gavetas lê-se «concerça llos».

93 Na cópia da Reforma das Gavetas lê-se «ser».

Não trato dos papeis soltos⁹⁴ que estão nos almarios e caixoes⁹⁵ da Torre do Tombo porque para esses se concertarem pellas antiguidades e materias e se alfabetarem sera necessario huma idade inteira <e ja por essa cauza deixou de se fazer inventario delles quando o fis dos livros aos quaes >convem acodir se primeiro⁹⁶ <por ser couza em que> se gastara menos tempo.

Lixboa quatro⁹⁷ de Março de 634⁹⁸.

[fl. 2v.] Informasão da Torre do Tombo⁹⁹.

⁹⁴ Segue-se uma palavra riscada.

⁹⁵ Na cópia da Reforma das Gavetas lê-se «caixas», mas a palavra foi corrigida para «caixoens».

⁹⁶ Seguem-se palavras riscadas.

⁹⁷ Na cópia da Reforma das Gavetas lê-se «hum», mas riscado e corrigido por cima «quatro». Por baixo da frase foi acrescentado «Esta copia do documento numero 13 da Gaveta 13 Maço 8 se fez por ordem do guarda mor deste archivo para melhor inteligencia do seu original. Hoje 1 de Abril de 1713 annos».

⁹⁸ Na cópia da Reforma das Gavetas lê-se «mil e seiscentos e trinta e quatro annos».

⁹⁹ Segue-se a cópia da Reforma das Gavetas. No final lê-se «Conta que deu o guarda mor da Torre do Tombo a el rey dos livros, e papeis que na dita Torre havia, no estado em que estavam, e do que necessitavão. Em 4 de Março de 1634»; «Transcripto no Livro da Reforma das Gavetas a fol.»; «Gaveta 13 Maço 8 — N.º 13».

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- ANTT. *Gavetas*. [Consult. 30 jun. 2021]. Disponível em <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185743>>.
- ANTT. *Gavetas*, Gav. 1, mç. 1, n.º 4.
- ANTT. *Gavetas*, Gav. 10, mç. 5, n.º 34, n.º 35.
- ANTT. *Gavetas*, Gav. 13, mç. 8, n.º 13.
- ANTT. *Instrumentos de descrição*, L 267-273.
- ANTT. *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, Documentos Particulares, mç. 5, n.º 6.
- ANTT. *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 235, 3.ª parte, fl. 107v.
- ANTT. *Reforma das Gavetas*. [Consult. 30 jun. 2021]. Disponível em <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4311309>>.

BIBLIOGRAFIA

- AS GAVETAS da Torre do Tombo. Ed. António da Silva Rego. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977. 12 vols. [Consult. 30 jun. 2021]. Disponível em <<http://purl.pt/26848>>.
- AZEVEDO, Pedro de (1906). *As Gavetas da Torre do Tombo: maço I, da I Gaveta*. «Arquivo Histórico Português». 4, 1-9.
- AZEVEDO, Pedro de; BAIÃO, António (1905). *O Archivo da Torre do Tombo. Sua historia, corpos que o compõem e organização*. Lisboa: Annaes da Academia de Estudos Livres.
- BAIÃO, António (1929). *O Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- BAIÃO, António (1931). *O guarda-mór Damião de Góis e alguns serviços da Torre do Tombo no seu tempo*. «Anais das Bibliotecas e Arquivos». IX:33-34, 8-20.
- «Cadernos BAD». Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais de Informação e Documentação. 2 (2019). [Consult. 30 jun. 2021]. Disponível em <<https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/issue/view/94>>.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1980). *Arquivos eclesiásticos portugueses: origem e evolução*. In ANDRADE, António Alberto, dir. *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Lisboa: Editorial Resistência, vol. 1, pp. 515-554.
- COSTA, José Pereira da (1982). *Torre do Tombo*. In PORTUGAL. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Exposição de documentos da Torre do Tombo: dez séculos de história*. Lisboa: ANTT, pp. 11-13.
- CRUZ, António (1963). *Arquivos Portugueses*. In SERRÃO, Joel, dir. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, vol. 1, pp. 201-206.
- CRUZ, Maria Augusta Lima (2006). *D. Sebastião*. Lisboa: Círculo de Leitores. (Reis de Portugal; 16).
- CUNHA, Ana Cannas da (2001). *Salvaguardar direitos, defender uma memória: o Real Arquivo e as invasões francesas*. In PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo. *A Torre do Tombo na viragem do milénio*. Lisboa: Ministério da Cultura, pp. 75-77.
- DINIS, A. J. Dias (1968). *Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. «Anais da Academia Portuguesa da História». II Série. 17, 115-158.
- FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias; GARCIA, M. Madalena de Moura Machado (2001). *A Torre do Tombo no século XX*. In PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo. *A Torre do Tombo na viragem do milénio*. Lisboa: Ministério da Cultura, pp. 109-115.
- JANEIRO, Jorge (2017). *O sistema arquivístico espanhol: breve análise*. «Cadernos BAD». 1, 48-61.

- LACERDA, Silvestre (2008). *Apresentação*. In *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis (Estudios)*. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidro; Archivo Histórico Diocesano, pp. 9-11.
- MARQUES, João Martins da Silva (1935). *Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ensaio de um manual de heurística e arqueologia)*. Lisboa: [s.n.] pp. 113-228. I. *Index indicum*. Sep. do vol. 1 de «Ethnos».
- «Memória: Revista Anual do Arquivo Nacional da Torre do Tombo». Lisboa: ANTT. 1 (1989).
- MENDONÇA, Manuela (1991). *De Torre do Tombo a Arquivo Nacional*. «Raízes & Memórias». 7, 3-4.
- «Páginas a&b». Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 3.ª Série. 14 (2020). [Consult. 30 jun. 2021]. Disponível em <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasab/index>>.
- PESSANHA, D. José (1905). *Uma reabilitação histórica. Inventários da Torre do Tombo no seculo XVI*. «Archivo Historico Portuguez». 3, 287-303.
- PORTUGAL. IAN-TT (1997). *Guia de fontes portuguesas para a história da América Latina*. Lisboa: CNCDP; Fundação Oriente; IN-CM.
- PORTUGAL. IAN-TT (1998a). *Guia de fontes portuguesas para a história da Ásia*. Lisboa: CNCDP; Fundação Oriente; IN-CM.
- PORTUGAL. IAN-TT (1998b). *Guia geral dos fundos da Torre do Tombo*. Lisboa: IAN-TT. Primeira Parte: Instituições do Antigo Regime. Vol. I: Administração Central.
- PORTUGAL. Instituto Português de Arquivos (1991). *Guia de fontes portuguesas para a história de África*. Lisboa: CNCDP; Fundação Oriente; IN-CM.
- RAMOS, Fátima do Ó (2001). *A Torre do Arquivo do Rei e da Administração Régia*. In PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo. *A Torre do Tombo na viragem do milénio*. Lisboa: Ministério da Cultura, pp. 41-63.
- RIBEIRO, Fernanda (2003a). *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2 vols.
- RIBEIRO, Fernanda (2003b). *Como seria a estrutura primitiva do arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?* In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira, coord. *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: FLUP, pp. 1401-1414. [Consult. 30 jun. 2021]. Disponível em <<https://hdl.handle.net/10216/14301>>.
- RIBEIRO, Fernanda (2020). *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. In MATOS, Sérgio Campos, coord. *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*, pp. 1-14 (pdf). [Consult. 30 jun. 2021]. Disponível em <<https://hdl.handle.net/10216/130439>>.
- RIBEIRO, João Pedro (1813). *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, tomo III, parte II.
- SERRÃO, Joel, coord. (1984). *Roteiro de fontes da história portuguesa contemporânea*. Lisboa: INIC, vol. I.

**NOTÍCIAS
E RECENSÕES**

CAGLE, HUGH (2018). *ASSEMBLING THE TROPICS: SCIENCE AND MEDICINE IN PORTUGAL'S EMPIRE, 1450-1700*. NEW YORK; CAMBRIDGE: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS.

REVIEW BY RITA KIRÁLYFY*

Hugh Cagle's *Assembling the Tropics* makes an original contribution to several important historical areas of the Portuguese empire, as it presents an insightful discussion regarding the Portuguese explorations in Africa, South Asia and South America with a focus on scientific and medical developments. The overall structure of the book takes the form of nine chapters that are divided into three main sections where each tropical region is argued in the order of their colonisation, all within the timeframe of the early modern period.

Cagle does an excellent job at highlighting the main differences the Portuguese explorers discovered in each continent, and the way these realisations affected their perception of the tropics. We see these individuals commencing their journey with the belief system deriving from Ptolemaist and Aristotle doubting that beyond the impermeable deserts of the south, any land could be found that nurtures human life; to then them finding an astonishingly rich flora and fauna that challenges their preconceived ideas of the global south. The reader is likewise introduced to the widespread philosophies of the Hippocratic environmentalism, according to which the state of the vegetation, that ensures the availability of fresh air is in direct correlation to people's health, indicating that a lush environment suggests an overall better human health of those inhabiting it

(p. 44). We see this view being challenged by the contradicting nature of the tropics, where despite the presence of all those magnificent jungles that span across the land from shore to shore, plenty of fevers and diseases threaten the well-being of their population, posing an even greater risk to the newcomers.

The chapters indicate that over time the increasing uncertainty regarding the colonisers' pre-existing beliefs encouraged them to rely more on their experiences and draw conclusions based on their own findings. Thus theories such as that of Galen concerning the occurrence and treatment of illnesses gradually became obsolete, as the pioneering settlers got exposed to the influences of the foreign land and familiarised themselves with the healing materials and habits of the aboriginals. The newly emerged theories and practises that derived from the combination of personal discoveries and observed techniques provided the base for such groundbreaking works as Abreu's *Tratado de las siete enfermedades* or Brandão's *Diálogos das grandezas do Brasil*.

Cagle does a wonderful job at demonstrating the step-by-step process of these discoveries in each continent, while highlighting the different connections that contributed to the transformed perception of the Portuguese conquerors, who gradually acquired an understanding of these tropical lands as a whole. As a result,

* African Studies master's student (FLUP). Email: kiralyfyrta@gmail.com. DOI: <https://doi.org/10.21747/2182-1097/13r1>.

through the increasing amount of overseas interactions, a number of all-encompassing conclusions were drawn and the possibility emerged for such formative cross continental endeavours to be realised, as the «intratropical transplantation of drugs and spices» (p. 261).

It is also worth mentioning that Cagle does not cease to supplement the more informative segments with interesting facts or thought-provoking details, such as the plans of Nóbrega to achieve intelligibility through the recruitment of Portuguese orphans and indigenous children to exchange their languages (p. 189), or the case of an African healer in Portugal named António who performed rituals to the local villagers while wearing feminine garments as described in chapter 8:

A slave from Benin, António's ambiguous gender (he donned women's dress and referred to himself as Vitória) was part of a carefully cultivated persona whose transgressive capacity implied the profound curative power by which António (as Vitória) earned both a reputation and a daily (and nightly) wage (p. 276).

These multidimensional passages not only make for a considerably more enjoyable reading, but they go beyond the scope of strictly historical arguments and create an opportunity for this and similar publications, containing valuable information regarding issues that are relatively rarely contemplated within the limits of history, to contribute to more contemporary conversations such as gender identity, or simply add another layer to studies conducted in various differing fields outside of history.

This impressively wide-ranging work not only provides a thorough overview of the happenings that took place in the tropics at the time, but also applies another

intriguing perspective by connecting back to Europe and arguing the effect that those discoveries had on the Portuguese population's thinking and everyday life. Another factor of this sort, besides the aforementioned geographical discoveries that transformed ancient philosophical convictions, was the blossoming intercontinental trade through which a wide variety of unfamiliar Asian herbs became accessible in Europe. These combined with the observed healing practises overseas gave rise to a whole new approach to science and medicine, which developed not only amongst the settlers but translated into newly emerging philosophies in the Iberian Peninsula and eventually the rest of Europe as well. Although these passages dealing with the European circumstances make up quite a substantial portion of the book, Cagle does not dedicate a separate chapter to them; instead they are neatly integrated into the main arguments without causing much disruption to them.

This publication, being a multifaceted work, is based on an extraordinarily large variety of primary sources and bibliography, from contemporary manuscripts to ancient philosophical records. One of the most significant figures of the period, whose influential and revolutionary work is heavily featured in the book, is Garcia de Orta, a Portuguese physician whose observations in Goa majorly contributed to the expansion of the shared scientific knowledge and understanding of his era. His activities in the Portuguese city of South Asia are discussed in great detail in Chapter 3-5 based on his personal notes, correspondence and his pioneering book titled *Colóquios dos simples e drogas da Índia*. Besides him a wide selection of similarly notable contemporary scientists are introduced as well, such as Abreu, Brandão, Macedo and Semedo, whose

recorded collection of discoveries also provided useful resources to those wishing to study the illnesses and treatments or the botany, zoology and overall nature of the tropical lands at the time.

Throughout the book Cagle uses a colourful variety of writing styles. For instance, we see depictions of the rich and exotic tropical scenery delivered in a literary narrative at the beginning of chapter 7: «In one moment, the elephant bent its left foreleg, lunged with its right, and drove a tusk at the head of its stocky opponent» (p. 208). These paragraphs are often continued in more of a casual tone which is particularly favoured when characterising individuals, while scientific arguments are treated with the appropriate manner, using a more moderate and professional voice.

Besides the author's engaging depictions, a number of fitting illustrations facilitate the visualisation of the contents. Covers of contemporary documents, maps, paintings and pictures of various other pieces of fine art complement Cagle's words all throughout the seven core chapters of the book.

Regarding the structure of the work we can't help but notice a slight imbalance between the topics. While the events of the South Asian and South American sphere are deliberated over the span of three chapters occupying more than a hundred pages each, discussions regarding Africa only take up a third of that quantity, in spite of the fact that the historical period it covers (1450-1550) is of equal length. The text does not contain any reasoning to explain this proportional imbalance. Potentially including an introduction to the lives of specific individuals who settled in Africa, similarly to Orta's case in the chapters discussing South Asia, or touching on the religious aspects as we see in both of

the other segments, could have helped to equalise the ratio.

Furthermore we might observe the author's frequent reliance on footnotes with the intention of further clarifying some briefly mentioned background information or to include bibliographic references, as it can be expected from such a substantial and all-encompassing work. Besides the contribution it makes to our shared historical understanding, this remarkably diverse multi-disciplinary writing covers a wide range of other subject areas as well including botany, medicine, science, cartography, alchemy, geography and philosophy. In certain sections the inconsistent treatment of this complexity has caused somewhat of an incoherent impression, however for the most part they are seamlessly linked to each other as they highlight the differing perspectives of the main discourse.

Lastly we might take note of a subtle change in the writer's tone in chapter 6 as he describes the interactions of the Jesuits with the indigenous population in South America. Unlike in previous sections regarding slave traders, Cagle characterises these main actors of the Atlantic scene as rather violent and arbitrary individuals. While it cannot be denied that their less than merciful approach and harsh treatment caused much distress and damage among the inhabitant communities, the author's change of tone argued in parallel with previous chapters, might suggest a sense of bias in the eyes of the lesser informed reader. Some might suppose that the writer's perception of the seventeenth-century Jesuit missionaries is influenced by the views of our time. In order to avoid accusations of this nature, a similarly objective approach to those seen in earlier chapters would be advisable. Furthermore outlining the general views and philosophies behind Christian teach-

ings of the era might be beneficial, as it would provide an explanation to a number of the observed Jesuit practises. This way the actors of the ideology could be argued separately from the philosophies, creating the opportunity for a more objective discussion to take place.

All in all, *Assembling the Tropics* is an excellent choice of reading for those

who wish to discover the roots of modern science and medicine from a versatile multi-perspective approach that, apart from providing an insightful overview of the Portuguese empire's historical background, accounts for a number of significant revelations on various other disciplinary grounds as well.

BRITES, JOANA; CORREIA, LUÍS MIGUEL, COORD. (2020). *OBRAS PÚBLICAS NO ESTADO NOVO*. COIMBRA: IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. 426 P., IL. ISBN DIGITAL 978-989-26-1894-4.

PAULO ALMEIDA*

Nos dias 6 e 7 de novembro de 2018 reuniram-se na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra mais de 20 investigadores portugueses, fundamentalmente historiadores de Arquitetura e historiadores de Arte, no colóquio *Obras Públicas no Estado Novo*, organizado por Joana Brites e Luís Miguel Correia. O orador principal foi o historiador inglês Roger Griffin, estudioso dos fascismos do período entreguerras. Na qualidade de moderadores do debate participaram Luís Reis Torgal, Sérgio Fernandez, Alexandre Alves Costa e José António Bandeirinha. A reunião das comunicações apresentadas chega agora no volume homónimo e em versão digital, de acesso livre.

Os coordenadores de *Obras Públicas no Estado Novo* pretenderam apresentar um quadro de leitura mais completo e complexo do regime de Salazar, oportunidade para uma reflexão sobre os diferentes modos de pensar e caracterizar o fenómeno.

Escrevem na introdução que, na impossibilidade de consensos, procuraram congregar diferentes perspetivas da historiografia nacional sobre conceitos e problemáticas a partir dos quais se tem desenvolvido a interpretação do legado material das obras públicas. Propõem um ponto de situação, parcelar e provisório, quanto ao conhecimento sobre os múltiplos programas de obras públicas, e uma reflexão interdisciplinar sobre a temática, aberta a reapreciações críticas e diversidade epistemológica (p. 12).

Tanto o colóquio como a sua edição em livro ficam marcados pelo quadro conceptual proposto na comunicação inaugural de Roger Griffin, «*Rooted modernism*»: *The ethos of public works in the «fascist era»*, ao introduzir as temáticas que vem abordando há mais de duas décadas, o fascismo comparado, o parafascismo, o mito palingénético, que está na origem dos fascismos do período entreguerras, e o «modernismo enraizado», que justifica o

* CITCEM. Email: apontamento@gmail.com. DOI: <https://doi.org/10.21747/2182-1097/13r2>.

hibridismo na arquitetura dos estados fascistas. Griffin faz uma panorâmica historiográfica dos fascismos comparados no período entreguerras pouco lisonjeira para os historiadores que não partilham da sua visão sobre o fenómeno.

A comunicação do historiador inglês assenta em dois axiomas. O primeiro, o Estado Novo não é um regime fascista, esse lugar está reservado à Itália de Mussolini e à Alemanha de Hitler, os únicos estados que desenvolveram uma revolução conservadora, que exigia uma transformação sociocultural radical da nação, liderada pelo Estado, para salvaguardar os valores nacionais considerados eternos, mas que foram supostamente minados e erodidos pelo desenraizamento e por forças desencantadoras da modernidade (p. 20), a saber, o demoliberalismo e o bolchevismo. O regime de Salazar é, portanto, um regime parafascista; compartilha elementos externos ao fascismo, como o culto do líder, paramilitarismo, autoritarismo, «religião política», organizações de juventude e massa, economia centralizada e corporativista, mas não persegue objetivos totalitários revolucionários.

O outro axioma proposto por Griffin é o de que o fascismo entreguerras e os regimes parafascistas não são anticultura, pelo contrário, têm a esfera cultural como central para o projeto de salvar a nação da desintegração e colapso. Seriam estados *modernistas* com uma intensa atividade sociocultural na improvisação e experimentação estética, procurando encontrar uma forma de modernismo apropriado para as suas tradições, conjugadas com o carácter de um país moderno. O exemplo apontado por Griffin é o Complexo Universitário de Coimbra e o edifício da Faculdade de Letras, com as suas estátuas de figuras míticas, num estilo fiel à estética do

«modernismo enraizado», articulado com a temporalidade dual do «classicismo despojado» (*stripped classicism*), corporizado na cabeça de Jano. Todavia, é a escala do complexo universitário, um projeto estatal de inovação arquitectónica e urbanística, resultante da destruição da cidade antiga, que torna o território num espaço emblemático moderno e modernista (p. 37).

A obra prossegue com Ana Tostões, que propõe uma reflexão sobre *A monumentalidade como programa político e simbólico do Estado Novo*, abordando a problemática dos estilos na relação entre o arquiteto e o encomendador. Abrange toda a duração do período político, propondo uma periodização de acordo com a clarificação do processo de afirmação de linguagem, formas e imagens.

Luís Miguel Correia, em *Monumentos num País de Conto de Fadas*, apresenta uma visão da atuação da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que espelha um plano de domesticação do território de forma a satisfazer os princípios instituídos pelo regime.

Margarida Acciaiuoli, em *A exposição dos 15 anos de Obras Públicas: Arquitectura e propaganda*, relewa a importância da mostra, que decorreu em 1948, em simultâneo com o I Congresso Nacional de Arquitectura e o II Congresso Nacional de Engenharia.

Por seu turno, Nuno Rosmaninho escreve, em *A ordem identitária das Obras Públicas — Ideias sobre a liberdade e o Estado*, sobre o difícil, senão incompatível, equilíbrio entre a expressão individual do artista e o Estado autoritário, que defende valores patrióticos oitocentistas e ao mesmo tempo *o moderno*.

Ricardo Costa Agarez, em *Obras Públicas e «Melhoramentos» Locais: Entre Lisboa e o País (real)*, analisa a atuação da Direção Geral dos Serviços de Urbanização do

Ministério das Obras Públicas na Província do Algarve e o seu relacionamento institucional com os poderes locais, concluindo pela existência de redes de decisão alternativas que, em parte, contrariam a ideia de centralização governativa absoluta.

Fátima Fernandes, em *A poética da austeridade*, regressa às barragens hidroelétricas do Douro, nomeadamente Picote, Miranda e Bemposta, que já tinha investigado com Michele Cannatà (*Moderno escondido*, Porto: FAUP, 1997).

José Cabral Dias apresenta *Entre a exaltação e a saudade. O automóvel como metonímia de progresso no contexto dos Planos Gerais de Urbanização*, onde analisa a evolução do pensamento dos urbanistas portugueses, entre 1930 e 1960.

Gonçalo Canto Moniz e António M. Rochette Cordeiro, em *A Educação e a rede de equipamentos escolares do Estado Novo*, abordam o aspeto da construção sistemática, identificando quatro fases de planeamento e edificação da rede escolar, em contraste com o fraco impacto na erradicação do analfabetismo e na escolarização da população em todos os níveis de ensino, o que denota uma concepção elitista da Educação.

Rui Jorge Garcia Ramos, Eliseu Gonçalves e Sérgio Dias Silva apresentam o artigo *Política e arquitetura habitacional: Um mapa da intervenção do Estado na Habitação*, escrito a partir do projeto *Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitetura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal, entre 1910 e 1974* (2016-2019). Também os autores notam as limitações da intervenção do Estado neste setor, dadas as carências verificadas na transição do regime, não obstante o investimento sistemático no setor da habitação, a evolução da indústria da construção e a crescente reflexão teórica nesta área.

Joana Brites apresenta *Do caixote à Caixa: Filiais e agências do banco do Estado (1929-1970)*, temática que tem vindo a aprofundar desde 2008. A autora caracteriza o papel do banco do Estado, o processo de construções, incluindo os mecanismos de decisão na diferenciação entre filiais e agências, funcionalidade do espaço e opções estéticas.

Por seu turno, Carlos Bártole analisa, em *Função, forma e fantasia: o Plano Geral de Edificações dos CTT, 1937-1952*, as condições e exigências da estratégia do regime na obtenção de um discurso político na arquitetura. Um dos exemplos paradigmáticos analisado é o do *Palácio dos Correios*, em Lisboa.

Susana Constantino e Susana Lobo, em *Cultura e lazer: o «tempo livre» no Estado Novo*, explicam como o regime desenvolveu estratégias, parcas na realização e alcance e sobretudo urbanas, para refletir essa nova mundividência, acentuada na década de 30 e solidificada na Europa do pós-guerra.

João Luís Marques e João Alves da Cunha propõem uma reflexão sobre o debate da estética religiosa em «*Na terra portuguesa as casas de Deus estão na sua casa*»: *A participação do Estado na produção de arquitetura religiosa (1940-1960)*, destacando o papel do Movimento de Renovação da Arte Religiosa, iniciado em 1953.

Finalmente, Ana Vaz Milheiro apresenta uma panorâmica da intervenção do regime nas colónias, em *África colonial: Arquitetura e infraestruturas nos últimos anos do Estado Novo*. O artigo foi desenvolvido no âmbito do projeto de investigação *Coast to coast — Late portuguese infrastructural development in Continental Africa (Angola and Mozambique): Critical and historical analysis and postcolonial assessment* (2016-2019).

Obras Públicas no Estado Novo cobre um vasto leque de realizações desenvolvidas durante o regime autoritário português, em grande parte centradas no período entreguerras, quando mais se fez sentir o impulso fascista na afirmação do novo Estado, interna e externamente. Um esforço considerável, decorrente do colóquio homónimo de 2018, que, ainda assim, não cobre a totalidade dos programas de renovação urbanística desenvolvidos pelo regime (estabelecimentos prisionais, Forças Armadas, serviços aduaneiros, florestais e agrícolas, edifícios hospitalares), como também não abrange o papel da Engenharia e dos engenheiros nesse quadro de renovação. Essas lacunas, em parte, refletem o estado da investigação que vai sendo possível realizar em Portugal neste âmbito, como também reconhecem os coordenadores da obra. Deixa, no entanto, variadas pistas de investigação

e leques temáticos na compreensão do regime, através de um extenso conjunto bibliográfico de enorme importância, agora reunido num único volume. O enquadramento conceptual proposto, neste caso através da participação de Roger Griffin, embora limitado temporalmente e, por isso, incapaz de abranger a longevidade e diversidade do regime português, abre caminhos ainda pouco explorados pela historiografia contemporânea. De resto, algumas dessas limitações tornaram-se evidentes durante o colóquio, onde a discussão sobre as Obras Públicas do Estado Novo oscilou entre a exaltação e a contemporização, muito pela ausência das vertentes social e económica da História. Todavia, esses dilemas não transparecem na obra, que se apresenta como uma sólida visão de conjunto, necessariamente parcial, sobre a temática.

«A EDUCAÇÃO NÃO É NEM ORIENTAL NEM OCIDENTAL. A EDUCAÇÃO É A EDUCAÇÃO E É O DIREITO DE CADA SER HUMANO». ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, JULHO DE 2013. MALALA YOUSAFZAI

DANIELE S. LIZIER*

Esse relato é sobre uma experiência que tive durante um evento de voluntariado com refugiados sírios e paquistaneses que chegaram ao Brasil no ano de 2017. Dos mais de 22 milhões de refugiados no mundo, mais de cinco milhões vieram da Síria. No Brasil, eles são 35% dos mais de cinco mil refugiados reconhecidos no país, conforme a Convenção de 1951 e a Lei 9474/1997. Existem ONG que recebem essas pessoas

em um processo de acolhimento e adaptação no nosso país. Coincidentemente, eu tenho uma amiga que realizava um trabalho de Acupuntura Humanitária em parceria com uma dessas ONG.

Durante um chá da tarde, enquanto conversávamos a respeito de Acupuntura e histórias de guerra, ela me convidou para participar como voluntária em um evento da Acupuntura Humanitária. Ainda não

* Fisioterapeuta Acupunturista, doutoranda no Setor de Neuro-Humanidades da Disciplina de Neurologia da EPM-Unifesp, Brasil. Email: danieletatianefisio@hotmail.com.

mencionei, mas sou uma fisioterapeuta, curiosa e pró-ativa, adoro andar por novos caminhos e contribuir para o movimento na melhora de vida das pessoas, utilizo práticas integrativas, em especial Medicina Chinesa. Cito essa particularidade para explicar o porquê desse voluntariado.

Em um sábado quente do mês de novembro, fui até o bairro da Liberdade, onde havia mercado de encontrar alguns amigos para juntos realizarmos atendimentos de Acupuntura em alguns migrantes. Lembro-me que antes de sair de casa olhei no espelho e pensei em vestir algo adequado para as pessoas da religião muçulmana; embora o Brasil seja um país livre, eles vieram de outro lugar. Então me vesti com um vestido comprido e com mangas longas, apesar do calor. Durante o caminho, tocava no rádio a música «Woman in Chains» da banda Tears for Fears, lembro-me de sentir um sentimento de angústia, enquanto ouvia essa música, talvez de uma maneira inconsciente ou não havia um preparo para a situação que viria a seguir.

Ao chegar no prédio fui informada que eu poderia subir para o segundo andar onde estavam mulheres e crianças. Uma amiga que chegou comigo foi direcionada para a distribuição de alimentos. Ela usava uma blusinha de alças finas com o colo à mostra. De certa forma, a vestimenta dela foi um empecilho para a aproximação com o grupo de mulheres. Chegando no segundo andar, fui apresentada para uma tradutora brasileira que intermediaria os diálogos entre nós. Observei que havia muitas crianças, e embora estivessem há pouco tempo aqui, já sabiam falar nosso idioma. Nos dividimos para iniciar os atendimentos de Auriculoterapia, fiquei com um grupo de mulheres que se queixavam de cefaleia e zumbido.

A primeira mulher que me aproximei para iniciar o atendimento tinha 22 anos, era casada e mãe de 3 crianças. Usava um véu preto, apresentava um olhar cabisbaixo, parecia assustada, relatava muitas dores. Me posicionei a sua frente e retirei uma caneta do bolso do jaleco para anotar as informações sobre ela em uma caderneta, a fim de montar um protocolo para o atendimento. Notei que a filha de 8 anos se aproximou rapidamente, quando peguei o papel e a caneta. A tradutora iniciou as perguntas para a mãe da criança. Enquanto eu anotava o relato, a menina olhava de forma curiosa para minhas mãos. Notei que começou a fingir que escrevia na cadeira, então me disse:

— Olha o que eu faço!

E escreveu algo no ar. Eu reagi com surpresa e disse:

— Então você fala português?

Ela sorriu e disse que sim, a mãe também sorriu. Mas não havia entendido a pergunta.

Segui com a avaliação do caso, o relato era bem triste. O bairro em que viviam havia sido bombardeado e ela ainda «ouvia os barulhos de explosões» e tinha uma reação de contração muscular involuntária que gerava muita dor na região da cabeça e pescoço. Eu queria logo ajudá-la, porém tinha um problema. Ela não poderia tirar o véu e também não podia mostrar o pescoço para que eu pudesse avaliar o tônus muscular e fazer mobilizações. A tradutora tentou tranquilizá-la até que ela pediu ao marido, e ele concordou. Então deixei a caneta e as anotações e nos dirigimos para outra sala. Nesse momento a garotinha não nos seguiu, mas pegou minha caneta e caderneta.

Segui com o atendimento da mãe, depois voltei e pedi para que ela devolvesse minha caneta e o papel, mas ela disse que não havia pegado. Então achei que ela não havia entendido minha pergunta. Chamei

a tradutora que a indagou, e ela disse que não havia pegado. Então eu disse:

— Querida, eu só preciso escrever uma coisa, depois te devolvo. Você gosta de canetas?

Ela disse que sim, porém não podia ter canetas. Eu perguntei: por quê? Olhou para o chão e disse que era menina, e por isso não iria escrever ou ir para a escola. Naquele momento eu senti um calafrio com nó na garganta, meus olhos marejaram... então eu disse:

— Sabe onde você está? No Brasil! E aqui meninas vão para a escola, escrevem histórias bonitas e pintam lindos desenhos. Você gostou dessa caneta? Pois ela é sua! E agora vamos rabiscar esse papel?

Ela sorriu e segurou a caneta com tanta força que seus dedinhos ficaram vermelhos, e em seguida fez um risco forte sobre o papel.

Naquele momento, eu acabava de presenciar uma menininha síria traçando um novo caminho!

Ela olhava para aquela folha de papel com um tanto de encantamento, como quem pudesse ver uma estrada de «tijolos amarelos».

Depois daquele dia eu nunca mais a vi, mas soube que seus pais a matricularam em uma escola, que ela frequentava todos os dias com alegria.

A Malala está certa, papel e caneta podem libertar o mundo!

REFEREES

Adelaide Pereira Millán da Costa (UAb; IEM NOVA FCSH)

Alexandra Patrícia Lopes Esteves (UCP; UMinho)

Alexandre Parafita (UTAD)

Ana Luísa Paz (UIDEF, IE-ULisboa)

Ana María Sáinz-Otero (UCA)

Ana Sílvia Volpi Scott (Unicamp)

Ana Sofia Ferreira (IHC NOVA FCSH)

Andreia Arezes (FLUP)

Antonia María Durán Herrera (Jubilada)

António Rafael Amaro (UC)

Augusto A. Alves Salgado (CINAV-CH)

Carlos Alberto Magalhães Gomes Mota (Aposentado)

Dario Scott

Demise A. S. de Moura (UNESP)

Diego Ramiro Fariñas (CSIC)

Hermínia Vasconcelos Vilar (U. Évora)

João Cosme (FLUL)

Maria Marta Lobo de Araújo (UMinho)

Maria Teresa Couceiro da Costa Sequeira e Sousa Carvalho (UTAD)

Marinha Carneiro (Aposentada)

Paulo Teodoro de Matos (ISCTE-IUL)

Teresa Nunes (FLUL)

